



Poder Judiciário



JUSTIÇA PESQUISA

Dos espaços aos direitos

A realidade da ressocialização
na aplicação das medidas
socioeducativas de internação das
adolescentes do sexo feminino em
conflito com a lei nas cinco regiões



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente	Ministro Ricardo Lewandowski
Corregedor Nacional de Justiça	Ministra Nancy Andrighi
Conselheiros	Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi Ana Maria Duarte Amarante Brito Guilherme Calmon Nogueira da Gama Flavio Portinho Sirangelo Deborah Ciocci Saulo José Casali Bahia Rubens Curado Silveira Luiza Cristina Fonseca Frischeisen Gilberto Valente Martins Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira Gisela Gondin Ramos Emmanoel Campelo de Souza Pereira Fabiano Augusto Martins Silveira
Secretário-Geral	Fabício Bittencourt da Cruz
Diretor-Geral	Rui Moreira de Oliveira

EXPEDIENTE

Departamento de Pesquisas Judiciárias	
Diretor Executivo	Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes
Diretora de Projetos	Fernanda Paixão Araújo Pinto
Diretora Técnica	Thamara Duarte Cunha Medeiros

Realização: Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Secretaria de Comunicação Social

Secretária de Comunicação Social	Giselly Siqueira
Capa	Ricardo Marques
Projeto gráfico	Eron Castro
Revisão	Carmem Menezes

2015

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

340.143(81)

Dos espaços aos direitos : a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões. Coord. Marília Montenegro Pessoa de Mello ; pesquisadores Camila Arruda Vidal Bastos ... [et al.]. -- Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015

216 p.

1. Jurisprudência, Brasil. 2. Direito sumular, Brasil. 3. Efeito vinculante, Brasil. 4. Decisão judicial, Brasil. 5. Fontes do direito, Brasil. I. Thomas da Rosa de Bustamente (Coord.). II. Alice Gontijo Santos Teixeira. III. Cláudio Ferreira Maciel (Colab.). VI. Brasil. Conselho Nacional de Justiça

CDU

JUSTIÇA PESQUISA

Dos espaços aos direitos

A realidade da ressocialização
na aplicação das medidas
socioeducativas de internação das
adolescentes do sexo feminino em
conflito com a lei nas cinco regiões

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP

EQUIPE DE PESQUISA

COORDENADORA

Marília Montenegro Pessoa de Mello

PESQUISADORES DA EQUIPE PERMANENTE

Camila Arruda Vidal Bastos

Carolina Salazar L'armée Queiroga de Medeiros

Érica Babini Lapa do Amaral Machado

Helena Rocha Coutinho de Castro

Manuela Abath Valença

Maria Camila Florêncio da Silva

Mariana Chies Santiago Santos

Nathália Cecília Guedes Dias Pereira

Virgínia Colares Soares Figueiredo Alves

PESQUISADORES CONTRATADOS

Fernando da Silva Albuquerque

Marlúcia Ferreira do Carmo

AUXILIARES DE PESQUISA

Amanda Monteiro Andrade

Ana Luíza V. De V. Bandeira

Ana Paula Cruz Penante Nunes

Gustavo Vianney Oliveira de Lima

Julyanne Chagas. Barboza Brasilino

Nina Cappello Marcondes

Sofia de Souza Lima Safi

VOLUNTÁRIOS DE PESQUISA

Andrielly Stephany Gutierrez Silva

Crishtóvão Fonseca Gonçalves

Diego José de Souza Lemos

Fernanda Lima da Silva

Iana Lira Pires

Juliana Serreti Colaço Ribeiro

Luisa Dulque Belfort

Roberta Silveira Pamplona

PESQUISADORES PARCEIROS

Maria Lúcia Pinto Leal (Brasília)

Ana Cláudia Bastos de Pinho (Pará)

Sumário

1	introdução	7
2	considerações metodológicas	13
3	Mapeamento geográfico	19
4	Etapa quantitativa	21
	4.1 Perfil socioeconômico das adolescentes	21
	A. Média de idade	22
	B. Cor	23
	C. Domicílio	23
	D. Renda familiar	24
	E. Estado civil e responsáveis pela adolescente	25
	F. Escolaridade e trabalho	26
	4.2 Processamento	28
	A. Ato infracional	28
	B. Passagens pelo sistema socioeducativo	29
5	Etapa qualitativa	33
	5.1 Trajetórias	33
	5.2 Condições do cumprimento da medida	51
	A. Estrutura física das unidades	51
	B. Escola e atividades pedagógicas	65
	C. Atendimento, acolhimento e relação com a equipe técnica	78
	D. Disciplina interna da unidade	88

6		
Direitos individuais das adolescentes	111
A. PIA	111
B. Esportes e lazer	116
C. Higiene e objetos pessoais	123
D. Saúde	129
E. Alimentação	140
F. Religião	144
G. Maternidade	148
H. Visita e revista íntima	154
I. Visita íntima	160
7		
Equipe técnica	165
8		
Gênero e identidade de gênero	173
A. Gênero e sexualidade	173
B. O trabalho com adolescentes do sexo feminino	183
9		
Como os funcionários veem as meninas?	191
10		
A percepção da medida pelas adolescentes e pelos funcionários	195
Conclusão	207
Referências bibliográficas	213

1

introdução

A Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), ao apresentar o Relatório de Pesquisa, intitulado “Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões” – contemplando o campo temático n. 5 da 1ª Edição da Série “Justiça Pesquisa” quer destacar a iniciativa do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do Conselho Nacional de Justiça que visou a compreender a realidade do cumprimento da medida socioeducativa internação para adolescentes do sexo feminino.

A presente pesquisa decorre de um recorte de outra investigação do CNJ que resultou no documento “Panorama Nacional – A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação (Programa Justiça ao Jovem)”, o qual demonstrou diversas situações de condições inapropriadas de cumprimento de medida socioeducativa de internação, com abusos e constrangimentos de direitos.

A investigação, aqui apresentada, visando a atender às determinações da Convocação 01/2012, realizou um recorte vertical sobre a temática, com a especificidade do gênero. Neste sentido, apresenta questões relativas ao perfil socioeconômico das adolescentes, a estrutura da unidade socioeducativa, incluindo recursos humanos, bem como o grau de respeito e cumprimento de direitos, no sentido da proteção integral prioritária (art. 100, III do

ECA), promoção da dignidade, como sujeito de direitos (art. 100, I ECA) e respeito à condição peculiar de desenvolvimento (art. 121, ECA).

A ação do CNJ destaca-se no contexto da Infância e Juventude, à medida que, no Brasil, ainda, não existem publicações e acompanhamentos acerca do cumprimento da medida socioeducativa de internação, o que torna ainda mais invisíveis as preocupações de políticas públicas e as especificidades de gênero.

Nesse sentido, a inquietação do Poder Judiciário, representada pelo órgão, permitiu a investigação da temática, levando uma metodologia objetivamente possível aos interiores das unidades de cumprimento de medida socioeducativa de internação, dando voz às adolescentes e às suas problemáticas, especialmente no contexto de seus direitos subjetivos e aos funcionários, desvendando realidades ainda não aprofundadas pelas pesquisas institucionais do Poder Público.

Naturalmente, as reflexões alcançadas não podem ser tidas como resultado de uma investigação exclusivamente objetiva, visto que a pretensa isenção das ciências sociais não é possível no campo das investigações, em face dos valores do observador, sujeito a limites, porém seriamente comprometido com o objeto de estudo.

Sobre a questão do enviesamento, é importante informar que a equipe de pesquisa permanente compartilha o marco teórico crítico acerca do Sistema de Justiça Criminal, do qual extrai percepção que a medida socioeducativa de internação é um braço da Justiça Criminal, tendo, portanto, um viés punitivo, não obstante a pretensão da Doutrina da Proteção Integral buscar apartar-se de tal perspectiva.

O olhar das pesquisadoras traz uma outra lente na questão do que se considera, em geral, como causas da violência – laços familiares e/ou comunitários fragilizados, exclusão social e econômica em que miséria, fome, violência, trabalho infantil, toxicomania, etc. contribuem para o aumento da violência individual e urbana. Ao revés, a crítica criminológica identifica essas situações como estigmatizantes e que tornam as adolescentes vulneráveis ao controle social formal, realizado em primeiro momento pela Polícia, e em seguida, pelo Ministério Público e, por fim, pelo Poder Judiciário e pelo Poder Executivo, esse último, responsável pelo cumprimento das medidas socioeducativas nos estados federados.

Ou seja, as pesquisadoras percebem que não se trata de causas da criminalidade juvenil, em que cabe a medida socioeducativa de internação suplantar as deficiências de socialização que levam a situações de miséria de todas as ordens, vez que se trata de fragilidade ante o controle social institucionalizado e que a medida socioeducativa opera para

a contenção de uma população que não se enquadra nas expectativas sociais ao redor de pessoas que podem circular nas ruas das cidades.

Além disso, é indispensável levar-se em consideração que, historicamente, foi comum haver, na cultura ocidental, a divisão entre o masculino e o feminino, entre o público e o privado, entre o ativo e o passivo, entre o forte e o fraco e entre o viril e o recatado. Foi, pois, a partir dessa divisão, que os espaços, papéis e estereótipos femininos foram criados, visto que, em cada uma dessas dicotomias, ao homem era associada a primeira categoria, hierarquicamente superior à segunda, atribuída à mulher (BARATTA, 1999).

Destarte, passou-se, socialmente, a esperar a feminização do corpo da mulher, considerada frágil, que se preocupava com sua aparência, reputação e pudor. Logo, o estereótipo da mulher submissa, de bons “dotes”, recatada e “pura” foram perpetuados e a “natureza” feminina foi determinada. Desenvolveu-se, nesse contexto, uma sociedade patriarcalista, e, obviamente, o Direito não ficou alheio à reprodução da diferenciação entre os gêneros (MELLO, 2010), já que todas as pesquisas realizadas normalmente são produzidas sobre homens, por homens e para homens.

O funcionamento da sociedade patriarcal, portanto, condicionou o sistema penal existente o qual, além de incorporar e reproduzir as desigualdades relativas ao gênero feminino presentes na sociedade, legitimou-as. A estrutura e o simbolismo do gênero, então, passaram a atuar no funcionamento do sistema de justiça criminal “desde as entranhas de sua estrutura conceitual, de seu saber legitimador e de suas instituições, a começar pela linguagem” (ANDRADE, 2005, p. 83).

Com efeito, pouco se conhece sobre a realidade dos centros de internação femininos, talvez por duas razões; uma devido ao olhar androcêntrico¹ da sociedade sobre o feminino, duas porque o número de internas, no País, é muito menor que os de sexo masculino.² Esse desconhecimento da realidade implica a não fiscalização da execução das medidas para meninas e, conseqüentemente, eventuais violações a direitos fundamentais, tal como ficou evidenciado nas conclusões da Pesquisa Justiça ao Jovem, já referida.³

1 A força da ordem masculina é tão forte que dispensa qualquer forma de justificação: “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 2003, p. 75).

2 Em 2010, data do último levantamento nacional oficial, a desproporção entre meninos internados (11.463) e meninas (578) é de 5,04%. (BRASIL, 2011)

3 A pesquisa tornou evidente, em termos quantitativos, que a região Norte carece de unidade para o sexo feminino, tendo em toda a região apenas cinco unidades e nenhuma unidade provisória; na região Nordeste a configuração é semelhante, não possuindo todos os estados e apenas uma unidade provisória para toda a região (Pernambuco, estado proponente desta pesquisa possui uma unidade feminina); na região Centro-Oeste, há apenas duas e nenhuma de internação provisória, na região sul, diferentemente, os três estados apresentam, cada uma, uma unidade feminina; e por fim, a região centro-oeste tem apenas duas e nenhuma de internação provisória (BRASIL, 2012).

Assim, a pouca visibilidade das adolescentes internadas, seja em razão de um olhar andro-cêntrico da sociedade, seja em razão delas serem numericamente inferiores aos adolescentes masculinos, possibilita-se a prática da vivência institucional mais dramática do que em essência já é.

Parece que a mesma lógica patriarcal se reproduz no âmbito das adolescentes de sexo feminino, especialmente não se observando questões específicas relativas à sexualidade, (envolvendo educação sexual, políticas preventivas de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, visitas íntimas) às questões de homoafetividade, entre outras questões específicas da mulher.

Ser mulher no sistema socioeducativo ou prisional é ser invisível.⁴ Seus desejos e necessidades são vistos a partir daqueles dos homens. Essa realidade está refletida na estrutura das unidades e nas normas internas de vivência. As interações dentro do sistema permanecem marcadas pelas desigualdades de tratamento baseadas em preconceitos de gênero. Sobre as mulheres recai uma reprovação que vai além do ato infracional e perpassa a “decepção” pelo descumprimento dos papéis de mãe, irmã, filha, tão esperados, como dócil e colaborativo. A criminologia crítica vem apontando para a reprodução dessa desigualdade no âmbito da justiça criminal, o que se reproduz também, no sistema juvenil.

Não obstante, essas considerações, este marco teórico da criminologia crítica não vinculou diretamente a apresentação dos resultados, cujo afastamento foi garantido aos objetivos do projeto, deixando o leitor livre para interpretações.

O envolvimento da Universidade, como campo de produção de saberes, reforça esse compromisso das pesquisadoras, ao mesmo tempo que indica a inter-relação indispensável com parcerias, a fim de se garantirem resultados os mais fidedignos à realidade.

A pesquisa envolveu cinco regiões do País, e, portanto, ser realizada isoladamente. Nesse sentido, é importante indicar os pesquisadores, os auxiliares e os voluntários que tanto contribuíram para a coleta de material, organização de dados e transcrições de entrevistas.

Marília Montenegro juntamente com Érica Babini Machado e Manuela Abath Valença, coordenaram a pesquisa, tendo como membros da equipe permanente Virgínia Colares, Carolina

⁴ Atualmente já existe uma larga literatura criminológica e sociológica sobre o cárcere feminino e as condições discriminatórias a que muitas mulheres são submetidas (LEMGRUBER, 1983; MUSUMECI; ILGENFRITZ, 2003; COLARES; CHIES, 2010; SPINOZA, 2004). Muitas delas estão em unidades mistas ou em unidades femininas que eram masculinas e foram improvisadas. A maternidade, a amamentação e a menstruação são tópicos sensíveis dentro do assunto, aos quais se somam as questões relativas aos papéis esperados e impostos às mulheres presas. A menção constante dos funcionários a frases do gênero “é pior trabalhar com mulher” evidencia as expectativas em torno do comportamento feminino e, nesse cenário, qualquer contestação ou desobediência é vista como descontrolo emocional e irracionalidade “tipicamente feminina”, tornando-se cada uma delas vezes descartáveis. Embora haja muito menos trabalhos sobre a situação das meninas internadas, é possível suscitar alguns desses debates e realidades no sistema socioeducativo.

Salazar L'armée Queiroga de Medeiros, Mariana Chies Santiago Santos, Maria Camila Florêncio, Camila Bastos, Nathália Guedes e Helena Castro. Como voluntários, teve a colaboração dos auxiliares Iana Lira, Andrielly Gutierrez, Cristhovão Gonçalves, Diego Lemos, Juliana Serreti, Luiza Belfort e Fernanda Lima da Silva e Roberta da Silveira Pamplona.

Em Pernambuco, a coleta e a análise de dados de pesquisa foram conduzidas por Érica Babini, auxiliada por Marília Montenegro, Manuela Abath e Carolina Salazar.

No Distrito Federal, a coleta de dados da pesquisa foi conduzida por Marlúcia Ferreira do Carmo, auxiliada por Ana Paula Penante e supervisionada por Maria Lúcia Pinto Leal, sendo a análise realizada por Manuela Abath.

Em São Paulo, a pesquisadora Maria Camila Florêncio conduziu a coleta e análise de dados junto às auxiliares Ana Luiza Vilella, Amanda Monteiro, Nina Cappello e Jullyane Chagas e Mariana Chies.

No Rio Grande do Sul, a coleta de dados e a análise foram realizadas por Mariana Chies Santiago Santos, com o auxílio de Sofia de Souza Lima Safi e Roberta Silveira Pamplona.

No Pará, a coleta de dados foi realizada por Fernando Albuquerque, auxiliada por Gustavo Vianney e supervisionada por Ana Cláudia Bastos de Pinho, com análise de Carolina Salazar e Helena Castro.

Por fim, toda a equipe de pesquisa saúda novamente a iniciativa do CNJ, entregando ao Poder Público uma descrição da realidade socioeducativa da internação feminina, por meio do olhar crítico da comunidade acadêmica, esperando poder contribuir com avanços na reconstrução de um Estado Democrático de Direito para as adolescentes que vivem a medida socioeducativa de internação.

2

considerações metodológicas

Conhecer o universo das medidas socioeducativas para adolescentes do sexo feminino foi um desafio que se iniciou com a escassez de documentos a respeito do tema. Se pouco se fala sobre a realidade das Unidades de Internação no Brasil, o que, inclusive, justificou o interesse do CNJ para essa pesquisa, menos ainda se diz sobre o universo das adolescentes.

As meninas são, quantitativamente, menos representativas. Em todos os estados, à exceção de São Paulo, o número de garotas cumprindo a medida mais gravosa em meio fechado não ultrapassa a faixa de 50.

Sendo poucas, tornam-se ainda menos expressivas para a adoção de uma política socioeducativa voltada a seus anseios e especificidades. A invisibilidade que acomete mulheres no sistema prisional reproduz-se no âmbito das adolescentes talvez de forma ainda mais intensa.

Para compreender a realidade do cumprimento da internação por parte dessas adolescentes apenas restava um caminho: ouvi-las. Retirá-las um pouco, ainda que por um breve momento, do completo anonimato. Necessário ainda ouvir funcionários e gestores do

sistema socioeducativo. Como é trabalhar com elas? Como eles percebem a medida de internação? Como eles olham para aquelas adolescentes?

Antes, entretanto, era necessário saber onde estavam essas meninas. Foi preciso desenvolver uma etapa de conhecimento e mapeamento das unidades de internação femininas ou mistas em todo o Brasil. O objetivo inicial era aplicar um questionário (Anexo 1) a cada um dos responsáveis por essas unidades, procurando conhecer dados gerais do funcionamento delas.

Procurou-se fazer uma lista completa de todas as unidades femininas ou mistas do Brasil. Foram elaboradas solicitações aos órgãos oficiais relacionados à fiscalização e organização dessas Unidades em âmbito nacional – Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) –, mas, não se obteve a listagem completa das unidades. Recorreu-se então a uma nova busca pelos sites dos governos estaduais, porém, mais uma vez, os resultados foram infrutíferos, visto que muitos deles não mantêm nas suas páginas oficiais dados sobre as suas unidades de internação, seja feminina ou masculina. Simultaneamente, foi realizada busca geral na internet, com poucos resultados. Decidiu-se então lançar mão de outra estratégia: entrar em contato com as Varas da Infância e Juventude de todas as unidades da federação, iniciando pelas comarcas das capitais. Os contatos telefônicos das varas foram obtidos nos sites dos Tribunais de Justiça de cada estado.

Nos estados em que foram realizadas visitas às Unidades de Internação, os questionários foram entregues diretamente aos diretores ou alguém por ele designado para preenchê-los. Nos demais estados, a técnica de coleta se deu por e-mail. Os questionários foram enviados para as Unidades, respondidos e enviados de volta.

Nesse último caso, entretanto, obtiveram-se pouquíssimas respostas. Em alguns locais foi necessário passar o e-mail para as secretarias de estado responsáveis pela administração das Unidades de Internação, pois não era permitido aos diretores responderem ao questionário. Apenas as Unidades de Cariacica/ES, Goiânia/GO, Cuiabá/MT e Teresina/PI responderam. No caso de Curitiba, o diretor respondeu ao survey, mas enviou a resposta à secretária de estado que, até o momento, não reencaminhou.

Partiu-se, então, para o mergulho na realidade dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará e do Distrito Federal. Nesses últimos, a pretensão foi compor um quadro sobre a realidade da medida de internação a partir das observações, mas, sobretudo, com base na narrativa das adolescentes e dos funcionários que estão no dia a dia com elas: psicólogos, assistentes sociais, advogados, médicos, enfermeiros e agentes socioeducativos.

Para tanto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas (Anexos 2 e 3). Nelas, o entrevistado foi conduzido a alguns temas específicos, mas, ao mesmo tempo, teve liberdade para conversar, privilegiando-se a fala improvisada do entrevistado e os temas que ele acaba por trazer ao pesquisador (BECKER, 1993; HAGUETTE, 2010).

Por fim, para montar o quadro do perfil socioeducativo e infracional das adolescentes, foi realizado tratamento quantitativo de dados contidos nos Planos Individuais de Atendimento (PIAs) ou processos judiciais das meninas. Esses documentos foram consultados e, a partir deles, foram produzidas frequências sobre informações diversas (idade, renda familiar, escolaridade, cor, orientação sexual, ato infracional, número de passagens no sistema socioeducativo etc.), as quais são apresentadas descritivamente. Nem sempre essas informações estavam contidas nos PIAs ou processos judiciais. Aliás, a falta de informações e padronização no preenchimento dos PIAs foi uma regra.

No caso de São Paulo, a administração da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA) negou o acesso aos PIAs ou prontuários das adolescentes. Sequer foi fornecida uma lista com o nome das meninas que cumpriam medida de internação no primeiro semestre de 2014 nas unidades Chiquinha Gonzaga e Parada de Taipas, o que também inviabilizou a coleta dos dados nos processos judiciais das adolescentes. Sendo assim, os dados relativos a esse perfil socioeducativo foram fornecidos, já com as frequências tratadas, pela própria Fundação CASA, dados esses que a pesquisa não empreendeu nenhum controle, testagem e análise.

Nas entrevistas, foram capturadas mais de 100 horas de falas que renderam um bom retrato do que, hoje, são as unidades de internação Santa Luzia/PE, Santa Maria/DF, Chiquinha Gonzaga/SP, Parada de Taipas/SP, Centro Socioeducativo Feminino Casef/PA e Centro Socioeducativo Feminino Casef/RS. As entrevistas foram gravadas por uma vasta equipe de voluntários e contratados.

No relatório, estão algumas dessas narrativas. A fala bruta das meninas e funcionários dizem muito sobre o que vivem no cotidiano dessas unidades. Angústias, medos, expectativas, frustrações e revolta.

Em Pernambuco, a primeira visita ocorreu em 31.01.2013, perdurando até o mês de agosto, oportunidade na qual a equipe pôde acompanhar as mudanças ocorridas na unidade, especialmente em razão da alteração de endereço.

Foram realizadas mais de 20 visitas à unidade, cuja direção, sempre solícita, autorizou a realização das atividades muito antes de os ofícios serem expedidos pelo CNJ. Levando-se

em consideração a grande rotatividade de meninas no CASE, a equipe definiu uma lista fixa para trabalhar com as meninas que estavam internadas na data de 05.04.2013, cujos PIAs, também disponibilizados pela direção da unidade, foram analisados e com quem priorizamos a realização das entrevistas. Ao total eram 35 adolescentes, mas três delas estavam em internação sanção, e, portanto, não foram incluídas nas análises. Ao final, foram realizadas 15 entrevistas com as adolescentes e 10 entrevistas com funcionários, entre equipe técnica e agente socioeducativo.

No Distrito Federal, os funcionários responsáveis pela Unidade de Internação de Santa Maria receberam a equipe e estiveram, durante todo o tempo, dispostos a auxiliar na pesquisa. Tanto a diretora da unidade como a coordenadora foram solícitas, abrindo as portas da Unidade de Santa Maria.

No início das visitas, no mês de abril de 2014, o local acabara de ser inaugurado e os meninos e meninas haviam sido transferidos de outros espaços – como o antigo Centro Juvenil de Atendimento Especializado (Caje) e a unidade do Recanto das Emas (Unire) há apenas uma semana. Trata-se de unidade mista. Ainda, ocorria na época uma greve dos funcionários do Sistema Socioeducativo do Governo do Distrito Federal, que estava provocando modificações e adaptações no cotidiano da Unidade e dos serviços nela oferecidos. Nas semanas seguintes, quando as adolescentes foram ouvidas, o relato era o de que ainda não se tinham iniciado as atividades e de que elas estavam sem escola e alternativas de lazer ou esportes. Em suas falas, o cotidiano da unidade é descrito como monótono, desprovido de qualquer atividade. Como disse uma delas, “passar o dia todo dentro de um quarto é horrível”.

Em julho de 2014, novamente a Unidade foi visitada. Dessa vez, a greve de funcionários já cessara e a transferência dos adolescentes tinha-se concluído há quatro meses. Ao mesmo tempo, a escola tinha começado a funcionar, ainda a passos lentos, uma televisão havia sido instalada em uma área comum e a quadra de esportes passava a ser mais utilizada. Ao final, entrevistamos 10 adolescentes e quatro funcionários.

No Rio Grande do Sul, no período em que o campo da pesquisa foi realizado – janeiro de 2014, o Casef contava com 23 meninas internadas, sendo que, desse total, sete estavam em internação provisória, 16 estavam cumprindo medida de ISPAE (medida socioeducativa de internação sem possibilidade de atividade externa), duas estavam cumprindo ICPAE (medida socioeducativa de internação com possibilidade de atividade externa) e duas estavam em semiliberdade. Das meninas que estavam em internação provisória, quatro delas não receberam medida de internação, então não tiveram construção de PIA dentro do Casef.

O contato com a Presidência da Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS foi iniciado em novembro de 2013. A pesquisa foi autorizada no dia 15 de dezembro e as visitas à unidade foram marcadas para três segundas-feiras de janeiro de 2014, dias 13, 20, 27.

Foram realizadas, durante esse mês, cinco visitas à unidade, já que iríamos em horários predeterminados pela direção nas segundas-feiras e também em horários para conversar diretamente com técnicos e agentes socioeducativos.

Levando-se em consideração a grande rotatividade de meninas no Casef, a mesma metodologia de estabelecer a lista fixa foi adotada. Assim, o número foi de 21 meninas, que estavam internadas na data de 13.01.2014, cujos PIAs foram analisados e com quem foi priorizado a realização das entrevistas. Toda semana viam-se meninas novas chegando e antigas saindo. Ainda assim, foi possível realizar todas as entrevistas desejadas, que totalizaram um montante de 13 entrevistas. Com os funcionários, foram sete entrevistas.

Por fim, no tocante a **São Paulo**, como já mencionado, o processo com a Fundação Casa foi difícil. Em março de 2013, a pesquisa teve início coletando informações da própria Fundação e as unidades de atendimento ao sexo feminino no seu sítio eletrônico e também no portal da transparência da própria instituição. Lá encontrava o organograma da Fundação e com isso foi possível localizar algumas unidades com endereços e contatos.

Não existia possibilidade de aproximação direta com as unidades, havendo a necessidade da mediação e autorização do setor competente para tanto. Esse setor na Fundação Casa é a Assessoria de Relações Públicas do Gabinete da Presidência, que foi contatado em dezembro de 2013. Após muitas solicitações de informações pelo portal da transparência, telefonemas e *e-mails* trocados, conseguimos o agendamento de uma reunião com a Presidência no final de janeiro de 2014.

Nessa ocasião, a pesquisa foi autorizada e a própria Assessoria se encarregou do trâmite para autorização judicial de entrada e realização de entrevistas nas unidades, tendo a entrada das pesquisadoras na unidade sido autorizada em março de 2014.

Entre os dias 13 a 27 de março, foram realizadas as visitas às duas unidades (Chiquinha Gonzaga e Parada de Taipas) para observação e produção de entrevistas com 39 adolescentes (incluindo oito adolescentes da PAMI, Programa de Acompanhamento Materno-infantil) e 15 funcionários/as da equipe técnica, saúde, pedagogia e segurança das unidades.

Entre os obstáculos, estava a impossibilidade de acessar qualquer documento das adolescentes (incluindo os PIAs), conforme já se pontuou. Apesar disso, não foram encontradas

grandes dificuldades em conhecer a realidade socioeconômica e familiar das adolescentes, afinal, a maior parte delas demonstrava certa facilidade em falar de si mesma, o que acabava por remetê-las ao “mundão”⁵.

No Pará, a primeira visita ao Cesef, ocorreu em 31.01.2013, perdurando até o mês de agosto. Na época, havia 23 adolescentes na unidade: 17 em cumprimento da medida socioeducativa de internação e seis em internação provisória. Realizamos 11 visitas à unidade, cuja direção, sempre solícita, autorizou a realização das atividades e dedicou-se à apresentação do Cesef, bem como esclarecimento de dúvidas e disponibilização dos PIAs e processos das adolescentes.

Da mesma forma que os outros estados, para efeitos de análise de PIAs e entrevistas das adolescentes, foi utilizada a mesma metodologia para definição do universo da pesquisa. As demais adolescentes que surgiram na unidade posteriormente a essa data, portanto não foram entrevistadas, bem como não tiveram os seus PIAs apreciados.

Nesse contexto, o total de 17 PIAs deveriam ter sido analisados, mas dois deixaram de ser estudados, já que um deles ainda estava em fase de elaboração e o outro não estava mais na unidade, porque havia sido enviado à equipe da semiliberdade, dada a progressão da adolescente pouco após o início da pesquisa. Logo, foram ao todo analisados 15 PIAs. Para suprir a defasagem de algumas informações não constantes nos documentos, consultados, ainda, os processos das adolescentes, cujo acesso se limitou ao número de 10. Foram, ademais, realizadas 12 entrevistas com as adolescentes e oito entrevistas com funcionários (entre equipe técnica e agente socioeducativo).

Por fim, importa relatar que as referências são utilizadas “A” para adolescentes e “F” para funcionários, cada um com numerações específicas que somente a equipe de pesquisa tem acesso, a fim de guardar o sigilo da identidade de todo o público envolvido nas entrevistas.

A seguir, os resultados do trabalho estão apresentados. Após a exposição do mapeamento geográfico, organizou-se a exposição dos dados em dois momentos. O primeiro, quantitativo, restringe-se à descrição das informações sobre situação socioeconômica, bem como o histórico infracional das adolescentes. No segundo, são apresentados a realidade das unidades de internação em seus diversos aspectos (educação, lazer, esportes, disciplina interna, visitas, revista etc.), a partir da fala das adolescentes, e, em seguida, um pouco de suas percepções e aquelas dos funcionários sobre o sistema socioeducativo e, especificamente, sobre a medida de internação.

⁵ É a expressão utilizada para se referir ao que está externo à unidade.

3

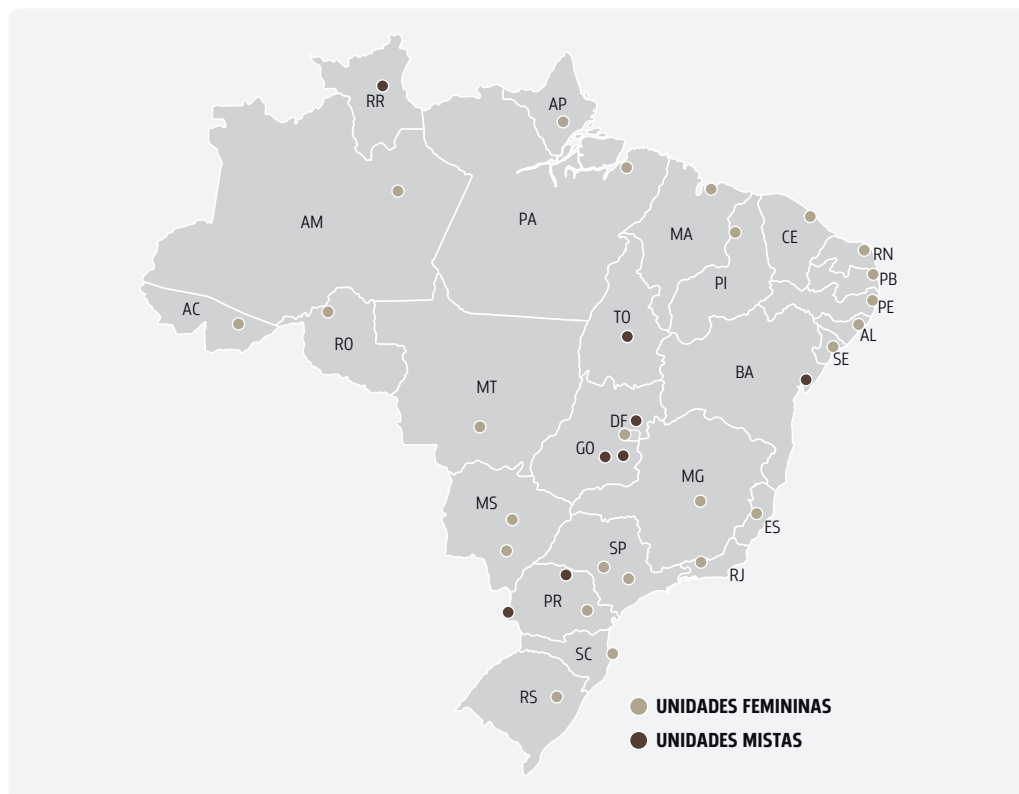
Mapeamento geográfico

No Brasil, praticamente todas as unidades de internação de adolescentes do sexo feminino ficam nas capitais.⁶ Apenas Goiás, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul possuem unidades no interior.

Em alguns estados, como no Amazonas, a equipe foi informada de que só existia uma Unidade de Internação Feminina, não havia nenhuma mista e que as adolescentes do interior eram mantidas em delegacias enquanto não fossem transferidas para a capital.

⁶ A lista completa com todas elas está no Anexo 4 deste relatório.

O mapa abaixo demonstra a distribuição dessas unidades.



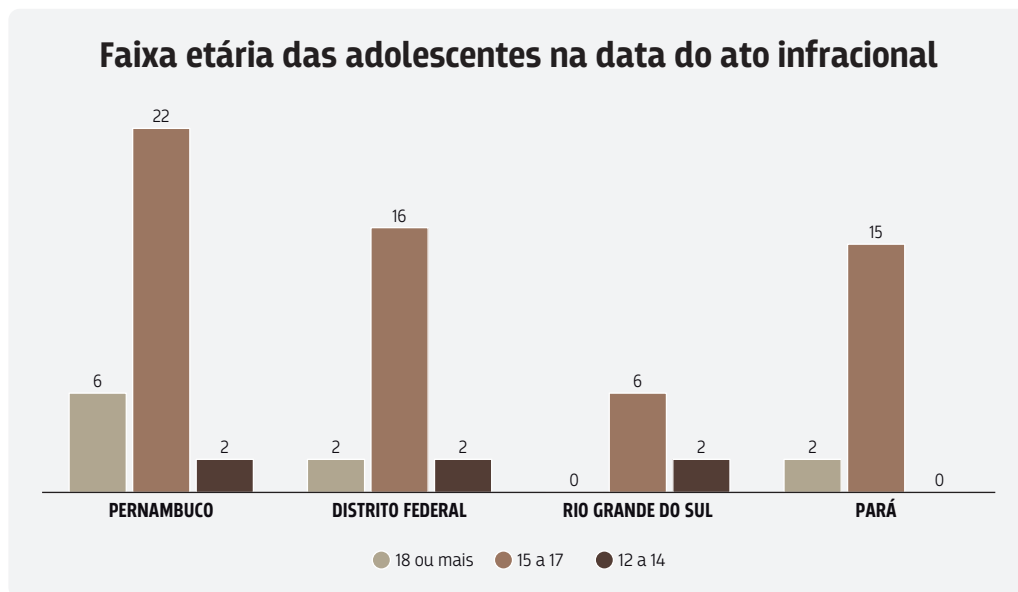
4

Etapa quantitativa

4.1 Perfil socioeconômico das adolescentes

O perfil socioeconômico das adolescentes é um dado fundamental para compreender não apenas de onde vêm, como eram suas famílias, os bairros onde moravam, o tipo de trajetória que tiveram até chegar ao sistema socioeducativo, mas também para compreender a atividade seletiva do sistema de justiça juvenil e o grupo social mais vulnerável ao controle estatal. Aqui, as difíceis conjugações teóricas entre pobreza, vulnerabilidade, seletividade e construção social da criminalidade ganham uma dimensão empírica fundamental a ser analisada.

A. Média de idade

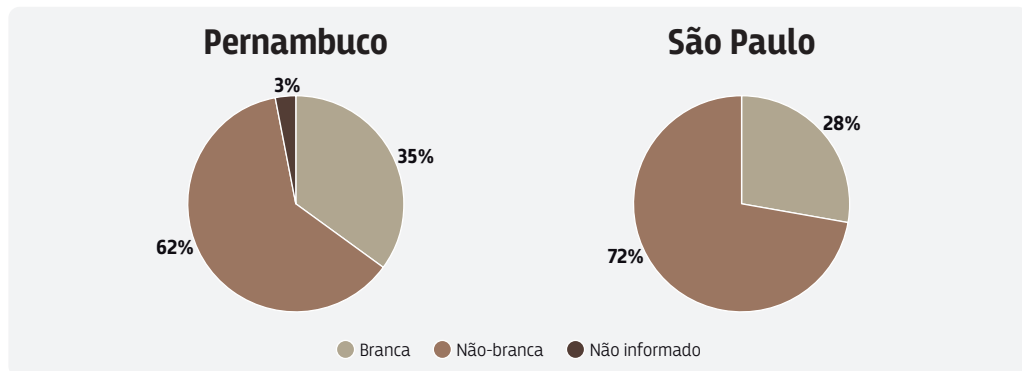


Em Pernambuco, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Pará, observa-se que a grande maioria das adolescentes praticou o ato infracional que desencadeou a medida de internação quando tinha entre 15 e 17 anos.

Em São Paulo, não houve acesso a essa informação, mas, tão somente, à idade das adolescentes no momento em que a Fundação CASA nos forneceu esse dado, isto é, em junho de 2014, quando já estavam internadas. Acompanhando a tendência que se verificou nos demais estados, as adolescentes internadas estão concentradas na faixa etária entre 15 e 17 anos.

No Pará, não existe nos PIAs a menção à data do cometimento do ato infracional, de modo que se buscaram essas informações nos processos aos quais se conseguiu ter acesso, o que não representa, portanto, a totalidade dos casos, visto que nem todos os processos foram acessados, como já dito.

B. Cor⁷



A informação sobre a cor/raça/etnia das adolescentes não estava presente em praticamente nenhum dos processos e PIAs avaliados. Nas visitas a todas as unidades, entretanto, ficava evidente a predominância de adolescentes não brancas. Somente em Pernambuco e São Paulo esse dado é fornecido de forma mais sistemática e, no Pará, não há menção ao dado nos PIAs e nos processos, tal informação aparece em apenas dois, nos quais as adolescentes se declaram pardas.

C. Domicílio

ECA

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

VI – permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;

SINASE

Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios:

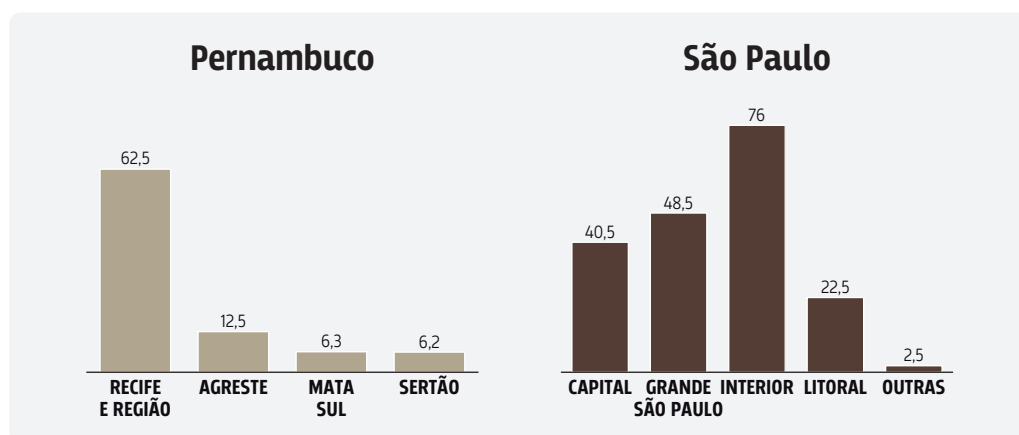
IX – fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Art. 49. São direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei:

II – ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, quando o adolescente deverá ser internado em Unidade mais próxima de seu local de residência;

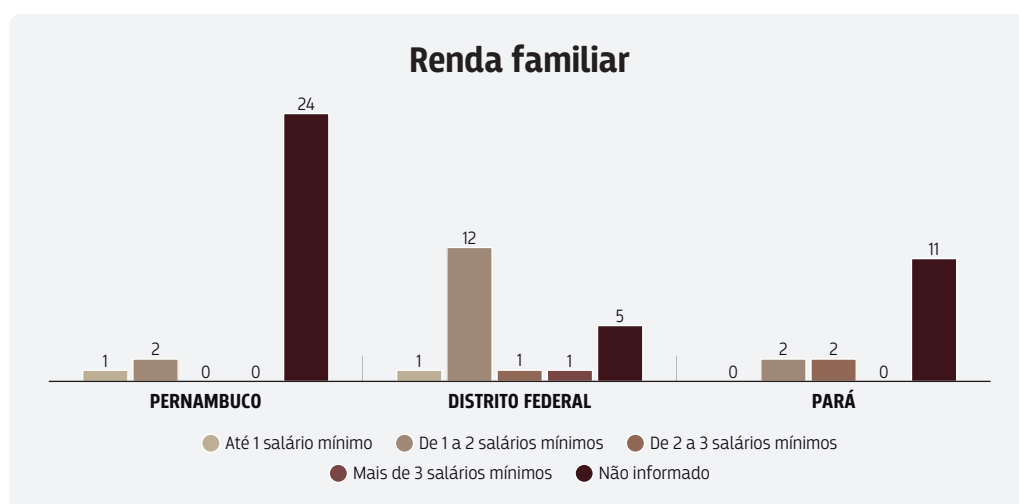
⁷ Optou-se utilizar o critério binário acerca da raça tendo em vista a variedade de opções que os estados elencam em seus PIAs, o que impossibilitaria um tratamento unitário dos dados, sem mencionar as problemáticas existentes quanto ao conceito.

Em todo o Brasil, foram verificadas poucas unidades de internação feminina, e a maioria delas está localizada nas capitais de estado. Esse dado se reflete na distância que essas adolescentes acabam por ter em relação a suas famílias, já que as visitas se tornam mais caras e raras. Abaixo seguem as informações relativas a Pernambuco e São Paulo.



No Pará, cinco adolescentes moravam em Belém e nove, no interior do estado. Em três casos, essa informação não constava nos PIAs e processos. Em Brasília, todas residiam nas cidades-satélites do Distrito Federal, com concentração maior em Ceilândia e Samambaia. Suas residências estavam localizadas em bairros mais pobres, fato que se observou no País inteiro.

D. Renda familiar



A renda familiar não é informada em praticamente nenhum dos estados, apenas nos indicados acima.

E. Estado civil e responsáveis pela adolescente

Em Pernambuco, 78,1% das adolescentes são solteiras, 6,3% casadas, 12,5% têm união estável, em que 3,1% dos PIAs não havia informação a respeito. Não obstante, 6,3% das adolescentes qualificaram-se como casadas. Não se pode assegurar, ainda, que esse vínculo seja oficial, visto que, muitas vezes, elas confundem os vínculos. Pela mesma razão, não se pode assegurar que 25 delas são solteiras efetivamente, porque muitas declaram-se oficialmente neste estado civil, mas vivem maritalmente com companheiros, tendo inclusive filhos.

Diante da confusão conceitual que elas partilham sobre o estado civil que ostentam, a conclusão que se pode extrair é que a grande maioria das adolescentes é oficialmente solteira, mas muitas têm relacionamentos afetivos com companheiros com quem já dividem, inclusive, moradia. Essa hipótese é ainda mais procedente com número de adolescentes que possuem filhos: 37,5% sim, 59,4% não (3,1% não informado). Das adolescentes que têm filhos, a faixa etária varia entre 0 a 1 ano (50%) e de 1 a 3 anos (50%), tendo alguns nascidos na unidade de internação.

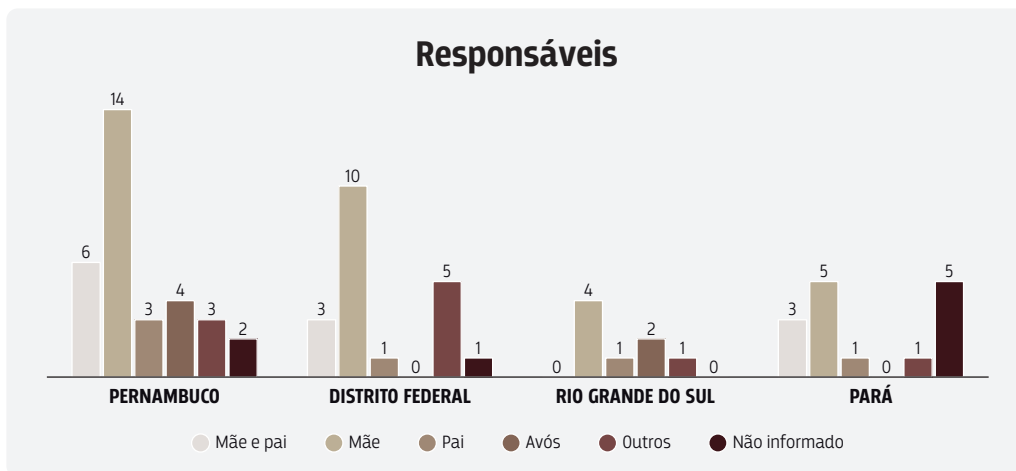
No Distrito Federal, todas as adolescentes se declaram solteiras, embora duas delas residissem com o namorado e filhos. Quatro delas possuem filhos (todos com até 2 anos) e uma estava grávida à época da pesquisa. Das adolescentes, 50% indicam como responsável por ela a mãe.

No Rio Grande do Sul, os Planos Individuais de Atendimento não procuram apontar o estado civil das adolescentes. Além disso, nas entrevistas, algumas afirmaram ter um companheiro fixo, mas não por meio de um casamento oficial.

Em São Paulo, os dados sobre o estado civil das adolescentes fornecidos pela Fundação Casa não conseguem diferenciar as adolescentes entre “solteiras” ou “casadas”, dizendo respeito apenas à grande maioria das adolescentes solteiras (86%) e a um quantitativo pequeno que não conseguiram obter a informação (14%), podendo haver adolescentes casadas neste último.

Por fim, no Pará, oito adolescentes se declaram solteiras e nos outros sete casos essa informação não é fornecida.

Em relação à família, não obstante muitas delas já vivenciarem relações conjugais, como dito, ao apontarem um ente familiar como seu responsável, a distribuição é a verificada abaixo:



Em São Paulo esta informação não foi disponibilizada.

F. Escolaridade e trabalho

ECA

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

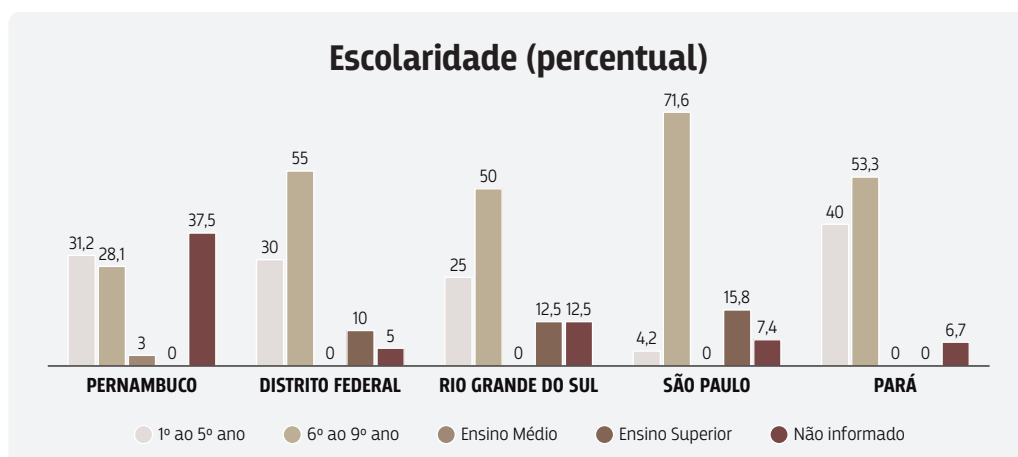
XI – receber escolarização e profissionalização;

SINASE

Art. 15. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação:

I – a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência;

Praticamente todas as adolescentes possuem defasagem escolar, já que, estando a maioria na faixa entre 15 e 17 anos, deveriam estar cursando o ensino médio. Há um percentual considerável delas que estavam entre o 1º e o 5º, mas a maioria, em todos os estados, cursava entre o 6º e o 9º ano.



Embora seja um direito da adolescente, em nenhuma das unidades visitadas foi possível verificar que elas estariam dando continuidade aos estudos na exata série em que estavam, quando frequentaram a escola pela última vez.⁸ Tanto é assim que raramente se observam meninas que avançaram nas etapas escolares depois que foram internadas.

Em termos de atividade de trabalho, Pernambuco, 43,8% das adolescentes já tinham trabalhado na sua história de vida e 46,9% nunca haviam realizado atividade laboral, sendo que 9,4% dos PIAs não estava com essa informação. Das adolescentes que já realizaram atividade laboral, essas variavam entre domésticas, babás, ajudante de pedreiro, de frigorífico, de borracharia, entregadora de água, entre outras atividades informais. Das que trabalhavam, 17,6% não sabiam informar se a carteira de trabalho fora registrada e 82,4% informaram que nunca houve registro nas suas carteiras de trabalho.

No Distrito Federal, a informação a respeito de atividades laborais anterior não estava nos prontuários das adolescentes, mas muitas afirmaram já ter feito pequenos bicos como vendedoras, garçonetes, empregadas domésticas e babás.

No que se refere a trabalho, poucas das meninas entrevistadas tinham algum vínculo empregatício antes da “prisão”⁹ e basicamente todas mencionavam ter vontade de trabalhar em profissões bem distantes daquilo que já tinham exercido.

⁸ Em Pernambuco, onde as informações mais pormenorizadas foram obtidas, o número de adolescentes matriculadas em escola no período de cumprimento de medida socioeducativa é 71,9%, com 9,4% não informados e 18,8% sem frequência escolar. A escolaridade atualizada das adolescentes, indicada pelo período de cumprimento da medida socioeducativa é de 83,2% no ensino fundamental, 3,3% no ensino médio e em 13,3% dos casos não há informações nos PIAs.

⁹ Como as adolescentes se referem à medida de internação.

4.2 Processamento

A. Ato infracional

ECA

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

VI – internação em estabelecimento educacional;

VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Art. 122 A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

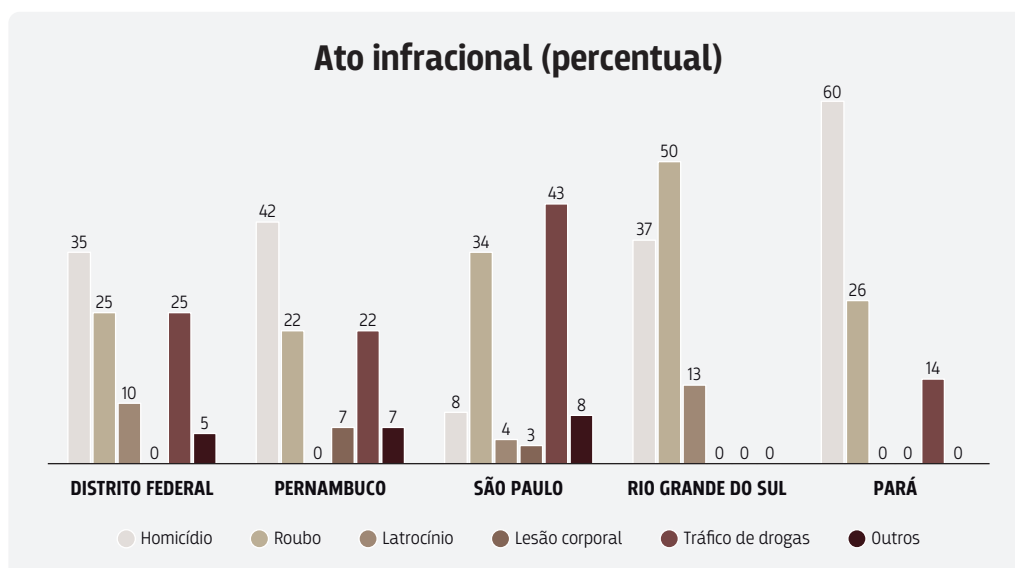
I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta

Súmula 492, STJ “O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente”

Em todo o Brasil, deve ser destacado um percentual expressivo de adolescentes internadas por ato infracional análogo ao tráfico de drogas no Distrito Federal (25%), em Pernambuco (pouco mais de 20%) e em São Paulo (mais de 40%).

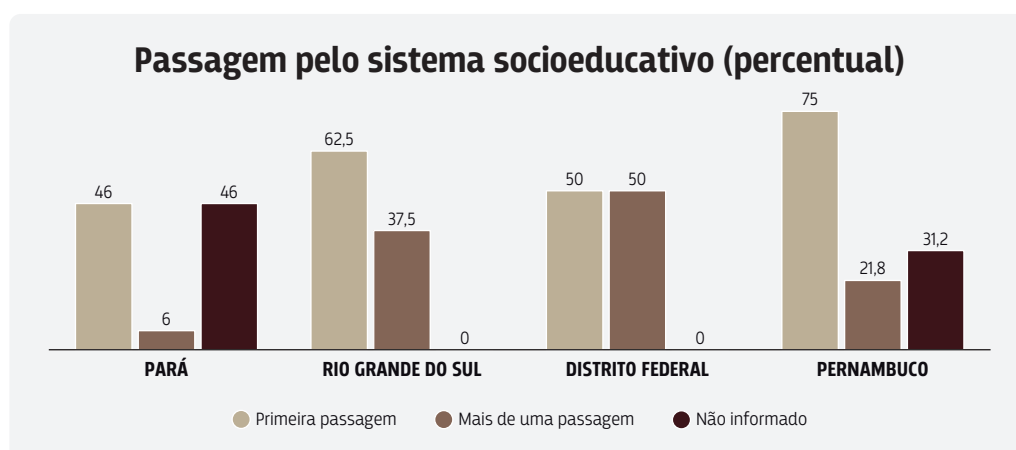


É importante ressaltar que existem intenações indevidas, pois decorrentes da prática de atos infracionais que não ensejam a privação liberdade. Em Pernambuco, há adolescente internada por desacato e ameaça.

Em São Paulo, as entrevistas com funcionários e adolescentes confirmam esse gráfico. Chama atenção, além do tráfico de drogas, a quantidade considerável de infrações patrimoniais e tentativas e concretização de assassinatos. No caso dos primeiros, segundo a advogada que atende nas duas unidades da capital, eles são exercidos por adolescentes que querem certa independência financeira. Especificamente quanto ao tráfico, a motivação parece ser pelo fato de ser um tipo de infração que não requer uso de violência:

F2 – Menina de 14 anos falando: “Ah, não, é porque eu tava com meu marido e aí a polícia veio e tal! Não podia me sustentar, tinha que fazer alguma coisa...” A grande maioria é tráfico [...] um delito considerado assim: “ah, é contra lei, mas eu não tô sendo violenta com ninguém! Eu tô vendendo, eu tô fazendo os meus contatos” Então é uma postura muito mais, assim, emocional e não tanto violenta.

B. Passagens pelo sistema socioeducativo¹⁰

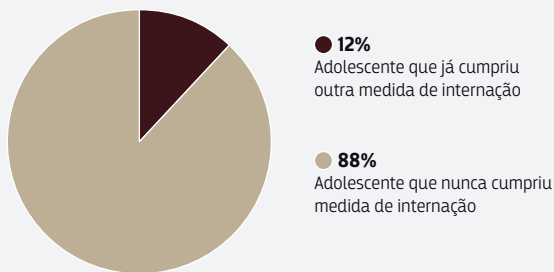


Em São Paulo, não foi possível obter os dados diretamente dos PIAs ou processos judiciais. Portanto, a informação acerca do número de passagens das adolescentes pelo sistema socioeducativo ficou prejudicada. Apenas nos foi informado o percentual de adolescentes

¹⁰ Neste relatório optou-se por analisar o número de passagens pelo sistema socioeducativo, tendo em vista que o conceito de reiteração de ato guarda pluralidade de significados. A princípio não se confunde com reincidência, conceito técnico do Código Penal disciplinado no art. 63 do Código Penal que indica a prática de novo crime após o trânsito em julgado de crimes anteriores. Jurisprudencialmente, há o entendimento da prática de três atos infracionais – sejam eles quais forem crimes contra o patrimônio, como reiterados furtos ou até mesmo ameaça (Superior Tribunal de Justiça. AgRg no HC 207.087/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 23.8.2012; HC: 185490 SP 2010/0172228-2, Relator: Ministro GILSON DIPP, Data de Julgamento: 28/06/2011, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/08/2011; HC: 217704 SP 2011/0211856-4, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 07/05/2013, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/05/2013). Mas também há julgados que referem-se a prática de duas condutas infracionais (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC: 221170 MG 2011/0241400-5, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 26/06/2012, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/08/2012), e mesmo casos em que nenhuma repetição é exigida (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC: 81122 SP 2007/0080154-9, Relator: Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Data de Julgamento: 10/09/2007, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJ 22.10.2007).

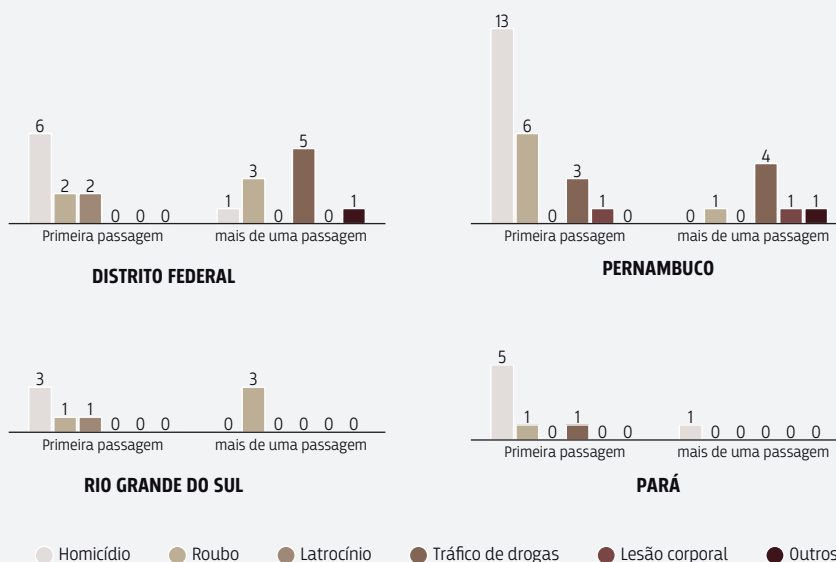
que já cumpriram, anteriormente, medida de internação. Isto é, adolescentes que já tiveram passagem, mas com medida de internação. Essas adolescentes são classificadas, pela Fundação Casa, como “reincidentes”.

Passagem pelo sistema socioeducativo (São Paulo)



Não foi obtida, nos estados, a informação sobre o primeiro ato praticado pela adolescente, nas hipóteses de reiteração. As adolescentes com imputação de atos mais graves como homicídio e latrocínio estão, geralmente, na primeira passagem.

Número de passagens por ato infracional



Em Pernambuco há poucas reiterações no sistema infracional, mas, quando existe, concentra-se no tráfico de entorpecentes – quatro das sete hipóteses de reiteração, estando as outras três diluídas (1 para roubo, 1 para outros, 1 para lesão corporal).

No Distrito Federal, metade das meninas está na primeira passagem pelo sistema socioeducativo. Dessas (no total de 10), a seis é imputada a prática de ato infracional análogo ao homicídio; a 2, latrocínio e outras 2, roubo. Todas as meninas internadas por tráfico de drogas já estavam na terceira ou quarta passagem pelo sistema de justiça juvenil, sugerindo que, ao menos nos casos analisados, não se internou por tráfico de drogas na primeira apreensão da adolescente.¹¹ Os atos infracionais mais comuns no histórico infracional das adolescentes são o roubo (54%) e o tráfico de drogas (33%), seguido, por último, do porte ilegal de arma de fogo.¹²

¹¹ O que, aliás, é o entendimento majoritário dos Tribunais Superiores, tendo sido editada a Súmula 492 do STJ.

¹² Os crimes contra o patrimônio sempre foram apontados como os mais comuns entre aqueles cometidos por adolescentes do sexo feminino, havendo, ao longo da história do sistema socioeducativo do Distrito Federal, uma predominância para o ato análogo ao furto (BRITO, 2013, p. 160). Mantemos o crime contra o patrimônio como a porta de entrada para o sistema infracional, mas, agora, com uma importante participação do tráfico de drogas.

5

Etapa qualitativa

5.1 Trajetórias

Nesse ponto, o objetivo é trazer a fala das meninas a respeito de suas trajetórias familiar, escolar, social e de vivência de violência institucional ou não.

Não se pretende com isso unir suas histórias com o ato, em um raciocínio causal. Longe disso, o ponto pretende tão somente entender um pouco melhor quem são essas meninas que o sistema socioeducativo seleciona.

Pernambuco

Muitas adolescentes relatam ter passagens em instituições governamentais e não governamentais, bem como ameaças de morte. Delas, 18,8% já tiveram atendimento no Conselho

Tutelar, 12,9%, durante a infância, passaram por acolhimento institucional,¹³ 12,5% passagem no Cras,¹⁴ 12,5% no Creas,¹⁵ 9,4% com vivência de rua e 3,1% em casa de passagem.

Além do quadro de violações de direitos e rompimentos familiares que levam à situação de vulnerabilidade das adolescentes, o índice de meninas ameaçadas de morte, 9%, corroboram a vulnerabilidade social, comunitária e familiar das adolescentes.

A vulnerabilidade social e econômica das adolescentes é apresentada na seguinte fala:

[...] pessoas que num tinham a menor condição financeira, miseráveis, se alimentam porque tão aqui e se voltar pra rua não tem nem o que comer. Assim há uma complexidade de personalidades aqui, mas todas elas têm algum nível de fragilidade, nem todo mundo é culpado, nem todo mundo é inocente, algumas que são vítimas da própria sociedade, do próprio contexto

[...] muitas chegam aqui com saúde fragilizada, má alimentação, aqui tem... bem ou má, mas nós temos alimentação, há um corpo de enfermagem, há uma equipe pra escutar as histórias, orientar e fazer contato com família [...] (F1).

A assistente social consegue resumir o perfil das adolescentes:

[...] essas meninas são meninas de famílias vulnerabilizadas socialmente, meninas de famílias fragilizadas com histórias de violência: violência pais mães ou irmãos, que têm histórico criminal, pobreza extrema algumas, nem todas que não tiveram oportunidades na vida, outras que foram por questão de má companhia e más amizades, foram na cabeça de amigos, não escutaram, feito muitas disseram – se eu tivesse escutado meu pai e minha mãe eu não estaria aqui... mas se você for na casa não tem um grão de arroz para cinco ou seis pessoas (F2).

E esta mesma profissional relata, muitas vezes, estar num dilema sobre o futuro da adolescente, pois não cabe ir para acolhimento institucional, por ter família, não é também caso de PPCAM, porque não está ameaçada de morte, mas também não tem como ir para casa, que é extremamente precária e a família completamente desestruturada, quando existe. “E aí, como faz, solta no mundo?”, relata.

Há quadros sobre uso de drogas lícitas e ilícitas desde muito novas. A fala das adolescentes aponta que fazem uso de drogas lícitas, distribuídas em cigarro e álcool, cujo início se deu, na grande maioria entre 11 e 15 anos, mas com relatados desde os 10 anos.

P – e usar alguma coisa vocês usavam?

A1 – eu já usava, eu fumei maconha. Tudo tem a primeira vez pra alguma coisa, aí eu vi minhas amiga fumando maconha, aí eu fui experimentar, fumei umas três quatro vezes depois eu deixei.

13 Medida Protetiva especial, destinada a adolescentes em situação de risco, dentre as hipóteses, a ausência ou omissão dos pais ou responsáveis.

14 O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que tem como atribuição ofertar serviços e ações de proteção básica no território onde está localizado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. BRASIL. Política Nacional de Assistência Social Pnas/ 2004 Brasília, Novembro 2005.

15 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social é uma unidade pública que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

A1 – mas eu já fumei maconha, já cheirei cola, já experimentei o crack, de tudo um pouco na minha vida eu já fiz.

A1 – eu já experimentei e não é do jeito que os povo dizê não e até hoje eu tinha dez ano quando eu experimentei e hoje em dia só maconha. Já cheirei cola, já cheirei pó (A1).

A2 – eu fumava mas não era viciada só... eu fumava direto, todo santo dia.

A2 – eu fumava mais de noite só pra chegar em casa e minha mãe ficar já... e trancava a porta do quarto e ia dormir.

A2 – eu até agora só experimentei maconha e pó né? Pedra e dar tiro direito na lata do carro. Graças a Deus não (A2).

Durante as entrevistas e observações não se pode perceber a existência (ilícita) de drogas no interior da unidade. Apenas em uma ocasião uma das adolescentes afirmou para um dos pesquisadores que determinada ocasião foi possível “colocar pra dentro” alguns cigarros de maconha, porém sem indicar como isso se deu.

A funcionária relata o perfil no que tange ao uso de drogas:

A maioria quando estava lá fora eram usuárias em algum tipo de entorpecente, quando vêm pra cá elas ficam sem, porque aqui elas não podem usar, então algumas quando saem a gente sabe que vai voltar a usar, mas a gente conversa muito. Graças a Deus eu num presenciei nenhuma crise de abstinência. Eu sei que é duro lá fora eu já acompanhei casos, então assim, a maioria eram usuárias lá fora como elas dizem mundão, muitas eram usuárias de maconha, a maioria delas, poucas de cocaína, poucas de crack. A maioria é de maconha e álcool (F2).

Um fato observado na unidade é que a coordenação técnica mantém um acordo entre as adolescentes, como uma espécie de regra de fornecer três cigarros por dia, após cada refeição, e caso as obrigações pessoais atribuídas a cada adolescente não sejam cumpridas, elas deixam de receber o tabaco, estejam ou não as adolescentes em condição de gestação.

Em termos de marcas pessoais, muitas adolescentes relatam violência doméstica dos pais para com as mães, como indica este:

Meu pai pegou o revolver do cara que morreu, aí quando foi outro dia, meu pai sumiu pá matar minha mãe porque ela tinha dito as puliça que tava lá no beco. Aí meu pai pegou deu um tiro de doze e minha mãe tava com a cabeça assim, mas pegou no contador da luz lá de fora. Aí quando penso como foi na hora, foi Deus (A4).

Além disso, muitas delas relatam não ser os primeiros membros da família selecionados pelo Sistema de Justiça Criminal ou pelo sistema socioeducativo:

Eu tava fazendo curso de gesso. Aí mainha foi e mandou eu levar o almoço do meu irmão. Aí eu fui levar. Aí meu irmão foi preso no dia. Aí eu comecei a esculhambar os policial (A11).

A4 – eu tava de rolo com o amigo do meu pai. Eu conheci ele quando eu tava indo visitar o meu pai no presídio

P – ah, seu pai estava preso?

A4 – meu pai tá preso ainda

P – [...] e teu rolo vem te visitar?

A4 – ele tá preso também

P – tua filhinha, tem quantos anos?

A13 – tem dois anos e dois meses

P – ela está com o pai ou com alguém da sua família?

A13 – o pai dela tá preso no Aníbal Bruno

Um funcionário relata um histórico de uma das adolescentes: “está todo mundo preso – a mãe, o pai, os irmãos e ela aqui. A mãe tá em cidadex o pai tá em cidadey,¹⁶ o irmão tá no Aníbal Bruno e por aí vai” (F8).

Em geral, as adolescentes narram o envolvimento com o ato infracional como uma experiência da adolescência, como relata uma delas:

Eu tava na escola, aí eu fui num influência de amizade: “bora, Dudinha, pra praça, fumar maconha”, aí eu ia; não pensava no meu futuro na minha frente e ia mimbora pá praça, aí ficava fumando maconha; chegava só no outro dia em casa; minha mãe preocupada comigo. Aí nisso eu fuiii na influência e largando o estudo, largando o estudo, aí parei na sétima série, aí fui mimbora ficar cum minhas amizades, pensando que minhas amizades era melhor que os meus estudos, aí quebrei a cara! Aí hoje eu tô pagando por um erro que eu fiz lá fora (A3).

Distrito Federal

Não foi possível obter nos documentos das adolescentes informações sobre passagens anteriores em instituições governamentais ou não governamentais. Uma delas relata experiência de rua ou moradias muito precárias e de extrema vulnerabilidade decorrente de rixas, brigas que, segundo ela, são “do mundo do crime”:

P – Tu morava com quem?

A6 – Ca minha irmã. Minha filha e meus sobrinhos.

P – Tu tem uma filha?

A6: Tenho, só que ela tá num abrigo. Aí a minha irmã foi presa.

P – E teus pais?

A6 – Morreram.

P – E como tu veio parar aqui?

A6 – Por causa de tentativa. A menina tá até aqui.

P – Aqui?

A6 – uhum

¹⁶ Os nomes reais das cidades foram ocultados a fim de evitar identificações.

P – E o que aconteceu?

A6 – Ah, é que na vida do crime você sabe né? É o certo pelo certo e o errado, o errado é cobrado. Aí ela era pé de pano...

P – O que é pé de pano?

A6 – Pé de pano é a mulher que pega homem casado. E muito nem foi por causa disso, foi porque ele tinha considerado que eu tinha ganhado a irmã dela. (inaudível) eu surtei mais ainda e acabei dando uma facada na irmã dela. Aí eu tenho duas tentativa.

P – E tu usava droga?

A6 – Usava...

P – Usava o que?

A6 – Maconha (inaudível) rophnol... tudo

P – E tu tinha medo dessa vida que tu levava?

A6 – Tenho. Eu levei seis tiro, ó [a adolescente mostra as cicatrizes ao pesquisador] ó aqui ó, eu levei seis tiro [inaudível] eu usava uma sonda bem aqui ó.

P – E tu levou esses tiros de quem?

A6 – De um menino lá... meu irmão matou... só de ser irmã dele... é que ele matou uma pessoa e a outra pessoa cobrou, entendeu?

A maioria delas relata ter deixado a escola em algum momento da vida, o que é reverberado pelos dados quantitativos acima expostos:

A2 – A escola não tinha aula, tipo era uma escola muito, não sei, não tinha professor, a gente ficava dentro da sala sem fazer nada. Aí depois tinha prova e não dava nem o conteúdo. Aí eu decidi para a escola.

P – Você ia para onde?

A11 – Pra casa das amiga. Aí lá eu voltei a estudar, porque as mãe das menina forçava eu estudar, aí eu ia pra escola. Aí quando foi no meio do ano, eu fui morar com outras pessoas, outros amigos, aí eu parei de estudar. Aí depois eu fui morar com minha tia e minha tia me botou pra estudar. (A tia da adolescente é a sua sogra, com quem ela passou a morar quando iniciou o namoro, que já durava dois anos)

A1 – E escola era pública, mas eu quis parar de estudar.

P – E sua mãe, o que ela achava disso?

A1 – Não, minha mãe ela não concordou. Mas eu queria trabalhar.

P – Ah! Você trabalhava?

A1 – Ahan, eu não gosto de falar, mas eu traficava. É, é isso, eu traficava.

A6 – Estudei até a segunda série.

P – E tu largou por quê?

A6 – Ah, eu deixei mais por causa da vida do crime, né... eu larguei tudo né, deixei tudo. Até a minha filha de lado.

Algumas adolescentes fazem relato de violência sexual e física, normalmente provenientes de membros da família:

P – Você já viveu alguma experiência de violência sexual?

A3 – Já, mas... não chegou a acontecer, mas quando eu era mais nova não chegou a acontecer, mas quase aconteceu. Foi dentro da minha própria casa, com o marido da minha mãe.

P – Você já sofreu alguma violência? Física, psicológica, sexual...

A1 – Não, agressão física já.

P – Foi com o namorado, com o marido?

A1: Não... a gente brigava assim... aí quando brigava saía nos tapas

Muitas delas relatam já ter familiares, amigos/as ou companheiros(as)/namorados (as) selecionados pelo Sistema de Justiça Criminal ou pelo sistema socioeducativo. As meninas não costumam ser a primeira “queda” no sistema de controle:

A3 – Eu morava em apartamento, dois quartos, sala, cozinha e área de serviço. Morava eu, minha mãe, marido da minha mãe, meus cinco irmãos pequenos.

P – Você é a mais velha?

A3 – Não, tem um irmão mais velho, de vinte anos.

P – Só que ele não morava com vocês?

A3 – Ele tá preso também.

P – Você tinha muitos amigos onde você morava?

A3 – Tinha, amigos não, mais conhecidos.

P – Quantos mais ou menos? Aqueles mais íntimos, que você conversava mais...

A3 – Uns três, quatro, os mais íntimos.

P – Eles eram seus amigos de vizinhança?

A3 – De infância.

P – E o que vocês faziam juntos?

A3 – Nossa! Você quer saber mesmo?! Nós roubava, traficava, matava... só isso que nós fazia junto.

P – Eles tinham a mesma idade que você?

A3 – Não, eu era a mais velha do grupo.

P – Onde é a sua casa? Onde você mora?

A1 – Eu moro em Taguatinga, na verdade estou na casa da minha mãe.

P – Você morava com a sua mãe? Antes morava com quem?

A1 – Eu já fui casada, só que ele foi preso. A gente morava no P Sul. Aí minha amiga foi morar comigo

P – E morava só vocês duas? Morava eu, ela, a filhinha dela e uma outra amiga nossa.

P – Como é que foi a tua história? Como é que tu veio para aqui?

A4 – Eu tinha um namorado, o Flávio¹⁷, que ele também tá preso. A gente namorava e a gente mexia com tráfico de drogas lá em Taguatinga. Aí tudo bem. Aí ele já foi preso um monte de vezes e aí nesse dia a gente tinha acabado de sair do shopping e aí ele tava com droga e eu também.

17 Nome fictício.

Ao se referirem aos seus atos, algumas expressam estar em busca de independência ou mesmo poder de compra:

P – Por que você veio parar aqui?

A1 – Você diz o ato infracional?

P – Sim.

A1 – Tráfico de drogas.

P – Foi a primeira vez que você cometeu e veio pra cá ou você já tinha cometido várias vezes e deu errado essa?

A1 – Várias vezes, várias vezes. Eu saí, voltei...

P – Quando você se envolveu com tráfico, o que você buscava? Assim, qual era seu objetivo?

A1 – Ah, meu objetivo! Eu não queria pedir nada pra minha mãe, entendeu? Ela não podia me dar roupas de marca no meu aniversário... Meu objetivo era esse, para ter dinheiro pra comprar minhas coisas. Exatamente.

P – Consumo?

A1 – É.

P: Você teve contato com o tráfico por meio de alguém?

A1: Não. Eu via as pessoas vendendo... ganhando dinheiro. Aí quis também.

A5: Eu fui mesmo porque eu não tinha vergonha na cara mesmo, eu via o povo fazendo e eu queria fazer também. Eu nunca dependi da minha família pra nada, eu sempre quis ter minhas coisas. Quando eu engravidei minha família jogou muito na minha cara. Tipo eles não me ajudou a comprar nada da minha filha, fui eu que fui pedindo...

Grande parte das adolescentes relata ter feito uso de drogas e somente poucas se entendem como dependentes:

P – Você tem dependência química de alguma substância? Você fumava ou cheirava alguma coisa?

A2 – Eu cheirava cocaína.

P – E você sente falta?

A2 – Na real: mais ou menos. Tem um lado da droga que é bom né, pra mim faz um pouco de falta.

P – Você fez algum tipo de tratamento pra drogas?

A2 – Não.

P – E outras meninas?

A2 – Sim, tem umas que têm. Tem uma que usa pedra, crack, aí elas têm que passar por isso.

P: Você já usou algum tipo de droga? Você tem alguma dependência química?

A9: Dependência eu não tenho, não. Mas já usei. Mas nunca gostei muito não.

Uma das adolescentes se refere ao início do consumo de drogas como o momento em que sua vida teria “desandado”:

P – Tu estudou até quando?

A4 – Até a 7ª série.

P – Tu não gostava do colégio?

A4 – Não, assim... Eu gostava de ir pra escola só que depois que eu comecei a usar drogas, essas coisas assim eu não tinha mais paciência pra ficar dentro da sala de aula, entendeu? Era irritada com todo mundo, qualquer pessoa eu já achava que queria fazer mal pra mim. Sei lá, eu ficava meio naquela. Depois eu parei de ir pra escola. [...]

A4 – Eu comecei com dez anos a usar drogas. Aí eu já fazia tratamento no negócio de drogas, o Caps, não sei se você já ouviu falar. Eu fazia o tratamento lá, desde a rua eu fazia o tratamento lá. Aí eu parei de usar droga. Aí depois que eu vim pra cá eu nunca mais usei. Só uso cigarro mesmo.

Uma das adolescentes possuía uma condição socioeconômica bastante diferente das demais, fato esse que ela mesma ressaltou em sua fala:

A8 – Minha família tinha boa estrutura. Eu nunca passei dificuldade. Mas mesmo assim eu era meio rebelde.

Rio Grande do Sul

A vulnerabilidade familiar, pensando-se pela fragilidade dos laços, faz a contabilização de que 11 das meninas internadas se encontrariam nessa condição. Entretanto, é pertinente observar que a maior parte desse tipo de informação vem dos PIAs, isto é, passam pelo que as técnicas averigam ser uma família estruturada ou não.

Entre as 19 meninas entrevistadas, 16 relataram uso de drogas – sendo que, nos PIAs, apenas constavam aquelas meninas que tinham um uso mais prejudicial de substâncias, necessitando de algum encaminhamento na área de saúde mental.

As meninas internadas no Casef apresentam diferentes relações e usos com substâncias entorpecentes. Importante destacar trecho de entrevista:

A1 – Eu pensava tudo errado. Não, porque amanhã tipo, eu surtei antes do tempo, sabe? Antecipadamente. Não, não vai dá errado. Não vou largar das drogas, também quero morrer, eu pensava assim, sabe? Quero morrer por causa disso. Eu não tinha mais nada a perder. Vou morrer. Quero usar, daí usava, usava, usava, sabe? Não tava nem aí. Pra ti vê, nem banho eu tomava na rua [...]

P – E morava. E por que que tu acabou vindo pra cá?

A2 – Ah, por besteira né, fui fazer o que não devia, fui nas pilha de um guri, do meu amigo, um guri que eu ficava, aí ele foi fez o negócio e eu fui junto, daí vim parar aqui.

A3 – Aaah eu ficava com a minha irmã que é famosa traficante, né? Que tá aqui comigo agora...

P – Tá aqui?

A3 – Tá aqui. Tá presa junto comigo. Minha irmã... e eu gostava de ficar com ela e com os guri. Foi aí que eu caí de volta. Me envolveno. Começano a me entrosar de novo aonde não era pa mim tá.

São Paulo

Em São Paulo, conhecemos todo tipo de garota. Muitas já tinham passado por abrigo ou mesmo cumprido outras medidas socioeducativas:

P – E por que você veio pra cá pra Fundação Casa?

A6 – Porque eu desacatei o promotor quando eu fugi do abrigo, dano ao patrimônio público e ameaça.

P – E foi a primeira vez que você veio pra cá ou já tinha passado antes?

A6 – Já tinha vindo pra cá já, essa é minha terceira passagem aqui.

P – E você acha que dessa vez é diferente, mudou alguma coisa?

A6 – Mudou nada.

P – Quanto tempo tinham sido as outras internações?

A6 – A primeira vez eu fiquei cinco e doze dias, e minha provisória eu fiquei um mês e quinze dias.

P – E agora você tá aqui há quanto tempo?

A6 – Fiz onze meses ontem, tô de resposta.

P – As outras vezes foram pelos mesmos motivos?

A6 – Foi

P – E que que aconteceu pra você ter desacatado o promotor, você quer falar um pouco sobre isso?

A6 – Porque eu fugi do abrigo, aí eles falaram que era pra eu voltar e eu não voltei, fiquei um mês fora de casa, aí quando eu voltei eles falaram que o promotor queria falar comigo, só que ele começou a me desacatar, me tirar verbalmente, aí eu xinguei ele.

P – Isso lá no abrigo ou em alguma audiência?

A6 – No Fórum

P – No fórum?

A6 – No fórum. Ele falou que eu parecia uma favelada, uma noia, falou um monte de coisa, aí eu fui lá e xinguei ele.

P – Ele falou isso pra você?

A6 – Falou.

P – Você deve ter ficado bem brava né?

A6 – Fiquei no ódio.

P – E foi o mesmo promotor as três vezes?

A6 – Foi.

P – E o defensor que te ajudou foi o mesmo?

A6 – Foi [...]

P – A primeira vez que você veio pra cá, você tinha quantos anos?

A6 – Tinha doze.

P – E a segunda, você tinha quantos?

A6 – Treze.

P: E agora?

A6 – Vou fazer catorze.

P – Mas então não é a primeira vez que você veio parar aqui?

A1 – Não. Sétima.

P – Sétima vez. Mas todas as outras foram por causa do roubo?

A1 – Roubo e agressão. [...]

P – E nas outras vezes que você foi internada você não pensava assim?

A1 – Eu não fui internada, fiquei só 45 dias e peguei 3 meses fiquei na semi, fiz prestação de serviço.

Muitas adolescentes relataram o uso de drogas, lícitas e ilícitas.

P – Antes de vir pra cá, você ficava mais em casa ou mais na rua?

A5 – Mais na rua.

P – Tá. E o que você ficava fazendo?

A5 – Ficava usando droga.

P – Usando droga... Qual droga?

A5 – Ah, usava crack.

P – E você se sentia bem morando na rua?

A5 – Me sentia bem. Me sentia bem, por causa eu ficava a noite inteira usando droga, né? Acho que me sentia bem, né? Porque a noite inteira virada assim na rua, acho que me sentia bem. Mas agora acho que eu assim se eu usar, eu vou me sentir mal, né? Dormir na rua, eu não sei...

P – O que você usava?

A3 – cocaína, maconha e lança. Eu não conseguia parar. Mas agora eu nem sinto tanta falta da droga. Só sinto falta do cigarro, assim, porque no cigarro eu sou mais viciada.

Segundo a psiquiatra de uma das unidades, o número de meninas em acompanhamento por uso de drogas representava cerca de 1/3 das adolescentes da unidade.

Perguntadas sobre suas vidas fora da unidade, a maior parte disse já ter frequentado médico – sem especificar especialidades – e dentista; possuíam referências familiares, mas já se entendiam como independentes; ter baixa frequência na escola e uma rotina preenchida basicamente por distrações com amigos.

P – Certo! E antes de vir pra cá?

A11 – Ai... Ah, eu saí muito nova de casa, né? Eu saí de casa eu tinha 15 anos. Eu ia pra casa dos amigos e tal, dormia lá... Meu pai ficava preocupado, ia atrás de mim... Ah, eu vivia disso, né? De zoar! [...] Daí depois eu com 15 anos comecei a sair de casa, comecei indo pra casa de amigas e não voltava pra casa e passava 1, 2, 3, 4, 5 dias fora.

P – Que que você gostava de fazer antes de vir pra cá?

A13 – Sair com meus amigo, com minhas amiga.

P – Que que vocês faziam?

A13 – Dava um “peão” numa festa, ia pro lago...

P – Você gostava?

A13 – Gostava.

P – Sente falta dos seus amigos?

A13 – Sinto [...]

P – E você tinha quantos amigos mais ou menos assim?

A13 – Ah, tinha uns 10 lá por lá.

P – 10 amigos? e da onde que eram seus amigos? De onde você conheceu eles?

A13 – De lá mesmo.

P – De lá da cidade? Mas da escola... da onde?

A13 – Da rua.

P – Da rua? E você ficava mais dentro de casa ou mais...?

A13 – Ficava do lado de fora, conversando com meus amigos [...]

P – E você estudava antes de vir pra cá?

A13 – Estudava, mas eu parei.

P – Parou? em que série você parou?

A13 – Parei na sexta.

P – E o que você gostava de fazer antes de vir pra cá?

A9 – ah, gostava... ah, não sei, porque eu vivia mais pra rua do que curtir minha vida... ficava só vendendo droga. Não tinha muita coisa que eu gostava de fazer não.

Foi bastante comum aparecer na fala das entrevistadas uma referência às amizades como algo do passado, uma relativização do que seriam verdadeiras amizades e a menção de que, apesar de serem pessoas de muitos amigos, não consideravam ninguém como amigo lá dentro, sendo necessário um estado permanente de desconfiança em relação a todas as meninas.

P – E você tinha muitos amigos?

A9 – Ah, tudo que não prestava...

P – É? Quantos amigos fortes, assim, que você sempre andava com eles?

A9 – Não dá pra saber, porque é vários né... cada lugar que você vai tem gente que não presta. Eu tinha também as pessoas boas, que não mexiam com essas coisas... eles me falavam pra eu parar de mexer com isso, que não ia me levar a lugar nenhum. Diziam que eu só ia ficar magra, feia... mas eu nem escutava o que eles falavam, o que minha mãe falava...

No caso das adolescentes gestantes ou que tiveram filhos na PAMI, existia uma negação em falar dos genitores dos bebês e, em alguns casos, diziam apenas que estavam presos, tinham vida errada e/ou que o(a) filho(a) era só seu.

Chamou atenção o fato de as adolescentes da PAMI não poderem ter qualquer tipo de relação com as demais adolescentes da unidade, com quem tinham contato apenas durante

as aulas da escola oferecidas para todas. Isoladas em um prédio que fica dentro do mesmo terreno da unidade Chiquinha Gonzaga, elas acabam por compor uma comunidade própria onde regras de solidariedade eram mais evidentes. Aliás, esse sentimento é reforçado pelas funcionárias que lá trabalham e, ao que nos pareceu, é como se a maternidade fosse um elemento positivo nessas meninas.

Por não haver acesso aos PIAs, pouco se sabe sobre a circunstância do ato infracional.

P – Vamo lá. Por que você veio parar aqui? O que você fez?

A2 – Eu tava traficando.

P – Você tava traficando? Como que foi? Como que aconteceu?

A2 – Eu tava querendo dinheiro, né? Aí eu fui e trafiquei, né? Fui traficar lá perto de casa.

P – E a polícia te pegou?

A2 – Aí eu tava dentro do prédio, né? Fumando aí a polícia chegou e me pegou. A polícia chegaram e me pegou.

P – Aí eles te trouxeram pra cá?

A2 – Hunhum”

P – Nossa... E o que que aconteceu que você veio parar aqui?

A3 – Meu b.o?

P – É.

A3 – Roubo. Eu e minha, essa parceira do mundão, a gente roubou e eu tava andando de carro, eu sei dirigir.

P – Ah, você dirigia?

A3 – Aham.

P – Carro de quem?

A3 – Carro roubado.

P – Carro roubado?

A3 – Aham... Aí eu tava dirigindo um carro que eu tinha roubado no dia anterior. As minhas duas passagem, eu tenho duas né, passagem. Essa é a segunda.

P – Ah, essa é a segunda?

A3 – Aham. Mas a primeira eu só fui pra delegacia, assinei e saí.

Boa parte das adolescentes também relatou não estar sozinha no momento em que cometera a infração ou que recebiam suporte de alguém conhecido ou mesmo da família, com raras exceções.

P – E por que você veio pra cá?

A13 – ai, por b.o.

P – É, de que?

A13 – Latrocínio.

P – Latrocínio? Como é que foi?

A13 – Não fui eu que matei, foi meu cunhado.

P – O quê que aconteceu?

A13 – foi assim... aí o amigo do meu pai chamou – chamou – meu cunhado, que eu já tava “mucho loca” na hora.

P – Que que você tinha usado?

A13 – Pô. Aí ele chamou nós, aí foi eu, meu cunhado e o... o... Fião. Aí nós foi, aí nós chegamo lá e eu fiquei do lado de fora. Eles falou que ia roubar o véio, aí eu não fui, falou que ia roubar o véio. Aí chegou no Conchal e meu cunhado deixou eu. Aí vim eu e o Fião embora. Aí chegou no Conchal, passou no jornal que o véio tinha morrido, fiquei sabendo... passou no jornal que o véio tinha morrido, daí eu caí como laranja.

Muitas meninas se referiam aos seus atos como uma maneira de adquirir poder de compra:

P – O que que te motivava a roubar?

A3 – Ostentação.

P – É? Ter dinheiro para comprar as coisas que você queria?

A3 – Aham.

P – Desde o começo foi isso?

A3 – Porque oh, é, eu nunca precisei roubar assim pra colocar as coisas dentro de casa, sempre a minha família trabalhou. Só que eu queria, o que os outro tinha eu queria... Só que eu queria o melhor daquele pra não ser igual os outro. Eu roubava um carro... Teve um carro que eu vendi, sete mil reais. Aí só roubou eu e minha parceira, aí deu três e meio pra cada. Eu dei quinhentos reais pra minha vó, né... Eu falei que eu tinha ganhado. Aí ela perguntou de quem eu falei que tinha jogado na mega sena.

P – Você traficava pra comprar droga?

A12 – E pra comprar umas coisas pra mim também. Eu não usava muito. Eu não era muito de usar, é que meu namorado não deixava. Menos quando eu brigava com ele. Aí eu traficava. Gostava.

Nesse sentido, recorda o pedagogo de uma das unidades de um passeio ao teatro onde, “Depois de oito meses internadas quando saíram para um passeio musical, reparavam os tênis e a marca das roupas das outras meninas, estão presas ao consumismo” (F1).

Pará

As adolescentes cumprindo medida de internação no Cesef são, com a exceção de duas do Tocantins, do estado do Pará. A maioria é natural da capital, Belém, e algumas outras são de pequenas cidades interioranas distantes.

Embora não afirmem expressamente, percebe-se, por meio dos relatos das adolescentes, que todas elas moram em bairros pobres de periferia; nas ditas comunidades, e em casas muito pequenas, especialmente quando se relaciona a quantidade de cômodos com a quantidade de habitantes da casa. Ademais, os salários que sustentam a família são pro-

venientes de empregos dos quais não se espera uma alta remuneração, como empregadas domésticas e vendedores ambulantes. A família inteira, inclusive, muitas vezes, chega a ser sustentada pelo salário de apenas um integrante ou as adolescentes chegam a trabalhar para que a renda familiar seja complementada.

PF – Quantas pessoas moravam contigo?

A8 – 5.

PF – Tua mãe, tu...

A8 – Seis comigo. Cá minha mãe, meus três irmãos...

PF – Éé... como era a tua casa lá no 'bairro'?

A8 – Era de madeira com dois compartimentos.

PF – Aí morava todo mundo... tu dormias com teus irmãos, né?

A8 – É!

PF – Ee... como é que vocês faziam assim... pra sobreviver?

A8 – Como assim?

PF – Éé... a tua mãe trabalhava com quê e do quê que vocês viviam assim...?

A8 – Do dinheiro que minha mãe recebia trabalhano de doméstica.

Os trabalhos desenvolvidos pelas adolescentes, além da aparência de irregularidade, apresentam perspectivas de baixa remuneração. Escutou-se a menção, nas entrevistas, a trabalhos como vendedoras de espetinho ou tapioca na rua, vendedora de verdura no mercado, babá, empregada doméstica, entre outros. Houve, ainda, uma adolescente que mencionou a prostituição como fonte de renda. No contexto do trabalho das adolescentes, percebeu-se que grande parte delas parou de estudar muito nova em razão do trabalho, que era exercido principalmente para ajudar a família.

A6 – Eu num gostava de estudáá... eu estudava, aí no meio do ano eu parava, meus amigo... meus amigo me convidava pá eu i pa festa, aí eu ia. Fugia da escola [...]. Aí depois que eu saí de casa eu comecei a me prostituir... pra mim comprar já minhas roupa, minhaa meu 'ox', maconha... pa mim ir pá festa também cas minhas amiga. Minhas amiga também elas junto comigo, elas se prostituíam [...].

A12 – Eu trabalhava com ela... com minha mãe pra ajudar a manter as coisas na casa.

PF – Tu fazias o que tu...

A12 – Eu cheguei a vender verdura... eu cheguei a trabalha em... com babá... cuidá da criança.

PF – Entendi... tu ficaste quanto tempo assim nesses trabalhos?

A12 – Eu sempre foi desde pequena...

PF – Desde pequena?

A12 – Desde pequena... desde meus 10 anos pra frente... sempre ajudei ela porque tipo assim é mãe, né? A gente num gosta de vê sua mãe pá sustenta três... três filhos, né? Sem pai... [...].

PF – Tu estudaste até que série?

A12 – Até terceira série.

No mais, todas as adolescentes entrevistadas, as quais relataram ter estudado em escolas públicas, apresentaram trajetórias escolares rompidas, tal que apenas duas delas frequentavam a escola quando da prática do ato infracional e, mesmo essas, não estavam no período escolar regular conforme suas idades.

PF – Tu estavas estudando, 'A5', quando tu vieste para cá?

A5 – Não. Parei de estudá vai fazer 4 anos.

PF – Tu tava com que idade quando tu paraste de estudar?

A5 – Meus 10, meus 10 não, mas meus 11 anos.

PF – Um... tu paraste em que série?

A5 – Parei na segunda série.

Não se pode precisar quanto aos serviços públicos oferecidos e desfrutados pelas adolescentes nos bairros em que residiam, salvo no que tange ao serviço de saúde, já que todas as adolescentes entrevistadas afirmaram a existência de posto de saúde no bairro onde moravam. No entanto, algumas situações de vulnerabilidade foram narradas, especialmente no que tange à facilidade ao acesso a drogas em locais próximos a sua residência. Uma das adolescentes, inclusive, afirma que sua avó vendia droga dentro de casa, local onde morava.

PF – E aí como é que vocês faziam, assim, pra se manter tal... pra sobreviver?

A3 – Tem gente que ia usar droga na minha casa dá dinheiro... a minha avó vendia droga [...].

PF – Entendi... tem gente que vai pra tua casa...

A3 – Usar droga.

PF – Aí paga. Ah... entendi, mas, tipo, num era do bairro assim... vai só... lá só pra...

A3 – Às vezes é do bairro, aí as vezes num é.

PF – Entendi e aí a tua avó também vende...

A3 – Um hum.

Importante ressaltar, por fim, que quatro adolescentes afirmaram que, quando forem postas em liberdade, não irão mais voltar para o local onde moravam porque estão sendo ameaçadas pelos familiares das vítimas de seus atos infracionais ou até mesmo pela comunidade. Elas temem, inclusive, pela própria família – que ainda mora no mesmo lugar – já que não são apenas elas os alvos das ameaças.

PF – E como é que tá tua mãe [...]?

A12 – Ela tá correndo risco de vida; ela tá ameaçada.

PF – Por que que ela tá ameaçada lá?

A12 – Por os familiares dele; eles falam se eles verem ela na rua lá eles matam... a minha irmã... tem uma criança no meio também; uma criança; uma inocente. Eles falam que, se eles verem ela, eles matam

[...]. Aí eles ficam ameaçando e num... tipo assim... ela ainda num arranjou lugar pra ela sair de lá; ela ainda num saiu de lá por conta disso, porque ela não tem lugar aonde ela morar aqui, entendeu?

PF – Então tipo... a tua família toda tá ameaçada lá?

A12 – Tá toda ameaçada [...].

PF – E... mas tu vais voltar lá pra 'local onde adolescente mora'? Como é que vai ser?

A12 – Não, não vou poder voltar para 'local'; tem condições não, porque eu tô ameaçada lá. Não posso!

As adolescentes, com a exceção de duas, na data do ato infracional moravam com os familiares responsáveis. Essas famílias, no entanto, normalmente não correspondiam ao modelo da família tradicional, a saber: pai, mãe e filhos. Com frequência, as adolescentes relataram ter sido criadas sem a presença de um dos genitores, havendo incidência maior de adolescentes criadas apenas pela mãe. Algumas vezes, no entanto, um dos pais, para a criação e sustento dos filhos, contava com a ajuda de alguma outra pessoa, geralmente avó ou padrasto das adolescentes. Ademais, a maioria vivia com os irmãos também. No que tange à exceção das duas adolescentes que não moravam com as suas famílias, uma morava com o 'marido' e outra com uma amiga.

PF – Tu moravas com quem lá?

A8 – Com a minha mãe.

PF – E só com a tua mãe?

A8 – Com a minha mãe e meus irmãos.

PF – Quantas pessoas moravam contigo lá em 'lugar'?

A2 – Mora eu, minha mãe e meu irmão.

PF – Irmão menor?

A2 – Uhum.

PF – Quantos anos tem teu irmão?

A2 – 13.

PF – 13? Tá. Tu tens filhos?

A2 – Não.

PF – Não? E com o teu irmão, com a tua mãe, tu convivia bem com o pessoal que morava contigo?

A2 – Convivia.

PF – Uhum. Tu realizava assim atividades com eles, saía pra passear com eles?

A2 – De vez em quando.

PF – Uhum. Pra onde vocês costumavam sair assim?

A2 – Às vezes ia no shopping...

Acredita-se simplória a suposição de que as adolescentes são mais propícias à prática dos atos infracionais em razão dos rompimentos familiares. Conquanto a existência desses rompimentos, foram exceções os relatos de abandono afetivo por parte da família; até mesmo as que chegaram a fugir de casa em busca de um pouco mais de liberdade, asseguraram a

existência de afetividade no seio familiar e atribuíram às fugas da casa incompatibilidades dos estilos de vida; essas incompatibilidades se relacionavam, principalmente, ao estilo de vida festeiro das adolescentes.

A7 – O meu pai me criou desde pequena; até agora que ele me criou... [...] com 15 anos eu saí de casa.

PF – Saíste de casa com 15 anos. Por que tu saíste de casa com 15 anos?

A7 – Meu pai me prendia muito. Meu pai num me deixava ir pras festa; meu pai nu deixava eu namorar.

PF – Afí...

A7 – Eu fugi.

PF – Afí tu fugiste.

A7 – Afí ele foi atrás de mim; chamou o conselho tutelar e tudo, mas num deu jeito de eu ir não [...].

PF – O conselheiro conseguiu... quando te achou.

A7 – Me achou... conversaram comigo, aí eu falei que eu num ia voltar.

PF – Mas, assim, o que é que tu acha disso? Do teu pai ir atrás de ti... hoje tu ainda... tu ainda pensa do mesmo jeito que tu pensava na época que tu fugiste?

A7 – Não, eu penso o contrário.

PF – Como assim?

A7 – Eu penso em trabalhar e ajudar o meu pai; que meu pai vende mocotó na rua.

PF – Tu moravas só com a tua mãe?

A11 – Era! E três irmão meu. Uma mulher... nós somos 4... duas mulher e dois homens [...]. PF – Ee... é... tu te davas bem com essas pessoas lá na tua casa?

A11 – Sim.

PF – Como era o relacionamento de vocês assim?

A11 – Era normal, como uma família unida, a diferença é que tinha era porque eu gostava de festa. Era a única crítica que eles tinham de mim, mas, fora isso, mais nada. Era normalmente. A gente brincava... é... não tinha; não tinha essa frescura de tá xingando os outros... não! Era tudo normal! [...] Pra dizer que eu tinha amiga mermo, só minha mãe e minha irmã, o resto era tudo colega!

Há, assim, constantes relatos das adolescentes no sentido de frequentarem festas normalmente não destinadas a menores de idade, bem como, nelas, o contato e abuso de drogas lícitas e ilícitas. Essa relação com as drogas, no entanto, não ocorre apenas nessas festas, mas faz parte do dia a dia das adolescentes, havendo, inclusive, relatos de que o cometimento do ato infracional foi devido ao uso de drogas.

PF – O que é que tu gostavas de fazer, assim, antes de vir pra cá?

A6 – Eu gostava de sair. Eu gostava de sair cas minhas amigas [...].

PF – Um hum. E que tipo de festa vocês iam?

A6 – Balada. Pá praça... gostava de beber, beber... fumava. Fumar maconha, oxi.

PF – Tu usavas drogas; usas drogas desde quando?

A6 – Desde os meus 15 anos.

PF – Um... e tu estás com... 17, né?!

A6 – 17.

PF – Entendi! As tuas amigas também?

A6 – É!

PF – A tua mãe sabia?

A6 – Não. Aí passou... eu saí de casa... eu brigava muito cá minha mãe [...], aí eu comecei a... a morar cá minha amiga, aí eu... aí eu, depois disso, eu caí na bagaceira. Num tinha controle [...].

PF – Entendi! Por que tu brigavas com a tua mãe?

A6 – Porque ela me dava conselho e eu percebia que tava errado... pra mim, tava errado! PF – Que tipo assim de conselho [...]?

A6 – Pra mim num sair... ddaas minhas amizades, pra mim estudar; eu num gostava de estudar [...].

PF – Quanto é que tu gastava mais ou menos, assim, com droga tal?

A6 – Ahh... negócio de quinhentos.

PF – Mas que... por mês assim oou...

A6 – Não! Por dia!

PF – Por dia?

A6 – Éra.

PF – Quinhentos reais por dia?

A6 – Era! [...].

PF – Por que que tu cometeu este ato? Por que tu te envolveste nisso?

A7 – Eu fumava muito... fumava muito. Eu... fumava oxi, fumava massa, aí eu trabalhava também pra mim sustentar o meu vício!

5.2 Condições do cumprimento da medida

A. Estrutura física das unidades

ECA

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

SINASE

Art. 16. A estrutura física da unidade deverá ser compatível com as normas de referência do Sinase.

§ 1º É vedada a edificação de unidades socioeducacionais em espaços contíguos, anexos, ou de qualquer outra forma integrados a estabelecimentos penais.

Pernambuco

Não foram realizadas fotos na primeira unidade, por proibição da Direção, autorizando apenas as fotos da nova unidade, recém inaugurada, e do anexo.

Sigamos pela descrição do que será denominado de antiga unidade.

O Case era uma casa alugada e improvisada para servir às finalidades. Situava-se em uma residência com dois andares, onde tinha uma pequena piscina e uma pequena área de lazer, a qual denominavam de quadra, porém a mesma tem menos de 5m² de comprimento e nos dias de visita o local é usado para tal finalidade.

Não há local para a realização de atividades esportivas, exceto a piscina, cuja utilização é de lazer e se dá apenas no final de semana. No andar de baixo, ficam os quartos das internas, ao passo que a parte superior da casa comporta a administração. É uma casa com muro protegido de cerca de arame farpado.

Segundo dados oficiais da Funase, a unidade tem capacidade para 10 adolescentes, e, no momento em que a pesquisa começou a ser realizada, existiam 35 adolescentes internadas.

Como a unidade funciona em uma antiga casa residencial, sem qualquer indicação em de placa ou algo semelhante, as pesquisadoras não conseguiram identificar a unidade na primeira visita, especialmente porque, no imaginário, a estrutura seria semelhante à da unidade dos adolescentes do sexo masculino, que se assemelha, claramente, a um presídio. O curioso foi questionar às pessoas na rua, se elas tinham informação onde ficava a unidade, e a maioria delas desconhecia.

Apenas um segurança da casa vizinha, um policial militar, soube informar a localização. Inclusive informou que nos três meses que trabalha na localidade, nunca tinha visto nenhum tipo de problema, apenas o fato de uma gritaria enorme que existe quando elas são colocadas de castigo, ocasião em que falam muitos palavrões e xingamentos.

Ao adentrar no estabelecimento, a segurança da porta é feita por um policial militar. Toda a casa é gradeada, as paredes são sujas e os banheiros dos quartos não possuem chuveiro. As internas tomam banho de balde. As jovens que dormem nos quartos sem suíte dividem um banheiro coletivo.

Existem cinco quartos, e um deles é resultado da transformação da cozinha em quarto, que aloja 10 adolescentes. Todos os quartos não têm portas, e sim grades à semelhança de celas. As meninas dormem em beliches, cada uma com sua própria cama, exceto nos períodos de superlotação, quando passam a dividir camas.

No corredor dos quartos existem duas agentes, que transitam com as chaves das grades e abre somente quando autorizadas pela equipe técnica, de modo que as adolescentes passam o tempo, quando não estão envolvidas com atividades, nos seus quartos, não podendo circular pela casa.

A divisão dos quartos é feita por idade e afinidade entre as adolescentes não havendo respeito por critério de idade, compleição física e gravidade da infração.

No térreo, existe uma sala de televisão que contém uma TV velha, protegida por uma grade, cuja imagem mal pode ser compreendida, um sofá velho e paredes sujas e escritas.

Próximo fica um terraço gradeado no qual as adolescentes jogam dominó. É o mesmo local onde fica bebedouro com água potável e cada adolescente tem sua respectiva caneca para uso pessoal.

Há um terraço com piscina, onde fica o território. Na parte posterior, há uma garagem, onde se pretendia construir uma biblioteca, mas que não se concretizou.

Há um quarto de isolamento nos fundos da casa, destinado ao castigo. É um minúsculo vão sem janelas, muito quente, há uma cama de cimento, e não há banheiro. Nele sempre ficam duas ou mais meninas dividindo o espaço, para o qual, inclusive, levam os seus pertences, e como não há local para colocá-los, ficam ou no chão ou em cima da cama onde dormem, reduzindo ainda mais o pequeno espaço.

As meninas que estão “de castigo” tomam banho em local vigiado por uma agente para que ninguém se aproxime, visto que não há banheiro.

Ainda na parte inferior há uma garagem, com vários entulhos, muito quente.

Na parte superior, há cerca de seis quartos que são adaptados para as salas da administração. Subindo as escadas, à esquerda, estão dois deles: a sala da equipe técnica, onde ficam os documentos das adolescentes, um computador e três mesas, nas quais se revezam a psicóloga, a assistente social, o advogado e a pedagoga e um outro onde, aparentemente, há os encontros das adolescentes com as equipes. Na sala da equipe há também o telefone da unidade, pelo qual muitas das meninas falam com seus parentes.

Seguindo para o lado direito, há a sala do diretor, a da coordenação técnica, um banheiro e outra sala, onde ficam agentes socioeducativos.

As meninas não podem espontaneamente subir, somente quando convidadas. Toda a equipe técnica fica no andar superior, sem qualquer contato com as adolescentes; e no andar de baixo, apenas os agentes socioeducativos.

Não existe na unidade gabinete odontológico, salas de entrevista pessoal de membros da equipe técnica. Também não existem salas de recursos audiovisuais, bem como local específico para assistência religiosa. Não existe creche e local destinado às mães com bebês.

Em relação à nova unidade, que fica localizada no endereço Av. Mário Álvares Pereira de Lira, 1313, Iputinga, Recife/PE; CEP: 50870-275, tem capacidade para 20 adolescentes.

A nova unidade é uma casa com três pavimentos, muros de pedra de estatura mediana para alta, protegidos com arames farpados e tela de proteção (foto 1, 1a, 1b, 1c). Os pavimentos são divididos com grades, cujas chaves ficam na posse das agentes socioeducativas espalhadas em cada andar.

Na parte externa do térreo, logo na entrada, há o almoxarifado e os armários dos funcionários, os banheiros dos funcionários, além de uma piscina, permanentemente suja,

na qual as adolescentes tomam banho nos finais de semana, uma área com *deck* e mesa de madeira, onde ficam as adolescentes, quando não estão nos quartos e ou no refeitório

No interior, a entrada leva a cinco salas distribuídas da seguinte forma: coordenação técnica, secretaria, direção, enfermaria. Existem ainda os banheiros dos técnicos e a o refeitório.

Os andares são divididos por escadas íngremes e em forma espiralada, sem apoio lateral, com grades na subida e na descida. As grades também existem em todos os quartos.

No primeiro andar, existem cinco quartos das adolescentes, um dos quais suíte e um banheiro coletivo. Na área comum entre os quartos, tem-se a televisão colocada nos pés da escada e atrás das grades. Não existem sofás ou cadeiras.

Entre os quartos, há uma varanda que liga todos, além de existir um bebedouro coletivo, em que cada adolescente guarda sua própria caneca.

O quarto 1 é denominado berçário, no qual existem dois beliches (quatro camas) e um berço, onde dormem as adolescentes gestantes e com bebê. Esse quarto é aberto por uma varanda, onde as adolescentes estendem suas roupas.

Como se observa, não se dispõe efetivamente de berçário, não obstante, frequentemente, existem bebês acompanhados por suas mães. Eles ficam nos quartos com as adolescentes que são reunidas, todas que têm filho, no mesmo recinto.

Quarto 2 aloja cinco pessoas, no qual há três beliches (seis camas). O quarto 3 tem dois beliches e acomoda 5 adolescentes, cujos pertences são guardados em uma varanda e, no chão, além das roupas que são penduradas, um varal montado na varanda.

O quarto 4 está inutilizado devido a uma rebelião.

As adolescentes desses quartos dividem em comum um banheiro que não tem portas.

O quarto 5 possui dez beliches, abrigando 10 adolescentes. É um quarto suíte, cujo banheiro (que não possui porta) é utilizado somente pelas usuárias do quarto. Há um pequeno *closet* utilizado para guardar os objetos e roupas pessoais das adolescentes, bem como uma varanda.

Tal como na unidade anterior, inexistente respeito à divisão por compleição física, gravidade de atos infracionais e idade; as adolescentes são distribuídas por grau de afinidade e agora de periculosidade, porque as que consideram mais agressivas estão no anexo da unidade.

No terceiro andar há as salas de aula e outras destinadas a atividades pedagógicas. A escola tem duas salas de aula, cada qual com média de sete cadeiras, a sala dos professores e coordenação pedagógica no mesmo recinto, a sala de informática e a sala de curso profissionalizante de cabelereiro.

Neste andar, também há os banheiros para uso das adolescentes.

Existe uma área ampla, na qual, segundo informações da direção, são realizadas outras atividades pedagógicas, como os ensaios do coral e as atividades de dança.

Essa nova unidade tem uma outra, denominada de anexo, que era a antiga escola que as adolescentes frequentavam, denominada Casa Vovó Geralda, na época da antiga unidade. Essa abriga cerca de oito adolescentes, as quais são consideradas pela equipe técnica mais como “mais difíceis, arredias, problemáticas”.

Não é oficialmente reconhecida pela Funase, pois não é apontada no sítio da Funase, e o diretor apontou não ser de sua competência. Porém, toda a equipe técnica, os agentes socioeducativos e as próprias adolescentes apontaram a extensão na qualidade de anexo.

Trata-se de uma casa muito velha, sem qualquer identificação ou mecanismos visíveis de proteção (foto 37), cuja entrada guarda entulhos, lixo etc., local, inclusive, onde se encontraram as caixas térmicas de transporte de alimentos.

Além disso, na entrada da unidade, guardam-se vários objetos, como uma espécie de almoxarifado da unidade principal. Na entrada da unidade, existem dois agentes socioeducativos que dispõem de uma televisão.

Todos os ambientes são vazios.

No primeiro, andar existem dois quartos, cujas portas são grades, de onde saem fios de energia e antena de TV. O primeiro quarto possui dois beliches, com quatro adolescentes e uma televisão com aparelho DVD e muitos discos de DVD piratas. O segundo é vazio.

Existe um único armário para as quatro adolescentes, de modo que os objetos são colocados nas camas. Esse quarto possui banheiro e suíte compartilhados com todas as adolescentes.

Nesse quarto, a parede possui aberturas para o lado externo, onde existem muitos pombos, de modo que o odor muito forte desse tipo de animal impregna o ar do ambiente. O quarto é mal iluminado e não é devidamente arejado, visto que inexistem janelas.

O que efetivamente se pode perceber é que o anexo é destinado às adolescentes que recebem algum tipo de castigo na outra unidade e para lá são encaminhadas, como foi o caso relatado por todas as adolescentes.

As condições são descritas por uma das adolescentes:

A5 – Você tá escutando pombo? Aqui é cheio. A agente fica com doença, porque as coisas deles entram aqui. Aqui é cheio de barata, a gente pede para dedetizar e ninguém vem, só hoje os ADs é que dedetizaram.

Distrito Federal

A unidade de internação de Santa Maria é a mais nova de todas as visitadas. Inaugurada em março de 2014, passou a acolher todas as adolescentes do sexo feminino que, antes, estavam na Unidade Recanto das Emas (Unire). Para lá, vão as meninas em internação provisória e sentenciadas à medida de internação. É uma unidade mista, em que meninas e meninos ficam separados em duas grandes alas.

Sem dúvida, de todas as unidades femininas conhecidas pela equipe na pesquisa, a de Santa Maria é a que mais se assemelha a um presídio. A arquitetura é de uma penitenciária e a dinâmica de administração do tempo e da liberdade das meninas internamente, também. A unidade fica muito próxima a um batalhão da Polícia Militar. Os agentes e assistentes socioeducativos utilizam roupas pretas, lembrando os agentes penitenciários. Atrás das suas blusas pretas, há o nome “agente”. Internamente, há vários blocos que se assemelham a pavilhões. Cada pavilhão tem uma funcionalidade: pode ser escola, pavilhão disciplinar e, na maioria dos casos, abrigam os quartos, que são como celas.

Em cada quarto, dormem três adolescentes. Eles são equipados com um banheiro e uma cama, além de prateleiras onde as meninas colocam seus pertences. Não há televisão ou rádio e, como nos disse uma delas, nem mesmo tomada.

O regime de contenção das meninas pareceu o mais severo de todos os visitados no Brasil. Segundo o relato que fizeram, ficam trancadas durante todo o dia, saindo apenas para o “banho de sol” e as atividades escolares, esportivas e de lazer. A unidade possui uma quadra poliesportiva (para os meninos e as meninas).

A escola fica em um desses pavilhões e possui várias salas de aula, algumas com portas de madeira e outras com portas de ferro, padrão mais comum na unidade.

No pavilhão das adolescentes internadas, existe uma sala à esquerda onde ficam as agentes. Da sala, através de um grande vidro, é possível visualizar o refeitório e os dois corredores

dos quartos das adolescentes. Essas, de dentro, também podem ver a sala dos agentes. À direita, ficam duas salas de atendimento, onde as meninas também passam por revistas na entrada e saída desse pavilhão.

Seguindo, há mais uma porta, que separa essa antessala do refeitório. O refeitório possui duas grandes mesas de cimento e bancos. À direita, fica um corredor, separado por outra porta de grade, no interior do qual visualizam-se dois quartos. Nesse corredor, ficam as adolescentes “de maior”, conforme relatado pelas adolescentes e funcionárias. Olhando para frente há um pequeno pátio (de cerca de 30 m²), separado também por uma porta de ferro e destinado ao banho de sol das adolescentes. Mais à esquerda, há mais um corredor, separado por uma porta de ferro, onde estão os demais quartos, das adolescentes “de menor”.

Não há, na Unidade de Santa Maria, qualquer estrutura específica para crianças, como berçários, creches ou brinquedotecas. As adolescentes que têm filhos relataram que, às vezes, recebem visitas, embora isso não ocorra com frequência por vários motivos: suas casas são distantes da Unidade que, segundo uma delas, “fica no meio do nada” (fala da adolescente).

A nova unidade é fruto de queixas generalizadas entre as adolescentes, sobretudo em função das poucas atividades de lazer oferecidas e do regime de intensa contenção:

A3 – Não, é bom essa unidade, mas tipo é diferente, porque nós não têm televisão nos quartos, não têm água quente, não estamos estudando ainda, não estamos tendo cursos... só por isso que eu estou achando ruim, mas fora isso, é como qualquer outra unidade.

P – Eu estava reparando, o espaço é maior, né. É, é maior aqui. Você acha isso bom? Acho. E o teu quarto? Você falou que não tem televisão, mas você gosta da sua cama? Do lugar, do ambiente?

A3 – Na real, eu gosto da minha casa. Onde eu não sou obrigada a conviver. Eu admito, eu suporto, mas gostar eu não gosto não. Tem que suportar, né.

Rio Grande do Sul

A infraestrutura da casa, comparada com as outras casas de internação da capital (todas destinadas a adolescentes do sexo masculino), é a melhor. Em geral, o Casef parece oferecer um ambiente mais confortável – se é que se pode dizer isso de uma casa de privação de liberdade – do que as outras casas para o cumprimento da medida em meio-fechado e se diferencia delas em diversos aspectos. Isso porque a pesquisadora responsável pelo campo em Porto Alegre, integrante da equipe permanente, foi à Casa Chiquinha Gonzaga, em São Paulo, auxiliar na coleta de dados e pode, conforme os relatos do seu diário de campo, notar diferenças gritantes em relação à estrutura dos locais.

“A casa de bonecas” se diferencia, também, por sua estrutura e pelas atividades oferecidas. É uma casa bem pintada, colorida, sempre organizada e limpa¹⁸. Isso porque, entre as atividades diárias das jovens, há a obrigatoriedade de fazer faxina. Caso elas recusem, podem vir a cumprir sanções disciplinares.

Quando se entra no Casef, chega-se a um hall onde fica a recepção. Ao lado direito, fica a sala de direção e, perto, uma sala administrativa. No corredor que existe do lado esquerdo, ficam as salas de atendimento dos técnicos da casa, além do consultório médico e do consultório odontológico.

Passando para o interior da casa, encontram-se os dormitórios e no subsolo fica o “projeto lavanderia”, a biblioteca, e Escola Estadual Tom Jobim, o pátio e um salão grande usado para festas.

São Paulo

Diferentemente dos demais estados pesquisados, o estado possui mais de uma unidade de internação feminina. Nele, a instituição responsável por aplicar as medidas socioeducativas de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) é o Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa), conhecida pela mídia e população do estado como “antiga Febem¹⁹” vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Com sede na Secretaria localizada na Rua Florêncio de Abreu, 848, no Bairro da Luz, centro da capital, a Fundação Casa possui um organograma complexo no qual, em seu topo, está o Conselho Estadual de Atendimento ao Adolescente²⁰, seguido do Conselho Fiscal²¹, a Presidência, a Vice-presidência, o Gabinete da Presidência²² que, por sua vez, dialoga com as duas maiores estruturas que são a Diretoria Administrativa que comporta toda a parte de Recursos Humanos, Finanças, Logística etc., e a Diretoria Técnica responsável pela

18 Diferente do que acontece nos CASES onde os adolescentes do sexo masculino cumprem medida. A esse respeito ver íntegra da notícia que relata o pedido, por parte do Ministério Público de interdição do CASE-POA I em março do corrente ano pela falta de higiene e superlotação: <http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/ministerio-publico-pede-interdicao-de-unidade-da-fase-em-porto-alegre-4816.html> acesso em 7 dez 2013.

19 A mudança de nomenclatura de Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor – FEBEM para Fundação Casa se deu após promulgação da Lei Estadual 12.469/06.

20 É composto por: três integrantes da Fundação CASA (incluindo sua Presidente Berenice Giannella e sua suplente); dois da Secretaria de Assistência Social; da Secretaria de Economia e Planejamento; Secretaria de Educação; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania; Secretaria de Segurança Pública; Universidade de São Paulo; Ordem dos Advogados de São Paulo; SENAC – Desenvolvimento Social; SENAI – Gerência de Atendimento à empresa e à Comunidade; uma integrante do Campo de Proteção à Família e ao Adolescente da Faculdade FAMA – Mauá; uma integrante de notório saber (Cenise Monte Vicente).

21 Com apenas um representante da Fundação Casa, um da secretaria da Fazenda e outro do Governo do Estado.

22 Com suas respectivas Assessorias Jurídicas, de Planejamento, de Imprensa, Relações Públicas, Medidas Socioeducativas, Corregedoria, Ouvidoria e a Escola de Formação Profissional.

condução dos trabalhos realizados nas 11 Divisões Regionais²³ distribuídas pelo estado com auxílio das Superintendências de Saúde, Segurança e Disciplina, e Pedagógica e suas respectivas Gerências.

Essa forma de organização é reproduzida dentro das diversas camadas que existem dentro da estrutura da Fundação Casa. Assim, dentro da Diretoria Técnica, nas Divisões Regionais e nas Unidades de Internação, serão encontradas áreas que correspondem a essas três áreas superintendências (saúde, segurança e pedagógica). É com funcionários conduzidos por essas áreas que as meninas lidam diretamente, mas de formas diferentes.

Entender como funciona a estrutura de organização da instituição, que mais se assemelha à definição de rede ou sistema, não é tarefa simples. Para se ter ideia, são aproximadamente 150 Casas que compõem esse sistema. Dessas, 11 correspondem aos serviços oferecidos às adolescentes do sexo feminino: (i) Casa Sorocaba IV (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente de Sorocaba IV); (ii) Casa Chiquinha Gonzaga (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Chiquinha Gonzaga), onde funciona o Programa de Acompanhamento Materno-Infantil (Pami), único em todo estado; (iii) Casa Ruth Pistori (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Ruth Pistori); (iv) Casa de Semiliberdade Azaleia – Zona Leste (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente de Semiliberdade Azaleia); (v) Casa Feminina Parada de Taipas (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Feminina Parada de Taipas); (vi) NAI Americana (Núcleo de Atendimento Integrado de Americana); (vii) Casa Rio Amazonas (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Rio Amazonas); (viii) NAI Santos (Núcleo de Atendimento Integrado de Santos), que recebe gênero feminino; (ix) CAIP Franca (Centro de Atendimento Inicial e Provisório “Arcebispo Dom Hélder Câmara”); (x) Casa Feminino de Cerqueira César I (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Feminino Cerqueira César I); e (xi) Casa Feminino de Cerqueira César II (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Feminino Cerqueira César II).

Essas Casas estão divididas entre: a) Centro de Atendimento Inicial (art. 175 do ECA) onde as adolescentes passariam até cinco dias; b) Centro de Internação Provisória (art. 108 do ECA) onde as adolescentes passariam até 45 dias aguardando julgamento; c) Casas de Semiliberdade (art. 120 do ECA); e d) Casas de Internação (art. 122). Segundo dados fornecidos pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), em março de 2013, a população adolescente do sexo feminino é de aproximadamente 386 adolescentes.

23 São elas: Metropolitanas I, II, III, IV, e V; Metropolitana de Campinas; Vale do Paraíba (Jacareí); Norte (Ribeirão Preto); Litoral (Praia Grande); Oeste (Marília); Sudoeste (Iaras).

[6] Segundo site, na: Saúde seriam as Gerências de Nutrição, Medicina e Segurança do Trabalho, Saúde e Psicossocial; na de Segurança e Disciplina são as Gerências de Segurança Interna, Externa, Operacional e Suporte Operacional; e na Pedagógica a Escolar, Arte e Cultura, Educação Física e Esporte e Educação Profissional. Ver organograma completo em: <http://transparencia.fundacaocasa.sp.gov.br/pdf/OrganogramaFundacaoCASA.pdf>

Desse universo, a equipe da pesquisa, juntamente com a coordenação no Recife, deliberou que seriam incluídas como amostra apenas as unidades de internação feminina, da capital: Casa Chiquinha Gonzaga no bairro da Mooca, zona leste; e Casa Parada de Taipas no Conjunto Habitacional Brasilândia Parada de Taipas, zona norte²⁴. Juntas, essas unidades recebem cerca de 60% de toda a população adolescente do sexo feminino no estado.

As unidades visitadas – Chiquinha Gonzaga e Parada de Taipas – possuem estruturas físicas bem diferentes. A presença de muros altos, grades e portões pesados, no entanto, não consegue desfazer a imagem de “prisões”, termo, aliás, comumente usado pelas adolescentes.

O prédio da Unidade Chiquinha Gonzaga, com capacidade para 120 adolescentes é o maior, possuindo duas alas com grupos de adolescentes distintos que não se cruzam nas atividades durante o dia e um subsolo onde ficam salas de aula, pouco iluminadas. O prédio da Unidade Parada de Taipas é menor, mais iluminado e organizado em módulos pintados com cores diferentes e grafites que remetem à identidade de gênero feminina.

Na entrada de ambas as unidades, há uma “guarita”, geralmente com duas pessoas de segurança, uma janela de vidro aparentemente à prova de balas e duas portas pesadas com trancas liberadas após a entrada autorizada numa comunicação que ocorre por telefone. A parte da frente da unidade é sempre ocupada por funcionários do corpo administrativo e equipe técnica que não costumam ficar no mesmo ambiente que as adolescentes, exceto quando precisam fazer atendimento. Há sempre um pequeno *hall* que dá acesso a essas salas e também ao corredor que nos leva para dentro da unidade, após passar por ao menos uma grade e alguns agentes.

Dentro da unidade, existem dormitórios, banheiros, refeitório com televisão, salas de aula para escola e curso profissionalizante, quadra(s), biblioteca, cozinha e lavanderia. No caso da Unidade Parada de Taipas, os dormitórios, banheiros e refeitórios estão juntos, dentro de um módulo – ao todo, quatro – e lá existe ainda uma piscina. No caso da Unidade Chiquinha Gonzaga, há mais de uma quadra e há também um quarto sem nada chamado de “tranca”.

Nos dormitórios de ambas as unidades cabem de 15 a 20 pessoas, no máximo. Nos banheiros, equipados com aproximadamente três chuveiros, só há divisórias onde há vaso sanitário. Dessa forma, é inevitável que as adolescentes vejam umas às outras enquanto tomam banho. Na unidade Parada de Taipas, há um cômodo ao fundo considerado como “*closet* das meninas” onde elas podem se vestir após o banho. Os poucos pertences, contudo, são geralmente deixados embaixo do travesseiro ou próximo à cabeceira da cama.

24 A escolha se justifica tanto pelo foco da pesquisa em unidades de internação, quanto pelo distanciamento territorial das demais unidades (como Cerqueira César I e II, localizadas no Município de Cerqueira César a aproximadamente 300 km de distância).

A maior parte das salas de aula é pequena e cabe, no máximo, 12 meninas sentadas nas carteiras. Nas duas unidades, existem salas específicas para curso profissionalizante ligado à culinária (como de “salgadeiro” e “cozinha regional”) e cabelereiro com equipamentos necessários.

A biblioteca da Chiquinha Gonzaga fica em uma sala e a da Parada de Taipas no corredor que dá acesso à sala de atendimento da psiquiatra. Elas possuem um número considerável de livros – mas, de conteúdo escolar – sem muita variedade. As adolescentes podem pegar livros. Os livros de literatura, no caso da Chiquinha Gonzaga, são oferecidos por um funcionário. Com facilidade encontramos bíblias por cima das camas.

À parte de tudo isso está a Pami, que, apesar de ficar dentro da Unidade Chiquinha Gonzaga, está em um prédio próprio e tem muitas especificidades por atender apenas às meninas grávidas e as recém-mães, com seus bebês.

O local é silencioso e dispõe de uma sala de estar com sofás e uma televisão. As meninas relataram que, em alguns momentos, podem assistir a ela. É naquela sala, com sofás acolchoados, que elas têm a possibilidade de conversar e cuidar de seus bebês. Também há um refeitório onde ficam as geladeiras (com cadeados) e o micro-ondas. É para lá que levam as refeições, que são comidas à mesa, respeitando uma ordem para se servirem, com bastante cautela.

Existem dois quartos com camas e berços. Cada mãe dormia ao lado de seu bebê. Havia ainda uma sala onde ficavam algumas profissionais quando iam fazer ali seus atendimentos. A estrutura também dispõe de um cômodo onde ficam armários que guardam seus pertences pessoais. Outro cômodo é reservado para os banhos dos bebês. Nesse último, existem duas grandes banheiras metálicas e duchas de água morna. Há também prateleiras com caixinhas decoradas, uma para cada bebê e seus respectivos pertences (alguns fornecidos pela casa, outros são trazidos pelas famílias das meninas).

As roupas dos bebês são lavadas pelas mães, enquanto as roupas delas são fornecidas pela lavanderia da unidade. A Pami possui ainda uma sala própria para atendimento das técnicas e um almoxarifado. Ao entrar nessa área, vemos bebês, carrinhos e brinquedos por toda a parte.

Pará

O Cesef fica localizado em uma área residencial. Na rua que dá acesso à unidade, é possível perceber, de longe, que não se trata de uma residência. Muros e portão altos e estrutura com aspecto de “caixa de concreto” compõem os principais traços que podem dar essa

indicação logo de início. Em uma das laterais da unidade, há um corredor abandonado em que a comunidade costuma depositar lixo e entulhos, o que causa sérios transtornos à unidade, na medida em que implica a proliferação de ratos para lá dentro.

A gerente explicou que o frequente acúmulo de lixo naquela área tem provocado a proliferação de ratos, que entram pelo esgoto nas dependências da unidade, demandando maior frequência em serviços de higienização e desratização. Ela explicou, ainda, que há um projeto de reforma da unidade, já licitado inclusive, em que se busca ampliar a unidade, a fim de ocupar o “corredor de lixo” que fica entre a unidade e o muro vizinho.

O imóvel, como um todo, não se encontra em bom estado de conservação. Internamente, a unidade se encontra dividida em dois grandes espaços: a parte administrativa, que compreende as salas de atendimento, salas de apoio técnico, biblioteca, sala da Seduc (onde professores da rede estadual desempenham parte de suas atividades), sala da enfermaria, refeitório, cozinha, cautela, almoxarifado; e a ala destinada aos quartos-cela, contêncão, lavanderia, pátio, salas de aula, sala da monitoria. A separação entre a parte administrativa do prédio e ala onde as meninas ficam a maior parte do dia se dá por um portão de ferro, com vários cadeados, cujas chaves ficam com os agentes socioeducativos.

A parte destinada aos quartos está dividida em três alas, que se seguem, uma ao lado da outra, em uma espécie de corredor. Cada quarto possui um portão de ferro, também controlado por cadeados. Há grades por todos os lados: nas portas dos quartos, nas entradas de cada ala. A unidade possui 12 quartos-cela²⁵ os quais abrigam, no máximo, três meninas, muito embora haja um armário e colchões excedentes, sugerindo que aquele espaço – não se sabe como – poderá vir a abrigar até quatro meninas. As adolescentes não dormem em camas, mas em colchões no chão, que é bastante úmido. Há apenas um quarto separado dos demais, que possui cama e que se destina a atender à menina que, eventualmente está grávida, na unidade.

Os cômodos estão em condições muito precárias e, conquanto sejam frequentemente arrumados e limpos pelas adolescentes, o aspecto geral é de que estão sujos, sobretudo por conta das paredes, pichadas e com pintura bem velha e descascada. As pichações nas paredes, as quais muitas vezes as preenchem inteiramente, são feitas pelas próprias meninas e consistem, basicamente, recados e gírias e expressões comumente desconhecidas.

Os banheiros dos quartos-cela não possuem porta, também são extremamente úmidos e se encontram em péssimo estado de conservação, o que transmite a impressão de que não

25 A denominação quarto-cela é amplamente utilizada entre as meninas e profissionais. Costuma-se referir a esses espaços como “QCs”.

se trata de um local asseado. Não há box ou cortinas para tomar banho e o vaso sanitário é feito de cimento. Um dos quartos possui um banheiro razoavelmente maior do que os demais, em razão do atendimento a adolescentes com necessidades especiais.

As salas de aula, que ficam próximas aos quartos das meninas, são extremamente pequenas e quentes e possuem um banheiro próprio. Nelas não há aparelho de ar-condicionado; apenas ventiladores de teto antigos. Nesse contexto, embora o número de meninas por turma seja pequeno, as salas são muito abafadas. Outrossim, há um pátio central na unidade, destinado ao lazer das adolescentes. A despeito de possuir uma área relativamente grande, com uma rede de vôlei e duas traves, o espaço para jogos fica bastante limitado em razão da existência de uma espécie de cabana construída no centro do pátio, impedindo a sua total utilização. Além dos espaços destinados aos cursos, e da sala da TV, trata-se do único espaço de lazer das meninas, em que elas passam um período considerável de tempo, que é o da recreação.

O pátio é também a área que conecta uma série de espaços da unidade: as salas de aula, os quartos, o prédio administrativo, todos possuem acesso mediado pelo referido espaço. Ocorrem também, no pátio central, as visitas das adolescentes. Ademais, ainda acerca do pátio, percebe-se nele a existência de arames farpados destinados a impedir uma “rota de fuga” conhecida dentro da unidade, utilizada pelas meninas, já que houve algumas tentativas de fuga recentemente, na unidade. Há espaços para oficinas: uma ampla sala destinada às atividades da oficina de corte e costura, com algumas máquinas de costurar, e também outra sala destinada às oficinas de pintura em tecido, chamada de sala de arte e pintura.

O local destinado ao castigo no Cesef é chamado de “contenção”. Trata-se de uma área isolada dos demais quartos-cela, em que existem dois quartos, que se seguem em um corredor extremamente estreito. Não há colchão nos quartos da contenção e cada um deles possui um banheiro isolado. Ademais, esses quartos são bastante pequenos e um deles sequer possui janela ou exaustor, o que faz com que aquele espaço seja extremamente desconfortável, do ponto de vista da luminosidade, do espaço e da temperatura (o local é muito úmido, quente e com pouca luminosidade). Pelo pouco tempo que se passou na contenção, deu para perceber que se trata de um lugar muito difícil de se permanecer.

Há um local específico para os agentes socioeducativos. A sala destinada a eles é precária, pois encontra-se com as paredes extremamente deterioradas, além de ser extremamente quente e abafada. A sala se encontra no mesmo espaço destinado às meninas, ou seja, é uma das salas pelas quais o acesso se dá pelo pátio central da unidade, o mesmo que dá acesso aos quartos das meninas. A proximidade se justifica pela atividade realizada pelos agentes socioeducativos.

A parte administrativa também carece de adaptações. As salas são muito pequenas e, tendo em vista o aumento no número de meninas internadas, já quase não satisfazem as reais necessidades de atendimento. A unidade, de um modo geral, é muito quente, e os aparelhos de ar-condicionado são muito antigos. Cozinha e refeitório são espaços, apesar da condição geral do prédio, de alguma forma, conservados e limpos. O refeitório é amplo, arejado, com mesas grandes e em quantidade suficiente para atender às meninas. O acesso refeitório-cozinha se dá por uma grade, que também permanece fechada com cadeados. As meninas que estão no refeitório não têm acesso direto à cozinha. A cozinha, inclusive, é muitas vezes utilizada para reuniões da gerência. Há uma dispensa para o armazenamento da comida da unidade. Os alimentos são distribuídos em armários e o acesso ao respectivo local é controlado.

As meninas têm acesso à parte administrativa do prédio somente acompanhadas por agentes socioeducativos. Geralmente vão até a referida parte do prédio, para serem atendidas pela equipe técnica, ou para utilizarem o telefone para entrar em contato com familiares de outras cidades do estado, ou ainda para atendimento na enfermaria. A sala de enfermagem é muito pequena, há uma mesa e uma cadeira disputando espaço com uma maca e um armário onde se encontram localizados os remédios disponíveis na unidade. O atendimento psicológico é feito também em sala própria. Trata-se de uma pequena sala, às proximidades da sala da gerência, contendo basicamente uma mesa e cadeiras. Não há computador na referida sala e o aparelho de ar condicionado – como, aliás, boa parte dos existentes na unidade – encontra-se bem deteriorado e sujo. As meninas, quando são atendidas pela psicóloga ou assistente social, geralmente ficam nesse espaço da unidade. Os pais, familiares ou responsáveis, quando chegam para visitas, também são encaminhados com alguma frequência para conversa com a equipe técnica, naquele espaço, o que subsidia a evolução do atendimento de cada menina.

Os espaços destinados ao atendimento pela equipe técnica, incluindo sala da gerência, sala de controle de registro, sala da equipe administrativa, sala da Seduc e sala de atendimento são, todas, muito pequenas e encontram-se todas no mesmo corredor, na parte superior do prédio administrativo (2º andar). Há ainda a biblioteca, que tem sido repensada, a fim de abrigar um projeto de leitura, ainda em fase de elaboração pela equipe técnica.

A sala mais ampla do prédio administrativo destina-se à gerência da unidade. A unidade possui uma sala de apoio administrativo, onde basicamente dois servidores desempenham uma série de atividades ligadas à rotina interna da unidade.

Por fim, percebe-se que a organização e a estrutura da unidade estão construídas em torno da segurança; com o objetivo de obter maior vigilância, controle e evitar a ocorrência de

conflitos na unidade. Cadeados, grades, quartos sem camas, apenas com colchão, para evitar a utilização dos mesmos em conflitos, banheiros em concreto; salas, incluindo as do administrativo, sempre trancadas com chaves, excepcionando aquelas de maior trânsito, como a sala da gerência e a da equipe administrativa.

B. Escola e atividades pedagógicas

ECA

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

XI – receber escolarização e profissionalização;

SINASE

Art. 15. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação:

I – a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência;

Pernambuco

A Proposta Pedagógica da Funase, conforme documento oficial, tem como princípios “o protagonismo juvenil, a educação emancipadora, a ética e transparência, a construção coletiva do processo pedagógico, a incompletude institucional dentre outros”.

Nesse contexto, existem os programas Travessia²⁶ e o Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado²⁷, estimulados pelo governo do estado com a concessão de gratificação especial para professor com regime de 40h em unidades de atendimento socioeducativo (PERNAMBUCO, 2012).

Contudo, nenhuma das atividades foi observada ao longo do cumprimento da medida, especialmente porque as adolescentes não avançam na formação escolar, não ultrapassando séries letivas. As adolescentes que não sabem ler ou escrever não receberam formação nesse sentido, conforme as entrevistas.

Quando a medida socioeducativa era cumprida na antiga unidade, as adolescentes frequentavam o que se denominava de “Vovó Geralda”, uma espécie de escola destinada

26 O travessia é um programa de Aceleração de Estudos do Governo do Estado para atender a adolescentes fora da faixa escolar de dois ou mais anos no ensino médio e ensino fundamental.

27 Visa a beneficiar o educando que se encontra não alfabetizado na faixa etária a partir de 15 anos de idade.

exclusivamente às adolescentes em cumprimento da medida. As adolescentes que optavam estudar eram levadas diariamente ao local, onde estudavam e participavam de cursos profissionalizantes. Como se observa, a escola não é obrigatória. Uma narrativa de um membro da equipe técnica esclarece:

F2 – Elas não são obrigadas a ir. Vão se elas quiser.

P – Ah é?

F2 – É. Elas têm que ir se elas não forem elas passam o dia no quarto e ficam sem fumar. Sim, mas o que isso resolve? Isso é o que a juíza e o promotor mais levam em consideração é a questão da educação, a frequência escolar e a participação, mas muitas acham que não têm nada a perder, o que tinha de perder já perderam (F2).

Por outro lado, as que frequentam, afirmam não ir todos os dias, mas “quase toda segunda-feira” (A6), seja porque assim desejam, seja porque não há funcionamento da escola:

A5 – De vez em quando é que tem aula, só na segunda, numa semana nunca tem aula todos os dias. De vez em quando mesmo é que tem aula.

A7 – Vê, hoje é segunda, não teve aula, amanhã já disseram que não vai ter, quarta não tem mesmo porque é dia de visita e sexta nunca tem, quase nunca.

Quanto aos conteúdos na escola, as avaliações são no sentido negativo:

A8 – Estuda, maii... a pessoa fica mais burra do que é!

P – Como assim?

A8 – Num ensina nada à pessoa.

P – Você sai aqui da unidade pra alguma coisa?

A9 – Só po vovó geralda. As tia aqui de cima pediu um documento do meu colégio eu acho que vou começar a estudar num colégio de verdade, num sei, aí minha mãe foi fazer meu CPF.

P – Por que o vovó geralda não é uma escola de verdade não?

A9 – Não, é assim: pá aprender quem tem dificuldade a ler a escrever.

P – mas você acha que vai usar isso que tá aprendendo no Vovó Geralda pra alguma coisa pra ganhar dinheiro pra trabalhar quando sair?

A10 – Não. Eu só faço aqui por fazer mermo aí quando eu sair daqui eu só pretendo fazer meu curso mermo e estudar.

Ela ia tão somente para isso e afirmou não existir aula, e sim uma espécie de passatempo. Outra adolescente, que estava no primeiro ano do ensino médio, relata:

Porque eu não posso estudar no colégio, porque o meu caso foi [...]. Tô estudando, tô estudando, maiiis, como é que se diz? Que tem um bucado de menina de sexta, sétima série e eu sou ouvi, ouvinn, ouvinte. Eu sou isso lá na sala de aula. Quando é de tarde não sei o que, aí almoço e vai praaa artesanato, aí lancha [...] (A11).

Uma adolescente tenta resumir o cotidiano escolar, comparando com a unidade de internação provisória

No Cenip a gente estudava, fazia uma tuia de coisa de manhã, aí de tarde a gente almoçava, aí a gente subia fumava e ia dormir, quando era duas hora se levantava e fazia a oficina de novo, aqui num tem nada pra fazer, só assistir televisão e dormir (A10).

Além disso, um fato muito notório da inexistência de atividade formal em termos escolares é o fato de uma adolescente, a única que já tem nível médio completo e que se encontrava já cursando nível superior frequentar a escola, a qual, segundo seu relato, não tinha utilidade nenhuma, porém teria de ir para assegurar impressão de bom comportamento para fins de relatório e receber o cigarro entregue pela coordenação.

A12 – Se a pessoa não for pra Vovó Geralda que é a escola lá, a pessoa fica sem fumar.

P – Você fuma?

A12 – Fumo. É obrigatório a pessoa ir né porque se a pessoa não for a pessoa fica sem cigarro.

Quando ocorreu a mudança para o novo endereço, a escola passou a funcionar dentro da própria unidade. Mas o espaço é pequeno para abrigar todo mundo. Exemplo disso é funcionar na mesma sala a coordenação pedagógica da unidade e a sala dos professores. Segundo uma educadora, ocorre confusão de materiais e desorganização, além da impossibilidade de atendimentos individualizados das adolescentes.

A escola funciona em dois horários para atender a meninas diferentes.

Porém, segundo a equipe técnica, foi uma opção não levá-las para a escola do bairro para evitar brigas, além do problema de as diretoras das escolas recusarem a transferência. A avaliação da mudança foi relatada pela pedagoga da unidade:

Foi uma vitória porque todas elas conhecem a rotina da casa, e ficava muito difícil de conciliar o horário de todas irem para a escola. Um queriam acordar mais tarde, outras se atrasam e terminava atrapalhando todos. Mais recentemente, elas começaram a mudar quando viram que o promotor considerava a nota e a frequência escolar como requisitos para a avaliação (F3).

No momento da pesquisa, 18 adolescentes estavam matriculadas, porém 21 frequentavam a sala, sendo três delas ouvintes. Quatorze adolescentes não frequentam a escola.

Em termos de atividades profissionalizantes, a Funase apresenta convênios, a exemplo com o Núcleo Ariano Suassuna de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Pernambuco, para o oferecimento de cursos profissionalizantes de cabelereiro e ensino da língua espanhola. Porém eles não são executados.

O que existe, como regra, são atividades de artesanato em modalidades diferentes, como *decoupage*. As adolescentes fazem bolsas, sabonetes, caixinhas em mdf, que são vendidos e parte do valor é entregue às adolescentes.

P – Me diz uma coisa, e lá na vovó Geralda o que você faz?

A9 – Eu gosto, é bom, faço todas as tarefa do reforço que eu sou.

P – Tu aprende alguma coisa lá?

A9 – Eu tô fazendo uma casinha pá dá a minha mãe de dois andar de palito de picolé.

P – O que que vocês aprendem lá?

A9 – É casinha, objeto pá vendê lá sede, sabonete, a gente faz sabonete líquido com vários cheiros de morango, chocolate, a gente mermo faz. A professora ensina a gente faz, faz a caixinha pá vender de brinco, caixinha de botá os sabonete dentu, faz muita coisa faz porta-retrato, de isopor.

P – E vocês ganham o dinheiro disso que vende?

A9 – Metade deles, metade da gente.

A4 – Mai eu gosto de fazer os trabalho que tem aqui

P – E quais são os trabalhos?

A4 – Oficina, tem a escola de Vovó Geralda

P – Lá na Vovó Geralda? e faz o quê lá?

A4 – Oficina

P – Mas é oficina de quê? O que faz lá?

A4 – Eficina de fazer essas caixinha aqui ó.

P – Ah de artesanato, né?

A4 – Anrram

P – O que mais além de artesanato? tem de alguma outra coisa que faz além de caixinha?

A4 – Na sala de aula que a gente, assim, eu vou de manhã, aí eu fico escrevendo lá na sala de aula que tem a sala de aula lá, aí quando é de tarde aí eu fico também de tarde e aí eu só venho de três e pouca pra cá.

Em termos de atividade pedagógica, também não foi possível verificar muitas. As adolescentes participam da atividade denominada canto coral em libras, no qual aprendem algumas palavras em libras e realizam apresentações externas.

O coral para as adolescentes é a única oportunidade de realizarem uma atividade em locais externos, como foram duas vezes para a Universidade Católica de Pernambuco, ambas na comemoração da semana da mulher, para unidade masculina de internação de adolescentes e outros órgãos do governo.

P – Me diz alguma coisa boa daqui que tu gosta?

A4 – Alguma coisa boa? [...] tem o coral e a dança.

P – Você participa dos dois?

A4 – Eu participo de tudo, o que tiver aqui eu saio fazendo tudo.

Outra atividade é a promovida pelo Grupo Operacional de Drogadição (GOD) que mensalmente realiza discussões sobre drogas.

Uma narrativa de profissional da equipe técnica exemplifica a falência das pretensões pedagógicas:

R – É muito do espaço físico. As atividades que são que são ofertadas não contemplam todas. Elas elas passam muito tempo, muito, muito. Boa parte do tempo ociosas e a finalidade mesmo de cursos profissionalizantes: aperfeiçoamento profissional é muito falha ainda. Às vezes são ofertadas aqui vagas, mas num tem clientela ou porque a menina não tem escolarização ou porque não tem idade. Até o espaço físico da casa pra se fazer um trabalho mais humano, de ter uma conversa melhor não tem. A gente não tem o espaço essa unidade não tem uma sala pra atendimento individual. Por exemplo, só temos um computador para a equipe técnica (F4).

Como a aspiração profissional das adolescentes é bem diversificada, algumas delas poderiam ser atendidas, caso esses convênios fossem executados. Algumas nutrem maior expectativa quanto ao futuro profissional, enquanto outras desejariam atividades com menores exigências técnicas.

Por exemplo, 69% delas desejam exercer uma profissão que requer formação de nível superior (como advogadas, médicas – em grande maioria – veterinária...) e aos 16 e 17 anos ainda estão cursando o nível fundamental, como já analisado no item sobre a escolaridade. Nesses casos, o cumprimento da medida socioeducativa de internação só compromete o desejo e afasta ainda mais a possibilidade de concretização de sonhos como esses.

Em outras situações, como é o da adolescente que deseja ser psicóloga, ela já estava na Faculdade, cursando o 2º período do curso, quando se deparou com a medida de internação que a fez trancar o curso, e estando em cumprimento de medida há mais de 1 ano e 6 meses, o desejo de tornar-se profissional parece deixar de existir.

O relato da adolescente aponta a frustração

[...] eu já tava fazendo, eu tava crescendo, tava estudando e o juiz vai e me dá uma rasteira pra vim prum lugar onde eu tô parada. Eu nem cresço nem nada, acho que se brincar eu faço é cair pela convivência enfim (A12).

Não obstante as dificuldades apontadas, outros desejos, cuja profissionalização é técnica (cabeleireiro, auxiliar de pedreiro...), como seria o caso de contemplar 31% das aspirações das adolescentes, a forma como é executada a medida socioeducativa não chega sequer a oferecer nada aproximado a isso. Aliás, uma das adolescentes narra que gostava de fazer “unha e cabelo” (A11) quando estava em liberdade e, inclusive, já fazia curso profissionalizante quando foi apreendida.

A unidade não conta com computadores. Uma das adolescentes, que estava fazendo curso técnico de segurança de trabalho, financiado pelos pais, narrou:

[...] no momento o que eu tava precisando era de um computador, não pra entrar na internet rede social isso e aquilo, mas pra ajudar no meu curso que eu preciso muito, enfim e isso aí atrapalha muito até por isso também que aqui não tem estrutura pros adolescentes acessar, sei lá, fazer algum trabalho. Eu tava até fazendo um trabalho um dia desses, tava meio complicado pra fazer porque cada uma das equipe tinha seu trabalho e aqui tem um computador na sala de “E”, um computador na sala de “A”, um ali dentro e outro na sala do coronel. Cada um precisa, fica meio difícil...sei lá, mas enfim (A12).

A impressão é a de que as meninas não têm ocupação, porque elas estão quase sempre jogando dominó, assistindo à televisão ou conversando. Um relato da adolescente deixa isso evidente:

A4 – É capaz de a pessoa endoidar quando a pessoa tá parada no canto.

P – É né? tu fica muito parada aqui ou tem alguma coisa para fazer?

A4 – Eu só não fico muito porque às vezes eu vou jogar dominó pra (encher) a cabeça.

P :- Porque todo mundo joga dominó, né? Estava vendo aí todo mundo jogando né? o que mais o pessoal gosta de fazer é jogar dominó é?

A4 – É ou senão escutar música na sala.

Em relato, uma das adolescentes se expressa da seguinte forma: “[...] atividades socioeducativas, vou falar de mim: o que eu faço aqui [...] nada” (A12). Outra adolescente assevera: “tenho muito tempo livre” (A3).

Esses depoimentos refletem a incapacidade da medida em ser executada em termos estruturais, porque não oferece procedimentos educacionais e de profissionalização suficientes para, por exemplo, preparação no mercado formal. A única alternativa à equipe desprovida de apoio institucional é, por um movimento pessoal, fazer algo possível às adolescentes – aconselhá-las.

O ato de aconselhamento é frequente em todos os relatos da equipe profissional e dos agentes socioeducativos, como nos relatos abaixo:

[...] então a gente tem que tá pra dar um apoio, pra dizer que tá tudo bem, não vai vir nada de fora, fique calma, fique tranquila que tudo vai se resolver. Elas já se acalmam. Elas chegam aqui estressadas tudinho, a gente dá uma dura às vezes quando é preciso, mas quando é pra passar a mão na cabeça a gente passa sim, quando precisa chamar e dar o choque de realidade também se dá e elas escutam a gente (F2).

Enfim, a regra geral é do aprisionamento. Impossibilidade de ir à escola, de frequentar locais para interação, um paradoxo, pois, quando a pedagoga foi questionada sobre a melhor forma de realização de socioeducação informou: “os passeios culturais de lazer. Esses dão uma integração mais legal com a sociedade e eu faço duas vezes por ano, no período de férias – janeiro e julho. Mas elas sempre voltam agradecendo, pedindo novo passeio” (F3).

Mas esses são restritos, pois sempre há “o risco das meninas fugirem” (F3).

Distrito Federal

No caso do Distrito Federal, todas as meninas relataram que não estavam estudando. Há de se mencionar que, à época da pesquisa, a Unidade contava com apenas dois meses de uso e, segundo explicado pela diretoria e coordenação, estavam em fase de adaptação das atividades.

A Unidade possui um pavilhão que é destinado à escola (imagem 8 e 9) onde serão ministradas as aulas. Em julho de 2014, quando a coordenadora da pesquisa voltou à Unidade, recebeu a informação de que a atividade retornou de forma precária e que no mês de julho todos estavam de férias. Quando indagado às adolescentes, elas afirmaram que só existiram aulas para os meninos e atividade das meninas só teriam início em agosto.

Estava em andamento, ainda, na época da pesquisa, o projeto “Leitura – A arte do saber”. O objetivo do projeto é estimular a leitura por parte das meninas. Elas devem ler um livro e escrever uma resenha. Se o fizerem, ganham o que os funcionários e elas mesmas chamam de “regalias”, sendo a principal delas um telefonema para seus familiares.

A3 – Agora vem um homem aqui e entrega uns livros. Aí eles tão dizendo que se a gente ler, a gente vai ter benefícios. Ligação e tudo o mais.

Na unidade, as adolescentes que recebem visita não podem telefonar; a maneira possível de usar desse meio de comunicação é por meio das resenhas dos livros. Como nos demais estados, muitas adolescentes expressaram desejo de seguir profissões que exigem nível superior, mas outras se referiram a atividades que prescindem dessa exigência.

A2 – Trabalharia com salão. Mas eu não quero isso pra minha vida eu quero algo melhor... Eu pretendo terminar os meus estudos, cursar uma faculdade de enfermagem e pagar uma faculdade de Direito.

De toda forma, a unidade não contava com escola nem cursos profissionalizantes em andamento.

As adolescentes relatam, ainda, não ter qualquer tipo de atividade de lazer.

P – Você cumpre a rotina, os horário das atividades?

A3 – Cumpro sim.

P – Já deixou de cumprir? Já teve algum problema em relação a isso?

A3 – Já, no início quando eu cheguei eu dava mais trabalho.

P – Você resistia, não queria fazer as atividades?

A3 – Nenhuma. Não queria ir pra escola, não queria ir pra curso, pra nada entendeu? Mas eu tinha que ir...

P – Mas o que que acontecia quando você falava: não, eu não quero ir!

A3 – Ficava de medida. É tipo sem banho de sol, sem ver televisão, isso.

P – E aqui dentro tem normas que vocês têm cumprir?

A9: Tem. Tem que seguir o procedimento aqui dentro. Respeitar as agentes. Ir pra escola. Fazer os serviços.

O que se extrai, portanto, é que o aprisionamento é o cotidiano da unidade, com desrespeito aos direitos do adolescente de não ter seu curso escolar interrompido.

Rio Grande do Sul

As meninas têm diversas opções de atividades, trabalhos e cursos. A escola acontece nos três turnos – manhã, tarde e noturno –, e o horário de aula vai depender da turma que a menina está cursando. Para as meninas que não estudam pela manhã, há as seguintes possibilidades: fazer um curso profissionalizante (dentro do Casef); participar de um estágio, se a menina estiver em ICPAE; trabalhar remuneradamente no Projeto Lavanderia ou, ainda, a opção do horário de leitura na biblioteca da casa.

O Projeto Lavanderia acontece pela manhã e pela tarde e é uma possibilidade de as meninas começarem a juntar um dinheiro dentro da casa. Ganhando aproximadamente meio salário mínimo, as meninas que participam do projeto – que não pode ser qualquer uma, tem um perfil a ser considerado por ter de operar a maquinaria industrial – lavam as roupas de todo o complexo da Fase de Porto Alegre.

Existe, também, outro projeto que é o do Minilanches, para o qual também há um perfil para poder dele participar. Nesse projeto, as meninas que participam precisam ter autorização para cozinhar e mexer com utensílios de cozinha, além da necessidade de ter dinheiro para poder comprar os ingredientes dos lanches. Junto com uma educadora, as meninas desse projeto fazem a escolha de um cardápio de lanches e sobremesas que serão vendidos nos dias de visitas para os familiares. Outra informação relevante é de que esses mesmos lanches podem ser vendidos para os funcionários.

Passado o turno da manhã – às onze e meia da manhã –, começa a ser servido o almoço para as meninas – se repetem as atividades: escola para as meninas que cursam à tarde, curso profissionalizante ou estágio, horário na biblioteca, lavanderia etc. A mesma rotina se dá no turno da noite, para aquelas meninas que cursam a escola no horário vespertino. Durante a noite, há a possibilidade de atividades dirigidas, em que as meninas podem fazer tricô e bordado. No final da tarde, as meninas podem, também, assistir à televisão.

A rotina muda um pouco apenas na quarta-feira, dia em que acontecem os GOs (Grupos Operativos) e as visitas dos familiares (as visitas acontecem aos domingos também). O GO é um espaço em que as jovens podem falar à vontade sobre as coisas que acontecem na

casa sem muita censura; falam dos incômodos e brigas internas e tentam resolver conflitos, sendo um espaço fundamental para o convívio das internas. Para a assistente social do Casef, por exemplo, o GO é a atividade que mais contribui para a ressocialização das adolescentes em cumprimento de medida.

Eu acho que o Grupo Operativo que é um espaço semanal de uma hora e meia que a cada um dos grupos, né, o grupo da internação, o grupo da internação provisória, o grupo da internação definitiva, o com atividades externas, da semiliberdade, é esse espaço semanal de grupo operativo que é realizado em coordenação técnica, que é um espaço onde elas podem livremente expressar o que elas pensam e sentem. Ali sim é um espaço que deve haver censura e onde a regra é que não pode ter agressão física e nem agressão verbal e que as coisas devem ser faladas. Eu acho que esse espaço do grupo operativo com uma orientação e com uma coordenação capacitada para isso, ele permite que a palavra, que a fala seja um instrumento, às vezes inédito na vida delas. Mas é um instrumento de resolução de entendimento das coisas. Elas podem criticar quem elas quiserem, a instituição, o técnico que está coordenando ou quem quer que seja. Onde elas vão reconhecer as diferenças entre elas de ponto de vista, onde valores diversos vão ser colocados. Então eu acho que o grupo é uma experiência inédita, assim, do adolescente poder se comunicar. Acho que a instituição, a unidade acaba tendo um termômetro de como está a casa, porque semanalmente existe esse espaço, acho que isso é um espaço bem importante assim. (F1)

Para a adolescente A1, o GO também tem grande importância, já que é lá que as coisas podem ser resolvidas sem as adolescentes virem a sofrer consequências.

A1 – Daí eu tipo, tem o GO, que é o grupo operativo, que a gente pode esclarecer as coisas com a fulana e tal.

Ainda no aspecto das atividades das jovens do Casef, é preciso destacar o fato de que elas não possuem horários livres no seu dia, ao contrário do cotidiano das casas de internação masculina. As meninas são proibidas de dormir durante o dia e, por esse motivo, estão sempre fazendo alguma atividade.

São Paulo

O ensino formal regular e profissionalizante acontece dentro da própria unidade. O primeiro (“a escola”) é organizado em três ciclos: do 1º ao 5º ano; do 6º ao 9º; e ensino médio, com professores cedidos pela rede pública estadual. Já o segundo é oferecido por organizações que firmam convênios com a Diretoria Técnica, e sua oferta depende também do tipo de estrutura necessária para sua realização. Os cursos profissionalizantes mais comuns são de informática; culinária (cozinha regional, salgadeiro, pizza) e de maquiagem e/ou cabelo.

Além disso, também são organizadas atividades esportivas que contam dentro do currículo do professor de educação física e culturais oferecidas por parceiros que desenvolvem atividades como coral, teatro, percussão, dança de rua etc.

P – O que você gosta de fazer?

A4 – Eu gosto de dançar

P – O que você dança?

A4 – Street Dance. Como agora resolveu ter isso, aí eu comecei a participar, né... Eu também jogo, tô treinando futebol, né, não estou embuída. Mas eu pedi pra senhora me deixar jogar futebol, e ela acabou deixando.

P – Você gosta de jogar?

A4 É, não vou dizer que eu sou a craque, mas eu jogo um pouquinho.

Para as adolescentes, a escola aparece como algo relevante e que despertou na maioria das entrevistadas um desejo de concluir os estudos e levá-los mais a sério quando estiverem em liberdade, o que, por vezes, destoa de suas falas quando se referiam à escola antes de serem internadas:

Em São Paulo, ouvimos de algumas adolescentes:

P – E o que que você gostava de fazer lá fora?

A15 – Ir pra baile funk.

P – Ir pra baile funk? Você ia bastante?

A15 – Muito, todo final de semana.

P – Onde que você ia nos bailes funks?

A15 – Baile de rua, baile fechado, todos, todo final de semana eu tava indo.

P – Sei. Que mais que você gostava de fazer, que que você fazia de dia?

A15 – De dia? Eu dormia até duas hora da tarde.

P – É? Todo dia?

A15– Todo dia, eu num estudava, num fazia curso, num fazia nada.

P – É? Você não tava estudando?

A15 – Não, tava há quatro anos sem estudar.

P – Você estudava?

A3 – Ó, quando eu tava morando com meu pai em Cotia, minha mãe tava solta ainda, né... eu estudava normal. Aí quando chegava dia de sexta, aí eu vinha pra casa da minha mãe. Passava sexta, sábado e domingo com ela. Segunda eu já voltava. Aí eu parei de estudar.

P – Em que série você parou?

A3 – Na quinta.

O coordenador pedagógico de Parada de Taipas relatou a dificuldade que a unidade possui para conseguir professores para dar aulas dentro da Fundação. Isso porque os profissionais são contratados do governo do estado para dar aulas em escolas públicas da rede estadual, e uma das tarefas da coordenação é conseguir que esse professor queira ser lotado na Fundação, uma vez que ele tem como opção outras escolas da rede.

Já os cursos profissionalizantes realizados na unidade aparecem nas falas das entrevistadas como algo positivo, mas como uma distração do que por haver uma real afinidade com o que está sendo ensinado. Com frequência elas mencionaram interesse pelos cursos de culinária, apenas para comer algo diferente daquilo que se come diariamente na unidade.

A oferta dos cursos é justificada pelas ofertas de convênios que a Fundação recebe e limitações estruturais (falta de espaço e limitações de materiais) o que impossibilitaria, por exemplo, um curso de marcenaria. Para uma das funcionárias entrevistadas, contudo, existem outros cursos mais interessantes, práticos e que não reiteram essa ideia de tarefas para meninas, como o de pintura e textura de paredes e as meninas poderiam ser aproveitadas pela indústria civil quando saíssem.

Pará

Toda as adolescentes entrevistadas, as quais relataram ter estudado em escolas públicas, apresentaram trajetórias escolares rompidas, tal que apenas duas delas frequentavam a escola quando da prática do ato infracional e, mesmo essas, não estavam no período escolar regular conforme suas idades. Algumas delas, inclusive, pararam de estudar muito novas e trabalhavam para ajudar a família.

P – Tu estavas estudando, 'A5', quando tu vieste para cá?

A5 – Não. Parei de estudá vai fazer 4 anos.

P – Tu tava com que idade quando tu paraste de estudar?

A5 – Meus 10, meus 10 não, mas meus 11 anos.

P – Um... tu paraste em que série?

A5 – Parei na segunda série.

A12 – Eu trabalhava com ela... com minha mãe pra ajudar a manter as coisas na casa.

P – Tu fazias o que tu...

A12 – Eu cheguei a vender verdura... eu cheguei a trabalha em... com babá... cuidá da criança.

P – Entendi... tu ficaste quanto tempo assim nesses trabalhos?

A12 – Eu sempre foi desde pequena...

P – Desde pequena?

A12 – Desde pequena... desde meus 10 anos pra frente... sempre ajudei ela porque tipo assim é mãe, né? A gente num gosta de vê sua mãe pá sustenta três... três filhos, né? Sem pai... [...].

P – Tu estudaste até que série?

A12 – Até terceira série.

Os trabalhos desenvolvidos pelas adolescentes, além da aparência de irregularidade, apresentam perspectivas de baixa remuneração. Escutou-se a menção, nas entrevistas, a trabalhos como vendedoras de espetinho ou tapioca na rua, vendedora de verdura no mercado, babá, empregada doméstica, entre outros. Houve, ainda, uma adolescente que mencionou a prostituição como fonte de renda.

A6 – Eu num gostava de estudá... eu estudava, aí no meio do ano eu parava, meus amigo... meus amigo me convidava pá eu i pa festa, aí eu ia. Fugia da escola [...]. Aí depois que eu saí de casa eu comecei a me prostituir... pra mim comprar já minhas roupa, minhaa meu 'ox', maconha... pa mim ir pá festa também cas minhas amiga. Minhas amiga também elas junto comigo, elas se prostituíam [...].

No Cesef, todas as adolescentes estão matriculadas e frequentando a escola, muito embora todas não estejam nas séries esperadas para suas idades. As aulas ocorrem dentro da unidade, que possui duas salas de aula. A maioria gosta de frequentar a escola e, especialmente, aquelas que não sabiam ler ou escrever, demonstraram-se felizes com a oportunidade.

A7 – Eu não sei lê direito, sei lê algumas coisas, mas num sei escrever [...].

P – Tu chegaste a estudar até que série?

A7 – Até a terceira [...].

P – Éé.. e tu tá frequentando escola?

A7 – Escola? Tô!

P – Tu tá fazendo o quê aqui agora na escola? Que etapa tu faz?

A7 – Tô na terceira série

P – Terceira série, né? Tu tá tendo aula aqui na unidade... aqui no Cesef ou tu tá indo pra fora pra ter aula?

A7 – Não! Aqui na unidade...

P – Aqui na unidade. Entendi. Éé... e os professores? Como é que é?

A7 – Eles são bons... minha professora me ajuda muito. Quando eu cheguei aqui eu num sabia lê nada, entendeu? Agora já sei lê algumas coisas.

P – E aí? Tu tá te... tá te esforçando? Tu gosta de de estudar e tal?

A7 – Gosto! Eu quero aprender a ler porque quero ajudar o meu pai...

Na unidade, há biblioteca, mas as adolescentes sempre foram muito vagas ao referi-la. As que a mencionaram, no entanto, afirmaram que gostam de pegar emprestados gibis, revistas e livros de literatura religiosa. Outrossim, constatou-se que os cursos profissionalizantes regularmente oferecidos pelo Cesef são os de corte e costura e o de pintura em tecidos. A maioria das adolescentes gosta das aulas, principalmente porque eles ocupam o tempo, mas elas não vislumbram muita utilidade neles. Aparentemente, outros cursos já foram ofertados na unidade, mas, claramente, se depreende da fala das meninas que foram cursos temporários e de curta duração.

PF – Éé tu tá fazendo algum curso.

A1 – Tô.

P – De quê?

A1 – Corte e costura, pintura em tecido e uns negocinhos; uns bonequinhos; uns negocinhos de guardanapo.

P – Tu gostas desse tipo de curso assim?

A1 – Gosto, porque eu eu tô tendo a oportunidade que eu num tive lá fora.

P – Mas assim... se... se tu pudesse escolher um curso, tu escolherias esse ou tu teriaas...

A1 – Não! Eu escolheria outro...

P – Tipo? O quê?

A1 – Uma coisa que vá me dá, digamos, um futuro melhor lá fora porque no caso... uma coisa que cabelo, de 'embelese', essas coisas.

P – Tu estás fazendo algum curso?

A8 – Tô.

P – Quais?

A8 – Pintura em tecido, tem corte e costura, aula de dança...

P – Tu gosta desse tipo de curso?

A8 – Gosto.

P – Assim... se tu pudesse escolher, tu escolherias esses cursos ou tu pensa... tu pensa em outros cursos assim?

A8 – Em outros cursos...

P – Tu consegue me dar assim algum exemplo de curso que tu gostarias de fazer?

A8 – Eu esqueci o nome... mas é informática; curso de informática, curso de beleza.

P – Tu deseja ter alguma profissão? Já pensaste nisso assim... que profissão tu queres seguir, em quê tu queres trabalhar..

A8 – Já.

P – Que é que tu queres?

A8 – Quero ser advogada.

Chama atenção, ao final da fala de “A8”, a menção a sua vontade de ser advogada. Nesse mesmo sentido, a maioria das adolescentes que se manifestaram a respeito de sonhos profissionais disse almejar profissões bastante incongruentes com suas realidades escolares, tais como engenheira civil, médica, promotora e advogada. Por fim, importante mencionar que, na unidade, há uma adolescente que faz estágio remunerado no TCE (jovem aprendiz) e, segundo relatam as adolescentes, ela foi escolhida pelo mérito. Todas as adolescentes que se manifestaram a respeito do estágio externo manifestaram vontade em fazer parte do programa, já que lhes é possibilitada a saída da unidade e obtenção de renda.

P – Entendi. E tu gostaria de trabalhar? Em que assim tu pensas em trabalhar quando sair daqui?

A2 – Ah, trabalhar? Quando eu sair daqui eu quero sair com um estágio e vou estudar a noite, só que aí a gente vai vendo...

P – Entendi. Mas por enquanto tu táis fazendo um estágio?

A2– Ainda não, mas um dia eu vou pegar um estágio.

P– Tu já pode pegar? Tem umas meninas que tão fazendo né, lá no tribunal de contas e tal... A2– Uhum.

C. Atendimento, acolhimento e relação com a equipe técnica

Pernambuco

Em Pernambuco os atendimentos não ocorrem conforme previsto na legislação. Não há ambiente exclusivo para atendimento psicológico, jurídico etc., Além disso, as adolescentes relatam ser difícil o contato com a equipe técnica, especialmente o diretor da unidade, tendo contato, somente quando é para realizar a ligação semanal.

[...] eu só subo aqui em cima, só venho aqui QUANDO É NECESSÁRIO ou quando vou ligar ou quando alguém me chama. Mas eu não subo aqui, só se for preciso mermo porque eu não gosto, evito o máximo possível até assim brinca, conversar com a DS isso e aquilo, converso o necessário também porque eu já sei lá, essa aqui é o comando (A12).

Por exemplo, uma das adolescentes narra que só falou com a psicóloga quando chegou à unidade (A4). As adolescentes confundem os nomes dos membros da equipe profissional e, muitas outras vezes, não têm conhecimento do que faz cada um dos membros da equipe técnica:

P – Você sabe o que a assistente social deve fazer aqui na unidade?

A4 – Eu não conheço eu não sei quem é a assistente social daqui.

P – E psicólogo? tu sabe?

A4 – Não

Além disso, relatam as adolescentes a dificuldade do contato com a coordenação e os membros da equipe técnica:

P – E o coronel FAla sempre assim com vocês ou não?

A4 – Não, só fala quando a gente pede pa subir e ele quando tá nem às vezes que à vezes a gente tá querendo e ele diz que tá em reunião.

P – Mas assim, quando vocês querem, vocês conseguem fácil conversar com ele ou não é mais difícil?

A4 – É mais difícil, a pessoa passar mar de hora pra conversar com qualquer um daqui de cima.

P – Com qualquer um dos técnicos? é difícil é? Assim se você quiser saber informação do processo, alguma coisa, vocês procuram quem?

A4E – A advogada diz do meu processo.

P – mas aí quando tu quer falar com: por exemplo com Áurea ou com Mércia como é que tu faz?

A4 – Não eu só subo quando é dia de ligação mermo ou senão quando é pá pegar uma coisa pá fazer trabalho

P – Mas tu conversa muito com elas não?

A4 – Não, é que o pessoal chega aí diz que tá em reunião, aí eles deixa depois a pessoa subir.

Porém, esses relatos não são unânimes. Algumas adolescentes narram facilidade de serem atendidas por qualquer membro da equipe técnica:

P – Para você falar com o psicólogo, pra falar com a assistente social?

EC – Tem que falar lá embaixo, pra' ele subir perguntar se pode falar.

P – Ah... entendi! Éé... E, no caso, eles te acompanham com frequência?

EC – Acompanham.

P – E o advogado aqui? De quanto em quanto tempo tu falas com ele?

EC – A hora que eu quiser subir pá saber, eu...

P – E o que ele te fala do teu processo?

EC – Diz que vai fazer de tudo pá me tirar daqui (A3).

Quando a unidade passou a operar com duas estruturas físicas, a presença da equipe técnica, os acompanhamentos etc. passaram a ser mais difíceis para o grupo que ficou na casa que é apontada como não sendo oficial.

Uma das adolescentes se expressa:

[...] agora o atendimento não tá bom não porque desde quando se mudaro a gente num entrou em contato com a família da gente, vem alguns psicólogos de vez em quando, vem advogado para falar com a gente, mas uma ligação a gente não faz desde o dia que levaro os telefone (A13).

Aqui nunca tem atendimento. Ninguém liga para gente. Nunca vem a equipe técnica. Nem médico. (A13)

Quando questionadas sobre a visita de juízes ou promotores, informaram:

Não vem juiz nem promotor aqui, acho que eles nem sabem que a gente existe. Minha mãe foi com a mãe dela no Ministério Público. (A5)

Por outro lado, há uma carência enorme das adolescentes e há um esforço da equipe técnica. Por exemplo, a psicóloga sabe o nome de todas as adolescentes e se refere a elas nominalmente, inclusive com contatos físicos em gestos de carinho os quais são todos correspondidos pelas adolescentes com sorrisos, também referindo-se nominalmente por elas.

Uma das assistentes sociais da equipe explica o quanto se envolve profissionalmente com as adolescentes:

P – Você fica preocupada com elas?

R – Fico. Não tem como não ficar porque é muito difícil você trabalhar com elas, eu não digo se apegar a elas. Você sabe separar o pessoal do profissional, mas o dia a dia com elas aqui... a maioria dessas

meninas estão numa situação de família muito vulnerável, muito fragilizada, então elas criam um vínculo de confiança com a gente, elas confiam muito no quadro técnico, então o que a gente diz muitas vezes pra elas, na maioria ou cem por cento das vezes elas levam a sério. Elas sabem que podem confiar (F2).

Então a relação personificada entre adolescentes e equipe técnica é reconhecida, inclusive um membro da equipe técnica fala sobre a presença da equipe de pesquisa “elas vão achar que vocês vieram aqui para salvá-las, como algo: “ah vou contar meu caso porque pode interferir de alguma forma” (F5).

Essa pessoalização leva a outros desdobramentos.

Há um envolvimento notório de alguns profissionais que, mesmo apontando falta de reconhecimento da atividade profissional, com baixos salários e falta de estrutura para a execução da atividade, doam-se profissionalmente, mesmo após os horários de trabalho. A preocupação constante com as adolescentes é apresentada na narrativa de um membro da equipe técnica ao se referir a um dia em que houve início de rebelião:

F2: [...] cheguei em casa acabada, cansada, esgotada fisicamente. No outro dia sete horas da manhã tava aqui de novo, preocupada com elas. Não consegui dormir, passei a noite no telefone com o pessoal pra saber como é que tava a situação.

Com o tempo, as pesquisadoras foram se aproximando com as entrevistas e estabelecendo relações entre as adolescentes, momento no qual foi se percebendo que a chegada de qualquer uma das pesquisadoras provocava sorrisos e fazia que elas fossem receber as visitantes com abraços. Em alguns momentos, saíam do jogo de dominó, ou queriam ficar junto com outras no momento da entrevista. Recorrentemente a fala era “tia você vai conversar comigo hoje?”.

Isso fica também demonstrado na recorrência em que atribuem o papel de mãe a alguns funcionários, como este exemplo: “[...] ELA É UMA MÃE. Eu acho que em lugar nenhum da Funase tem uma mulher assim um coração muito bom. Ela sabe conversar, sei lá, é uma mãe, é uma mãe [...]” (A12).

Em outro relato, as adolescentes justificam que os tios são “como se fosse um pai, uma mãe, a família da gente, quando eu preciso me dá conselho” (A6).

Contudo, as informações relatadas não são unânimes. Uma das adolescentes, referindo-se a um quadro depressivo que estava desenvolvendo e questionada sobre o acompanhamento médico, afirmou: “oxe, esse povo daqui num ajuda em nada, só faz atrapaiá mais, deixa mai nervosa, por isso que eu num converso com ninguém” (A4).

As desconfianças também existem entre as pessoas que estão inseridas no cotidiano da unidade. Por exemplo, o uso de algema é recorrente quando se trata de atividade externa, violando diametralmente direitos individuais, assim como há relatos de violência por parte dos agentes socioeducativos.

Há um relato da adolescente sobre o tema: “ele gosta muito de dale, gosta muito de inventar as coisa quando ele cisma com a cara da pessoa quer levar a pessoa pra delegacia sem a pessoa ter feito nada [...] por causa desses tipos de coisa e mais outras coisas aí” (I3).

Inclusive, com as agentes socioeducativas a relação é de muitas ambiguidades. Em um dos relatos sobre suas atividades, uma ASE informou que “elas se abrem, elas até chora, se emociona, a gente chora com elas, tem umas que se arrepende do que fez, a gente apoia, conversa, tem o diálogo [...] veja, o carinho que dou a uma e outra é igual, aí eu percebo que ela ficou com ciúme de mim com as outras, com um ASE” (F6).

Mas, de qualquer sorte, o contato físico é demandado diariamente por todos que estão na unidade. A assistente social exemplifica algumas falas das adolescentes junto à equipe técnica: “tu num me deu um abraço hoje, tu num falou comigo hoje. Aí vem e dá um abraço na gente, quando faz alguma coisa: tia desculpa, tava estressada...” (F2).

Em meio a todos estes paradoxos de dependência afetiva, confiança e desconfiança, percebeu-se que todas as adolescentes quando vão realizar atividade externa de qualquer ordem estão sempre algemadas, desencadeando um processo de constrangimento e estigmatização.

Em determinada visita, havia mutirão e membros do Ministério Público que estavam na unidade, de modo que estavam todas ansiosas para “serem chamadas”, como denominam, questionando constantemente quando seria a sua vez.

Como as meninas, não estranharam a presença das diversas pesquisadoras em dias diferentes, a inferência que foi realizada era a de que elas estavam acostumadas com circulação de pessoas estranhas na unidade, algo que foi confirmado por outra adolescente.

Esta questão evidencia que não é construído ambiente de acolhimento, sem respaldo efetivo da atividade técnica que, por mais desejada, não é muito bem realizada, devido à falta de pessoal suficiente para promover o estudo de casos específicos, a falta de espaço físico, inclusive.

De qualquer forma, a equipe técnica compreende que a medida socioeducativa não é dirigida a resolver os problemas que deram início à entrada das adolescentes em trajetórias desviantes. Muitos encaram a medida com paliativo de problemas bem mais profundos, como no relato da assistente social:

Por que esses adolescentes estão na rua? eles estão usando droga? Lá atrás o que é que eles viveram e vivem? Será que eles são agredidos? São violentados? Será que eles têm histórico criminal na família? Será que foram abandonados? Nada disso justifica, mas se não houver uma educação de base... não se pode pedir algo maior, não pode pedir que essas meninas sejam juízas, desembargadoras, médicas se a gente não der uma estrutura, que o estado não começar a dar de BASE lá de BAIXO não pode cobrar algo maior. Aí como elas estão numa internação? Ah porque essas meninas não querem nada com a vida, são umas vagabundas, dizem... NÃO! Você ofereceu moradia, saúde, educação? Condição dessas famílias serem acompanhadas lá fora? pelo CRAS? Pelo CREAS pelo CAPS? Será que elas encontram esse atendimento na rede? Então antes de julgar, condenar, atirar as pedras vamos olhar pra o sistema, vamos olhar bem maior que a coisa é bem mais ampla, bem mais, bem mais frágil, bem mais séria (F2).

Distrito Federal

Em suas entrevistas, as meninas relatam não estarem recebendo atendimento na Unidade de Santa Maria. Há de se destacar que, à época da pesquisa, a unidade acabara de ser inaugurada e havia uma greve dos funcionários do sistema socioeducativo. Desse modo, esse ponto fica prejudicado, já que qualquer conclusão poderia estar prejudicada.

Todas, entretanto, remetem à unidade anterior (de internação ou de internação provisória) como locais em que eram atendidas com frequência:

A3 – Lá tinha técnico. Na hora que você precisasse falar com elas, elas tavam lá para te atender. Era a [nomes de três funcionárias]. Nossa, eram maravilhosas. A gente demora muito pra ter atendimento aqui. Desde que eu vim pra cá eu mesma nunca tive atendimento, técnico nenhum. Defensoria nunca.

P – Lá você teve atendimento de defensor?

A3 – Defensoria só uma vez. Mas técnico lá era quando você precisasse.

P – Você tem atendimento com psicólogo ou assistente social aqui?

A11 – Não. Aqui a gente não tem nada. Raramente tem remédio, raramente tem atendimento.

P – E psicólogo e assistente social?

A8 – Nossa, psicólogo a gente tinha lá no Ciago, mas desde que chegou aqui a gente não tem atendimento. Lá a gente tinha atendimento de semana em semana, mas aqui não tem equipe técnica. Muitas meninas aqui gostam de falar, entendeu? De desabafar. Lá as técnicas eram muito nossa amiga.

Rio Grande Do Sul

Estes dados não foram obtidos durante a pesquisa.

São Paulo

Quanto aos serviços prestados na Unidade, a maioria das entrevistadas frequentava quinzenalmente uma psicóloga e entendia isso como parte importante da compreensão do significado da medida socioeducativa. Elas também conversam, com certa frequência, com assistentes sociais e pedagogos. A advogada, que é a mesma de ambas as unidades, realiza atendimentos uma vez por semana e está lotada na Assessoria Jurídica na sede da Fundação.

Cada adolescente é acompanhada por uma equipe de uma psicóloga, um assistente e um pedagogo. Cada equipe fica responsável por, em média, 15 a 20 adolescentes – às vezes, mais. A frequência dos atendimentos, segundo funcionários, dependia dos casos e problemas apresentados pelas adolescentes, e garantiram que cada adolescente é atendida, ao menos, uma vez por mês.

P – Faz tempo? Quando você chegou, a psicóloga te atendeu?

A13 – Foi depois que eu entrei.

P – Quanto tempo depois?

A13 – Uns dois meses depois.

P – Dois meses depois? E você ainda tem psicóloga que te atende?

A13 – Não, parei.

P – Parou? Nem aqui dentro não tem ninguém que te atenda?

A13 – Tem, mas... minha técnica né.

P – Quanto tempo, quantas vezes?

A13 – Uma vez por semana.

Na unidade, também há enfermeiros(as) que são do quadro permanente e se revezam – no caso da Chiquinha Gonzaga – ou que aparecem lá ao menos duas vezes por semana – no caso da Parada de Taipas – e são responsáveis por dar conta de questões de saúde mais simples ou julgar a necessidade de encaminhar para pronto socorro. Mas, desses trataremos mais adiante.

A relação com funcionários era algo que variava bastante nas falas das adolescentes. A maioria delas mencionava que respeitava aqueles que as respeitavam, mas não respeitava aqueles que não agiam assim com elas.

P – Você sabe o que as pessoas que trabalham aqui fazem?

A6 – Algumas só .

P – Quem você sabe?

A6 – A diretora, que ela que cuida assim, o seu “I”, que é chefe da segurança, e os funcionários que faz nossos relatórios de acompanhamento, só isso que eu sei.

P – Quantos deles você conhece?

A6 – Os que tá aqui hoje, a senhora “A1”, a senhora “A2”, o senhor “D”, senhor “T”, seu “A”... tem bastante funcionários senhora.

P – E você se dá bem com eles?

A6 – Mais ou menos, com todos não.

P – Com qual você não se dá bem?

A6 – Com o seu “A”, com a senhora “A1”.

P – Por que você não se dá bem com eles?

A6 – Porque ele já me agrediu já .

P – Já te agrediram?

A6 Já.

P – Fisicamente?

A6 – Os dois.

P – Em que situação?

A6 – Uma vez eu tava brigando, aí eles vieram e me agrediu, me levaram pra coordenação e me ameaçou.

P – O que eles te falaram?

A6 – Que a próxima vez que eu fosse pra coordenação eles ia me abater.

Em alguns momentos em que pôde-se observar algum pequeno foco de conflito ou este nos foi narrado pela adolescente, geralmente envolvia um agente de apoio, sendo este tipo de funcionário o responsável por conduzir as adolescentes aos locais designados pela rotina da unidade para ela estar. São eles, por exemplo, que bloqueiam entradas e saídas, que mantêm as adolescentes nos dormitórios à noite etc. Também há conflito entre as adolescentes e funcionárias do corpo técnico que as acompanha. Mas esse parece ser pulverizado mais facilmente.

Em uma das entrevistas com um agente de apoio socioeducativo, ele relatou que dificilmente existe conflito entre eles, mas, quando há conflito ou qualquer iminência de mau comportamento pela adolescente, ele a alerta sobre “a caneta” e diz que reportará o caso à técnica responsável por acompanhar a adolescente. Também existiram relatos de técnicas e adolescentes a máxima “quem faz seu relatório é você”.

F1 – A gente tem uma forma de organização. Quando fala formação pra juntar as filas para o curso a gente fala “formação” e daí elas sentam no chão da praça, na filinha.

P – A praça é?

F1 – A praça é aquele ambiente de entrada para os quatro quartos. Então senta cada uma na porta do seu módulo que é uma forma de organização. Poque tem muita menina e tem que ter um mínimo de organização. Beleza. Aí chama “curso de maquiagem”, elas fazem uma fila e vem para o curso de

maquiagem, descem. [...] Se tem algum funcionário que fala formação, às vezes elas impacam. Mas se o coordenador de equipe fala formação, aí elas fazem. Porque tem um peso diferente, tem autoridade. [...] Elas veem no cargo técnico, como falei, não só na pessoa do encarregado técnico com carisma, mas como uma possibilidade de liberação.

Esse poder de elaborar o relatório que decide a continuidade ou permanência da adolescente na instituição que as técnicas possuem pode nos ajudar a compreender a forma como determinadas compreensões são introjetadas, ou mesmo impostas às adolescentes, o que afeta a percepção da própria medida socioeducativa que está sendo cumprida.

Em termos processuais, nenhuma adolescente entrevistada possuía advogado particular, mas relataram a presença de defensor público na audiência onde estava também um membro da família. Segundo a Fundação Casa, as adolescentes recebem semanalmente uma advogada que lhes atende repassando informações sobre o andamento do seu procedimento e relatório. Essa advogada está lotada na Assessoria Jurídica, que fica na sede Fundação, e atende não só às meninas como aos meninos, nas unidades de cumprimento de medida provisória e de internação.

P – E você teve assistência de advogado quando você foi presa?

A15 – Só do... do fórum.

P – Quando você teve audiência?

A15 – Tive. [...]

P – E você pôde conversar com advogado, como é que foi?

A15 – Aham, aqui a gente tem advogado né, ele vem aqui toda quarta, a gente conversa...

P – Ah, você conversa sempre com o advogado aqui?

A15 – Aham.

P – Mas é o advogado aqui da fundação mesmo? Ou é o seu?

A15 – É, lá do fórum...

P – Não é o que foi com você na audiência?

A15 – Não, é outro. Porque lá do fórum era um. Aí o que tava na mooca era uma mulher, e aqui é um homem. Ele sempre tá aqui.

Existem, contudo, adolescentes que não sabem de sua existência.

P – E quando isso aconteceu, você teve ajuda de algum advogado ou algum defensor público pra te defender?

A6 – Tive, um defensor lá [...]

P – Você tem um contato próximo com esse defensor?

A6 – Não.

P – Você sabe o nome dele?

A6 – Sei nada dele não.

P – Se você quiser entrar em contato com ele, você consegue?

A6 – Não.

P – Ele nunca veio aqui falar com você?

A6 – Não, nunca veio.

P – E como você fica sabendo do seu processo?

A6 – A minha técnica daqui fala.

P – Ela que te informa?

A6 – É, ela que fala, quando muda algum negócio ela que me fala, ela que fala porque, ela me orienta, pra mim num... mostra tudo que não é pra fazer.

Pará

Como a unidade é muito pequena, a relação entre técnicos e adolescentes é muito próxima. Mesmo profissionais que não lidam diretamente com o atendimento socioeducativo, os da equipe administrativa, por exemplo, ainda assim mantêm um relacionamento próximo com as meninas. Todos se conhecem pelos nomes, algumas meninas chamam os profissionais de “tio”, “tia” e, durante a permanência das meninas para atendimento no prédio administrativo, há sempre momentos de conversas que vão além de questões burocráticas. No mais, as adolescentes são chamadas pelos seus nomes próprios e não se percebe postura de medo, por parte dos técnicos, em relação às meninas.

No geral, as adolescentes afirmam que a equipe técnica as trata bem e que eles são sempre solícitos no que tange ao esclarecimento de suas dúvidas e que todos são bastante preocupados com as suas vidas. As adolescentes reclamam, no entanto, dos agentes socioeducativos, com quem afirmam ter uma relação bastante conturbada.

PF – E, assim, o pessoal aqui da do Cesef; os profissionais, as técnicas, os monitores?

A12: Trata... tratam... os moni... alguns monitores lá embaixo tratam a gente um pouco assim, entendeu? Acho que eles trazem as... as... os problemas dele lá de fora e querem descontar aqui na gente; às vezes chegam bravo, mas aqui em cima eles tão tudo super bem cá gente; tratam a gente super bem... entendem! É tipo assim... porque eles aqui em cima, aqui eles me entendem, entendeu? E eu sei entender eles. E algumas das meninas às vezes chega muito... querer ser muito afoita; num querem obedecer, num querem cumprir a ordem, num quer num que cumprir as normas da casa.

PF – E lá embaixo que já, que já...

A12 – Os monitores

PF – Já é mais diferente assim...

A12 – É. Os monitores num trata a gente bem [...].

PF – Éé... nesse tempo que tu estás aqui, algum advogado... tu falaste que advogado não conversou contigo. E assistente social, técnico?

A12 – Já.

PF – O que é que tu costumava conversar, assim, com eles?

A12 – Eles me chamam pra os atendimento, entendeu? Os atendimento psicológico, os técnico, aí eles me chamam pra, assim, fazer ligação pra minha família, me chamam se eu tô me sentindo bem, pra vê como é que eu tô, se eu tô precisando de alguma coisa... e pra vê como é que tá minha relação ali embaixo, como é que eu tô me sentindo, se eu tô me preocupando com a minha família, sobre a minha saúde, sobre os meus, meus poblema, entendeu?!

PF – Quando tu quer saber, assim, sobre o teu processo? Com quem que tu conversa?

A12 – Eu peço atendimento!

A única problemática do relacionamento com a equipe técnica apontada pelas meninas foi quanto ao descaso da equipe com relação à sua defesa processual, tal que várias adolescentes apontaram que não chegaram a ter qualquer contato com advogados ou defensores, salvo no dia da audiência de seu processo, bem como algumas afirmaram o descontentamento da equipe com o comparecimento desses profissionais à unidade.

P – E... tu tá qui há quanto tempo?

A7 – Em abril eu faço um ano.

P – [...] E nesse período que tu, que tu estás aqui, tu tivesse assistência de algum advogado, de defensor público? Algum defensor conversou contigo, advogado...

A7 – Ahh... se ele já veio aqui?

P – É.

A7 – Não...

P – Quer dizer que desde que tu entrasse aqui pra a provisória, nunca nunca conversasse com advogado, com defensor público? E quem é que te esclarece sobre como é que tá o teu processo...?

A7 – Ninguém!

P – Ninguém? Mas tu num pergunta... tu num tem curiosidade, assim, de saber como é que tá a tua situação?

A7 – Teem, mas num teve, mas num teve tempo de falar com ela... eu queria falar! Eu tenho direito de falar com meu defensor?

P – Tem!!

A7 – Tenho direito?

P – Tem!

A7 – Eu num tô sabendo disso que eu tenho direito.

P – Tem o direito de falar com o defensor!

A7 – Não tô sabendo...

P – Tá. E, por exemplo, e se tu quiser falar com teu advogado [...]?

A1 – Eu... é um... é o mais (inaudível) da casa, que eu tô pedindo... que eu quero falar com o meu, mas até agora, ele ainda num veio até aqui! E eu creio que o pessoal daqui num gosta muito que a gente nem advogado.

P – Não gosta que vocês têm advogado? Por que?

A1 – Não, porque quando os advogado vêm aqui, eles ficaram tudo de cara fechada pro meu advogado, mas sendo que o meu advogado tratou eles super bem. Aí... eu num sei lhe explicar o que acontece. Já é a segunda vez que isso acontece com o meu advogado e mais de uma adolescente que já saiu.

D. Disciplina interna da unidade

SINASE

Art. 15. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação:

IV – a definição das estratégias para a gestão de conflitos, vedada a previsão de isolamento cautelar, exceto nos casos previstos no § 2º do art. 49 desta Lei;

Art. 35. A execução das medidas socioeducativas rege-se-á pelos seguintes princípios:

III – prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;

Art. 48, §2º É vedada a aplicação de sanção disciplinar de isolamento a adolescente interno, exceto seja essa imprescindível para garantia da segurança de outros internos ou do próprio adolescente a quem seja imposta a sanção, sendo necessária ainda comunicação ao defensor, ao Ministério Público e à autoridade judiciária em até 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 49. São direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei:

V – ser informado, inclusive por escrito, das normas de organização e funcionamento do programa de atendimento e também das previsões de natureza disciplinar;

§ 1º As garantias processuais destinadas a adolescente autor de ato infracional previstas na Lei 8.069/90, aplicam-se integralmente na execução das medidas socioeducativas, inclusive no âmbito administrativo.

Art. 72. O regime disciplinar é independente da responsabilidade civil ou penal que advenha do ato cometido.

Art. 74. Não será aplicada sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar e o devido processo administrativo.

Pernambuco

Pode-se perceber que inexistente plano disciplinar no interior da unidade. A própria equipe técnica desconhece eventual estatuto que regulamente punições, processo de apuração etc. Consequentemente, as adolescentes não são advertidas das regras cotidianas, à exceção dos trabalhos de limpeza que têm de executar e a frequência à escola e atividades, como será mais aprofundado em itens específicos.

Ante a existência de conflitos, a polícia é, via de regra, chamada a intervir, inexistindo experiências restaurativas por parte da equipe da unidade.

Na verdade, parece existirem regras formais na unidade, que vão de advertências até as solitárias, quando as meninas praticam faltas mais graves, porém elas não são divulgadas nem respeitadas. Algumas adolescentes afirmam haver regras a serem cumpridas, mas não são obedecidas.

A11 – Aqui não tem regra. Tem regra tem. Mas o pessoal desobedece a regra.

P – As meninas desobedecem?

A11 – Não obedece as regra que botam.

A11 – Desrespeito aos funcionário não pode. Assim. Muita menina aqui toca fogo²⁸.

A adolescente referia-se à tentativa de rebelião por parte de algumas meninas que tentaram queimar os colchões, não tendo conseguido devido à ser confeccionado com material antichamas. Esse fato chamou atenção porque uma das adolescentes – mais velha, com filho e cujo companheiro estava internado na unidade de Abreu e Lima – no dia anterior, houvera dito que eles deveriam “fazer barulho” na unidade, porque elas não têm direito à visita íntima e sabe que o companheiro tem direito, e lá, se o que eles querem não for atendido, logo eles “fazem barulho queimando colchões”.

O que pode ser percebido foi que a ferramenta mais utilizada de coerção e, portanto, de punição informal das adolescentes gira em torno do cigarro, que é extremamente demandado pelas adolescentes. Um relato exemplifica a prática:

A10 – Se num faz faxina fica sem fumá se num for em Vovó Geralda fica sem fumá se jogar a sandália na ôta fica sem fumá.

P – Tudo fica sem fumar o único castigo é ficar sem fumar é?

A10 – É. Mas nera pá ser assim aqui não e o pior que é três cigarro só por dia.

P – É pouco é? eu não sei porque não fumo é pouco?

A10 – É pouco.

P – Aí tu queria mais tu sente falta e queria mais.

A10 – Não todo mundo sente falta porque um cigarro de manhã aí um um depô do almoço um depô da janta.

P – É pouco né?

A10 – A pessoa que é a viciada mermo que gosta de fumá.

Portanto, inexistente procedimento disciplinar para aplicação de sanções, tal como estipula o art. 71 da Lei do Sinase; porém sanções são aplicadas, desde não receber o cigarro até a ir para o quarto da segurança aparentemente de forma aleatória.

Este quarto, no endereço antigo da unidade, era um espaço isolado, extremamente quente, sem nenhuma ventilação devido à ausência de janela, logo, úmido, com menos de 5 m² onde cabiam somente uma cama de cimento e a circulação de uma única pessoa, violando o que o art. 48, §2º da Lei do Sinase.

Esse ambiente inexistente na nova unidade, mas, enquanto existiu, provocava violações de direito. E como não tem, segundo a equipe técnica, o “local da reflexão” é no próprio quarto

28 Entrevista Adolescente A. Linhas 201-213.

“você vai ficar aí, refletindo, pensar um pouquinho na vida. Vai ficar quietinha, direitinha, para não piorar a situação” (F3).

A gestão de conflitos é via de regra realizada com a presença da polícia, sem nenhuma estratégia restaurativa, seja adentrando na unidade, seja levando as adolescentes até a delegacia. Uma adolescente resume o assunto com o seu olhar:

P – Vocês vão para a delegacia por algum problema?

A4 – Assim, se tirar sangue vai, né?

P – Só se tirar sangue?

A4 – É. Mas se for tudinho em cima num vai não, só se uma, um exemplo, eu tô brigando com a senhora, se eu brigar e tirar sangue aí eu vou pra delegacia.

P – Aí pega outro processo? Você acha que fica mais tempo por causa disso?

A4 – Fica. Tem audiência e tudo, vai no Cenip passa mais de quarenta e cinco dias de novo e volta pra cá pra tirar o resto da pena e tirar a pena.

Porém, existem esforços por membros da equipe técnica que entendem não haver necessidade de intervenção externa recorrentemente, como narra a assistente social:

[...] porque quando a gente tava aqui com elas conseguia conversar com uma com outra pra tentar acalmar. A partir do momento em que a polícia entra com tudo, na minha opinião piora, entre aspas que assim, começa a haver mais choque com elas, elas não aceitam a figura de autoridade, então vai de encontro a elas e então pra conter se torna bem mais difícil e gera a dimensão que causou aqui na unidade [...] porque quando vê a polícia entrando aí, não sabe o que vai acontecer (F2).

Devido à inexistência de regramento disciplinar, as adolescentes percebem as formas de responsabilização como “castigos” de cunho desproporcional, como se observa no relato abaixo:

VEJA BEM. É isso que eu digo, a gente passou sete dias por causa de uma maconha. Beleza que nem lá fora é legal, quanto mais aqui dentro né? Mas um dia desse as meninas aqui no quarto cinco pegaram um colchão botaram dentro do banheiro botaram fogo no colchão fogo com a DS dentro do quarto aí só fizeram deixar ela no quarto. No outro dia saíram. A gente passou oito dia no quarto de segurança, passou alguns dias sem fumar. Aí no quarto de segurança tem a parte que dorme tudo e tem uma arezinha que o cara pode ficar ali. A gente não podia NEM sair praquela área. Era dentro do quarto MERMOM sem fumá, e isso foi porque foi uma maconha a rente não fez mal a ninguém. Mas botaram fogo, no caso é um atentado, no outro dia saíram do quarto, fumaram, tudo de boa e aí? Pra ver como é diferente o tratamento e é sempre com uma pessoa só. Essa menina ela fica aqui, xinga o coronel, xinga todo mundo e ninguém faz nada. Se EU XINGAR meu Deus do céu num quero nem ver (..) se bem que eu não sou disso né? Tô só comparando eu com as outras meninas assim. ELA pode fazer tudo que ela quer, mas outra menina se fizer já é diferente o tratamento. Enfim é complicado (A12).

As oito adolescentes transferidas, que supuseram estar envolvidas na rebelião, são as que têm mais tempo de medida de internação, que já se tinham envolvido em outras situações de “rebelião” já descritas ao longo do ano e são as que fazem parte do que se denominou de quarto 5 – onde estão reunidas as “líderes” da unidade.

O interessante é que a punição disciplinar, denominada pelas adolescentes de castigo, é indiscriminada e pode ser aplicada por qualquer agente socioeducativo como narra a adolescente “Qualquer DS pode dar, mas depende. Quarto de segurança só se for alguma coisa mais grave entendeu? A DS pode dar ou a assistente de plantão ou os diretores enfim [...]” (E10).

Outra adolescente relata:

P – Quando há desentendimentos que vocês vão pro castigo, quem é que define? Tem alguma regra, algum processo?

A13 – Não, primeiro procura saber quem começou o negócio todinho, aí pega e leva a minina pro castigo por orde do assistente.

P – Chama alguém para esclarecer, para ser ouvido?

A13 – Não.

P – É o ADS mesmo que coloca no castigo?

A13 – Os ADS observa quem começa e quem num começa aí diz ao assistente e o assistente vai e coloca no castigo.

P – Nem passa pro coronel? Vocês conversam com o coronel?

A13 – NÃO. O assistente:: liga pro coronel e explica o que aconteceu, aí vem conversar com a minina que tá no castigo e dá o tempo determinado de quantos dias ela vai ficar no castigo.

Uma adolescente resume sua percepção aqui: “é uma coisa que eu acho muita errada é que dependendo das pessoas qualquer confusãozinha, quarto de segurança, que é o quarto de reflexão que eles dizem” (A12).

As adolescentes que estão atualmente no anexo têm relatos sobre o cotidiano:

É tranca direto, a gente almoça aqui, fuma aqui. Só trancada, só trancada. A gente implora para sair. A gente está há 5 meses aqui, tudo pela grade. Agora é que a gente começou a poder ter liberado por 1h para ter banho de sol. Eu chega tô pálida. A gente não tá aguentando mais passar por isso. A gente não participa de passeio, de libras. Tem nada pra ocupar a mente da gente, só vive assim vazio.

E quando tem festa lá, a gente não pode participar.

O tempo é assistir TV e esses DVD que a gente assistiu tudinho. (A5).

Em Petrolina, tratava-se de uma unidade masculina²⁹, mas segundo a equipe técnica as adolescentes ficaram em área separada da unidade, não tendo contato com adolescentes do sexo masculino.

Não levaram roupas ou nenhum outro objeto pessoal, passando lá o período de dois meses. Nesse período, a visita era realizada quinzenalmente, em que a família de alguma das adolescentes era levada pelo carro oficial da Funase.

29 Rua Febrônio de Souza, s/n Jardim Massangana, Petrolina/PE, a 714 km da cidade do Recife.

Lá elas narram que estavam em celas, não participaram de nenhuma escola, apenas realizaram ótimos passeios, como narraram e participaram de alguns cursos. Porém esses não foram especificados e a equipe técnica não fala sobre o assunto, o que foi impossibilitado de colher outros materiais.

Os pormenores dos acontecimentos não são discutidos nem pela equipe técnica, nem pelas adolescentes que sequer foram informadas de qualquer norma disciplinar, como se observa:

P – Quando você chegou aqui né na unidade, eles te disseram assim como é que a casa funcionava, disseram que tinha algumas normas ou não?

A10 – Não. Norma não, mas assim eles disse que não pa eu se juntar mais essas meninas aqui que fazia coisa errada que aqui era muita briga que era pra mim ter cuidado que não pá fazê pá tá se juntando com os oito pá tá bagunçando.

Enfim, em termos de regimento disciplinar ficou evidente a uma inexistência. Um membro da equipe técnica tenta resumir a problemática:

Elas vieram pra cá porque descumpriram regras e, assim, acredito eu que uma das principais finalidades é restabelecer nelas o o juízo crítico de que existe regras, tem que respeitá-las para as pessoas se darem bem com a humanidade. Assim, a partir do momento que essas regras não são bem estabelecidas aqui, deixa de cumprir a finalidade que trouxe elas pra cá, aí assim é mais um ponto que tem que ser melhor trabalhado (A2).

Na verdade, as regras disciplinares são tidas pelas adolescentes como tarefas cotidianas. A inexistência de uma norma regulamentar faz com que as adolescentes substituam a percepção de regimes por afazeres cotidianos, como se verifica abaixo:

[...] não [...] tem norma tem, só que não me disseram nada de acordar nem nada não, eu sabia porque eu já era do CENIP né? Acorda a merma hora, toma café, só que no CENIP tem muita, muita regra, muita besteira, aqui não, aqui é menos [...] aqui toma café e pronto aí quem quer dormir vai, quem quer assistir televisão vai, porque até porque se fosse como o CENIP aqui, ninguém ia aguentar ficar não, lá eu passei quarenta e um dias aqui eu tô há oito meses, mas parece que eu passei mais tempo lá do que eu aqui [...] (A12).

Então a distribuição de atividades que envolve limpeza, organização, são confundidas como regimento disciplinar, mas que na prática terminam sendo, na medida em que vão sendo executadas, levarão à punição que consiste em não receber cigarro. Assim narra uma adolescente:

A4 – É a gente que limpa aqui.

P – Como é essa divisão assim?

A4 – Onti foi a faxina do nosso quarto. Eu lavo a casa [...] aí ontie eu varro aqui (...) ontie varri do outro lado.

P – Cada dia um quarto fica responsável pela faxina da casa.

A4 – É pela faxina da casa, mas não era pra ter isso.

P – Por que tu acha?

A4 – Porque a pessoa presa ter que fazer isso

P – Tu num gosta não?

A4 – Não, se pedir. Gostar eu gosto mas né pra ter essas regra não.

P – É? por que tu acha que não?

A4 – Porque antigamente num tinha essas regras de lavar a casa quem lavava mermo eram as ADS.

P – Era? e aí porque mudou e passou a ser vocês?

A4 – Porque sei lá [...] eu acho que eles pensam que a gente tá presa [...]

Uma ASE confirma as tarefas diárias “Tem a faxina da sala. Cada dia é assim, uma aqui, outra no quarto, no banheiro que vai fazer lá em baixo, cada uma com seus deveres entendes? cada um tem seu papel a fazer na faxina aqui” (F6).

Estas atividades são distribuídas entre as adolescentes, sem contudo serem consideradas peculiaridades de cada uma delas. Uma adolescente que estava grávida narrou uma questão sobre o assunto:

A14 – EU tenho pobrema de cansaço, eu canso igual a minha mãe aí eu peço a algumas minina pa ajuda, pá me ajuda na faxina e NINGUÉM me ajuda. ninguém reconhece meu lado. [...] já dismaiei aqui também:

P – Entendi, também por conta da barriga né?

A14 – É também a pressão alta.

Por outro lado, as adolescentes apontam indignação, à medida que algumas realizam a atividade e outras não:

A9 – O quarto e o banheiro só dia de domingo só dia de domingo. A da casa é a do quarto dois e do quarto e seis que é o meu. Só que tem menina que querem ser a comandante daqui, tem muita menina aí do quarto cinco e do quarto que não fazem nada. É porque tem a regra tem um papel nos seus quarto dia de fazer a faxina na casa e eu não vejo muitas menina fazendo do quarto cinco, não faz nenhuma. Só do meu quarto e do quarto dois.

Enfim, o que existe na unidade são, além das tarefas de limpeza, idas à escola, realização de oficinas ou mesmo o ócio, já que as adolescentes não são obrigadas a frequentar a escola ou realizar outros tipos de atividades:

Primeiro chega, aí lê um texto, ora, sobe todo mundo pra trocar a farda, aí vai tudinho pra sala de aula, aí pronto. Aí quando é de nove horas toca um negocinho lá, um sino pra gente lanchar. Aí sobe, escova os dente, passa uns dez minutinho, quinze minutinho, volta pra sala de aula de novo, aí quando é onze meia troca as fardas tudinho, pego meus livros que tão tudo lá. Pega a gente. Aiii, ar menina que não gosta vai embora de meio-dia e a gente que gosta, fica lá. Aí eu fico lá. Agora quando eu tô aperreada, muuuito, que eu sei que vou me estressar, aí eu volto (A12).

Além do cotidiano dessas atividades, as adolescentes têm liberdade de usar as roupas que desejam, havendo a obrigação do uso da farda apenas no momento da escola. Também

têm liberdade e assistem televisão e ouvir música, durante o tempo que desejarem e no momento que quiserem. No entanto, a televisão tem controle de canais.

Tal situação provoca uma série de conflitos entre as adolescentes, uma vez que desejam ouvir estilos musicais diferentes, em alturas diferentes, sem falar nos canais de televisão.

P – E a televisão ali dá pa ver, dá pra assistir muita coisa?

A4 – Dá.

P – Assiste novelas? Cada um num quer assistir uma coisa ou todo mundo faz acordo?

A4 – Cada um quer assistir uma coisa é uma briga aí. Se eu boto um canal aí a outra diz não eu já tarra aqui assistindo deixa aí, aí a ôta diz não deixo não vou lá assistir outra coisa aí fica aquela briga.

A4 – Mai o certo mermo era ter cada uma televisão nos quarto porque é uma briga.

P – Mais por quarto né?

A4 – É. Aí eu peguei e falei cum o coronel pá ver se ele deixava liberar, mas não.

Em relação às músicas, outra adolescente relata:

[...] eu escuto música muito diferente do que as meninas escutam aqui, por isso que às vezes eu fico meio revoltada, sei lá, eu escuto mpb, bossa nova, escuto rock também, reggae e fico revoltada (A12).

E fica ainda mais notório o conflito quando as adolescentes afirmam, em sua grande maioria, que, nos finais de semana, escutam o ritmo brega e algumas delas insurgem-se pontuando:

A9 – Não sô igual às meninas, as meninas chamam palavrão um atrás do outro, desrespeita, faz o que quer e eu não, só eu vejo a situação. Assim eu sei que a questão deles de escutar o brega delas, mas eu também como crente tenho direito de escutar meus louvor. Mas elas não deixa, não concorda com o crente, o louvor com o brega né? Hoje partir de hoje, sete hora, vai ter brega até nove e meia, amanhã até dez hora, domingo até dez hora e nenhuma música de louvor

P – Quem coloca o brega, são as meninas?

A9 – As menina, as menina pega os caixa que é hoje (sexta) amanhã e domingo.

No espaço da unidade de internação inexistente confiança entre as adolescentes. A relação entre elas é muito conturbada, envolvendo muitas brigas, gritarias etc., a desconfiança no meio é recorrente que uma adolescente relata: “dorme mas com um olho aberto e outro fechado que no meu quarto que: tem né? que no meu quarto num tem menina traiçoeira” (A6).

A14 – Eu era uma menina calma, num brigo cum ninguém, assim de vez em quando eu fico estressada aqui dentro porque é da gravidez mesmo, mai de vez em quando eu peço desculpa ar minina aqui dentro a pessoa só faz se estressá.

A4 – Oxe, porque aqui num tem ninguém pra conversar cá pessoa, tem assim ar minina mai é tudo cobra. A pessoa fala uma coisa aqui, quando é daqui a pouco tá no ouvido da ôta, aí daqui a pouco tá aquela bagunça, todo mundo querendo brigar, a casa querendo rodar.

Por outro lado, a carência é muito evidente no quadro da execução da medida e parece ser o eixo reitor das relações interpessoais entre agentes socioeducativos, equipe técnica, entre as próprias adolescentes.

Durante as visitas, as adolescentes, mesmo as já entrevistadas, queriam ser entrevistadas de novo. Quando uma estava sendo entrevistada, outras se aproximavam e pediam para também falar novamente. Como se sempre precisassem ser ouvidas.

Há sempre a necessidade de “serem atendidas” como se referem. Em outra visita, um grupo, após chegar da vovó Geralda, sempre fazendo muito barulho, pedindo para “serem atendidas”, mas uma adolescente especificamente dizia precisar conversar, “estava baratinada” e se não fosse naquela hora iria “endoidar”.

Um ponto de interesse merece atenção. As adolescentes não usam fardas quando estão fora do horário de aula, por essas razão usam tops, shorts muito curtos, outras, bermudas, mas todas sempre com partes do corpo nuas.

Na unidade, frequentemente há agentes socioeducativos do sexo masculino e do sexo feminino, os homens ficam na parte externa e as mulheres no interior da casa. No entanto, sempre que demandados, os homens entram na casa e presenciam cenas de meninas passando de toalhas e mesmo com os vestuários curtos e sexualizados.

Algumas vezes as pesquisadoras presenciaram cenas desse tipo, inclusive com gestos sexualizados das adolescentes, o que será aprofundado mais adiante, mas que tudo é naturalizado tanto pelos adultos como pelas adolescentes. Quer dizer, a rotina do sexo masculino entre as adolescentes não as incomoda e não constrange os próprios agentes, pois a presença da equipe de pesquisa não provocou nenhuma reação a essa regularidade.

Distrito Federal

Norma mesmo é...[...] tem a hora de sair do quarto. Revista para o banho de sol. As luzes são apagadas às dez e meia. Tem que desligar a luz...(adolescente)

A disciplina interna nas Unidades é um dos pontos mais sensíveis na fala das adolescentes e dos funcionários. No Distrito Federal, em razão de as adolescentes ficarem dentro de seus quartos-cela durante todo o dia, saindo apenas para as atividades e para os banhos de sol, o contato por parte de todo o grupo é menos frequente, o que, segundo elas mesmas e os funcionários, objetiva evitar brigas.

As meninas entendem como faltas disciplinares as ausências nas atividades propostas, os desentendimentos entre elas e, sobretudo, o desrespeito aos funcionários da Unidade.

A3 – Cumpro sim. no início quando eu cheguei eu dava mais trabalho.

P – Você resistia, não queria fazer as atividades?

A3 – Nenhuma. Não queria ir pra escola, não queria ir pra curso, pra nada entendeu? Mas eu tinha que ir...

P – Mas o que que acontecia quando você falava: não, eu não quero ir!

A3 – Ficava de medida. É tipo sem banho de sol, sem ver televisão, isso.

Em Santa Maria, as punições, ou “medidas”, vão desde a proibição ou redução do tempo do banho de sol até a colocação no chamado “Pavilhão Disciplinar” ou “PD”, como chamam as adolescentes. O ‘PD’ é um pavilhão como os demais. Funciona como uma solitária dos presídios comuns. Lá dentro, uma ou mais meninas podem ficar por horas. É escuro e, segundo elas, empoeirado.

O isolamento é uma prática comum, que já existia na unidade anterior:

A11 – Eu não sou de ficar brigando. Porque isso daqui...causar briga aqui é a mesma coisa que... Que as agentes aqui às vezes se alteram, vem de casa estressada e querem descontar em nós... só que a gente faz de tudo pra se segurar, só quem tem horas que elas falam coisas que a gente não aguenta. E elas... qualquer coisinha que fala e elas não pode responder, elas quer botar de medida, quer levar pro C2. Teve uma vez que eu fiquei até doente, por causa que eu tenho bronquite. Aí eu fui pro C2 e fiquei lá até a noite e começou a chover e o vento? Eu comecei a ficar gelada, com os braços roxo e os pés. E eu algemada lá.

Quando a ocorrência é grave, o caso será apurado pelo Conselho de Disciplina, do qual participam os funcionários do turno da ocorrência (tanto da segurança como da socioeducação).

Depois que voltam do tempo que passam no PD, as adolescente também podem ainda sofrer outras “medidas”. Em suma, estas são:

perder o direito ao banho de sol ou reduzir o tempo, por exemplo, de 45 a 15 minutos;

perder o direito de participar do dia da beleza,³⁰

não receber visita da família;

em caso de haver atividades, não poder participar;

não poder participar do “corre”;³¹ e

ficar sem o “cobal”³².

30 Todas as sextas-feiras, na Unidade de Santa Maria, “chapinhas” e escovas são fornecidas às adolescentes. Nas entrevistas, as meninas falavam desse dia como algo muito esperado.

31 O “corre” são as saídas que as meninas realizam de seus quartos-cela para organizarem as refeições. Em cada turno, sai uma das meninas para servir o café da manhã, o almoço e o jantar. O “corre” é esperado com muita expectativa pelas meninas, pois é uma forma de saírem um pouco de seus quartos-cela.

32 O “cobal” são os objetos pessoais das adolescentes trazidos por sua família, como os artigos de higiene e beleza.

Testemunhas de uma realidade carcerária subterrânea, em que a ilegalidade é constitutiva das práticas cotidianas, encontra-se, por todo o Brasil, narrativas a respeito das sanções disciplinares informais, que consistem de espancamentos. Em mais de um relato, falou-se de agressões físicas sofridas pelas meninas, sobretudo após a realização de levantes ou rebeliões. Não se sabe ao certo da veracidade dessas informações. São apenas relatos de fatos que, segundo as meninas, não se reproduzem mais na nova unidade:

A5 – Não foi nem uma rebelião, é porque eles falaram que foi. Só porque nós batemos nas latas, de comemoração, eles disseram que era uma rebelião. Mas lá nós já chegou a apanhar. Aqui ninguém nunca bateu em nós não, mas lá eles batiam.

A3 – Já, no Natal do ano passado teve uma rebelião lá no Ciago. Eu participei. Teve alguma que começou a chutar, a bater na porta. Outras não tavam envolvidas. E no meu quarto o pessoal tava envolvido. E pelo fato do pessoal estar envolvido eu ia pegar medida de qualquer jeito, então eu fui e me envolvi.

P – E o que elas estavam reclamando? O que que elas queriam?

A2 – A juíza não liga pra nós, entendeu? Ela liga mais pros meninos. Ela deixa nós mofando nesse lugar.

P – Vocês pediram pra sair no Natal?

A2 – O pedido foi negado e todo mundo se revoltou.

P – Mas teve violência física?

A2 – Teve dos agentes com nós. Eles bateram em nós. De murro, de algema, de cacete.

A existência de procedimentos informais para a manutenção da ordem interna é um capítulo comum na literatura sobre prisões³³. As negociações entre Estado e presos(as) são um desses procedimentos, permitindo-se aqui e acolá a existência de regalias, direitos diferenciados, uso de drogas, prostituição etc. Mas as investidas violentas contra presos(as) indisciplinados(as) também compõem essas narrativas.

Rio Grande do Sul

Quando se entra no Casef, o que se percebe é que sua estrutura e a organização acabam sendo mais duras para as adolescentes. Enquanto nas casas destinadas aos adolescentes do sexo masculino, eles acordam no horário da escola, as adolescentes do Casef acordam mais cedo para arrumar o quarto e fazer a faxina. A instituição consegue, dessa forma, controlar mais as adolescentes, o que acaba deixando-as sem poder e autonomia sobre suas escolhas, que será explicado com maior detalhe nos pontos que se seguem. Elas precisam ser mais submissas do que os meninos, até porque as regras do Casef, que estão presentes no regime interno da unidade, acabam sendo mais rigorosas.

33 A ideia de que ou você negocia com os presos ou a cadeia “vira” está presente em diversos trabalhos sobre unidades carcerárias de todo o Brasil.

Pelo número reduzido de adolescentes, a equipe técnica e a própria diretora da casa conhecem muito bem todas as adolescentes. Ainda que a relação possa vir a ser conturbada – e muitas vezes é – pode-se perceber que a equipe técnica cria um vínculo grande com a adolescente.

Mas não é só com os técnicos que a relação com as jovens é diferenciada; as próprias meninas também mostram-se mais apegadas aos agentes socioeducativos em comparação com os meninos. A respeito disso, vale referir que as adolescentes devem chamar os técnicos de “tio” e “tia”³⁴, e isso vale, inclusive, para a diretora da casa.

Nas audiências para progressão de medida ou para decisão sobre internação provisória, por exemplo, é comum a presença da diretora da casa, o que já não acontece no caso dos adolescentes internados, ao menos no caso da cidade de Porto Alegre. Justamente por ser um número reduzido de adolescentes, o corpo técnico da casa está muito mais presente no cotidiano delas. E, ao contrário das outras casas, não trabalha com a ideia de “técnico-referência”. Isso quer dizer que todos os profissionais são responsáveis coletivamente por cada caso.

Dentro do Casef as atividades das internas começam logo cedo pela manhã: às sete horas da manhã para as meninas que estão no G1 (ala das que ainda não receberam sentença, isto é, estão na internação provisória), e às seis horas da manhã para as meninas que estão no G2 (grupo das meninas que já têm sentença). O G2 separa-se em Ispae e ICPAE, mas as atividades iniciam no mesmo horário para os dois tipos de internação. A primeira atividade, igual para os dois grupos é o banho e a faxina do quarto – como dito na parte da estrutura física, cada menina possui seu próprio quarto, sendo responsável pela limpeza e organização dele. Após a fiscalização dos quartos, na qual as meninas podem levar advertência caso não passem na fiscalização da faxina, é servido o café da manhã. Aos sábados e domingos, por não haver escola nem cursos, as meninas acordam às oito horas da manhã para fazer a faxina do quarto, tomar banho e tomar café.

As adolescentes, dentro do Casef, têm atividades obrigatórias para cumprir e podem fazer cursos oferecidos pela instituição. Nesse ponto, é importante acentuar que a unidade de internação não passa de uma fotografia da mesma desigualdade retratada no espaço livre (FACHINETTO, 2008) e, portanto, as atividades são sempre aquelas consideradas adequadas para o gênero feminino.

³⁴ Em relação aos CASES masculinos de Porto Alegre, o chamamento se dá pelos nomes de “seu” e “dona”. Em São Paulo, por exemplo, as adolescentes chamam os agentes de “senhora” e “senhor”.

Importante atividade delas dentro da casa é a limpeza e a organização do ambiente. O questionamento que fica sobre essa atividade é levantado a partir da fala relacionada abaixo de uma das adolescentes:

Tem uma regra, né? Tem que limpar. Sim, não pode ficar no quarto, né? Porque é o ambiente que tu vive, né, daí tu tem que limpar. E os guri não, né? Não tão nem aí. Se limpam, se sujam. Bem assim, sabe? (A1)

Outra adolescente, a A4, refere-se como sendo “trabalho escravo” a questão da faxina, até porque as adolescentes não limpam apenas seus quartos, mas também toda a unidade, incluindo a sala da direção. Nesse sentido, ela questiona se não seria possível “o governo contratar alguém”. Importante esclarecer que o problema que esta pesquisa procura apresentar não é o aprendizado sobre organização e limpeza, mas sim sobre a questão dessa atividade de trabalho doméstico ser direcionada apenas para adolescentes do sexo feminino em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Outro ponto relevante é a questão de atividades propostas serem sempre visando manter a construção binária feminino vs. masculino. A adolescente A5 fala sobre a atividade de bordado e diz ser obrigatória, ainda que ela não goste. Nas atividades esportivas, o vôlei aparece como o esporte mais praticado. Inclusive, quando a equipe foi fazer a primeira visita à unidade, as adolescentes estavam jogando vôlei.

Quando as pesquisadoras perguntaram se era possível que as meninas jogassem, por exemplo, futebol, a funcionária da instituição que lhes acompanhava disse que não, por ser um esporte muito violento para gurias e elas poderiam aproveitar o espaço para se baterem nos encontrões que o esporte propicia.

Além disso, temos a atividade da lavanderia, que consiste em importante atividade na casa e que gera renda para as adolescentes, visto que é aberta para serviços externos também. O grande problema é que, mais uma vez, é uma atividade pensada somente para as meninas. Ademais, elas reclamam das condições como são entregues as roupas pertencentes aos meninos. A adolescente A3 reclama de ficar “lavando as roupas desses gurus podres”, já que, como confirmado por outras adolescentes, os adolescentes meninos não possuem nenhuma obrigação de limpeza.

Em relação aos cursos e às oficinas ofertados, é possível, também, notar esse dever de se tornar mulher. Os cursos e oficinas ofertados são de cabeleireira, camareira e recepcionista como informou a adolescente A1, que se formou em todos eles.

O Casef, como já falado no ponto da estrutura física e apresentado nas fotos, é uma casa muito organizada e dividida. Além disso, como mencionado na parte das atividades peda-

gógicas, impõe rotina muito rígida às adolescentes. Elas precisam acordar cedo, limpar e organizar os quartos e, só depois disso, iniciam-se as atividades da escola, oficinas e cursos. Nesse sentido, é visível que a divisão dos ambientes e a organização exigida gera uma coerção disciplinar e uma dominação nos corpos e ensina às adolescentes a serem mais dóceis (FOUCAULT, 2008). Importante reproduzir a fala da adolescente, quando diz que: “aqui é mais trabalhado no teu psicológico” (A5).

Note-se que uma das formas mais eficazes de opressão – e mais naturalizada – é a violência psicológica que os agentes institucionais exercem sobre as adolescentes, especialmente por meio de ameaças com sanções disciplinares ou com o famoso vou “contar à juíza” o que ocorreu (ELIZALDE, 2011, p. 38).

A unidade possui regras bem rígidas como a proibição de escutar o estilo de música conhecido como funk, de conversar sobre assuntos externos, de usar roupas curtas e de falar palavrão. Ademais, é visível que o Casef possui três formas de disciplinar as adolescentes: (i) a formal, com base no Regimento Interno; (ii) a informal, feita pelas próprias técnicas da casa com ameaças; e (iii) o Grupo Operativo (GO), quando as adolescentes conversam sobre os problemas de convivência.

O regimento interno prevê sanções para cada ação que viole as regras. As violações vão gerar uma Comissão Administrativa Disciplinar (CAD) que deve ocorrer com a presença do advogado ou defensor público, o que não acontece sempre, como contou a adolescente A., que referiu apenas para a presença da advogada da casa. Em relação ao controle informal, uma das adolescentes conta que:

[...] a monitora fica com o livro aberto anotando tudo e que a juíza vai ficar sabendo
(trecho de entrevista com A., 20 anos, realizada em 20 de janeiro de 2014)

Os GOs, no primeiro momento, parecem ser uma boa ideia, conforme fica claro pela fala da assistente social, um pouco mais acima. Contudo, as adolescentes falaram que é bem complicado fazer críticas às técnicas.

Por fim, o Casef utiliza a “técnica de contenção” para controlar algumas adolescentes: “A contenção é quando a menina se descontrola, tu tem que amarrar e tal. Pra ela não se matar e tal” (A1).

As adolescentes, conforme o relato, ficam em uma sala fechada de maneira individual, como um isolamento. Importante ressaltar que a “técnica” de isolamento está prevista na Lei n. 12.594, que instituiu o Sinase, para casos extremos, como a garantia da segurança do próprio adolescente ou de seus companheiros, sendo expressamente vedada sua utilização em quaisquer outros casos.

São Paulo

A incorporação de regras pelas adolescentes é perceptível no cotidiano da unidade. De acordo com relatos das entrevistas, a maioria das adolescentes, antes de ser levada à Fundação Casa, permaneceu por um tempo em um Centro de Atendimento Inicial e Internação Provisória, com as normas internas ainda mais rígidas. As adolescentes eram obrigadas a ficar, na maior parte do tempo, com as mãos para trás e ficavam enclausuradas com dezenas de outras meninas em um pequeno espaço.

Ao chegar nos estabelecimentos de cumprimento das medidas, foram apresentadas, formalmente ou informalmente, diversas regras, como: a de não desrespeitar funcionário; não falar palavrão; não brigar com outras meninas; não fazer nada sem pedir permissão; etc.

Dentro da unidade as adolescentes são obrigadas a usar fardamentos que as homogeneíza, embora sejam sempre chamadas pelo prenome. São camisas brancas de manga curta ou moletoms acompanhados de bermudas jeans ou calça de moletom. As roupas são controladas pela gestão da casa, que a disponibiliza. As adolescentes não têm espaço individual para guardá-las.

O trânsito das adolescentes pelas instalações das casas é contingenciado e vigiado. Apesar de algumas variações entre as unidades, as rotinas das casas podem ser descritas da seguinte forma: (i) as adolescentes são acordadas por volta das 6h da manhã pelos agentes de apoio do turno da noite, arrumam as camas e são direcionadas para o banho, duas ou três adolescentes por vez, sob a orientação de uma agente do sexo feminino que fica posicionada na porta; (ii) após o banho elas vão para o refeitório onde tomam café da manhã; (iii) logo em seguida, elas vão para as salas de ensino formal onde, em cada sala, há um ciclo diferente; (iv) findado o horário da “escola” elas retornam ao refeitório para almoçarem; (v) durante o período da tarde, elas frequentam cursos profissionalizantes ou atividades culturais; (vi) no final da tarde elas se organizam para jantar, e esse é o momento em que as dependentes químicas geralmente são medicadas; (vii) após, elas ficam na sala de vídeo assistindo a algum filme ou são levadas para os dormitórios, algo que obrigatoriamente acontecerá depois.

As adolescentes, de ambas as unidades, não podem assistir a noticiários e isso é justificado por funcionários como uma medida de proteção e segurança à adolescente, uma vez que isso a impediria de assistir a uma cena violenta ou saber notícias ligadas ao crime na comunidade de origem. Em todos esses trânsitos de atividades, há a presença de agentes de apoio que vigiam as meninas.

Algumas variações dessa descrição valem a pena serem anotadas. A primeira delas é a inversão dos horários da escola e os horários dos cursos profissionalizantes e atividades culturais na unidade de Chiquinha. Como lá estavam lotadas mais de 100 meninas em regime normal, gestores da unidade optaram por dividir as adolescentes em dois módulos em que as meninas de um andar faziam escola pela manhã e cursos profissionalizantes ou atividades culturais à tarde, e o outro o oposto. O estranhamento que isso causa é que as adolescentes de um módulo pouco se comunicam com o outro.

P – E você divide o quarto com quantas meninas?

A6 – Um monte! Acho que é umas vinte meninas num quarto só.

P – É aquele quarto dos beliches?

A6 – Aham.

P – E aqui tem uma divisão entre vocês né, você consegue se comunicar com as outras meninas ou você não encontra com elas?

A6 – Não, só quando é pra conseguir encontrar, mas é bem difícil ver elas ou ela ver nós.

P – Essa é a divisão entre a turma da manhã e da tarde?

A6 – É.

P – Tem alguma amiga sua que ficou pro outro lado?

J – A Suelen.

Curioso notar que as regras internas variavam muito na fala de cada entrevistada. Algumas ressaltavam a proibição de falar durante as refeições, outras a proibição da “sapataria”, a necessidade de respeito aos funcionários, a impossibilidade de qualquer alteração nas roupas fornecidas para, por exemplo, torná-las mais justas, e outras ainda a proibição a qualquer tipo de aproximação corporal.

Na maioria das falas, os casos de punição interna estavam sempre relacionados ao desrespeito a funcionários. No primeiro estabelecimento visitado, a Unidade Chiquinha Gonzaga, os casos que mais se aproximaram de rebeliões tiveram como origem situações em que os funcionários desrespeitaram ou agrediram internas. Além disso, houve também menção à organização das adolescentes, nessa mesma unidade, para pedir melhorias na estrutura da casa. No entanto, o que elas relatam ter obtido como resposta foi exatamente o contrário.

Segundo as adolescentes entrevistadas, as sanções mais frequentes são individuais de isolamento, em que uma menina é obrigada a ficar em uma sala, isolada das demais, sem qualquer tipo de distração. A “tranca”, como é chamada na Chiquinha Gonzaga, apareceu no relato de algumas adolescentes:

P – E você já teve alguma medida de sanção aqui?

A6 – Já, várias vezes, já fiquei de tranca 8 dias, uma vez eu fiquei 18 por causa de tumulto, outra vez eu fiquei um mês, e a última tranca que eu peguei agora foi porque eu agredi o senhor M.

P – Você agrediu ele?

A6 – Agredi, eu fiquei mordida com ele.

P – E como é a tranca, o que acontece?

A6 – Nós fica numa sala, só desce pra atividades que é profissionalizante, aí vai lavar banheiro, leva comida, faz tudo naquela salinha, só sai pra estudar e fazer curso, só isso.

P – O resto você dorme lá sozinha, fica lá sozinha?

A6 – Uhum.

P – E como que é? O que você sente quando você está lá?

A6 – Não sinto nada, penso na vida só.

P – E é uma sensação ruim ficar lá na tranca?

A6 – Uhum.

Além da “tranca”, outros tipos de punição aparecem nas entrevistas de adolescentes da Chiquinha Gonzaga, como a sanção de isolamento (ficar “destacada”) que consistia em ficar em uma sala isolada:

P – E não tem tranca, que nem tem lá na Chiquinha?

A15 – Não...

P – Não?

A15 – Mas fica destacado, tipo assim oh, faz alguma coisa fica lá oh... Aí apaga a luz e fica refletindo...

P – Fica na sala, com a luz apagada?

A15 – Aham...

P – Você ficou já?

A15 – Já...

P – Que que você fez?

A15 – No começo, eu tava com uma semana na casa... eu fiquei a destacada da casa. Pensa, eu já tava na mídia já, em uma semana... Eu tava chutando o balde, eu não queria nem saber... Os outro falava comigo e eu chutava o balde. Em uma semana de casa eu fiquei sete dias destacada... Só aqui em cima... A gente acordava, tomava café, escovava os dentes e vinha aqui pra cima...

P – E ficava aqui?

A15 – O dia inteiro...

P – Num fazia curso nenhum?

A15 – Não é porque tava num... Tava numa época de férias né... Ficava o dia inteiro aqui sem fazer nada... Nada, nada. Virada de cara pra parede.

P – É, o dia inteiro? Aí voltava pra dormir com as meninas?

A15 – Aí dormia, é, aí o almoço ia pra cá, descia tomava banho e subia de novo. Descia, dormia, no dia seguinte a mesma coisa.

Segundo as adolescentes, na Unidade Parada de Taipas, não há tranca, mas também existe a possibilidade de “ficar destacada”:

P – Entendi. E se alguém desrespeita um acordo aqui, briga com um funcionário, o que que acontece?

A14 – Eles conversa.

P – Conversa?

A14 – É.

P – Mas tem alguma punição?

A14 – Você fica destacado

P – Você fica isolado?

A14 – Fica.

P – Quanto tempo normalmente?

A14 – Depende do que você fizer.

P – É? O que que é mais grave que já fizeram aqui?

A14 – Agredir funcionário.

P – Já agrediram funcionário?

A14 – Aham.

P – De bater mesmo?

A14 – Eu já.

P – Você já agrediu?

A14 – Já agredi uma vez já. [função da pessoa].

P – Você agrediu a[função da pessoa]? E o que que ela fez?

A14 – Hum... Nada... [Expressão de que não podia contar algo

P – Pode falar...

A14 – Num fez nada.

P – Não, alguma coisa ela fez...

A14 – Não, porque ela grudou no meu pescoço e eu bati nela.

P – Por que que ela grudou no seu pescoço?

A14 – Porque ela é folgada...

P – E ela...

A14 – Mas ela pegou, mas pra me segurar, é porque eu tava nervosa, e ela foi e me segurou. Aí eu já perdi a cabeça.

P – E aí você ficou isolada por um tempo?

A14 – Não...

Também foi mencionado por todas as entrevistadas da Chiquinha Gonzaga a existência de uma sanção coletiva em virtude de um princípio de rebelião, que é o impedimento de

receber o “jumbo”³⁵ ou qualquer outro material. Já na Unidade Parada de Taipas, o jumbo pode entrar normalmente.

P – E com as coisas da sua higiene pessoal, você recebe ou você tem tudo daqui? Xampu, sabonete...

A13 – Tenho

P – Quem que te dá?

A13 – A senhora.

P – Sua mãe não envia nada?

A13 – Não pode.

Para as adolescentes, tal permissão se mostra como importante para que haja um vínculo mínimo com o “mundão” e com as famílias, assim como para que as meninas tenham um pouco de sua privacidade e personalidade mantida dentro do estabelecimento, podendo, por exemplo, usar sabonetes, xampus e cremes que usavam antes da prisão.

Nesse cenário de proibições e sanções, uma das únicas perguntas respondidas de forma unânime pelas entrevistadas diz respeito a se sentir segura no estabelecimento. As reações, curiosamente, foram muito parecidas. Todas elas, após a pergunta, abaixavam a cabeça, ou se mantinham por um momento em silêncio, e respondiam um “não”, relatando situações como essas:

A3 – Aí tem funcionário aqui também que quando ele xinga nós, nós tá errada. Nós sempre tá errada. Eles nunca estão errados. Eles agriem, e eles nunca estão errados. Xingam e nunca estão errados. Aí tem vezes que falta papel higiênico, que são aqueles papel duro, sabe? Fica tudo machucado. Tem funcionário que quer bater aqui...Tem uma senhora mesmo que me colocou de castigo sentada num banco, e pegou e falou assim: “você quer levar um murro na caixa do peito?” aí eu falei “não, acho que não, senhora” [...]

P – Está aqui pra cumprir uma medida socioeducativa.

A3 – Porque eu tenho uma mãe lá fora, e minha mãe nunca bateu em mim. Meu medo é de falar pra elas: “você pensa que é quem pra estar batendo nos outros?” a minha vontade é essa de falar, entendeu? Mas tenho medo. Eu tenho que melhorar também o meu comportamento de saber esperar, lidar melhor com as meninas... aí eu parei de brigar, parei de ir pra tranca, aí tô pensando no que eu vou fazer da minha vida quanto eu sair daqui.

Observa-se, a partir das entrevistas, a possibilidade de defesa frente a uma punição aplicada é bastante restrita e muitas das meninas, apesar de desejarem discordar da atitude de funcionários, ou questionar as normas internas, não a fazem para não aumentar o período da medida. Dessa forma, a incerteza a respeito do período da medida socioeducativa acaba mostrando-se como uma das principais formas de controle disciplinar.

P – Você pode se defender normalmente?

³⁵ Termo utilizado pelas adolescentes para se referir a materiais de higiene e perfumaria.

A15 – Não... A gente vai falar ela fica, a gente vai falar ela fica “ai, num é pra falar nada não, fica quieto”. Aí eu “ai, não vem gritar não”. Esses dias...

P – E você nem se defende?

A15 – Esses dias eu fui pra coordenação né, por causa que eu tava com uma coisa no dente [...]. Aí, o senhor veio perreca na minha, o senhor me levou pra coordenação, eu tava no horário de aula. Aí ela começou a falar né, falou assim que eu tava muito a mais, e agora que eu tô de resposta eu tô dando pontapé e não quero nem saber. E eu “ixi senhora, não vem gritar na minha orelha não que eu não sou surda não hein?”. Aí ela falou assim “ai, fica quieta, você não tem direito de falar não”. Aí eu fui mandar ela se fuder né, e eu falei “foda-se”. Você num vem gritar na minha orelha não, vai gritar com os seus parente, com os seus filhos, na sua casa. Eu num sou loki não. Aí tava o senhor né, o senhor que me arrastou, sempre é ele que tem que entrar pra acompanhar né, e a coordenadora. Aí ela veio chegando perto de mim, gritando na minha orelha. E eu “ah, num vem gritar na minha orelha não hein, num vem gritar na minha orelha não”. Aí, ela falou assim “você tá errada e ainda quer falar”. Aí eu falei, lógico, vai ficar achando que eu sou loki, gritando... Ela vai gritar com os parente dela e não comigo, que eu não sou loki. Eita, eu debato fi. Se eu quero deixar, se não querem deixar eu falar fi, eu debato.

Percebe-se que o controle disciplinar foi a forma de como as adolescentes da Parada de Taipas se organizam no pátio para entrar nos seus respectivos módulos. Assim, após as 17h30 ou quando não há atividade cultural, as adolescentes ficam em um pátio aberto que dá acesso aos módulos, geralmente sentadas no chão frio, aguardando o horário das 18h quando são autorizadas a entrar. No momento em que os agentes levantam de suas cadeiras e as avisam do horário, elas automaticamente ficam enfileiradas, sentadas e com cabeça baixa na porta do módulo, aguardando os agentes abrir o espaço onde servirão suas refeições.

Durante as nossas primeiras visitas às unidades, ocorreu a coincidência de um promotor de justiça estar fazendo o mesmo. Perguntamos então às adolescentes sobre a fiscalização.

P – Entendi. E você sabe se vem pessoas fiscalizar os trabalhos da unidade?

A2 – Não.

P – Então, você nunca conheceu um promotor de justiça da fiscalização.

A2 – Ah, já sim. Ele pega umas meninas pra conversar.

P – Pra ver se tá direitinho. E o juiz você conheceu?

A2 – Conheci.

P – Também faz isso?

A2 – Não, veio uma ou duas vezes. De 8 meses que eu tô aqui, já vi duas vezes ele.

P – Entendi... você já viu alguém que vem fiscalizar os trabalhos da unidade? Alguém que não é da unidade? Tipo um promotor de justiça...

A10 – Já.

P – Você já conversou com ele?

A10 – Conversei ontem mesmo.

P – Como foi?

A10 – Foi bem.

P – O que ele te perguntou?

A10 – Perguntou se a gente está precisando de alguma coisa, se a gente tá cumprindo todas as regras...

P – E juiz, já veio aqui?

A10 – Foi, a juíza.

P – Ah, foi a juíza... e promotor, já veio?

A10 – Ah, não sei se o homem que tava junto era o promotor... lá em cerqueira ia sempre a promotora.

Algo que vale a pena ser mencionado sobre essa conversa é que as adolescentes que são escolhidas para conversar com o promotor, antes de ir ao seu encontro, são primeiro recebidas na sala de direção que as informaria sobre o motivo da visita.

Pará

Na unidade, há revezamento entre equipes de agentes socioeducativos, ao longo do dia, para que as meninas estejam o dia inteiro acompanhadas e vigiadas pelos respectivos profissionais. São praticamente unânimes as queixas das da quantidade extrema de normas dentro da unidade, de modo que as adolescentes afirmam que não podem fazer nada no Cesef.

A9 – Num pode usar roupa curta, num pode ter caneta, num pode ter espelho; nada assim... num pode ter... num pode ter nada que possa cortar assim mais sério, entendeu?

PF – E o que é que pode?

A9 – O é que pode?

PF – É.

A9 – Pode é obedecer eles! É isso que eles falam, né?!

Entre as normas de disciplina mais citadas pelas adolescentes estão: a proibição de relacionamentos entre meninas, a proibição de brigas (seja entre adolescentes, seja com técnicos ou agentes), a obrigatória limpeza semanal dos quartos, a proibição de falar gírias e falar palavrões, proibição de cantar, especialmente funk e rap, proibição de fazer estoque de materiais que possam ser utilizados como armas e proibição de fazer barulho após as 22 horas. Há, ainda, a menção ao controle do tempo das adolescentes que afirmam possuir hora para comer, dormir, tomar banho e acordar.

P – O que é que tu mais sente falta lá de fora?

A1 – Da minha família; do conforto que eu tinha e da atenção que eu tinha lá... mas enfim... da liberdade; de sair pra onde eu quero, dá vontade de beber uma água, eu vô lá e bebo água; eu quero comer isso, eu como o que eu quero; a hora que eu quero. Aqui não! Aqui eu vivo sobre regras! Tem horário pá dormir, horário pá acordar, hora pá comer.

No caso de descumprimento das normas internas da unidade, conhece-se a respeito de três tipos de sanções administrativas aplicadas na unidade. A mais leve é a perda da recre-

ação pela adolescente; a sanção intermediária consiste do “ficar de quarto”, como o próprio nome já sugere, implica a estadia da adolescente apenas dentro do quarto durante uma semana, sem direito à recreação, autorizada a saída apenas para 15 minutos de banho de sol. A sanção mais gravosa é o envio ao quarto da contenção. As adolescentes, quando para lá enviadas, não sabem a quantidade de dias que irão ficar.

P – Entendi. É, tu sabe se aqui no Cesef tem norma de disciplina, assim, coisa que a menina pode fazer, quando que ela não pode fazer..?

A10 – Tem.

P – Tipo, tu consegue me dar alguns exemplos? Do que é que pode do que é que não pode.

A10 – Não pode usar maquiagem, assim só quando tu sai; roupa tem que ser a da casa; não pode ficar sem sutiã; não pode dormir só de calcinha... as que eu sei é essa.

P – E se a menina desrespeitar isso aí?

A10 – Fica sem recreação, não sai.

P – Essa é a punição que tem?

A10 – É.

P – E se for um negócio mais grave assim...

A10 – Tipo?

P – Uma menina, sei lá, é, brigou com um educador, com um monitor lá embaixo...

A10 – Aí fica de quarto.

P – Ficar de quarto é o quê?

A10 – Perder recreação uma semana até ter atendimento técnico.

P – Hum. E quando a menina vai pra contenção, o que é que geralmente acontece assim pra ela ir pra contenção?

A10 – Quando ela briga.

P – Com quem? Com outra menina?

A10 – É.

Para a contenção, são encaminhadas as meninas que se envolvem em brigas ou desrespeitam as normas da unidade – atos de depredação dos quartos, armazenamento de “estoque” (qualquer objeto que possa ser utilizado como – ou é efetivamente – uma arma), ou em quaisquer outros atos considerados de maior gravidade pela gerência da unidade e pelos agentes socioeducativos.

Na primeira conversa com a gerente, deixou-se entender que o envio à contenção seria uma medida excepcional dada às meninas, mas, a partir das entrevistas, percebemos que as adolescentes vão para lá com certa frequência e que, até pouco tempo, quando chegavam à unidade, ficavam lá necessariamente nos três primeiros dias, sem contato com as demais. Nesse contexto, chamou a atenção da equipe um recado na parede da contenção, o qual afirma: “bem vinda ao inferno (sic), novata”. Segundo a gerente, às vezes,

em situações de excepcionalidade, já se chegou a encaminhar duas meninas por quarto, para lá. A respeito da sensação de ficar na contenção e sobre a existência de ratos no local, confira-se o relato de A1:

P – Já foste alguma vez para a contenção?

A1 – Só quando eu cheguei.

P – Como é lá?

A1 – É estranho. Éé... passa rato.

P – Tem rato?

A1 – Éé... na unidade tem. Passa rato... aí é um lugar muito fechado que nós nem a luz do dia vê. Num sabe quando é dia.

P – Não pode sair de lá pra nada?

A1 – 15 minutos

P – 15 minutos?

A1 – Por dia...

P – Aí... fica ali no pátio...

A1 – Fica 15 minutos aí no pátio e depois entra. Aí, a adolescente que... antes era assim... quando chegava, ia pa contenção, passava três dias e saia pro quarto. Agora não. Agora a adolescente chega e vai direto pro quarto, aí fica sobre avaliação.

P – E por que que vai pra contenção? Ia pra contenção quando chegava?

A1 – Eles falava que era um jeito de a gente refletir sobre o nosso ato; sobre o que tá acontecendo, só que eu acho que a adolescente quando mais ela vai parar na contenção, mais angustiada ela vai ficar... agoniada, nervosa... pelo lugar que ela tá tendo, que é muito estranho.

No que tange à proibição de relacionamento amoroso entre meninas e à menção por praticamente todas as adolescentes de que são muito frequentes os relacionamentos entre as meninas mesmo entre as que afirmam gostar de homens, importante mencionar que existe uma sanção específica para tanto. Todas as adolescentes entrevistadas afirmaram ter conhecimento da proibição do namoro e de suas sanções: as meninas que namoram são separadas, tanto de quarto, quanto de grupo de recreação, e os familiares responsáveis pelas adolescentes, sem a presença e ciência delas, são informados do relacionamento; fato que, segundo elas, pode causar problemas com a família, já que muitas não são assumidas.

P – Tem muito caso assim de menina que se relaciona com a outra e tal?

A12 – Teem! Maioria!

P – A maioria?

A12 – Maioria.

P – Agora, assim, tem tem um casal lá embaixo?

A12 – Teem. Algumas têm marido, tem namorado. Agora... quando nós chega aqui fica cas meninas... uma cá outra.

P – E, assim, as meninas que... que curtem, elas ficam no mesmo lugar das que não curtem? Como é que é?

A12 – Não! São todos misturados, aí... isso a gente já num pode fazer, né? Eee... Eles num vão saber se as menina tá namorando, nada! Aí quando eles percebe que as menina tão... namorano, se elas tão no mesmo QC³⁶ aí eles separam.

P – Entendi! E é... fácil de de de de manter uma relação sem que o pessoal saiba e tal...? A12 – Não! Eles descubre porque uma que chama de amor pra' outra, carinho, atenção, aí eles percebe nisso, entendeu? Aí separa as menina. Mudam de recreação. Eles evitam delas ficarem junta, entendeu?

P – Humm... [...] E, por exemplo, se o pessoal descobrir aqui em cima, vão contar para a família, ligar?

A12 – Contam! Eles contam pra família.

P – Como é que é?

A12 – Eles contam ... é porque a família fica sabendo de tudo que a menina faz aqui dentro, entendeu? Aí... às vezes a mãe num gosta... aí ficam cum eles, entendeu?

A adolescente A1 não gosta dessa proibição e a percebe como um preconceito: “eu eu creio que é, hum... no meu ponto de vista, eu creio que é por preconceito, pelo fato de... quando um monitor pega um adolescente se beijando eles falam que a gente desrespeitou a presença dele, sendo que a gente... a gente às vezes nem vê eles entrando”. A adolescente complementa, ainda, que com alguns monitores³⁷ o preconceito é ainda maior: “Tem monitor que respeita aaa... opção sexual da adolescente; tem monitor que já não respeita; que já fala!; perde recreação por causa de certas coisas. Implica! Implica com a adolescente”.

³⁶ Quarto-cela.

³⁷ No Pará, os monitores são os agentes socioeducativos.

6

Direitos individuais das adolescentes

A. PIA

SINASE

Art. 49. São direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei:

VI – receber, sempre que solicitar, informações sobre a evolução de seu plano individual, participando, obrigatoriamente, de sua elaboração e, se for o caso, reavaliação;

Art. 52. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal.

Art. 53. O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável.

Art. 54. Constarão do plano individual, no mínimo:

- I – os resultados da avaliação interdisciplinar;
- II – os objetivos declarados pelo adolescente;
- III – a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;
- IV – atividades de integração e apoio à família;
- V – formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e
- VI – as medidas específicas de atenção à sua saúde.

Art. 55. Para o cumprimento das medidas de semiliberdade ou de internação, o plano individual conterá, ainda:

- I – a designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento da medida;
- II – a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o adolescente poderá participar; e
- III – a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas.

Parágrafo único. O PIA será elaborado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

Pernambuco

No estado, todas as adolescentes possuíam PIA, os quais estavam preenchidos em todos seus campos, o que permitiu, inclusive, a coleta das informações deste relatório. Porém as adolescentes não conhecem esse instrumento, nem a sua importância, como pretendido pela legislação, além de não acompanhá-lo e não ser construído com pais, tal como se verifica:

P – Você sabe se aqui em cima você tem alguma pasta? tu sabe como é que eles organizam a tua vida aqui em cima?

A4 – Não.

P – E o PIA? Plano Individual de Atendimento, você sabe o que é?

A4 – PIA ?

P – Sim aí você sabe o que pra quê serve esse PIA alguma coisa? O que é que tem escrito? já te chamaram pra mostrar?

A4 – Pá me mostrar não mai assim pra falar sobre o PIA já falei.

P – Você lembra o quê tu já falou?

A4 – Não, ela perguntou a eu se eu estudava, eu disse que sim, quantos filhos que minha mãe tinha, eu disse a ela, se ela recebia bolsa-família, eu disse que recebia, se eu tinha pai, eu disse que tinha. Perguntou um monte de coisa a eu.

P – E lá ela te falou como iria ser tua vida aqui, quais eram os planos para você? O que ia acontecer contigo?

A4 – Nada.

P – Não disse assim, que cursos você ia fazer, onde seria sua escola?

A4 – Ela perguntou a eu o que eu queria fazer quando eu saísse daqui, eu disse a ela também, aí pegou e saiu botando lá.

P – E tua mãe, quando tava fazendo esse PIA, estava junto?

A4 – minha mãe só subiu aqui uma vez que foi pra entregar os papel, meus documento.

Outra adolescente explica:

P – Tu sabe o que é PIA? Plano Individual de Atendimento? Tu ajudasse a fazer ele?

A3 – (a adolescente gesticula balançando a cabeça)

P – E tua família? Tu sabes dizer se de alguma forma ajudou a elaborar esse PIA?

A3 – Ajudou.

P – O que é que tem lá nesse plano? Tu sabes?

A3 – Sei não...

P – Tu nunca visses não, né?! Mas aí como foi que tu ajudou pra' fazer ele?

A3 – Perguntando a mim; o que é que é bom. Só.

Distrito Federal

Nenhuma das meninas entrevistadas conhecia o PIA:

A9 – As técnica já conversou sobre isso com a gente.

P – Você já leu o seu PIA?

A9 – Não me chamaram ainda não pra receber.

P – Houve algum tipo de audiência pro seu PIA ser aprovado?

A9 – Eu acho ia ter... mas parece que umas duas menina teve esse acompanhamento.

P – Você sabe o que que é o Plano Individual de Atendimento?

A3 – Não.

P – O PIA, já ouviu esse termo?

A3 – Já ouvi falar, mas eu não sei o que que é.

P – Tem uma audiência pro seu PIA ser aprovado. Você não participou desse processo?

A3 – Não, fizeram meu PIA mas nunca teve audiência nenhuma.

P – Você conhece o Plano Individual de Atendimento, o PIA?

A1 – Não. O que é isso?

P – O PIA é um documento que além de constar os dados de vocês, tem todo o acompanhamento jurídico, os procedimentos e orientações que você recebeu e as metas e objetivos, o plano que os profissionais fizeram para a sua ressocialização. Aí tem os objetivos, quem é responsável por esse objetivo e como vai ser feito esse objetivo. Então você nunca viu o seu PIA?

A1 – Não.

P – Você sabe se seus pais ajudaram a elaborar se eles participaram disso?

A1 – Não sei...

P – Nem se teve audiência pra aprovar o PIA?

A1 – Audiência não teve.

Rio Grande do Sul

Muitas meninas que foram entrevistadas não sabiam o que significava o PIA, nem qual sua finalidade.

P – Tá, e tu se lembra o que foi o que constou nesse pia que tipo de atividade planejaram pra ti?

A4 – Não, isso eu não perguntei...

P – E o teu PIA, assim, tu ajuda a fazer, eles te entrevistam pra fazer?

A5 – Como assim?

P – O PIA, o Plano Individual de Atendimento, sabe? Que eles enviam pra Dra. X pra saber se tu vai progredir ou regredir...

A5 – Ah, o relatório?

P – É, o relatório, isso.

A5 – Ah não, das audiência que eu tive não chamaram, mas veio pro meu relatório. Só me chamaram pra essa regressão aí, mas depois que já tinham mandado. Falaram um monte de coisa no meu relatório que eles nem sabiam. Bah, eu achei isso daí tri errado.

P – E teus pais fizeram parte do PIA, ou nem falaram pros seus pais também?

A5 – Nem falaram. Era pra fazer entrevista com familiar, não fizeram. Era pra mim tá fazendo CAPS agora...

P – Tá, e tu sabe o que é o PIA?

A3 – PIA? Internação provisória?

P – Não.

A3 – Não? O que que é esse PIA?

P – Você não falou que tinha audiência de PIA?

A3 – Tá, eu tenho audiência de PIA, mas eu não sei o que significa isso aí.

P – PIA é o Plano Individual de Atendimento.

A3 – Plano Individual de Atendimento, aai meu Deus, é muita coisa pra minha cabeça.

São Paulo

A descrição sobre os procedimentos jurídicos que permearam o cumprimento da medida socioeducativa se deu de maneira muito semelhante. A maior parte, senão todas, das entrevistadas referiam-se apenas à audiência, mencionando falas dos juízes a respeito da necessidade do cumprimento da medida como lição. Os relatos desse momento também deixam claro haver um distanciamento grande na relação com seus defensores e com a sua situação jurídica como um todo. Quando muito, houve breve conversa com os defensores antes da audiência judicial.

No que diz respeito aos PIAs, que também indicariam o grau de conhecimento que as adolescentes têm da forma como se dá o cumprimento de sua própria medida socioeducativa, todas disseram saber do que se tratava, mas nenhuma delas mencionou que já tinha visto

o Plano, seu significado, seu conteúdo e quem elabora. Poucas sabiam dizer se seus pais haviam participado da elaboração, com exceção de uma que disse que a irmã dela junto com a defensora pública ajudou a elaborar o PIA e, por isso, ela conseguiu uma bolsa para um curso de fotografia fora da unidade.

P – Você sabe o que que é o PIA?

A14 – É... O PIA?

P – É, o plano individual...

A14 – Plano individual de atendimento né?

P – Você já viu seu PIA, tem acesso a ele?

A14 – Eu nunca vi nem os meus relatórios...

P – Nunca viu nada? E você sabe se o juiz autorizou ele, se alguém ajudou, o seu tio, ou alguém do abrigo veio aqui pra montar?

A14 – Não...

P – Como é isso? Você lembra como foi o seu PIA?

A10 – Foi bem.

P – Aonde foi?

A10 – No Cerqueira.

P – O que aconteceu?

A10 – Ah, reuniu todo mundo, falou das minhas metas, falou que eu tava bem, o que tinha que melhorar.

P – Quem são essas pessoas que se reúnem?

A10 – Assistente social, técnica, psicóloga, auxiliar de enfermagem, da área da segurança e da pedagogia.

P – Eles passaram pra você informações suas?

A10 – Sim.

P – Sua vó tava junto?

A10 – Não.

P – Só você?

A10 – Só eu.

Pará

No Pará, foi fornecido acesso para 15 PIAs, apesar de existirem 17 meninas em regime de cumprimento de medida de internação. Observou-se, na análise da documentação, que as informações dos PIAs do Cesef são extremamente escassas. Isso porque o documento não é preenchido de forma uniforme, nem sempre os mesmos dados aparecem e as informações não são atualizadas, não sendo possível entender em que estágio de atividades a adolescente está, se está na escola, fazendo curso técnicos etc. Todavia, é preciso ressaltar que esses elementos são fornecidos em juízo por meio do relatório antes de toda a audiência de execução, ainda assim, o PIA é apresentado sem atualização. Em razão dessa

característica, apenas foi possível obter dados importantes das meninas com o acesso aos processos judiciais.

As adolescentes do Cesef têm uma ideia geral do que se trata o PIA, poucas afirmaram nunca ter ouvido falar do documento. Entretanto, a maioria não conseguiu explicar exatamente do que se tratava, evidenciando que não conseguem compreender a sua importância, como se observa:

P – Tu não estais estagiando, então tu passa o dia inteiro aqui né? [...] quando tu chegaste o pessoal te explicou o que é o PIA?

A4 – Uhum.

P – Tu sabes, tu consegues me explicar mais ou menos o que é?

A4 – É um negócio pra saber o que é que tu quer ser quando tu tiver maior, se tu, sei lá explicar.

P – Éé, tu sabe me dizer se tua mãe participou desse PIA, se eles ouviram a tua mãe, se conversaram com ela..?

A4 – Conversaram hoje

B. Esportes e lazer

ECA

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

XII – realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;

SINASE

Art. 15. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação

III – a apresentação das atividades de natureza coletiva;

Pernambuco

Não existe realização de esportes no interior da unidade, nem as adolescentes são encaminhadas para a execução em outras localidades.

Na unidade anterior, um espaço menor que 5 m² era tido como quadra, possuindo, inclusive rede de vôlei. Porém era um espaço reduzidíssimo para a prática de qualquer atividade que não comportava corridas ou algo semelhante.

Além disso, existia uma piscina muito pequena que não era usada para a prática de nenhuma atividade esportiva, apenas como lazer aos finais de semana.

Na unidade nova inexistia espaço para a recreação, de modo que qualquer espécie de esporte não é comportado na estrutura física. Igualmente existe uma piscina muito pequena na nova unidade, porém ela mesma está desativada, não sendo utilizada, sequer para recreação.

As adolescentes relatam que possuíam uma vida ativa, em que praticavam esportes, ainda que na rua com outros amigos, mas que tal possibilidade inexistia na unidade:

A6 – Eu jogava bola.

P – Qual é a tua posição? Atacante, goleira?

A6 – atacante.

P – É? Tu és artilheira é?

A6 – (risos) É mas aqui não dá pra nada

P – Tem não. E lazer? Como é? Eu sei que dia de final de semana, funciona essa piscina aí, né?! Como é? O que mais tem pra' vocês fazerem de esporte? Tu gosta de fazer esporte?

A3 – Gosto.

P – Gosta... tem muita coisa pra' fazer aqui?

A3 – Tem não... só bola; vôlei num espacinho; é... vôlei dentro da piscina; caixinha; futebol; só isso..

P – Mas vocês ficam muito ocupadas ou têm muito tempo livre?

A3 – Muito tempo livre.

P – Você acha isso aqui bom? Essa casa (.) grande pequena (.) os quartos?

A1 – Não (.) eu acho que isso aqui não tem estrutura (.) de jeito nenhum (.) pra ser

P – Falta o quê?

A1 – Falta tudo, área de esporte e lazer, falta quartos maiores né? Que acomodem melhor, até pra equipe técnica não tem. Isso aqui não tem estrutura não.

Distrito Federal

A Unidade possui uma quadra poliesportiva. Nelas, as meninas fazem aula de educação física, jogam futebol e realizam outras atividades. Ao menos uma vez na semana isso ocorre, segundo elas relataram.

Quanto às atividades de lazer, queixam-se as adolescentes de não haver nada para fazer, ao mesmo tempo, de assistirem TV apenas nas horas determinadas,

A9 – Aqui a gente não tem. Mas lá na Unire e gente tinha Dias das Mães, na Páscoa, Dia das Mulheres. Até mesmo no nosso aniversário as técnicas mesmo fazia...Aqui não tem nada.

A2 – Aqui nós não tem nada. Lá no Ciago nós até tinha televisão no quarto. Se as mãe trouxesse. Tinha DVD também, ouvia música mas hoje não tem nada. Não pode ter televisão no quarto. Nós não faz nada.

A8 – A gente não tem escola, não tem piscina, não tem lazer. É 24 horas trancada aqui. São 24 horas aqui dentro do módulo. Só sai pra o banho de sol, 45 minutos e depois volta. E o banho de sol é aqui nesse quadrado de dentro.

Rio Grande do Sul

O Casef conta com um profissional de educação física que vai todos os dias à instituição. Entretanto, as meninas não têm permissão para jogar futebol nem handebol; em geral, jogam vôlei.

P – E: tu gostava de fazer esporte?

A4 – Gosto de jogar vôlei

P – Tu joga vôlei aqui dentro? e handebol?

A4 – Só vôlei.

P – E tu gostava de fazer algum esporte lá fora?

A3 – Vôlei.

P – Vôlei?

A3 – Eu jogo aqui dentro. Vôlei é minha paixão. Eu já estorei esse pulso jogando vôlei. E tenho uma medalha de segundo lugar de jogadora de vôlei aqui do Casef.

São Paulo

Como mencionado, também são organizadas atividades esportivas que contam dentro do currículo do professor de educação física, tais como futsal, handebol, xadrez, entre outros. A Superintendência Pedagógica também costuma organizar campeonatos entre as meninas de unidades diferentes. Durante a visita existiu a informação da saída de algumas meninas para o campeonato de futsal e xadrez, e as pesquisadoras presenciaram o retorno eufórico da equipe de futsal de Parada de Taipas que tinha ganhado o campeonato. No site da instituição, é possível encontrar fotos e informações sobre.

P – E o que você gostava de fazer antes de vir pra cá?

A6 – Ir pra rua, jogar videogame, jogar bola.

P – Você é boa no futebol?

A6 – Sou

P – Você ainda joga aqui?

A6 – Jogo, tô treinando agora pra mim ir pra saída

P – Você faz parte daquele time que treina fora?

A6 – Não, mas vou começar a fazer, vou sair daqui e vou atrás de uma escolinha pra fazer.

P – Vai continuar fazendo então?

A6 – Uhum.

P – Aqui vocês não saem nunca pra passeio?

A8 – Sai só pra saída... Saída de futebol, saída de vôlei. Saída de xadrez.

P – Aí vocês jogam com outros times?

A8 – Nós joga com as outras unidades né. Tipo, aqui é um lado e lá é o outro, aí nós joga contra esse lado, esse lado joga contra a outra unidade. [...]

P – E aí já volta pra unidade?

A8 – É, nós joga né, pra ver quem vai ganhar o primeiro lugar. É mó disputa.

Existem poucas práticas que podem ser consideradas como lazer dentro das unidades. A prática de esportes e cursos culturais são uma rotina, quando esses não ocorrem ou quando a adolescente possui algum tempo livre no intervalo do jantar e a hora de dormir, elas costumam apenas sentar para conversar e, quando possível, assistem a algum filme ou novela.

P – E você gosta de assistir TV?

A6 – Gosto, mas “nóis” não assiste, só assiste filme.

P – Você gosta de filme?

A6 – Às vezes, depende, se eu estiver de bom humor...

P – E quando você não está de bom humor, você gosta de fazer o quê?

A6 – Dá vontade de dormir

P – E você pode dormir a hora que quiser?

A6 – Não, quando eu to fora de curso só, aí eu sento e durmo

P – E ninguém fala nada?

A6 – Não.

P – E escutar rádio, você escuta?

A6 – Escuto, toda noite

P – Vocês escutam notícia ou só música?

A6 – Música, não pode saber nada do mundão, não pode assistir jornal, nada

P – Te faz falta, você gostaria de saber?

A6 – Não.

Algumas, poucas, leem. Apesar da unidade Parada de Taipas possuir piscina, ela é pouco utilizada. A última vez que uma das adolescentes entrevistada lembra-se de ter entrado lá foi para limpar. Algo que ajuda a quebrar a rígida rotina da Fundação é a saída para participar de campeonato ou acompanhar alguma atividade cultural, que não chega a ter periodicidade de um mês.

A par disso, algumas adolescentes aproveitam o som de um baile funk que ocorre perto da unidade Parada de Taipas uma vez na semana:

A15 – [...] Tipo, sexta, quando da sexta feira, de noite aqui tem baile funk né, aí eu começo a ouvir.

P – Dá pra ouvir?

A15 – Dá. É muito muito alto, parece que tá aqui na praça. Nós tá dentro do módulo dormindo né, parece que tá na praça. Aí, quando uma menina acorda pra ouvir, todo mundo já acorda...

Pará

Muito embora nos PIAs do Pará haja um campo intitulado “esportes, cultura e lazer”, reservado para a análise das atividades das adolescentes – tanto quando em liberdade, quanto durante o cumprimento da medida –, nem sempre há uma individualização das atividades esportivas e passatempos desenvolvidos. Nesse contexto, são apresentadas com frequência no documento previsões genéricas para a inserção da adolescente em atividades pedagógicas esportivas e eventos culturais, bem como críticas ao modo de diversão das adolescentes quando estavam em liberdade, especialmente no que tange à utilização de drogas lícitas e ilícitas precocemente e frequência a festas e locais impróprios para a idade.

Ademais, não são apresentadas as atividades desenvolvidas dentro da casa, circunstância que dificultou o acesso a tais informações por meio dos PIAs. No entanto, foi possível conhecer essas atividades por meio das falas das adolescentes nas entrevistas. Em suas declarações, foram unânimes as reclamações no que tange ao pouco espaço da unidade, especialmente para desenvolvimento das atividades esportivas e de lazer. Reclamaram, ainda, da existência de uma cabana de concreto no meio do pátio central, a qual ocupa grande parte do espaço e, segundo as adolescentes, não possui finalidade alguma. A adolescente A7, inclusive, ao ser perguntada sobre a funcionalidade da cabana, ironizando, respondeu que a casinha só serve para os monitores se esconderem e fiscalizarem as meninas.

P – O que é... o que é que tu acha aqui do Cesef? Tu acha que é uma unidade grande... tu acha que é uma unidade pequena?

A7 – Uma unidade... é pequena a gente num tem muito espaço; a gente num tem muito espaço muito espaço de brincar.

P – Umm... É eu vi que vocês tem só aquela área ali no meio, né? No... no...

A7 – Na hora de brincar um futebol...

P – Mas tem tem uma trave lá, não tem?

A7 – Tem mas... tu já... já viu aquela casinha lá no meio?

P – Não!

A7 – Tem tipo uma casinha no meio do pátio!

P – Ah não... tá! Pensei que era no meio da trave da... no meio da... ah!! É!

A7 – Não! Uma casinha no meio do pátio...

PF – Aquilo atrapalha!

A7 – Éé!

PF – E pra quê... E pra quê aquela casinha?

A7 – (risos) boa pergunta para você!

PF – Não tem uma utilidade nenhuma...?

A7 – Isso é pra os monitores se esconder debaixo... (risos) pra ficar prestano atenção na gente.

PF – Ixe!

De fato, na visita, foi possível perceber que a cabana de concreto no meio do pátio compromete o espaço de lazer e esporte das adolescentes por seu tamanho e por ficar entre as barras de futebol, além de parte da rede de vôlei obrigatoriamente ter de passar por dentro da cabana. Os esportes praticados pelas adolescentes na unidade são vôlei e futebol, com a ressalva de se tratar de uma prática bastante prejudicada, em razão da estrutura do Cesef. Houve a menção, ainda, à prática de queimado pelas adolescentes; atividade, no entanto, que não é tão frequente quanto os esportes anteriormente mencionados.

Além do pátio central da unidade destinado para ao lazer das adolescentes, há uma sala de TV – local onde as adolescentes assistem filmes, novelas e escutam música. Na sala, há apenas uma televisão e um aparelho de DVD destinado ao entretenimento das meninas do Cesef. Elas utilizam os referidos equipamentos durante os períodos de recreação e se dividem para ouvir as músicas que cada uma gosta; pode ainda assistir a filmes; os telejornais, especialmente os locais são proibidos. A4 afirma que essa proibição é “porque as meninas podem ver algum amigo morrer e daí entrar em conflito e querê fugir”. Ressalvadas algumas brigas, as adolescentes, de um modo geral, parecem ter estabelecido entre si regras de utilização dos equipamentos de modo a satisfazer o que cada uma gosta de ver e ouvir, ou, no caso de filmes, entram em acordo sobre qual assistir.

Os filmes e CDs de música são disponibilizados pelo Cesef ou podem ser trazidos pela família das adolescentes, desde que passem pelo controle prévio da gerência da unidade. Somente após o aval da gerência o material é liberado para a utilização das meninas: “tudo que vié lá da liberdade tem que passá por aqui por cima” (A1). Algumas adolescentes, entretanto, reclamam de sentir falta de escutar rap e funk, proibidos pela administração sob o argumento de que os estilos musicais fazem apologia ao crime e promoção da promiscuidade, respectivamente: “PF – Não pode entrar funk?! Por quê? A8 – porque diz que fala muita indecência”. A adolescente A3, que já chegou a cantar rap na rua e se diz fã da banda Racionais Mc’s, demonstrou-se chateada com a proibição e assumiu a defesa da banda:

P – E as músicas que tu ouvia lá fora? Tu continua ouvindo aqui?

A3 – Só melody!

P – Tinha música que tu ouvia lá fora que tu num...

A3 – Racionais!

P – Racionais é... é...

A3 – Apologia ao crime. [...].

P – E tipo... o nome do ritmo é apologia ao crime, é?

A3 – Não! Não! Não é assim! Eles falam de uma história...

P – É que eu queria saber que tipo de música é, entendeu? [...].

A3 – Racionais é um tipo de música... tipo... ele passa pelo uma vida de drogas... sofrição... e tipo ele vai te contando tudinho cantando.

PF – Ah, entendi!

O período destinado ao lazer é denominado “recreação” e as adolescentes são divididas em grupos para desfrutá-lo. A divisão é feita conforme as afinidades (a fim de se evitarem brigas) e inexistência de relacionamento amoroso entre meninas (já que o namoro na casa é proibido). Nesse contexto, na recreação, enquanto um grupo de adolescentes transita livremente pelo pátio central, ala dos quartos e sala da TV, o(s) outro(s) grupo(s) permanece(m) nos quartos-cela. Os revezamentos são feitos conforme prévia determinação da gerência da unidade. Antes da entrada dos pesquisadores, havia três períodos de recreação, um pela manhã, outro à tarde, e outro à noite. Entretanto, a gerência suspendeu a recreação da noite, a qual serve agora como uma espécie de prêmio pelo bom comportamento das meninas.

No que tange à possibilidade de saída para realização de atividades de lazer fora da casa, as adolescentes, em unanimidade, afirmaram ser impossível. As adolescentes indicam que, para sair da casa, só se for para ir ao médico ou para fazer estágio.

PF – Aqui vocês costumam sair, assim, pra passeio fora e tal?

A4 – A genti num sai mal... num sai mal pra recreação... sai mal aqui no pátio!

PF – A recreação agora tem só uma vez no dia?

A4 – É! Só uma vez no dia...

P – Então, um grupo sai de manhã.

A4 – Um grupo sai de manhã; otro grupo sai a tarde e outro grupo sai à noite.

P – Entendi.

A4 – E quando num é pra recreação a genti... a genti fica num mofo o dia todo! Quando num sai do quarto, fica a semana toda no mofo.

São essas, então, as atividades de lazer e esporte desenvolvidas pelas adolescentes do Cesef. De um modo geral, as adolescentes reclamam do ócio na unidade, tal que afirmam ficar agitadas, arrumando atividades para fazer e se controlando para não brigar. A7, apoiada pelas adolescentes internas, assevera que, em razão da rigidez das regras da unidade, suas atividades ficam bastante limitadas. Ademais, sobre o desejo de que o tempo passe mais rápido e a descoberta de um meio eficaz para tanto, a adolescente A1 complementa:

[...] eles falam que a gente não veio pra casa pra namorar, mas pra cumprir uma medida, só que a gente achou um jeito de o tempo de passar mais rápido com uma outra pessoa; distraindo nossa cabeça com uma outra pessoa... aí é mais fácil, só que não pode! Não pode namorar; num pode ter caneta no quarto...

C. Higiene e objetos pessoais

ECA

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

IX – ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;

Pernambuco

A unidade oferece objetos de higiene pessoal às adolescentes, porém a qualidade deles é apontada pelas adolescentes como ruim, segundo as falas:

P – Éee, óo, que mais eles dão assim? Que sabonete, xampu, tudo, vocês ganham pra higiene pessoal oooo é a família de vocês que tem que trazer?

A6 – Traz. Mas só tem veio aqui, que deixa os cabelo duro, sabonete fedoreento

Por essa razão, as adolescentes preferem esperar que os familiares tragam sabonetes e produtos para o cabelo e, quando as visitas não são realizadas, elas narram a saudade e as consequências dessa ausência: “oxe eu fico chorando, fico agoniada sem sabonete sem nada. Eu já arrumo com as minina quando elas num tem eu fico agoniadinha” (A10).

Outra alternativa foi verificada com o fato de as adolescentes entregarem quantia financeira aos agentes socioeducativos para que eles façam a compra.

P – E aqui dentro da unidade... vocês podem ficar com dinheiro?

A3 – Pode.

P – Vocês compram o quê com esse dinheiro?

A3 – Compra biscoito, creme.

P – Entendi. E é tudo o pessoal daqui de dentro que fornece os cremes e biscoitos?

A3 – É... é eles que vende.

Trata-se de uma prática autorizada pela gestão da unidade, com dia da semana específico para que essas aquisições sejam feitas, como relata uma adolescente:

P – Quando tua mãe vem, ela deixa dinheiro contigo aqui ou não?

A4 – às vezes quando ela dá pra deixar ela deixa.

P – E você faz o quê com esse dinheiro?

A4 – Eu só compro coisa quando tá faltando coisa aqui.

P – Como é que faz pra fazer essas compras?

A4 – A pessoa anota num papel, numa folha de caderno o que quer e eles vão comprar.

Os objetos pessoais são guardados em armário, com chave, individualizado para cada adolescente, porém a distribuição e organização dele fica a cargo das próprias adolescentes, como nesta fala da adolescente que descreve seu primeiro momento na unidade:

[...] assim que eu cheguei no quarto, aí porque já tinha uma menina que tava no Cenip mais eu. Ela já ia simhora já, aí ela pegou e disse mermo assim: tu tá nesse quarto? Aí eu fiz: tô. Ela pegou mandou ar minina, disse assim pa arrumar aí um armário pá mim. Quando mina mãe veio da ôta vez, quando tinha feito um mês mais ou menos que eu tava aqui, minha mãe veio aí trouxe cadeado essas coisas pá mim aí pegou e botou no meu armário (A10).

Cada adolescente tem um pequeno armário, com chave que pertence a cada uma individualmente. A existência de chaves e o tamanho do armário são avaliados pela adolescente:

P – Não. E tuas coisas? Como é que ficam separadas?

A3 – No cadeado; no armário.

P – E por que fica no cadeado?

A3 – Porque pode pegar também alguma coisa.

P – Entendi. E o local onde tu guarda tuas coisas? Qual o tamanho?

A3 – Acho pequeno. Não dá pra guardar tudo.

Distrito Federal

Os familiares das adolescentes podem trazer produtos de limpeza para elas utilizarem. Esse conjunto de materiais é chamado de “cobal”. A Unidade também os fornece, mas as meninas se referem a esses produtos de forma muito negativa.

A2 – O básico mesmo que eles oferecem de higiene é papel higiênico, pasta e sabonete. Só.

A1 – Esses xampus que deixam o cabelo duro, fede...Sabonete até tem, mas é muito ruim.

A8 – A gente pede pra trazer de casa. Ninguém gosta das coisas daqui. Não são boas. Tem pasta que vem estragada.

A unidade não fornece absorventes íntimos, por inexistir previsão orçamentária e a Diretora da Unidade está tentando reverter a situação.

Chamou atenção, na Unidade de Santa Maria, o fato de as meninas relatarem que tomavam banho com água gelada, mesmo sendo Unidade bastante fria em determinadas épocas.

A2 – Lá era muuuuito melhor do que aqui. Lá a água, eu não sei, isso é um benefício, né, mas lá a gente tinha água quente no quarto. Aqui a água é gelada. A gente vive adoecendo aqui, que a água é muito gelada, aí a gente fica banhando na água gelada.

Não sabemos se a falta de água quente se dava em razão de a Unidade ser nova e estar ainda em fase de finalização de sua estrutura ou se, de fato, foi assim construída. Mas esse ponto foi mencionado por mais de uma adolescente ao longo das entrevistas.

Na visita da coordenação em julho de 2014 a situação da energia elétrica da casa foi normalizada, bem como a água quente chegou, isso foi afirmado pela gestão e pelas adolescentes.

Rio Grande do Sul

Estes dados não foram obtidos durante a pesquisa

São Paulo

Todas as entrevistadas demonstraram muito incômodo com o fato de terem de usar as roupas fornecidas pela Unidade, que eram sempre camisetas largas e shorts largos ou calças de moletom, bastante diferentes do que elas estavam acostumadas a usar fora dali.

P – E você acha que você se veste de uma forma diferente da que você costumava se vestir?

A6 – Ah claro né senhora, olha a roupa que nós usa

P – como você se vestia antes?

A6 – Vestia roupa de homem

P – Camisa, ou camiseta mesmo?

A6 – De pólo, sempre gostei de pólo, bermudão, quenner, bombeta. [...]

P – Você tem um armário?

A6 – Não.

P – O que é seu fica em comum?

A6 – Não, não precisa, a roupa que nós tem a gente tira pra lavar, coloca a outra no corpo, não tem guarda roupa, eles pagam revista no quarto.

P – Você tem lugar pra guardar as suas coisas?

A2 – Não

P – Um guarda-roupa

A2 – Não. Nós num ganha nada, sabe? Eles que dão o dia das roupas, de trocar. Aí, nós troca. Aí nós desce pra trocar, pra lavar. Mas nós fica com a roupa do corpo. A única coisa que nós fica é a calcinha, o sutiã, essas coisas. Nós guarda debaixo do colchão.

De acordo com os relatos, era comum que a Unidade deixasse de fornecer o kit mínimo de higiene, que, obrigatoriamente, deveria ser fornecido, ou que os materiais fornecidos fossem de péssima qualidade.

P – E coisas de higiene pessoal, você recebe ou é tudo da Fundação Casa?

A6 – Tudo daqui, não pode mais entrar jumbo, antes podia entrar, na minha primeira passagem entrava jumbo, cigarro, mas o juiz cortou.

P – Então você não recebe nada?

A6 – Não, é tudo daqui, isso quando não falta.

P – E como é que é seu cuidado com a sua própria higiene, você tem suas coisas aqui?

A14 – Eu tenho. Não pra casa, a casa querendo ou não num supre o que a gente precisa, então entra jumbo da família, meu tio traz de mês em mês.

P – Que que ele traz?

A14 – Ele traz jumbo num mês, daí passa quinze dias ele traz mais um...

P – E aí ele traz tudo? Xampu, sabonete, todas as coisas...

A14 – Ele traz xampu, sabonete... A única coisa que não entra é absorvente, barbeador, num entra esses negócios não.

P – Ah, mas eles dão?

A14 – Eles dão, mas...

P – Absorvente, barbeador, eles dão?

A14 – Dão, mas o absorvente também é muito ruim.

P – É muito ruim?

A14 – É.

P – Você tem lugar pra guardar suas coisas, um armário...?

A13 – Não, embaixo da cama.

P – Quê que você guarda embaixo da cama?

A13 – Guardo é... sabonete, calcinha.

P – Por que você guarda lá?

A13 – Porque não tem lugar pra nós guardar, então coloca lá embaixo, tudo arrumadinho.

Essa realidade é um pouco diferente quando se trata da Pami. Lá, as adolescentes podem receber produtos de suas famílias e doações e possuem um armário em um cômodo e no outro caixinhas com produtos de perfumaria. Também usam fardas que são lavadas na lavanderia da unidade, mas possuem lavanderia própria para que elas lavem as roupas dos bebês e, de acordo com o que foi visto no varal, lavam suas roupas íntimas também.

Pará

As adolescentes reclamam bastante das roupas que obrigatoriamente têm de usar na unidade. Praticamente a unanimidade declarou que se vestem de modo diferente do qual estavam acostumadas a se vestir: asseveram que gostam de roupas curtas, que as roupas oferecidas pela unidade são muito grandes e que sentem saudades das maquiagens e espelhos, bem como dos acessórios, como brincos, colares e piercings que costumavam ter e usar: “Não pode ter roupa curta, não pode ter caneta, não pode ter espelho, não pode ter nada que possa cortar. O que pode é obedecer os funcionários” (A9).

P – Que tipo de roupa tu costumava vestir?

A9 – Short, saia, bermudinha [...].

PF – E objetos, assim, tipo bijuteria, maquiagem, tu costumavas usar?

- A9 – Sempre! Toda hora.
- P – Sempre? Mesmo pra... pra ficar em casa?
- A9 – Mesmo pra ficar em casa.
- P – Aqui tu continuas usando isso aí?
- A9 – Não!
- P – Nem maquiagem?
- A9 – Nem... num pode nada![...].
- P – Aqui dentro tu continuas vestindo as mesmas coisas que tu vestias lá fora?
- A9 – Tem um pouco de diferença porque lá, entendeu, eu só usava roupa curta, ficava maquiada, com mais coisa, entendeu? E aqui não! Aqui já tem que ser um pouco grande a roupa, mas mesmo assim... eu enrolo o short.
- P – Entendi! E...
- A9 – Eu num gosto de roupa grande, só curta...
- P – Ee... o pessoal num... num implica contigo?
- A9 – Eles fala, mas eu volto a fazer a mesma coisa.
- P – É mermo? Entendi! Mas tem alguma punição por isso assim?
- A9 – Às vezes! Às vez sim, às vez não.

As adolescentes são divididas entre os 12 dormitórios da unidade, nos quais a administração procura dividi-las conforme suas afinidades, a fim de se evitarem brigas, e mantê-las em grupos de no máximo três integrantes. Elas dormem em colchões no chão dos quais reclamam por serem muito finos. Não há falta de colchões na unidade e praticamente todas as meninas utilizam as roupas de cama e toalhas oferecidas pela unidade.

As adolescentes são responsáveis pela limpeza dos próprios quartos e banheiros. As adolescentes também têm a incumbência de lavar as próprias roupas, sendo proibidas de lavar as pertencentes às outras internas. Caso desrespeitem as regras de limpeza, as adolescentes são punidas com a perda da recreação, podendo, no dia, sair do quarto apenas por 15 minutos para um banho de sol. Embora os quartos sejam, com frequência, arrumados e limpos, o aspecto geral é de que aqueles espaços estão sujos, sobretudo por conta das paredes, com pintura bem velha e descascada e paredes completamente pichadas.

Os objetos de higiene pessoal, como xampu, condicionador, pasta e escova de dentes, barbeador são fornecidos pela casa, mas a maioria das adolescentes afirma muita insatisfação com a qualidade deles. É permitido, entretanto, que os familiares os enviem para o desfrute das adolescentes; fato que as agrada. Alguns desses objetos não podem permanecer com as adolescentes, especialmente aqueles pérfuro-cortantes e com álcool na composição, de modo que ficam sob os cuidados dos agentes socioeducativos e são recolhidos com rigor após o uso.

P – É, a roupa que tu costuma usar aqui dentro é a que tu usava lá fora?

A2 – As roupas aqui são tudo velha, de jegue.

P – Como é? (risos)

A2 – Essas roupas tão tudo velha, de jegue (risos).

P – Por que de jegue?

A2 – Com essa blusa velha... [...].

P – E tu ganhaste alguma coisa nova quando tu entraste aqui?

A2 – Não.

P – Não? E o teu material de higiene assim, escova, xampu, condicionador, é o Cesef que te dá ou tu tens os teus?

A2 – Não, minha mãe traz.

P – Tua mãe traz? Mas se tua mãe não trouxesse..?

A2 – Eu ia ter que usar o da casa.

P – Tem da casa então?

A2 – Tem, é de jegue também.

PF – É de jegue também?

A2 – Ele quebra o cabelo.

P – Éé... e lá embaixo, assim, como é que fica, por exemplo, os teus... o teu material de higiene pessoal, assim... tipo escova de dente, pasta?

A4 – Elees... ele guarda. Dão só na hora do... de manhã, no café da manhã, dão, aí depois eles cobra, agente leva; aí traz na hora do almoço, eles cobra, a gente leva de novo; e na hora da janta, eles cobra a gente leva; e na hora da ceia, eles leva!

P – E xampu, essas coisas... perfume?

A4 – Ficam no quarto! Só perfume que não... só shampoo que pode ee... só shampoo, condicionador, desodorante, hidratante; só isso! Esse é tudo que a gente fica.

P – Por que?

A4 – Não pode nem perfume, nem leite de rosa.

Em cada quarto-cela há uma estrutura vertical quadrada de cimento que serve como armário para as meninas. Essa estrutura divide-se internamente em quatro pequenos quadrados; cada compartimento destina-se aos pertences de uma menina. Além desse espaço nos quartos, há a sala da cautela, em que ficam os pertences das meninas, trazidos pela família ou disponibilizados pelo Cesef, distribuídos em armários com os nomes das meninas.

D. Saúde

SINASE

Art. 49. São direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei:

VII – receber assistência integral à sua saúde, conforme o disposto no art. 60 desta Lei;

Art. 60. A atenção integral à saúde do adolescente no Sistema de Atendimento Socioeducativo seguirá as seguintes diretrizes:

I – previsão, nos planos de atendimento socioeducativo, em todas as esferas, da implantação de ações de promoção da saúde, com o objetivo de integrar as ações socioeducativas, estimulando a autonomia, a melhoria das relações interpessoais e o fortalecimento de redes de apoio aos adolescentes e suas famílias;

II – inclusão de ações e serviços para a promoção, proteção, prevenção de agravos e doenças e recuperação da saúde;

III – cuidados especiais em saúde mental, incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas, e atenção aos adolescentes com deficiências;

IV – disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;

V – garantia de acesso a todos os níveis de atenção à saúde, por meio de referência e contrarreferência, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);

VI – capacitação das equipes de saúde e dos profissionais das entidades de atendimento, bem como daqueles que atuam nas unidades de saúde de referência voltadas às especificidades de saúde dessa população e de suas famílias;

VII – inclusão, nos Sistemas de Informação de Saúde do SUS, bem como no Sistema de Informações sobre Atendimento Socioeducativo, de dados e indicadores de saúde da população de adolescentes em atendimento socioeducativo; e

VIII – estruturação das unidades de internação conforme as normas de referência do SUS e do Sinase, visando ao atendimento das necessidades de Atenção Básica.

Art. 62. As entidades que ofereçam programas de privação de liberdade deverão contar com uma equipe mínima de profissionais de saúde cuja composição esteja em conformidade com as normas de referência do SUS.

Pernambuco

A realidade da execução da medida apresenta uma espécie de repetição dessas vulnerabilidades quando não estavam submetidas à medida de internação. Elas informam que 96,8% dos casos utilizaram a rede do Sistema Único de Saúde (SUS), apenas uma delas possuía plano de saúde, 32,3% tinham a vacina em dia, ao passo que 64,5% estavam sem atualização (com 3,2% não informado).

No momento do ingresso na unidade de internação, 71% afirmam ter passado pela avaliação clínica prévia, com 29% não sendo submetidas a esse procedimento.

Estes números iniciais já demonstram, além de violações a direitos à saúde quando não estava submetida à medida de internação, a permanência do quadro quando passa à tutela do Estado, posto ser inadmissível a ausência avaliação clínica inicial, uma vez que não gerará informações necessárias para a condução do processo socioeducativo.

O quadro é ainda mais grave quando as adolescentes afirmam possuir Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) (9,7%), das quais uma tem HIV e as demais não foram informadas.

Em termos de acompanhamento de saúde, há uma preocupação na execução da medida em termos de saúde bucal, com tratamento realizado em 96,8% das adolescentes, dos quais, 73,3% estavam concluídos, 16,7% em andamento e somente 3,3% tinham sofrido interrupção (sendo 6,7%) não informado. É importante ressaltar que, na unidade, não existe local para realização do tratamento dentário.

Não obstante os dados quantitativos informados, os relatos das adolescentes são diferentes sobre esse assunto. Questionada sobre o funcionamento da consulta com dentistas, a resposta da adolescente foi “Tem um dentista, mas é muito difícil [...] eles só leva quando é caso grave, quando tá sentindo muita dor de dente, aí eles nos leva” (A6).

No que tange à saúde oftalmológica, o acompanhamento já é diferente, pois somente foi realizado em 9,7% das adolescentes, dos quais não havia nenhuma conclusão, quando uma somente das adolescentes usava óculos de grau, antes da medida de internação.

Nas observações e entrevistas, pode-se constatar que a única adolescente que usava óculos reclamava estar com os mesmos óculos desde que ingressou na unidade, não tendo em nenhum momento renovado as lentes em consulta oftalmológica.

Em termos gerais as narrativas acerca dos atendimentos médicos divergem. Em um momento apontam como positivo:

A1 – Todo mundo que precisa eles atendem direitinho, mas eu nem gasto assim muito não, mas se eu precisar com certeza::

P – Tem disponível né?

A1 – Tem. Tem a psicóloga, tem a enfermeira e tudo mais. E eles sempre levam, sempre que precisam, mas eu num gosto de tá saindo porque eu acho muito constrangedor. Eu prefiro ficar doente, só saio se tiver morrendo mermo. MAS ISSO É UMA QUESTÃO MINHA.

P – [...] e o acompanhamento médico aqui, vocês tem?

A3 – É bom... é bom.

Mas, em outras ocasiões, apresentam a dificuldade do atendimento:

P – Algum médico aqui já te atendeu?

A4 – Médico?

P – É aqui dentro, aqui dentro da unidade mermo.

A4 – Não.

As adolescentes que estão no anexo da unidade reclamam do descaso quanto à saúde delas:

A5 – Começou na semana passa, eu tava com tosse, escarrando sangue e muito catarro. Demorou uns três dias para me levar para o hospital, quando chegou lá o médico disse que eu tava com broncopneumonia, aí passaram um remédio e quando chegou aqui ninguém me deu o remédio, só um xarope de tosse, só que o doutor passou um antibiótico, tive que pedir a minha mãe. Mas continuo com tosse, ninguém me leva no hospital, tô com dor no pulmão e ninguém me leva no hospital.

A9 – Quando alguém adoece aqui, a gente morre porque aqui não tem remédio. Nem leva para o médico. Tem que ficar pedindo, pedindo [...] eu tô com verme, olha minha pele aqui, vê aparecendo as manchas. A gente vai fazer exame, mas depois voltou porque disseram que a gente não podia ser atendida. Falei com a enfermeira porque ela (apontando para outra adolescente) está com a mesma coisa. Fica coçando que só...eu não sei o que tá acontecendo. A gente tá aqui ferrada.

Algumas adolescentes afirmam possuir doença crônica, e a relacionam com doença mental, fazendo uso, inclusive de medicação controlada em seis casos (19,4%). Não obstante esse quadro, afirmam não receber tratamento de saúde mental em todos os casos.

Por outro lado, segundo os dados informados pela Funase, existe médico lotado na unidade, porém não parece ser frequente sua presença na unidade, e também não existe nenhum local em que possa ser realizado o atendimento, a ponto de um relato de adolescente, afirmando estar sentindo-se depressiva, aponta: “é: eu já pedi pra ir pro CAPS mas só se tiver autorização da juíza” (A10).

Inclusive, uma adolescente relata que possui transtornos psiquiátricos antes mesmo da execução da medida, com conhecimento judicial a respeito:

Tenho atestado deeee de psiquiatra. Esses negócio que tem ummm transtorno. Eu tenho dois. A primeira veeez a juíza pediu um laudo. Aí me soltou. Aí depois pediu outro laudo. Pensava que eu tava, que era mentira. Aí pediu outro laudo. Me soltou de novo. Quando foi agora ela não me soltou mais não (A11).

Este tipo de relato é confirmado em outra ocasião com o enunciado por um membro da equipe técnica: “chegou a ter onze, doze, tomando remédio controlado. Boa parte tem flagrante transtornos mentais” (F5).

Observando o cotidiano da unidade, a equipe percebeu existir muitas adolescentes ansiosas, muitas que passam muito tempo gritando, algumas com claras aparências físicas de transtorno mental. Uma das adolescentes relata, com preocupação, a presença de uma adolescente portadora de HIV e com transtornos mentais:

Porque essas menina que tem aids, que não pode ficar aqui, que é doida, porque tem doido aqui mesmo. Doidaa. Que não se comunica, antes de fazer uma besteira com essa menina que é Maísa, num era pra tá aqui, era pra tá no hospício. Que doido não é lugar, aqui não é lugar de doido não. E tem uma doida aqui. Uma menina que tem aí, esse negócio. Num era pra tá aqui não. Que uma menina dessa pode querer cortar a gente, cortar eu e passar o sangue pá outra. Não pode não (A1).

E complementa afirmando que ela não recebe nenhum tratamento específico, nem toma medicação controlada.

Não obstante esses relatos, não foram identificadas informações a respeito do procedimento de acompanhamento da medida, tal como disciplina o art. 64 a 66 do Sinase, que poderia levar à suspensão da execução, em caso de necessidade.

Além disso, foi percebida a recorrência de procedimentos medicamentosos para fins de controle da população, como o relato: “eles dão remédio [...] que tem menina que toma remédio controlado, aí que tem menina que fica agressiva eles têm que dar também pras menina se acalmar porque tem menina que é dependente de droga. Fica com abstinência, aí o remédio serve pra que elas fique lombrada, aí ficam de boa” (A6).

Convergindo neste sentido, afirma um membro da equipe técnica: “às vezes não é caso de patologia psiquiátrica, mas uma questão de comportamento que não é controlável, é muito explosivo, aí não pode ser contrariado, é agressivo” (F5).

No mesmo sentido, uma adolescente tenta explicar seu quadro:

[...] E também, eu tomo remédio, tô tomando, tô mais calma. E num tô tomando e tô mais calma. Eee. E eu tomo

P – Tu tomas remédio pra que? Ééé..Sabes dizer o nome do remédio?

A11 – Pra dormir, pra me acalmar.

P – Você sabe qual remédio você toma?

A11 – Eu tomo quatro. É o actil, diazepina. Tem buscopan amarelo e laranja. Amarelo e azul. Amarelo e azul. O nervosinho e carmodiazepina.

No que tange ao atendimento médico a mães com bebês, uma adolescente queixou-se da falta de acompanhamento médico pediátrico, alegando que, por ser portadora de sífilis, poderia estar prejudicando o bebê:

A6 – Meu filho tava cheio de caroço, estourando um bucado de caroço.

P – Éee. É pra fazer os exame.

A6 – Ninguém liga pra minha mãe dizendo o que é.

P – Não tem nem um médico que te acompanhou aqui, nada?

A6 – Acompanhou, mas a enfermeira disse que vai marcar, marcar , e nunca marca.

Mas essas falas não são unânimes, outra gestante que ainda não sabia o sexo do bebê, ingressando na unidade com cinco meses de gestação, afirmou:

P – Tu tu foi atendida pela médica hoje?

A9 – Foi, quase todo dia eu sou atendida.

Distrito Federal

Há um enfermeiro que, segundo as adolescentes, comparece com regularidade à Unidade e realiza o atendimento das meninas que se queixam de dores de cabeça, de barriga, de mal-estar etc. Existe um local específico para o enfermeiro realizar seus atendimentos. Se for necessário o atendimento médico, elas são encaminhadas a um hospital.

Quando falam do atendimento odontológico, todas lamentam o fato de ele não ocorrer com regularidade; as dores de dente são controladas com analgésicos. Segundo a Diretora da Unidade, já existe o espaço físico para o Consultório, mas estão na espera do profissional.

A7 – Tudo deles é remédio. Eles acham que resolve alguma coisa remédio. Tanto que eu sinto dor de dente aqui e tudo deles é me entupir de remédio. Eu eu já tava passando mal por causa dos remédio que eles me passam pra dor de dente e a dor não passa e eles querem me entupir de remédio. Pede pra levar para algum setor de saúde para resolver e eles dizem que não, tem que ser remédio.

As meninas relatam ainda dificuldade para serem atendidas:

A1 – Não.

P – E desde quando você está aqui você foi ao médico?

A1 – Já, várias vezes. É porque eu tenho problema de gastrite e eu sofro muito... só que mesmo assim agora nessa unidade eu estou passando fome, porque eu pedi minha dieta especial e ninguém resolve nada.

P – Hoje veio?

A1 – Hoje veio, mas o problema é que eu não posso ficar sem comer muito tempo se não eu passo mal e se eu passar mal tenho que ir ao médico e não tem médico aqui, entendeu? Um dia fui pro hospital, cheguei lá e o médico não me atendeu porque tinha paciente e fica assim...

P – E como é que faz, por exemplo, você está passando mal, o que você faz?

A1 – Não ficar passando mal, você tem que estar morrendo. Não tem médico aqui, não tem médico no hospital de Santa Maria, a enfermeira te atende te dá um remédio mas não tá nem aí... problema seu.

A adolescente grávida, entretanto, afirma que, quando precisa, é atendida com prontidão.

Não foi relatada a existência de nenhum tratamento específico para as meninas que apresentam dependência de entorpecentes. Todas relatam que usaram drogas no curso de suas vidas, sobretudo maconha e crack, embora não se tenham reconhecido como dependentes. Entretanto, dizem que outras meninas são dependentes, mas não são atendidas pela equipe para lidar com esse problema específico.

Rio Grande do Sul

Em relação à questão da saúde, é importante notar que, em todos os PIAs apresentados, faz-se referência ao exame ginecológico e possíveis encaminhamentos como o uso da pílula ou tratamentos para DSTs. Ademais, a médica ginecologista da casa comenta que existe uma explicação sobre os métodos anticoncepcionais, mas que a decisão de usar ou não é das adolescentes, e isso representa importante forma de autonomia para as jovens, o que fica claro de acordo com o relato dela abaixo:

E o que a gente usa de anticoncepcional? Deixa eu te explicar. A gente explica todos anticoncepcionais. Ela não é obrigada a usar anticoncepcional, é uma decisão dela. A gente tá aqui pra orientar. A gente explica que existe o oral, existe o injetável mensal e o injetável trimestral que o posto dá. Então se ela sair daqui ela vai usar estes. Então existe o que, a menina que já tem um, dois filhos às vezes acontece e tá na terceira gravidez, se ela não tem uma vida regrada a gente sugere um diu até se a gente pode ou um implante hormonal que a gente tá usando, a gente usa há 8, 10 anos eu acho o implante hormonal que dura cinco anos. A Fase paga, tá R\$248,00, dura cinco anos. A gente explica pra adolescente o que que é, que é subcutâneo, tu coloca embaixo do braço, a gente explica que dura cinco anos que é um método reversível logo se tu achar, como a gente diz “encontrou um príncipe encantado daqui a um ano e tu acha quer engravidar” tu vai lá na Serplan porque é a Serplan que coloca, não é a gente. A colocação também é lá. A Fase paga tudo. A mãe tem que assinar concordando, ou pai, o responsável e a gente manda pra juíza concordar. A gente manda pra Dra. X, geralmente, vamos supor um exemplo, uma menina portadora de HIV, com vida promíscua que a gente acha que ela não vai tomar o anticoncepcional regular porque ela esquece, ela mesma diz que não vai tomar, eu tenho preguiça de ir no posto pegar o anticoncepcional, eu não tenho dinheiro pra comprar. Então a gente sugere um implante. Claro que tem que ter uma idade mínima, também, não é uma gurria de 12 anos, 13 anos. Normalmente é acima de 15 anos. Aí a gente fala com a menina, a menina aceitou, a mãe aceitou, assinou o termo que aceitou, a gente manda pra Dra. X e ela rubrica, assina, e a gente manda colocar, sabendo que ela tem que fazer a revisão periódica de 6 em 6 meses e qualquer coisa ela nos liga e a gente agenda na Serplan e ela sabe que tem um período pra tirar. 5 anos. A gente coloca geralmente em gurias que esquecem, não compram... F2

A adolescente A6, que chegou grávida e teve seu filho na unidade, elogiou o acompanhamento médico que recebeu na gestação e também aquele que vem recebendo com seu filho na casa. Porém a mesma médica confirma que é diferente atender meninos e meninas, já que com as meninas teria “o planejamento do uso de contraceptivo”, reforçando o ideal do senso comum de que a prevenção é responsabilidade apenas das mulheres.

Outra dificuldade é que, quando questionadas sobre educação sexual, as adolescentes falaram que não existe esse diálogo, ainda que a maioria delas já tenha tido alguma forma de relação sexual. A jovem A5 diz que “não falam sobre o assuntos sexuais. Não pode”. Neste ponto, seria bem importante que tivesse havido algum diálogo, já que uma adolescente relatou ter tido “relação sexual chapada e bêbada”. Outras duas adolescentes, a A3 e A1 também falaram de abusos sexuais sofridos, uma pelo tio e outra pelo padrasto.

São Paulo

No que diz respeito ao atendimento médico, as entrevistadas das duas Unidades mencionaram que havia enorme dificuldade para consegui-lo. Nas palavras das adolescentes, “só se você estivesse morrendo para ser atendida”.

Como mencionado, apenas a unidade Chiquinha Gonzaga, onde ficam adolescentes gestantes e com bebês, existem enfermeiras que fazem parte do quadro. Na Parada de Taipas, embora existam assistentes de enfermagem que auxiliam na distribuição de remédios às adolescentes usuárias de drogas, não há a presença desse profissional no quadro que é enviado pela Superintendência de Saúde da região – assim como os médicos.

P – E como funciona os serviços aqui, quando você precisa de um médico o que você faz?

A6 – Falo que eu estou com dor, aí me levam lá na queixa, mas é bem difícil ter uma mulher pra me atender, pra atender nós. Falam que ela tá no Pami, que ela foi pra saída, falam um monte de coisa

P – Não fica ninguém de plantão pra atender vocês?

A6 – Não.

P – Nem enfermeira?

A6 – Não.

P – Você já encontrou algum médico aqui?

A6 – Não.

P – Só enfermeira?

A6 – Uhum

P – E como elas te atendem?

A6 – Perguntam que que é que eu tenho e dá remédio, só isso.

P – E depois elas pedem pra te ver de novo, pra ver se melhorou...?

A6 – Não, pede não.

P – E como são os serviços aqui, quando você precisa de um médico...?

A13 – aAí nós passa no médico, passa na queixa, aí a médica atende.

P – A médica atende? Você já encontrou a médica aqui?

A13 – Já.

P – E enfermeira?

A13 – Já.

P – E aqui também você passou por um médico?

A14 – Passei.

P – E como é que foi?

A14 – Normal, eu... Ah, num sei, num sei como que eu explico. Eu acho que os médico daqui é muito ruim.

P – É?

A14 – É...

P – Por que?

A14 – Porque as vezes nós tá com alguma coisa, eu tenho infecção urinária direto, eles num pedem exame, só passam remédio. Mas eles falam que não é nada, e às vezes eu fico muito estressada.

P – Sei.

A14 – Quando eu vou na enfermaria também eu fico muito estressada.

P – Porque você fica tentando ser atendida e não consegue...

A14 – É, porque às vezes nós tá com dor, num pode dar remédio sem prescrição, mas também médico quase nunca atende.

P – Se você tá com dor você não consegue tomar remédio?

A14 – Não.

P – Só se o médico mandar?

A14 – Só se o médico mandar...

Segundo funcionários, na unidade Chiquinha Gonzaga, esse médico vai semanalmente à unidade. Na unidade Parada de Taipas, a periodicidade pareceu incerta, mas, segundo um funcionário da saúde, a periodicidade seria semanal, quando não ocorre o deslocamento do profissional para outra unidade que precise com maior urgência – o que pareceu ser rotina.

Isso porque, dentro da Superintendência de Saúde, formam-se equipes regionais, e os profissionais são responsáveis pelo acompanhamento de todas as unidades daquela região, de meninas e meninos, o que faz com que sua ida à unidade seja incerta. Essas equipes regionais se organizam na rede socioassistencial disponibilizada pelo SUS e Caps, pertencendo assim a um posto de saúde.

Algumas adolescentes com problemas persistentes, como uma adolescente com quadro de deficiência mental e uso de crack, acessam essa rede de serviços para tratamento.

P – Você sabe de algum programa específico daqui pra quem tem adição a drogas, pra quem é viciado?

A13 – [não]

P – Não tem? E como você acha que fica se a menina vem pra cá e ela tem problema com droga?

A13 – É só passar no Caps

P – Como é que é no Caps?

A13 – Bom.

P – Você já foi pro Caps?

A13 – Eu faço Caps.

P – E como é que é?

A13 – É bom, nós fica lá, assistino coisa de droga.

P – E é fora daqui ou aqui dentro?

A13 – Fora daqui.

P – Quantas vezes você vai?

A13 – É de semana [...]

P – Você acha que te ajuda?

A13 – Ajuda.

P – E tem mais meninas que vão com você?

A13 – Não.

P – E como funcionam os serviços aqui? Por exemplo, quando você precisa de um médico, como você faz?

A5 – Nós tem que falar pros funcionários que nós tá com dor, aí nós passa lá na queixa, fala, e é isso.

P – E você consegue ter o atendimento?

A5 – Tem vezes que consegue. Dependendo aí passa pro médico, aí o médico vem, nós fala o que nós tem e encaminha nós pro médico lá fora.

P – Tem algum programa específico aqui pra dependência química?

A5 – Não.

P – Você me falou que você não sentiu mais vontade de usar, né? Mas, por exemplo, se tiver alguma menina que sente essa vontade, não tem um tratamento pra ela?

A5 – Tem, mas é no Caps. O Caps lá fora.

Diversas entrevistadas narraram casos de saúde bastante graves que, no entanto, só foram atendidos cerca de três dias depois. Duas das entrevistadas mencionaram também uma ida a um Pronto Socorro, alguns dias depois de reiteradas queixas. Ambas foram algemadas para o atendimento e tiveram essa ida como importante experiência de contato com o “mundão”.

Pará

A grande maioria das adolescentes entrevistadas relatou que já tinha ido ao médico antes, mas que ia apenas quando era necessário, porque não gostava de médicos. Todas disseram que se utilizavam do serviço de saúde oferecido pelo governo, não havendo menções à utilização de serviços privados. Embora já tenham frequentado postos de saúde ou hospitais, algumas meninas afirmam que nunca tiveram acesso a alguns atendimentos especializados, como os de um dentista e os de um psicólogo.

P – Lá onde tu morava tinha posto de saúde?

A10 – Tinha.

P – Tinha? Tu frequentavas assim o posto de saúde?

A10 – Não.

P – Não? Nunca foste? Antes de vir pra cá tu nunca fosse num médico, num dentista...?

P – Não? Mas por que assim, tua mãe não te levava? Não tinha condições?

A10 – Porque eu não queria ir.

Grande parte das adolescentes disse que, ao chegar à unidade, fez exames destinados à detecção de doenças sexualmente transmissíveis. No entanto, houve aquelas que afirmaram não terem feito exame algum.

P – Antes de de ficar aqui no Cesef, tu... o pessoal te mandou pra pra médico, pra fazer exame essas coisas?

A4 – Como assim? Quando eu cheguei aqui se eu fui? Eu fui no CTA só... eu só saí pra esse lugar e mais nenhum.

P – E no CTA fizeste o que lá?

A4 – Fui fazer exame de... pa vê se tinha doença.

O atendimento médico, de um modo geral, não é feito na unidade. Embora haja uma sala de enfermagem, ali são prestados apenas atendimentos para questões que não demandam inicialmente uma consulta médica. Dor de cabeça, de estômago, o acompanhamento dos horários dos medicamentos das meninas são algumas das situações que demandam o trabalho da enfermeira na unidade.

No que tange ao procedimento interno para a atenção médica das adolescentes internas, as adolescentes afirmaram que, quando uma delas se sente mal, o monitor deve ser comunicado que, por sua vez, fica responsável por informar à administração e à enfermeira a situação, a fim de que lhes sejam providas atenções médicas e medicamentos. Caso o cenário das adolescentes não melhore com o remédio, as meninas são levadas à UPA ou uma consulta com um médico especializado deve ser marcada. Ocorre, no entanto, que várias adolescentes reclamaram da demora na atenção às suas dores e demandas: afirmaram que os monitores, bem como que as consultas não são prontamente marcadas.

P – Quando, por exemplo, tu precisa de médico: tu passou mal, teve alguma dor, algum problema de saúde. Como é que tu faz?

A8 – Eu falo que eu tô cum dor, aí, as vezes demora muito pra eles... pra levar nós na UPA. P – Demora muito?

A8 – Demora! Tem vez... tem vezes que eles não levam porque eles pensam que é mentira.

P – Aí tipo... se a menina tiver com dor, aí...

A8 – Nós vai ficar lá morrendo de dor, que eles num leva!

P – Éé... como é que, por exemplo, quando tu precisa de um médico, sem ser lá do CCDQ, tá com qualquer outro problema aí de saúde, tu precisa de um médico... como é que o pessoal faz?

A7 – É... ele ficam mandando a gente falar cas enfermeiras e a enfermeira marca.

P – Umhum. E a enfermeira te atende legal? Ela tá sempre aí? Como é que é? [...]

A7 – Isso é tudo doído!

P – (risos) Como assim doído?

A7 – Ahh... sei explicar. Ela é... ela sempre fala: 'eu vô marcá, eu vô marca, eu vô marcá', e enrola enrola. Esse negócio do meu estômago já tá um... vai fazê uns três mês já que eu tô com esse problema no estômago e ninguém resolve!

Nesse contexto, em razão da inércia da unidade, uma das adolescentes viu a necessidade de contratar um médico particular, a fim de cuidar de sua doença. A outra adolescente com o mesmo problema, porém, por questões monetárias, não conseguiu tratar a suas dores.

A1 – Quando eu tava sentindo fortes dores, ninguém tomou nenhuma atitude... nenhuma atitude! A minha mãe teve quee...

P – Dor de quê?

A1 – Naa... eu tô com Hpylori e gastrite.

P – Tá fazendo tratamento?

A1 – Tô.

P – Um tratamento chato pra caramba, né?

A1 – É! Muito remédio. Aí se eu fosse fazer tratamento com eles aqui, aí ia demorar muito. P – Tá fazendo pelo SUS o teu tratamento?

A1 – Não! É tudo particular.

P – É caro pra caramba, né?!

A1 – É caro! Os remédios são mais caros ainda.

P – São muito caros, eu sei. Eu tenho uma pessoa que já fez e é caro.

P – E tu tens vomitado aí de... de... por causa de comida tal..?

A7 – Vomito! [...] Eu num sei se eu tô com gratite... eu não sei fala direito! Gatite?

P – Gastrite.

A7 – Aí num tô conseguindo comê e, quando eu como, dá vontade de bodear...

P – É? [...] e aí? Tu já falaste pra o pessoal aqui; pra enfermeira?

A7 – Já, mas num tem como marca esse tipo de consulta pá mim.

P – Por que?

A7 – Porque só é pago!

No mais, algumas adolescentes afirmaram que, para saírem da unidade, elas têm de usar algemas. Logo, no médico, elas utilizam algemas. Nesse contexto, uma das adolescentes, com chateação, informou que foi obrigada a fazer exame de sangue algemada com as mãos para trás: “no dia que eu fui fazê exame de AIDS, de HIV, eu fiz algemada para trás, pra tirar o sangue” (A1).

Outrossim, por meio da escuta dos relatos das adolescentes, conforme visto no item reservado às trajetórias das adolescentes, foi possível perceber que a maioria das adolescentes usava drogas ilícitas em liberdade e muitas eram dependentes, tanto que mencionaram crises de abstinência dentro do Cesef. Para elas, é oferecido na unidade um tratamento específico: elas tomam remédios e são acompanhadas pelo Centro de Cuidados a Dependentes Químicos (CCDQ).

P – Quanto é que tu gastava mais ou menos, assim, com droga tal?

A6 – Ahh... negócio de quinhentos.

P – Mas que... por mês assim oou...

A6 – Não! Por dia!

P – Por dia?

A6 – Éra.

P – Quinhentos reais por dia?

A6 – Era! [...].

P – E tratamento? Num tá fazendo nenhum tratamento médico?

A6 – Só CCDQ.

P – Como é que é esse teu tratamento lá no CCDQ?

A6 – Ah! Eu só vô esse negócio de consulta, eles pergunta como é que eu tô, e aí eu digo que tô bem, num sei o quê... aí eles passam mais remédio pra mim. Só!

P – Tá tomando remédio aqui dentro?

A6 – Tô [...].

P – É... por exemplo, quando tu precisa de um médico assim... tu passa mal aqui dentro; com dor, qualquer coisa do tipo. Como é que tu faz?

A6 – Eu chee... eu nunca precisei.

P – Nunca? Nunca ficasse, assim, fissura de droga?

A6 – Aai, já, mas eles me passaram logo po... primeiro foi po HC; pro HC, aí me butaram uma injeção lá e... aí depois foi pro CCDQ... me mandaram pro CCDQ, e me passaram medicamento. Aí agora tá tudo bem.

P – Tem tempo, assim, que tu num tem fissura?

A6 – É! Eu tô tomando remédio, aí num tem fissura.

P – Entendi!

A6 – Agora eu, quando fico sem remédio, eu fico com fissura.

E. Alimentação

Pernambuco

Todos os alimentos são oferecidos pela unidade, podendo familiares, se desejarem, levar especificidades.

São realizadas três refeições diárias, porém não são preparadas na unidade; todas são fornecidas por terceirizados e oferecidas no mesmo horário para todas as adolescentes que se reúnem no refeitório e apenas usam talheres de plástico.

No que tange à qualidade, todas as adolescentes reclamam da repetição diária de todos os alimentos, temperos, cozimento e até validade. Nesse sentido, uma adolescente relata:

“a comida não é muito boa não, é por isso que eu até evito comer eu nem como por isso que eu tô magra” (A12).

Mais detalhadamente outra adolescente descreve o cotidiano:

A9 – OXe em relação à comida, eu num vou minti não, eu nem cumê essa cumida daqui tou comendo. Eu não consigo. Vem a merma comida QUase TOdo dia. É a mERma cumida

P – E vocês comem o quê?

A9 – Num muda nada. Pão com mortadela, pão com queijo, pão com mortadela, pão com queijo

P – E o almoço?

A9 – Eu num aguento não. O almoço de vez em QUANdo vem mudado. Arroz, feijão, macarrão, quando num é arroz é macarrão e a carne::

P Tem carne?

A9 – Eu num como muito bem não

P – E frango tem?

A9 – Tem mal assado, mas tem. A galinha crua que num dá nem gosto de comer.

Algumas vezes as adolescentes relatam chegar comida estragada, algumas vezes após verificação, volta para o fornecedor, mas outras vezes passa despercebido:

P – E a comida aqui? Você gosta?

A6 – Não. Como a pulso. Como pra não morrer de fome.

P – Tua mãe traz alguma coisa pra tu comer?

A6 – Nunca veio não, porque ela não tem tempo. Ela tá muito ocupada.

P – Mas como é a comida? Por que você não gosta?

A6 – Arroz vencido.

PJ – Arroz vencido? Já chegou alguma vez a vir coisa estragada?

A6 – Já. Mas volta.

PJ – Você já passasse mal, alguma coisa assim?

A6 – Já. Carne moída.

Os relatos das adolescentes que estão no anexo da unidade apontam o seguinte:

A alimentação é azeda. Comida crua, tão crua. O suco água chega dá nojo. O arroz vem tão duro. Daqui que venha da empresa, leva na outra casa, e quando chega aqui já tá azedo. Aqui não tem geladeira. O suco é quente, o todinho é quente.

A água enchem a garrafa e entregam a gente pela grade. (A7)

Distrito Federal

As adolescentes, com grande unanimidade, queixam-se da comida oferecida na Unidade. Não gostam da comida. Falam de frango cru, feijão seco, arroz... A “chepa” (quentinha com a comida) é, segundo elas, horrível.

P – E a comida daqui é boa?

A3 – Não. Porque o povo manda uma comida pra nós que parece lavagem. Eu acho, na minha opinião. Frango cru, a carne não é bem cozida, o arroz não é bem cozido, mas tem que comer, né.

A2 – A água daqui? Meu deus... tipo, tem gosto de ferro.

P – A que você bebe.

A2 – Aham.

P – E quando você tem que beber água, o que você faz?

A2 – Aqui de fora é melhor do que a dos quartos. Porque a dos quartos tem um cheiro, um gosto ruim. De ferro. Mas tem que tomar, né? Vai ficar sem beber água...

Rio Grande do Sul

Estes dados não foram obtidos durante a pesquisa

São Paulo

O alimento é produzido dentro da própria unidade. Na unidade Chiquinha Gonzaga, há uma cozinha com profissionais de uma empresa terceirizada. Na unidade Parada de Taipas, duas cozinheiras e assistentes. Na primeira, a única queixa é com relação à variedade, o qual, pelo relatado pelas adolescentes, justificaria a procura por cursos profissionalizantes que se relacionam à culinária onde sempre preparam algo diferente, como pizza.

Na segunda, a queixa reside no preparo de uma das cozinheiras, descrito pelas adolescentes como ruim:

P – E a comida daqui, como é que é?

A14 – A de uma cozinheira é boa, e a da outra é ruim. [Risos]

P – É? [Risos] E é muito ruim a da outra?

A14 – Não, num é muito ruim, é sem sal.

P – É sem sal?

A14 – É.

P – Mas dá pra comer?

A14 – Dá.

P – Tá. E a comida daqui você gosta?

A1 – Não.

P – Não gosta?

A1 – Sem sal, é muito ruim.

P – O que geralmente é a comida aqui?

A1 – O que é de comida aqui? Ah, as vezes vem um monte de coisa, salsicha, carne, ovo, um monte de coisa, mas é sem sal.

Pará

As adolescentes têm 5 refeições por dia: café da manhã, almoço, merenda, janta e ceia. A família pode levar comida para as adolescentes, mas elas não podem ficar com a comida na casa:

A4 – Não pode entrar as coisa pra nós pra ficar no quarto, negócio de biscoito tem que comer tudo na hora da visita. Como nós vai comer tudo? É sete bucho, é? Pá nós comê tudo isso?

P – É o quê?

A4 – (risos) Nós num tem sete bucho pá nós comê só na hora da visita.

São poucas as adolescentes que anunciam gostar da comida da unidade. A maioria não faz críticas severas à qualidade das comidas, mas se diz enjoada pelo fato de serem servidos diariamente os mesmos alimentos, sem haver variações de cardápio; outras dizem que, a depender da pessoa que cozinha, a comida da casa é gostosa:

P – Uhum, entendi. E a comida daqui, tu gosta?

A2 – Gosto, só quando é do(a) Ivan(a)³⁸, que cozinha bem.

P – Ah, não é só um(a) cozinheiro(a), são vários(as)?

A2 – É.

P – Aí quando é o(a)... Por quê? O que é que o(a) Ivan(a) faz que os(as) outros(as) não fazem?

A2 – A comida dele(a) é gostosa.

P – É?

A2 – É.

P – Tipo assim o tempero que ele(a) usa?

A2 – É o tempero.

P – Ah entendi. E geralmente é o que assim que o(a) Ivan(a) faz? Assim de comida?

A2 – É carne, é frango, peixe... Vários tipos...

P – Tu gosta da comida daqui?

A4 – Eu não!

P – Por que? (risos)

³⁸ Nome fictício modificado em defesa da garantia da privacidade do(a) profissional. Pela mesma motivação, foram modificados, ainda, os gêneros na citação da fala da adolescente "A2".

A4 – Eles pensam que nós é leão; só dão carne. Só carne e sangue! Vaai... só carne e sangue... só carne e sangue. Quando eu sair daqui eu num vou querê ver bolacha, num vô querer ver frango, eu num vô querê ver carne. Eu num sabia nem que existia xarope! Na minha vida... num sabia nem que existia isso!

P – Como assim xarope?

A4 – Xarope! Um suco aí...

P – Ah! Aqueles sucos que dissolvem na água e tal?

A4 – É! Só dão isso!

Chamou atenção, no entanto, a declaração de duas adolescentes, as quais, quando discorriam a respeito do relacionamento conturbado das internas com alguns monitores (agentes socioeducativos), afirmaram dificuldades na obtenção de água: “É! Chegou de ter... chegou de... teve um caso de monitor de negar água aí embaixo; outra é que é muito ignorante com as adolescentes!” (A1).

P – E o pessoal lá de baixo? Tu acha que o pessoal mente pra vocês é?

A3 – Eles num mente. A gente pede um copo d’água, demora uma... quase meia hora pr’êles vir. Se a gente num ficar gritano, eles num vêm... [...].

P – Mas se tu tiver cum sede lá embaixo e pedir água tipo... tu num pode nem reclamar se... se demorar?

A3 – Não! Tem que esperar.

F. Religião

ECA

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

XIV – receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;

SINASE

Art. 49. São direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei:

III – ser respeitado em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos não expressamente limitados na sentença;

Pernambuco

As adolescentes afirmam professar tais religiões – 45,2% Católicas, 25,8% evangélicas – e 29% não professam religião.

Não obstante os dados indicarem ser a maioria das adolescentes católicas, não é costumeiro haver presença de autoridades religiosas dessa religião.

Segundo as adolescentes, a presença recorrente é de pastores da crença evangélica que fazem semanalmente pregações de que a maioria das adolescentes participa.

Outro detalhe observado é que há uma recorrência na fala da equipe técnica, dos agentes socioeducativos sobre Deus, demandando a fé de cada uma no exercício da resignação. Inclusive, muitas das apresentações de uma atividade de coral são com músicas evangélicas, as quais são cantadas de forma devocional, com olhos fechados, muitas vezes, mãos apertadas umas às outras a título de súplica.

Portanto, ficou muito evidente como a questão da fé é explorada na unidade, tantos pelos profissionais, como pelas adolescentes.

Distrito Federal

Aos domingos, a unidade recebe a visita de pessoas ligadas às igrejas católica e evangélica para a realização de cultos. A atividade é frequentada pelas adolescentes, mesmo quando elas relatam seguir outras orientações religiosas como a espírita.

P – Você falou que quando você saiu você frequentou a igreja evangélica, né? Aqui dentro vocês têm algum tipo de culto religioso?

A9 – Tem, mas tem as visita das mulheres cristã mesmo. No domingo eles vêm visitar a gente.

P – Você gosta?

A9 – Todo mundo participa.

P – Vem o pessoal da igreja evangélica, mas vem de outra igreja também?

A9 – Vem, é porque elas cada uma é de uma igreja. Um grupo que eu esqueci o nome... um grupo pra todo tipo de gente, pra crente.

P – Já viu algum culto?

A3 – Já vi grupo de oração evangélico. Tem todo mês.

P – Você já participou?

A3 – Participo, normalmente.

P – E de outra religião além do evangélico, você já viu?

A3 – Eu não.

Rio Grande do Sul

Estes dados não foram obtidos durante a pesquisa.

São Paulo

Verificou-se na unidade a presença abundante de bíblias: sobre as camas dos dormitórios, na biblioteca ou largadas em outros ambientes. De acordo com as entrevistas, as adolescentes costumam receber essas bíblias de pessoas ligadas a grupos religiosos, geralmente evangélicos e espíritas. Tais grupos se organizam para vir em dias diferentes da semana e costumam realizar tanto conversas individuais, quanto reuniões coletivas.

P – E você tem alguma religião?

A9 – Ah, como é que fala? Católica... é católica, né, que fala?

P – Você foi batizada?

A9 – Não.

P – Você já foi à igreja? costumava ir?

A9 – Não.

P – E aqui dentro, você pratica a religião?

A9 – Aqui eu vou. sempre vou nos cultos daqui...

P – E você sabe de alguma religião que é proibida aqui?

A10 – Ah, não sei. Acho que não tem essa religião proibida aqui não.

P – Você acha que tem culto pra todo mundo que vem aqui?

A10 – É, quem quiser participar, participa....

P – E elas oferecem pra vocês todos os que tem?

A10 – Não, cada dia da semana é um culto diferente.

P – E aí você vai sempre no evangélico?

A10 – cada dia eu vou em um. Todo dia a noite tem.

Pará

Na unidade, a maioria (seis) das adolescentes entrevistadas se declarou católica; algumas se disseram evangélicas e outras sem religião. Em termos de celebrações religiosas, não há missa dentro da unidade, mas, muito embora as adolescentes não saibam precisar à qual vertente da religião evangélica as pregadoras pertençam, há culto (permitido apenas para aquelas liberadas para a recreação). As celebrações ocorrem nas quintas-feiras, às quais, segundo as adolescentes, não são obrigadas a frequentar; afirmaram, no entanto, que após o cerimonial, as 'irmãs' costumam falar com todas e pregam a palavra de Deus.

P – Aqui na na unidade tem missa, culto, essas coisas?

A1 – Tem culto, dia de quinta feira. Só vai pro culto as adolescentes que tão liberadas na recreação, aí as irmã vem, as irmã faz o culto dela, e depois as irmã vão passando de quarto por quarto para fazer uma oração; falar com as menina...

P – É, tu tens religião?

A10 – Não.

P – Mas aqui pra menina que tem, que é católica, que é evangélica, tu sabe me dizer se tem um padre que vem ou...?

A10 – Vem as irmã.

P – E aí como é? Todos as meninas vão pra lá pro culto?

A10 – Não, nem todas né, as que tiverem pra recreação vão, as que não tiverem fica dentro, as irmã passa e olha.

P – Então, por exemplo, tu não tem religião, que tu me falaste, tu é obrigada a ir?

A10 – Sou, não, né obrigada não, se eu quiser eu posso se não eu não vou.

A totalidade das adolescentes declarou não ser possível sair da unidade para o comparecimento aos cerimoniais de suas religiões, muito embora uma delas afirmou que já pediu permissão à administração para frequentar a missa aos domingos. Ela recebeu, entretanto, resposta negativa e foi informada de que já foi permitida tal regalia, mas as adolescentes não souberam aproveitá-la, visto que tentaram fugir. Uma das adolescentes, no entanto, afirmou que na época das celebrações do Círio de Nazaré³⁹ houve celebrações católicas na unidade.

P – Aqui naa... aqui no Cesef tem? Missa? Culto?

A9 – Teem!

P – Esse tipo de coisa? Como é que funciona?

A9 – Vem umaa... uma pastora aqui, aí quando é negócio de 'círio' vem também missa... tem missa. Como é o passeio do 'círio', aqui teve missa.

P – Aí... mas também foi só... só na época do 'círio' que teve?

A9 – Fõi! Mas se... mas toda quinta a pastora vem [...].

P – É... E tu podes sair, digamos, por exemplo, se tu quisesse ir pra missa... tu poderias sair pra ir pra missa?

A9 – Não!!

P – Nem tu acompanhada com educador?

A9 – Não!

P – E tu sabes me dizer se aqui no Cesef tem alguma crença; alguma religião que o pessoal proíbe?

A9 – Não!

P – Olhe... essa crença aqui não pode...

A9 – Não!

³⁹ Realizado em Belém do Pará, o Círio de Nazaré é uma das maiores procissões católicas do Brasil e do mundo, por reunir, em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, anualmente, cerca de dois milhões de devotos na capital do Estado. Foi registrado, em setembro de 2004, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial. Disponível em: <http://www.ciriodenazare.com.br/historico/>. Acesso em 08/08/2014.

A12 – Assim... antigamente tinha pras menina, alguns tempos atrás, tinha pras minina ir pra igreja dia de domingo, só que... algumas menina, assim, se uniram aqui... porque algumas menina aqui querem sair e querem fugir, aí, pra num tá dando problema pra eles evitaram mais, aí eles vem aqui dentro da unidade

PF – Ah! Entendi! Então hoje em dia ninguém mais sai pra... pra missa, culto, nada?

A12 – Não... não.

Todas as adolescentes que se manifestaram acerca da religião garantiram a ausência de obstáculos para a manifestação de sua opção de fé. No entanto, a única menina possuidora de uma religião não cristã disse não haver oportunidade para sua prática:

P – Tu frequentava alguma religião?

A3 – Eram duas.

P – Qual?

A3 – Uma eu comecei desde criança, Deus...

P – Umhum...

A3 – E depois umbandismo.

P – E depois o... não entendi!

A3 – Umbandismo...

P – Aqui tu... aqui no CeseF tu continua a... é... praticando a tua religião?

A3 – Só leio a bíblia.

PF – Só a bíblia... Aí tu... tu... tu largaste o terreiro... tu num... num...

A3 – Umhum...

P – Mas por que tu...?

A3 – Porque não pode!

P – Não pode? Ué, por que? Não é uma religião como outra qualquer?

A3 – É, mas, se eu fô lê livro eu num posso aqui... Que é o 'São Cipriano', aí num pode!

P – Não pode?

A3 – Porque é do mal... [...]

G. Maternidade

SINASE

ART. 63, § 2º Serão asseguradas as condições necessárias para que a adolescente submetida à execução de medida socioeducativa de privação de liberdade permaneça com o seu filho durante o período de amamentação.

A maternidade é uma realidade específica do sistema infracional feminino. Relatório elaborado pelo CNMP em 2013 (CNMP, 2013, p. 81) já observava que, no Brasil, a expressiva maioria das unidades não possuía espaço específico para a mãe e seu bebê.

Pernambuco

Em Pernambuco a unidade Santa Luzia não dispõe de berçário, não obstante frequentemente existirem bebês acompanhando as suas mães. Eles ficam nos quartos com as adolescentes que são reunidas, todas que têm filho, no mesmo ambiente.

Em geral as adolescentes teriam direito de acompanhar os primeiros seis meses do filho, porém esta não é a regra. Por exemplo, uma adolescente que teve filho na unidade e com menos de três meses foi obrigada a entregá-lo à mãe, contrariando a sua vontade, por ordem judicial, como narra:

A11 – Aí ele tava com começo de pneumonia, bronquite e começo de pneumonia. Aí ela, leve o seu filho para casa, que era perigoso, não sei o que, aí eu comecei a gritar, a esculhambar ela, que é muito difícil a mãe perder um filho, né, levar ele assim, nem se apegou ao filho direito. aAí pronto, aí minha mãe foi e levou meu filho.

Não obstante essas dificuldades, as adolescentes, em geral, apontam bom acompanhamento médico no período da gestação.

Nos casos em que a gestação foi realizada no interior da unidade, é assegurado às mães, além do pré-natal e atendimento na rede de saúde para a realização do parto, o que ocorreu em todos os casos, a convivência com os filhos no período da amamentação.

Em entrevistas com as adolescentes gestantes, não se perceberam, cuidados específicos por parte da unidade, além do pré-natal; isso fica comprovado com a entrega pelos funcionários da unidade de cigarros diários às adolescentes gestantes, além do relato apresentado por esta adolescente:

P – Me disseste que perdesse teu bebê aqui... como foi que descobriram?

A3 – Perdi aqui quando eu tava discutindo com a ADS, aí, de repente, desceu.

No espaço físico inexistente um local próprio para receber crianças no dia de visita, além da inexistência de berçário, e ficando os bebês nos mesmos quartos das adolescentes, surgem diversos problemas, como relata uma gestante:

A9 – As menina do quarto num respeita as grávida num respeita a criança, como querem fazem o que querem elas fazem (...) tocam fogo no colchão dentu do quarto, eu dormindo levei um susto a última vez eu levei um susto.

Distrito Federal

No Distrito Federal, a menina grávida permanece internada até o momento do parto. Quando nasce o bebê, a adolescente é encaminhada juntamente com ele a sua residência, onde fica por um período de seis meses, correspondente ao tempo normal de amamentação e, em seguida, volta a cumprir a medida.

Não há, na Unidade de Santa Maria, qualquer estrutura específica para crianças, como berçários, creches ou brinquedotecas. As adolescentes que têm filhos relataram que, às vezes, recebem visitas, embora isso não ocorra com frequência por vários motivos: suas casas são distantes das Unidades, que, segundo uma delas, “fica no meio do nada” (fala da adolescente).

Durante o período gestacional, o pré-natal é realizado em uma unidade de saúde do Recanto das Emas. Pelo menos era o que ocorria com a única adolescente que, no momento da pesquisa, encontrava-se grávida. Em abril de 2014, ela estava com sete meses.

A experiência de ser mãe e estar internada é, de todas as formas, desafiadora. Uma adolescente relata que, ao sair de casa com uma permissão judicial, sua filha não mais a reconheceu:

A5 – Eu saí no meu primeiro saidão com sete meses. Aí eu pinei e só voltei depois...

P – Pinar é fugir?

R5 – Isso. Faz seis meses que eu voltei. Eu só pinei por causa da minha filha, porque tipo, ela não tava me reconhecendo. Aí ela chama a minha prima de mãe. eu tipo não queria entender, não queria colocar aquilo na minha cabeça. Aí eu parei e falei pra minha mãe que só ia voltar quando ela soubesse que eu era a mãe dela. Aí como eu rodei dentro de casa, eu tava dentro de casa mesmo. Aí os homens veio me buscar... eu não tô nem aí. Eu tava dentro de casa. Eles me prenderam na frente da minha filha e tipo, já tem seis meses que eu tô aqui, minha mãe traz notícias dela, mas eu não lembro mais a fissura dela, porque tu tá nesse lugar tu esquece de tudo. Eu só tenho fotos e tenho notícias dela, que tá bem, que nem, eu mandei uma carta pra juíza, né, explicando tudo o que aconteceu, porque se ela for mãe ela vai entender a parte que eu passei porque pra mim foi muito duro, sair na rua, ela não me reconhecer, ela sair correndo como se eu fosse um bicho. Pra mim foi um aperto muito grande no coração.

Rio Grande do Sul

Um ponto pertinente a ser destacado é que das dezenove meninas internadas, cinco já deram à luz (independentemente se manteve a guarda), sendo que dessas duas tiveram a gravidez e o puerpério dentro do Casef. Como as crianças que nascem durante a internação da mãe na instituição devem permanecer com elas até a extinção da medida, a casa possuía dois bebês no berçário durante o período da pesquisa.

São Paulo

Como citado ao longo do relatório, o estado de São Paulo possui um Programa de Acompanhamento Materno Infantil (Pami), localizado na unidade Chiquinha Gonzaga na capital paulista. Lá, ficam todas as adolescentes que chegaram grávidas a qualquer unidade da Fundação Casa, após completar 32 semanas de gestação, e as que tiverem filhos dentro da Fundação. Durante a passagem da pesquisa, a casa estava com 13 adolescentes, das quais cinco estavam gestantes e outras oito com seus respectivos oito bebês, que não passavam de mais de um ano de idade.

P – Você tinha quantos anos quando veio pra cá?

A9 – cheguei em Cerqueira com 16. Aí fiz aniversário lá, e fui transferida pra cá.

P – E eles transferiram você por causa do bebê?

A9 – Por causa da gravidez.

P – Ah, entendi...

A9 – Lá não é bom pras mães. Só tem em São Paulo... aí tem que transferir pra cá...

P – E transferiram quando você chegou nas 32 semanas ou antes?

A9 – É, por aí. Eu tava com 7 meses...

P – E você fez o parto aonde?

A9 – Aqui, lá no Leonor.

P – Pela Fundação Casa?

A9 – Sim. Me levaram, ficaram lá comigo e tudo.

Elas ficam ali separadas das demais, tendo contato com outras adolescentes apenas quando estão assistindo às aulas da escola formal após o terceiro mês de nascimento dos bebês, aproximadamente, quando eles já podem ficar sob os cuidados de outras adolescentes e funcionárias.

P – E você sabe quantas pessoas trabalham aqui no Pami?

A11 – Aqui no Pami? Ah, não dá pra saber assim, né? Tem dias que tem 3, tem dias que tem 2. Não dá pra saber, assim, exatamente.

P – E o que elas fazem?

A11 – O que elas fazem? Orientar a gente pra não fazer errado.

P – Hum, em relação a que?

A11 – Ah, em relação a cuidar do bebe, assim, entendeu? Que nem eu, eu não sabia cuidar da minha filha, assim, vestir uma fralda eu não sabia. Mãe de primeira viagem fica perdida. Eu fui dar um banho nela quase afoguei minha filha (risos)... Nossa, que nervoso! Aí veio uma funcionária e falou "não, é assim, é assim desse jeito". É essa parte. Ajuda também a gente no que a gente precisa no dia a dia.

As adolescentes informaram que é terminantemente proibida a comunicação entre as meninas das outras partes e mais especialmente com as meninas do Pami, porque as

outras da internação regular seriam “más influências”. Quando duas amigas são separadas dentro das turmas da internação regular, elas perdem o contato.

As profissionais se referem às meninas do Pami como mais tranquilas e dóceis, talvez por terem-se tornado mães. Aqui é possível identificar como a “maternidade” é tida como um elemento transformador na vida dessas meninas.

A9 – Eu mudei bastante depois que eu fui pra fundação. Muito mesmo. Ainda quando eu cheguei no começo, lá em Cerqueira, eu chorava muito, daí quando eu descobri que eu tava grávida, mudou minha cabeça. Comecei a estudar, fazer curso... muita coisa eu aprendi aqui dentro. [...] Aí eu vim pra cá e aqui a gente cuida da casa, limpa a casa, cuida dos bebês... tem curso, cultos... todo mundo daqui ajuda a gente. E eu mudei muito aqui.

P – Você acha que quando você sair você vai continuar como você é aqui?

A9 – Isso. Vou arrumar um serviço, ajudar minha mãe e cuidar dele.

A rotina da Pami também é uma exceção. Na ocasião das visitas, as adolescentes estavam participando de uma atividade em grupo conduzida pela educadora. Tratava-se de uma dinâmica feita com espelhos para trabalhar sua autopercepção e autoestima. Durante a atividade, algumas meninas seguravam seus bebês no colo, amamentavam, saíam para trocar fraldas, ninavam os bebês umas das outras. Enquanto isso, os demais bebês dormiam nos carrinhos, na sala de estar e as funcionárias que ali estavam cuidavam deles. Sempre que chegava alguma funcionária ao Pami, olhava para os bebês e os segurava no colo, brincava com eles etc. A sensação era de que existia ali uma comunidade.

No caso das adolescentes gestantes ou que tiveram filhos na Pami, existia uma negação em falar dos genitores dos bebês e, em alguns casos, diziam apenas que estavam presos, tinham vida errada e/ou que o filho era só seu.

Um fato que chamou atenção com relação a essas adolescentes da Pami é o de que elas não podiam ter qualquer tipo de relação com as demais adolescentes da unidade, com quem tinham contato apenas durante as aulas da escola oferecidas para todas. Isoladas em um prédio a parte dentro do mesmo terreno da unidade Chiquinha Gonzaga, elas acabam por compor uma comunidade própria na qual a solidariedade com as demais adolescentes dali de dentro era uma regra reforçada pelas educadoras de apoio.

Pará

A grande maioria das adolescentes entrevistadas revelou não possuir filhos e nunca ter engravidado; algumas, inclusive, manifestaram a preocupação com a utilização de métodos contraceptivos. Uma adolescente afirmou ter chegado a ficar grávida, mas ter perdido o bebê em virtude do abuso de drogas.

P – Tu antes de vir pra cá tu mantinha relação sexual com ele?

A9 – Mantinha!

P – Umhum... te preservava? Usava preservativo?

A9 – Não.

P – Não? Entendi... mas chegaste a engravidar alguma vez?

A9 – Não! Eu tomava remédio anticoncepcional.

P – Pegava tu... comprava remédio? Tu pegava no posto?

A9 – Eu comprava!

P – É... tu tens filhos?

A6 – Uma fi... eu perdi a minha.

P – Como assim?

A6 – Com 16 anos eu perdi uma filha. Fumava muita droga.

P – Ah! Tu tava grávida...

A6 – Fumava muita droga. Com seis mês de grávida eu tive hemorragia.

Todas as adolescentes entrevistadas, com a exceção de duas, afirmaram nunca ter visto uma adolescente grávida no Cesef, mas garantiram que já souberam de adolescentes grávidas na unidade e que chegaram ao conhecimento de que às grávidas é assegurado um tratamento especial. Foi comum a menção às seguintes prerrogativas para as adolescentes gestantes: o direito a um quarto privado com cama (os quartos-cela são compartilhados e possuem apenas colchão no chão) e a prioridade no atendimento médico. No mais, foi afirmado que lhes é garantido o pré-natal e que as mães ficam por um tempo com o bebê na casa para o período de amamentação, mas que, depois de um tempo, o bebê é levado da unidade.

A única menina entrevistada que afirmou ter filho está na unidade sob a acusação de tê-lo matado. Ela, ademais, entrou grávida no Cesef e, realmente, confirmou a existência de tais prerrogativas, tal que começou a fazer o pré-natal apenas na unidade. No entanto, afirmou que, mesmo grávida, quando entrou, foi para a sala de “contenção”:

P – Tu ficaste grávida na contenção?

A5 – Não, eu já tava grávida já... eu entrei aqui grávida.

P – Então?! Tu quando tu foste para a contenção tu tava grávida?

A5 – Tava grávida.

P – E como é que foi lá?

A5 – Foi o que toda vez ia um monitor ia lá... perguntava se eu tava bem... aí eu falei: ‘pô, tio, me tira daqui, tio’, aí ele foi e falou ‘num posso fazer isso... pede... atendimento amanhã, fala que tu qué sair pro quarto, essas coisas... pede para tu sair da contenção’.

H. Visita e revista íntima

ECA

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

VII – receber visitas, ao menos, semanalmente;

VIII – corresponder-se com seus familiares e amigos;

SINASE

Art. 67. A visita do cônjuge, companheiro, pais ou responsáveis, parentes e amigos a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa de internação observará dias e horários próprios definidos pela direção do programa de atendimento.

Domingo é o dia mais alegre aqui, que é o dia da visita

(Adolescente – Pará)

Pernambuco

Em Pernambuco, as visitas ocorrem nas quartas e domingos, como regra geral, durante todo o período diurno. No entanto, os familiares que moram no interior têm direito à visita em qualquer dia da semana, autorizados em razão das grandes distâncias entre os municípios.

Cada adolescente pode receber até três visitantes, autorizados, somente, os pais ou responsáveis, filhos, irmãos e avós. Quaisquer outras pessoas, com parentesco ou apenas relações de amizade, depende da avaliação da equipe técnica.

As visitas são monitoradas pelos ASEs e têm autorização para entrar os seguintes objetos: cinco carteiras de cigarro, remédio com prescrição médica, dinheiro até o valor de R\$ 20,00 e lixa de unha (de papelão).

São promovidas datas comemorativas para as quais os familiares são convidados a participar, como dia das mães, dia dos pais e natal, ocasião na qual é preparada pequena e simples festividade, mas apreciada por todos os presentes.

Ocorre, porém que nem todas as adolescentes recebem visitas, bem como nem todas as pessoas que elas desejariam que pudessem entrar na unidade têm autorização para tanto.

Por exemplo, duas adolescentes têm suas falas marcadas pela dificuldade da visita em relação aos seus filhos. Uma delas, cujo bebê foi entregue com menos de três meses à sua mãe, reclama da raridade da visita do filho, apesar de a família morar na cidade do Recife. A outra adolescente, que também teve bebê no interior da unidade, e cuja família mora

na cidade de Garanhuns, distante 232 km da unidade, reclama que, desde que o filho saiu da unidade, só o viu duas vezes, estando ele, naquele momento com dois anos de idade.

Uma adolescente que mora na cidade de Caruaru relata:

A4 Porque eu tenho visita de quinze em quinze dia mas quando não dá minha mãe vem aqui em três meses ou em um. Ela vai visitar meu tio, meu cunhado que tá no mesmo presídio que meu pai aí vai visitar meu pai e vem aqui me visitar. Todo domingo ela tá visitando meu tio, ela só vem aqui quando dá mermo que ela recebe do dinheiro do meu sobrinho que ele é duentxi.

P – E tu sente falta?

A4 – Eu sinto falta da escola dos meus irmão de tudo, mas a passagem [...] porque minha mãe, minha tia, e meu cunhado, tavam ajudando a minha mãe a pagar a passagem. Eram trezentos real pra eles vi pra cá.

De outro lado, algumas adolescentes afirmam receber visitas do pai, da madrastra, da mãe. No entanto, há relatos acerca do abandono de alguns parentes, como se expressa esta adolescente, o que causa profundo sentimento de abandono:

A3 – Minha mãe só vem de vez em quando; quando quer. E isso dói em mim, né?! Que eu sei que eu errei; que não é obrigado ela vim aqui me ver, mas (eu num) ela tem que com conviver que (é hum) que ela tem uma filha e que ela tem vim que me ver; que ela tem uma filha e que ela tem que vim me ver, porque a pessoa quando não tem a mãe da pessoa, a pessoa pensa em 'baratinar'; pensa em fazer coisa errada, que nem eu tava dizendo a ela... que eu não era cachorra dela, aí ela pegou e disse que vinha me ver, mas ela não veio mais, aí eu tô com saudade dela, dos meus irmãos, mas meu pai vem todos domingos.

Porém muitas dessas adolescentes têm parentes presos, como é o caso de uma adolescente que narra o desejo e a dificuldade de visitar o pai que está preso:

A4 – Eu tava indo visitar o meu pai no presídio.

P – Ah, teu pai tava preso era?

A4 – Meu pai tá preso ainda. O nome do meu pai (apontou para uma tatuagem).

P – Tu sente saudade né então do teu pai?

A4 – Aqui é uma enrolação dizendo que vai levar mai.... porque A?

P – Conheci.

A4 – Ela foi visitar o irmão dela duas vezes. Aí pedi pra ir – faz oito mês que tô aqui – já mandei o papel pra juíza pra ela autorizar mas só que até agora num chega aqui.

P – Aí tu já tá há sete meses pedindo isso?

A4 – Sete mês.

P – E tu sente falta?

A4 – Faz nove mês que num vejo ele meu pai.

Além disso, algumas adolescentes reclamam não poder ter contato com outras pessoas que desejariam, como o caso de namorados ou namoradas, como relatam as adolescentes abaixo:

A15 – Eu tinha namorada.

P – Ela vem te visitar?

A15 – Vem, só que aqui num pode não, tem que ter a autorização do juiz e minha avó num autoriza não.

P – como ela conseguiu como vir pra cá?

A15 – Ela veio visitar uma pessoa com a minha tia, mas eu não sei se ela vai vi domingo. Talvez ela vem e se ela vem ela chega só no portão, eles não deixam ela entrar.

A12 – Eu tenho namorada.

P – Eela vem te visitar?

A12 – Logo no começo ela vinha me visitar, aí proibiram ela de vir aqui porque não pode entrar. Só pode entrar: família mermo, aí ela agora não ela não tá vindo mais, mas a gente se comunica assim por carta e eu tô estudando e de vez em quando ela dá um jeito de ir lá e tudo.

Ela vinha na visita, vinha com minha tia e tudo. Só que ficou complicado depois porque eu falei que ela era minha namorada e tudo mais. Aí disseram que não podia entrar e isso e aquilo, mas os namorados das meninas aqui entram porque dizem que é primo e isso e aquilo, e eu não tava querendo mentir não. Desde o começo já disse logo, mas todo mundo dizendo “não... diz que ela é tua prima”. Não, eu não vou mentir, todo mundo vai perceber depois eu vou ficar como? Eu tive uma atitude digna né?

Mais acabei sendo penalizada por isto, e o que eu falei a eles aqui – se falar a verdade vai ser ruim pra mim, então uma coisa que vocês tão me ensinando é que mentir seria melhor né? Então ótimo isso!

Além dessas visitas, as adolescentes têm direito a uma ligação semanal por um período de 3 minutos.

Todas as adolescentes reclamam do curto período e da curta frequência, ficando as mesmas sem notícias, sem ouvir as vozes dos seus entes, porque não haveria tempo de falar com todos.

Outras situações narram impedimento de comunicação, como é o caso desta adolescente que refere-se ao pai de seu filho: “Aí eu não posso nem, eu peço pra falar com ele e muitas vez a mãe dele não tá. Aí o pessoal aqui... eu queria falar com ele, mas o pessoal não deixa” (A11).

Essas comunicações restritas fazem com que, por exemplo, a adolescente não possa fazer contato com o pai de seu filho, que também está internado em outra unidade da Funase. Segundo ela: “eu já falei com ele um dia só aqui. Que ligaro daqui pra eu com ele, pra ele saber da gravidez que ele tinha direito, que é o pai né?! Mai só um dia, já faz mais de dois mês já que eu num falo mais cum ele” (A9).

Distrito Federal

Em Santa Maria há dois dias de visitas: nas terças-feiras e nos sábados. A terça é dedicada a receber crianças (filhos ou irmãos das adolescentes) e os sábados, os demais parentes.

Sem dúvida, são as mães das meninas quem mais as visitam, conforme informado pelas meninas. Quando elas praticam alguma falta disciplinar, uma das sanções possíveis é a vedação da visita familiar ou das ligações.

A2 – Minha colega mesmo de quarto ela ficou três semanas sem falar com a família. É que a mãe dela tá grávida e ela não sabe se a mãe ganhou. Ela ficou três semanas sem visitas eee não fazem a ligação. Eles falavam que ia providenciar, providenciar e ela ficou três semanas sem fazer ligação. Aí hoje quando ela foi fazer ligação, aí só tava o nome dela. E eles não tinham o número e ela não sabe de cor. Lá no Ciago nós tinha um papel com o número e se você não tinha visita, você não tinha ligação. Meio que, nós veio ter hoje ligação...

A revista íntima, realizada na entrada da unidade, aparece, nos relatos, como um empecilho à visita por outros parentes. Algumas chegam a afirmar que preferem não ser visitadas por seus avós ou irmãos porque não querem expô-los à revista íntima.

A4 – Minha avó, desde que eu cheguei, eu falei que eu não queria que ela passasse por essa humilhação. [...] A gente erra, todo ser humano erra. Mas é chato toda mãe passar por uma coisa dessa naquela portaria ali, né. Abaixar a roupa, tirar a roupa pra uma pessoa que você nunca viu na vida é uma humilhação muito grande.

A2 – Eu prefiro que eles não venham. [...] eles quer vim porque quer, mas eu prefiro que eles não venham.

P – Por que que você não quer que eles venham?

A2 – Porque não quero, porque...já basta minha mãe passando por revista. Não quero que meus irmãos passem por revista, nem nada. Daí só minha mãe mesmo.

P – Como é que é a revista?

A2 – Ah. É... Tira a roupa toda, agacha... É tipo a revista que nós faz aqui mesmo.

A – Quando o seu irmão, sua mãe, seu pai, vêm te ver como é você se sente?

A3 – Por um lado eu fico constrangida, né. Porque é muito ruim ficar fazendo os pais ficar passando por revista e tal. Mas também fico feliz, por eles não terem me abandonado, né. São barreiras difíceis.

As visitas são realizadas em dois dias na semana, nas terças-feiras e nos sábados. As terças são dos irmãos e os sábados, dos pais ou outros responsáveis. Uma das adolescentes relata que não recebe visitas de sua mãe, mas somente de sua tia, porque a mãe visita dois irmãos dela que também estão presos ou internados, um dado frequentemente referido na literatura sobre encarceramento feminino.

Rio Grande do Sul

A frequência das visitas às internas é duas vezes por semana. Além disso, se a família vem do interior, é possível passar o dia com a adolescente. A diretora da Unidade afirmou que a revista é humanizada, evitando situações vexatórias.

Em quase todos os PIAs é possível ler como um dos encaminhamentos “reforçar o vínculo afetivo com a família” ou “manter o estímulo ao vínculo familiar”. Nesse ponto, é possível

notar que a mulher – quando autora de ato infracional – é transgressora da ordem em dois níveis, a legislação que prescreve o que é crime e a própria lei “moral” da sociedade, e, portanto, acaba sofrendo um abandono maior da família. Uma adolescente, inclusive, falou que não recebeu nenhuma visita no período de uma ano e meio na casa.

São Paulo

As visitas, permitidas em ambas as unidades, mostraram-se como um dos principais pontos de contato das adolescentes com o “mundão”. Em quase todas as entrevistas as meninas se emocionavam bastante ao falar da visita, e, surpreendentemente, do seu caráter negativo, uma vez que esta expõe as internas em face dos seus familiares, faz com que os familiares “paguem canguru”⁴⁰, e muitas vezes acabam por deixá-las com mais saudade do “mundão”.

Segundo funcionários que já trabalharam em unidades de adolescentes do sexo masculino e feminino, as meninas recebem bem menos visitas que os meninos, ainda que as famílias deles se encontrem na mesma condição financeira e territorial. As mães, dos meninos, de acordo com funcionários, parecem ser bem mais compreensivas com a situação. Já as mães de meninas, o contrário. Não costuma haver muita conversa entre as adolescentes e seus parentes, contam.

F3 – Ah... a menina é, é muito... O menino, você sente, assim, ele, é, tem mais dificuldade em fazer vínculo, né? É... ele é mais na dele, ele não se expõe muito, né? Porque eu também já trabalhei na internação masculina. Agora, a menina, é... bom, eu adoro, né? Adoro trabalhar com elas. Elas são, assim, emocionais, né? É... e... assim, elas trazem mesmo, realmente, né?, a rejeição aí duma sociedade, né?, com relação à mulher. Então, a gente percebe, assim, que as meninas têm muito menos respaldo do que os meninos, né? Eu, até uma coisa que me surpreende até hoje como elas recebem pouca visita, né? E os meninos era, assim, muita visita, que vinha, tal. Então assim, mas assim, quando vem é muito mais mãe, mesmo, né?, do que pai, né? Minoria, né?, que vem pai, quando tem, né?, o pai. E... é assim, a gente, como, que trabalha também aqui, Casa das Mães...

Por esse motivo, as direções das duas unidades abrem como possibilidade que os familiares as visitem durante a semana, fora do dia de visita, que em Taipas é sábado e em Chiquinha é domingo. As despesas com transporte também são reembolsáveis pela instituição, mas só de parentes mais próximos.

Não foram realizadas observações das unidades nos dias de visitas, mas, como podem ocorrer durante a semana, podemos presenciar uma cena em que a adolescente nada falava com a mãe, mas debruçava seu corpo acima do colo dela, um gesto que inicialmente pode ser interpretado como mera carência. Nas fotos de uma atividade realizada

⁴⁰ É como se referem ao transporte irregular usado pelas famílias para chegar até o local das unidades na capital, uma delas com difícil acesso e rua não encontrada no google maps.

pela unidade Parada de Taipas voltadas para os parentes, expostas no hall de entrada da unidade, as adolescentes repetiam gesto semelhante.

Essas questões remetem à ideia de que a infração, quando realizada por mulheres, ganha uma conotação ainda mais grave. Elas sofrem por estarem excluídas da sociedade e por serem internamente excluídas pela própria família. Muitas delas dizem que a família está muito decepcionada e outras dizem que têm medo de como será a relação com os pais quando voltarem pra casa. Talvez por isso elas queiram passar uma imagem de fragilidade, docilidade, algo que convenceria não só os pais de sua reabilitação como os funcionários da instituição.

Apesar dessas considerações, no entanto, todas as adolescentes reconhecem o caráter fundamental das visitas e do apoio dos familiares para que a permanência na Fundação Casa seja um pouco menos dolorosa.

P – Ah tá. Você acha que assim, as pessoas que vem te visitar, esse apoio deles é importante?

A2 – É, muito importante.

P – Te ajuda?

A2 – Ajuda e ajuda eu ir embora também né? Porque tem que ter visita também pra você ir embora.

P – Faz parte do procedimento?

A2 – Faz parte. Ajuda muito.

P – Mas assim, pra você ir embora, mas você se sente melhor quando tem visita ou não?

A2 – Me sinto melhor.

Como nenhum dia de visita foi acompanhado pela equipe desde a entrada dos visitantes, o que, segundo funcionários, é prática na instituição é passar pelo detector de metais. Somente em caso do alarme apitar e de suspeita, eles costumam revistar a bolsa e procurar volumes na roupa do visitante. Mas, segundo as adolescentes, seus familiares são expostos.

P – E ela te visita?

A9 – Minha mãe? Não, só lá em Cerqueira, que era mais próximo. Aqui é muito longe, não tem condições. Eu sei que eles dão como se fosse um auxílio pra vir visitar. [...] pedi pra ela não vir não... por causa que, eu passar humilhação aqui. Eu não quero que minha mãe passe humilhação, não. De tirar a roupa... sabe? Eu não gosto, não. Por isso que eu falei pra ela nem vir.

P – Todo mundo que entra aqui passa pelo exame?

A9 – As famílias quando vêm visitar têm que passar... pra ver se não tá acontecendo alguma coisa... é norma da casa.

P – Aí você preferiu falar pra ela não vir?

A9 – É.

P – Lá em Cerqueira ela também tinha que fazer revista?

A9 – É. Todos os lugares, assim, cadeia, qualquer lugar tem que fazer.

Pará

Não há revista íntima das pessoas que entram no Cesef.

No Pará, praticamente todas as adolescentes afirmam receber visita. Algumas delas não recebem visitas semanais, por não possuir a família condições financeiras de arcar com o transporte:

P – O teu pai vem aqui no Cesef te visitar?

A7 – Vem. Ele só não vem mais porque não tem dinheiro mais como ele vir.

P – Entendi. Então, de quanto em quanto tempo ele tem vindo assim?

A7 – Ah, de quinze em quinze dias.

P – É que ele tem que viajar de Abaeté pra cá, né?

A7 – Quando o prefeito dá passagem ele vem me ver.

Uma delas chegou a comentar que nunca recebeu visita, pois a família mora muito longe de Belém:

P – Os teus parentes já vieram te visitar alguma vez?

A6 – Não. Os meus parente não têm condição. É muito longe. Pra vir de barco, pega barco é 150 a passagem. Só vindaa. E a minha família não ganha muu, muito. A minha mãe, o trabalho dela. A pensão do meu pai também não é lá essas coisas. Ela tem uma netinha, aí não tem como deixar ela. Os juiz de lá me falou que ele ia conversar com o Cras, com o Cras pra todo mês ele dá a passagem pra minha mãe de vinda e ida até aqui...Até hoje eu não falei com ela. A minha mãe nunca veio me visitar.

P – Aí tu fala com ela como?

A6 – Pelo celular.

P – E como é? Tem um dia pra tu falares com ela?

A6 – É. No dia de quinta.

P – E tu pode falar quanto tempo com ela?

A6 – Cinco minutos.

P – E dá tempo?

A6: Não. Só dá pra falar bença mãe e eles já ficam assim. Aí eu desligo, não dá pra conversar nada.

P – E como é que tu se sente?

A6 – Ah, eu fico triste. Eu queria ver ela e não posso, tocar na mão dela e não posso. Eu vejo aí as menina recebendo visita e a minha mãe não vem me visitar.

I. Visita íntima

SINASE

Art. 68. É assegurado ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima.

Parágrafo único. O visitante será identificado e registrado pela direção do programa de atendimento, que emitirá documento de identificação, pessoal e intransferível, específico para a realização da visita íntima.

Em nenhuma das unidades visitadas, houve informação de que ocorriam visitas íntimas, embora São Paulo e Brasília afirmem que estão em fase de implementação.

Pernambuco

Declaram possuir vida sexual ativa em 48,4% dos casos. Desse universo, afirmam que faziam uso de preservativos em 79,2% dos casos, divididos entre (63,6%) preservativo masculino ou feminino, 4,5% faziam uso de contraceptivo e em 31,8% não houve informação a respeito do tema.

Na unidade, as meninas não podem receber visita íntima. Em mais de uma entrevista, as meninas reclamam dessa vedação, informando que, em função disso, perderam seus laços com antigos(as) companheiros(as). Uma delas, A12, disse que, por causa “daquilo ali”, havia perdido a namorada. Outra menina disse que era um absurdo não terem visita íntima quando, na unidade dos meninos, isso era permitido. Por causa disso, segundo elas, “tudinho aqui vira sabão” (referindo-se a ter relações homoafetivas).

Distrito Federal

No Distrito Federal, boa parte das adolescentes afirmou que os meninos têm o direito à visita íntima e elas não, o que é sempre mencionado em tom de revolta. Há uma indignação a respeito desse tratamento que elas consideram discriminatório. A fala de uma delas é bem significativa:

P – E o seu namorado, que você falou dele, já veio te visitar?

A3 – Nunca, só os meninos que têm esse direito, nós não... O porquê eu não sei... mas eu acho que os direitos deveriam ser iguais. [...] Porque, na verdade, a gente tá num lugar, que tipo, a gente se sente um peixe fora da água, porque é uma unidade masculina, entendeu? Fica mais difícil pra gente. O certo era ter uma unidade só para mulheres, entendeu? Porque aqui a gente não tem direito nenhum. Tudo é eles. Como é que eu vou dizer... tipo, os meninos tão na vantagem, eles estão em primeiro lugar. Eles podem receber as mulheres, a gente não pode. Eles podem visitar os familiares, a gente não pode. A gente não tem direito de estudar com eles. Como é que vai ressocializar separando menino de menina? Só que lá fora tá todo mundo junto.

P – E quando alguém engravida aqui dentro? Como que acontece? Você já presenciou isso?

A2 – Na verdade, engravida na rua né, porque a gente não tem visita íntima. Os meninos têm. Isso é ridículo, porque eu que já sou maior, é difícil.

Rio Grande do Sul

Como informado pela Diretora, não existe visita íntima. Algumas adolescentes, como o esperado, reclamaram dessa impossibilidade. Em relação à questão da saúde sexual, é importante notar que, em todos os PIAs apresentados, faz-se referência ao exame ginecológico

e possíveis encaminhamentos como o uso da pílula ou tratamentos para DSTs. Ademais, a médica ginecologista da casa comenta, como já exposto, que existe uma explicação sobre os métodos anticoncepcionais, mas que a decisão de usar ou não é das adolescentes, e isso representa importante forma de autonomia para as jovens.

Entretanto, quando questionadas sobre educação sexual, as adolescentes falaram que não existe esse diálogo, ainda que a maioria delas já tenha tido alguma forma de relação sexual. A jovem A5 diz que “não falam sobre o assuntos sexuais, não pode”. Nesse ponto, seria bem importante que tivesse havido algum diálogo, já que uma adolescente relatou ter tido “relação sexual chapada e bêbada”. Outras duas adolescentes, A3 e A1, também falaram de abusos sexuais sofridos, uma pelo tio e outra pelo padrasto.

São Paulo

As diretoras das unidades demonstraram possuir conhecimento da exigência do Sinase, mas não possuem local e prática de visita íntima. Até mesmo no caso de um casal de meninas lésbicas que já entraram nessa condição dentro da unidade, nega-se essa possibilidade. De acordo com o relato de uma adolescente da Chiquinha Gonzaga, se o companheiro não possui vínculo formal com a adolescente, sequer tem direito:

P – E seus parentes vem aqui te visitar?

A2 – Vêm, todo domingo.

P – Todo domingo eles vêm. E seu companheiro vem?

A2 – Não, não pode.

P – Não pode?

A2 – Só família mesmo.

P – E amigos podem vir visitar?

A2 – Não.

Pará

Por meio dos relatos das adolescentes nas entrevistas, percebeu-se que muitas das adolescentes que entram no Cesef, mesmo quando atestam sua heterossexualidade – muitas, inclusive, com “maridos” na liberdade – relacionam-se com outras adolescentes, por se sentirem sós e pela mingua de homens.

A4 – Tem uns seis casal ou sete eu acho que lá embaixo.

P – É mermo?

A4 – A questão é que num dá em nada, só é aqui dentro, né?! Que as meninas falam... umas falam que vão lá pá... que vão fica lá na liberdade. Isso é uma mentira! É mulé que num vê um 'bofe'; quando elas vê um 'bofe', só falta pegá fogo!

Entende-se, pois, que essa situação se dá não por uma questão de opção sexual, mas exatamente pela falta de opção que se tem dentro da casa para o contato sexual íntimo, tanto entre homens, quanto entre mulheres. Em todas as entrevistas realizadas, foi unânime a menção à proibição das visitas íntimas pela administração da unidade sob o pretexto de se tratar de um privilégio exclusivo para adultos. Ademais, todas – algumas com mais entusiasmo, outras com menos – defenderam a necessidade desse tipo de visita, por se tratar de um dos eventos em liberdade dos quais elas mais sentem falta: a manifestação da sexualidade e o contato íntimo com uma pessoa querida.

P – Eee... assim... do que é que tu sente falta, desde que tu entraste aqui no Ceseff?

A9 – Umm... se eu te falar do que eu sinto falta eu num vou terminá hoje.

P – Pode falar... assim... do que tu lembrar aí.

A9 – Eu sinto falta de festa; de homem, porque num pode ter visita de... íntima, né?

P – Tu acha que deveria ter visita íntima?

A9 – Pra mim deveria ter... maior!

P – Pois é... tu és... tu tens 18... tu já perguntaste sobre visita íntima pra alguém?

A9 – Eu já perguntei, mas eles falam que... como eu como tô cumprindo uma medida quando eu era de menor, aí num pode tê, mas aí, né?! Eu já sô de maior já. Eu tô aqui dentro já, então eles podia pelo menos pá di maior.

P – Mas essa essa justificativa o que eles falam é pra todas as meninas... num pode porque... A9 – Éé... e também eles falam que... que se eles colocarem visita íntima pá di maior, a di menor vai querer... aí tu já viu, né?! Vai rolar pânico.

P – E e... deixa eu te perguntar... teu caso é diferente que tu já tem 18 anos, né?! Mas e pra menina que é menor de idade? Tu acha que deveria ter também?

A9 – Deveria... pá todo mundo!

O contato com companheiros e companheiras, inclusive, é obstado praticamente por completo, já que, caso a adolescente receba visitas, os telefonemas são proibidos⁴¹, restando apenas a possibilidade da comunicação por meio das cartas e recebimento de notícias com os familiares visitantes.

P – [...] É, tu tem namorado ou namorada?

A2 – Namorada.

P – E ela, vocês continuam juntas mesmo depois de...? E ela pode vir te visitar?

A2 – Não [...]

P – E aí visita íntima aqui na unidade...?

41 Circunstância mais bem explicada no tópico reservado à visitas e revista íntima.

A2 – Não tem.

P – O que é que tu acha disso? Tu acha que poderia ter, que deveria ter?

A2 – Poderia (risos)

P – É? E o que é que o pessoal fala? Por que é que não pode? O que é que eles falam?

A2 – Porque é de menor...

P – Por que é de menor? Mas, por exemplo, e quem é, quem tem 18 anos, as meninas que tão aí que tem 18 anos...

A2 – Mesmo assim não pode.

P – Não pode pra ninguém? Aí o... Falam que é por que é de menor?

A2 – Falam que não tá sendo uma medida socioeducativa.

P – Aí não pode? Entendi. É, assim, do que é que tu mais sente falta desde que tu entraste aqui?

A2 – Da minha mulher e da minha mãe.

P – Entendi. É, tu não pode falar com tua mulher nem por telefone?

A2 – Não.

P – Tu só...

A2 – Só quando minha mãe vem que ela me dar notícias dela.

Por tudo exposto, com a proibição da visita íntima, percebe-se que as adolescentes são privadas do afeto e de sua sexualidade em uma época tipicamente marcada pelas descobertas do corpo e da intimidade, que se deu com início da puberdade.

7

Equipe técnica

SINASE

Art. 11. Além da especificação do regime, são requisitos obrigatórios para a inscrição de programa de atendimento:

VI – a indicação da equipe técnica, cuja quantidade e formação devem estar em conformidade com as normas de referência do sistema e dos conselhos profissionais e com o atendimento socioeducativo a ser realizado;

Art. 12. A composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência.

Art. 17. Para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação, além dos requisitos específicos previstos no respectivo programa de atendimento, é necessário:

I – formação de nível superior compatível com a natureza da função;

II – comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 2 (dois) anos; e

III – reputação ilibada.

Em relação à equipe técnica, foi difícil obter as informações pormenorizadas das gestões das unidades de atendimento. Porém, o que se pode perceber é que a grande maioria desses profissionais não é concursada, logo seus vínculos com o Estado são de natureza administrativa precária.

Essa situação implica a possibilidade de consequências, como a descontinuidade das atividades, com substituição de profissionais, dificuldade de pleito acerca de melhorias, seja relativo à própria função seja para a função maior do sistema socioeducativo relativo à consagração de direitos.

Outrossim, inexistente padronização de profissionais em nível nacional, nem quantitativamente nem acerca de funções executadas, como se verá a seguir:

	PE	DF	RS	SP Chiquinha Taipas		PA
Diretor	1	1	1	1	1	1
Coordenação técnica	1	0	0	1	0	0
Psicólogos	1	3	2	8	2	0
Advogados	1	0	1	0	0	0
Assistentes Sociais	1	2	1	5	3	3
Médicos	2	0	2	0	0	0
Enfermeiros	0	1	1	0	0	2
Administradores	1	0	1	0	0	0
Pedagogos	1	5	1	3	3	1
Nutricionistas	0	0	1	0	0	1
Educadores Físicos	1	0	0	0	0	0
Agentes Socioeducativos	59	137	32	93	52	44

Em Pernambuco, algumas informações são relevantes. O dirigente tem vasta experiência no sistema prisional, como ele mesmo relatou, apontando já ter sido diretor das unidades prisionais de Pernambuco: Presídio Prof. Aníbal Bruno, Centro de Observação e Triagem Prof. Everardo Luna (Cotel); e, por fim, do Centro de Atendimento Socioeducativo de Abreu e Lima, unidade destinada a adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei. Logo, segundo as palavras do diretor: “Santa Luzia era o céu”, mas contraditoriamente afirmou que “tinha nascido para sofrer”⁴².

Toda a equipe, envolvendo agentes socioeducativos e equipe técnica, totaliza cerca de 74 profissionais.

42 Diário de Campo, visita em 31/1/2013.

No Rio Grande do Sul, a equipe técnica é formada por 51 pessoas, das quais 32 são agentes socioeducativos – os quais se dividem em turnos de 12 h por 72 h. Apenas um deles foi entrevistado, sendo que hoje ocupa o cargo de Coordenação para Atividades Externas.

Os médicos da Fase são todos terceirizados atualmente, e não são todas as casas que possuem médico. Não obstante, há uma unidade básica de saúde que atende aos internos e internas da Fase, a UBS Vila Cruzeiro. Além da ginecologista, a casa também conta com um médico psiquiatra, o qual vai duas vezes por semana à casa – fato que acaba gerando uma demanda maior do que se oferta de atenção para sofrimentos psíquicos. Muitas meninas relatam tomar algum tipo de calmante e Ritalina, mas não seguem com atendimento com o psiquiatra ou em algum outro local de atendimento psicológico. Apenas os casos mais graves de saúde mental há encaminhamento para Caps Ad, se for por abuso de substâncias psicoativas, ou Caps.

A médica/ginecologista do Casef, doutora Hilda, trabalhou durante 27 anos na casa como funcionária pública do Rio Grande do Sul. Acontece que, depois de sua aposentadoria, a Fase não fez mais concurso para o cargo de médico. Dessa forma, ela voltou a atuar na casa de forma voluntária. No total, a Dra. Hilda trabalha na Fundação há mais de 33 anos, sendo que, desses, 27 no Casef. Em entrevista, a médica da casa traz a rotina ginecológica das meninas ingressas:

A nossa rotina é pedir todos os exames. A gente explica que vai pedir e tem que ter o consentimento delas. Mas geralmente, 99,9% aceitam fazer todos os exames. A gente tenta fazer todos os exames e a gente diz o porquê a gente vai fazer, o porquê a gente vai pedir, que é uma proteção pra elas. Então, assim, o momento que elas descobrem que tão grávidas a gente pede as rotinas de pré-natal, encaminha pra um pré-natal, geralmente, de alto risco porque a maioria ou tem alguma doença ou é usuária, então a gente sempre encaminha pra um pré-natal de risco e ela conhece o acompanhamento dentro e fora. Aqui a gente também faz. Dentro e fora. Mas geralmente a gente já tenta deixar marcado pra ela ter um lugar pra ganhar esse bebê. [Onde costuma ser esse pré-natal?] Presidente Vargas que é um bom atendimento pra nós, nós temos um bom relacionamento. Santa Clara que é da Santa Casa e o Conceição e às vezes PUCRS acontece. Então são os 4 que a gente consegue, na verdade não é a gente que consegue, é encaminhado junto a rede pública. Então assim, faz todos os exames. Peço todos os exames e encaminhamos pro pré-natal. Então o pré-natal é na Rede SUS. Mas a maioria é Presidente Vargas e é muito bom.

Em São Paulo, a equipe interna das unidades costuma refletir a estrutura externa de todo sistema que envolve a Fundação Casa. Assim, se na estrutura externa existe Presidência no topo, Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa em seguida, e Superintendências de Saúde, Pedagogia e Segurança entre da Diretoria Técnica; na estrutura interna da unidade vai estar a Diretora da unidade no topo, seguida dos Encarregados Administrativos e Técnicos, e, por sua vez, os Coordenadores de Segurança e Pedagógico.

Cada área, organizada pela Superintendência na estrutura externa e pelos Encarregados ou coordenadores internos, tem uma atribuição diferente. À equipe de saúde compete não só zelar pelo bom estado de saúde e bem-estar das meninas, como especificamente a equipe psicossocial tem o papel de elaborar o relatório sobre o cumprimento da medida socioeducativa das adolescentes e o que lhes confere certo poder sobre as adolescentes que também é usado por outros funcionários no disciplinamento das meninas, o que mais adiante será descrito.

Em São Paulo há algumas particularidades na constituição dos recursos humanos, pois, além dos profissionais já referidos, na unidade Chiquinha Gonzaga há os agentes educacionais em número de sete: um agente e um analista técnico, três pedagogas(os), quatro profissionais de educação física da própria unidade.

Na unidade Parada de Taipas, há dois agentes educacionais e os agentes de apoio socio-educativos que debatem os casos de cada menina assim que entram na unidade e assim que estão prestes a ter seu relatório produzido.

Em relação à equipe de saúde, foge-se um pouco das coordenações temáticas, uma vez que enfermeiros, psiquiatra e médico pertencem a um serviço de saúde do bairro onde a unidade se localiza, os quais se organizam a partir dos equipamentos psicossociais da região, aparecem na unidade a cada 14, sete ou três dias, respectivamente.

Na unidade Chiquinha Gonzaga, contudo, estão lotados oito auxiliares de enfermagem. Na unidade Parada de Taipas existem duas assistentes de enfermagem.

Uma questão ganhou relevo em todas as unidades visitadas, visto que os problemas se apresentavam de maneira semelhante. Em tese, à equipe de segurança compete garantir a ordem e gestão do espaço externo das atividades, conduzindo as adolescentes às atividades que fazem parte da rotina, indiscriminadamente. É justamente por essa atribuição que com frequência as meninas entram em choque com essa categoria de funcionários, vice-versa.

Porém, esses mesmos agentes socioeducativos, além da atribuição relativa à preservação da integridade física das adolescentes e dos funcionários também se responsabilizam de atividades pedagógicas. Mas na confusão entre as atribuições, muitos dos agentes socioeducativos desempenham o papel de seguranças da unidade, abandonando, por completo, os objetivos pedagógicos a que estão destinados. Tornam-se agentes de disciplina.

E, nesse sentido, as demandas de uma pedagogia da presença, como requisito para a superação do dilema proteção-repressão e, portanto, “elemento poderoso para quebrar a

lógica perversa dos programas oficiais de ressocialização” (GARCIA MÉNDEZ, 1992, s/p), são impossíveis de serem concretizadas.

Quanto a isso, foi possível perceber que os agentes socioeducativos realizam escolta, contenção e segurança da unidade. Corroborando com essa questão, pôde-se perceber que alguns agentes vestem-se de preto, com boinas pretas na cabeça, e alguns, inclusive, com camisas denominadas de “agente penitenciário”.

Em Pernambuco, além dos números apontados, há também os assistentes socioeducativos, responsáveis pela liderança do plantão e supervisão dos agentes socioeducativos.

Há um dado importante relativo ao perfil desses profissionais: todos têm vínculos precários com o Estado, inexistente concurso para a função, são contratos temporários decorrentes de seleção simplificada, cuja primeira ocorreu somente no ano de 2013, ou terceirizados. Segundo, a maioria desses profissionais é remanescente de empresas de vigilância, impregnados, portanto, da lógica da contenção e realização da segurança.

Contudo, apesar desse quadro, as atribuições indicadas na seleção simplificada para a função são:

Recepcionar os adolescentes internos na unidade de atendimento, sempre com solicitude, orientando-os sobre seus direitos, deveres e normas disciplinares; garantir a integridade física, psicológica e moral dos adolescentes; acompanhar os adolescentes em consultas médicas, exames, audiências e visitas domiciliares, conforme orientação recebida da direção da unidade de atendimento; acompanhar os adolescentes em suas atividades diárias de educação, esporte e lazer, tais como aulas, cursos, recreação, além de outras, dentro e fora das unidades de atendimento; conduzir os adolescentes ao atendimento por técnicos, coordenadores e direção das unidades; viabilizar a higiene pessoal dos adolescentes, assim como dos espaços por eles utilizados; sugerir atividades de educação, esporte e lazer para os adolescentes; zelar pela disciplina dos adolescentes, sua e de seus colegas, nas dependências da unidade onde exercerem suas atividades laborais; efetuar custódia dos adolescentes, quando solicitado pela direção da unidade; fazer relato diário, em livro de ocorrências, registrando as situações vivenciadas, providências adotadas e o comportamento dos adolescentes; intervir, nas dependências da unidade de atendimento, em situações de conflito e eventuais tumultos, visando pôr fim às mesmas, evitando violência de qualquer ordem, tais como agressões físicas e/ou morais; propor e cumprir, rigorosamente, as normas de segurança estabelecidas para a unidade em que exercerem suas atividades funcionais; participar de reuniões, emitindo suas opiniões, acerca do trabalho visando à interação e à unidade da ação; prestar socorro imediato aos adolescentes, em casos de emergência, encaminhando-os para o setor competente; auxiliar na elaboração do Plano Individual de Atendimento do Adolescente (PIA); participar das atividades relacionadas ao treinamento e à capacitação; participar do processo de integração interdisciplinar, para a elaboração, o acompanhamento e a avaliação das ações; revistar os adolescentes e os locais por eles ocupados; executar outras atividades correlatas, sempre e em todas as suas atribuições, de forma satisfatória à prestação dos serviços cabíveis à Funase, observados aspectos funcionais tais como pontualidade, assiduidade e adequação ao próprio serviço (FUNASE, 2013).

Assim, percebe-se nitidamente um acúmulo de papéis incompatíveis, pois ao mesmo tempo que esse agente socioeducativo tem de realizar atividades de segurança, também está incumbido de atividades pedagógicas.

O próprio socioeducador tem dificuldade de definir o seu papel. Observe alguns relatos:

F6 – Aqui eu sou ASE. O que? uma agente socioeducativa, entendesse? aí eu não vejo eles como bicho eu vejo eles como humano gente igual a gente não importa o que eles fizeram no passado, eu vejo como gente, como humano.

Eu sou professora de educação física, eu ensino numa academia, mas aqui meu papel é ser ASE. Minha atividade é acordar elas, render a turma da noite, já pego elas contadas. Acordo elas, se não acordar corta o cigarro, então meu primeiro dever aqui é acordar elas, botar elas pra aula, botar para fazer limpeza [...] minha tarefa é organizar a vida delas.

Outra narrativa de um ASE vinculado há 9 anos à atividade da medida de internação relata que sua atividade consiste em “conversar com as menina, procuro quando tem alguma coisa errada, eu procuro conversar com elas, ver como é, mas entra num ouvido e sai no outro” (F7).

Uma ASE, questionada sobre a segurança da unidade e solicitada para narrar sua atividade, a resposta foi:

[...] quando tem uma briga, eles [referindo-se aos ASEs masculinos] têm que subir pra ajudar as menina a apartar a briga. Entendesse como é? As mulheres são aqui os homens ficam lá em baixo, aí quando a gente grita eles sobem (F6).

Por meio de relação de funcionários lotados fornecido pela Funase, dos 59 lotados na função de agente socioeducativo, alguns não exercem a função de segurança mas de promoção socioeducativa, mesmo como caso de um dos agentes que trabalha canto coral em libras.

Na pesquisa restou evidente, em vários momentos, a ambiguidade da função exercida pelos agentes. Um dos membros da equipe técnica relatou que os agentes socioeducativos são “como seguranças. Não têm perfil nem formação de agente socioeducativo” (F5).

Também não se pôde afirmar a existência de práticas de agressões, porém, em uma visita, uma das adolescentes, muito revoltada, pergunta a uma das pesquisadoras, em alto tom “Tia, ADS pode bater em adolescente?”⁴³.

Em uma das entrevistas a adolescente teve a seguinte opinião:

43 Diário de campo, visita em 5/11/2013.

P – E o pessoal aqui é gente boa?

A11 – Mais ou menos. Tem uns que dá na gente.

P – Que dá em tu, em vocês, é?

A11 – Mas o que deu em mim saiu daqui.

P – São os agente, é?

A11 – O que deu saiu daqui, mas ameaça até hoje: “eu vou pegar você na rua”!

No Rio Grande do Sul não há profissionais específicos designados para fazer a segurança da casa; entretanto, o Casef encontra-se no mesmo território de outras unidades da Fase, em um complexo vigiado por policiais militares e segurança terceirizada.

A socioeducadora entrevistada, F4, acredita que existe um déficit de funcionários na casa:

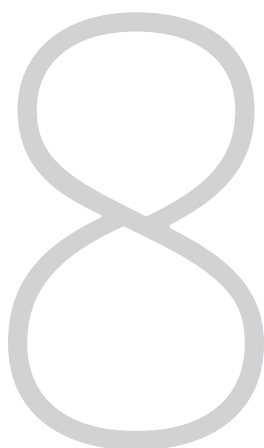
Porque parece que é um monte de gente, mas sabe... Tu viu quando vocês chegaram, eu tava com um bebê porque não tinha gente no berçário, e aí eu desci, eu fui lá acompanhar, e deixei o bebê aqui, daí eu fui lá e acompanhei, daqui a pouco disseram pra eu... sabe? A gente faz, todos os funcionários fazem todas as funções. É aumentar o número de funcionários, como se fosse... pra qualificar (F4).

Em São Paulo, dos 93 gentes socioeducativos, 82 são agente de apoio socioeducativo e 11 coordenadores de segurança supervisionados pela figura de um encarregado de segurança. Existem 13 no corpo administrativo.

Na unidade Parada de Taipas, são 52 ao todo. Desses, 33 são agentes de apoio socioeducativo. Os demais fazem parte do administrativo com três pessoas e apoio operacional com dois.

Enfim, percebeu-se a dificuldade de compatibilizar, no mesmo papel, funções distintas, pois há uma atribuição vertical de vigilância e segurança e outra aparentemente horizontal de promoção de atividades socioeducativas. Porém, como estimular aquisição pelo educando, por uma abordagem auto compreensiva, orientada para a valorização dos aspectos positivos da sua personalidade, voltada à potencialização do autoconceito, autoestima, autoconfiança necessários à superação de uma série de rompimentos e fragilidades que vem inserido, por meio de vigilância, contenção, disciplinamento? (COSTA, 1991).

O que se pode concluir é que o agente socioeducativo, como a ponta de todo o sistema infracional, é a mais clara representação da ambiguidade da Doutrina da Proteção Integral que no Brasil foi recepcionada em uma realidade de administração da pobreza juvenil por meio do encarceramento.



Gênero e identidade de gênero

A. Gênero e sexualidade

Muitos aspectos de observações diziam diretamente respeito a especificidades vivenciadas pelas adolescentes. Acima, falou-se um pouco sobre maternidade, visita íntima e revista íntima. Aqui, pretende-se expor parte das narrativas das adolescentes e dos funcionários diretamente relacionadas à temática da sexualidade e da identidade de gênero.

Sem dúvida, a sexualidade das adolescentes ainda é um tabu e um objeto de controle, fato que se evidencia na ausência de visita íntima em todas as seis unidades visitadas, apesar de muitas delas já terem filhos(as), morar com companheiros ou simplesmente já ter iniciado suas vidas sexuais. Não obstante, as relações homoafetivas entre as garotas são comuns, ainda que, segundo elas mesmas, sejam apenas transitórias.

Os funcionários conhecem essa condição e, diante disso, tomam as mais diversas atitudes: ignoram, aceitam, repreendem ou agem com preconceito. Entre as adolescentes, o fato é tido como amplamente aceito:

A12 (PE) – É comum assim aqui dentro, porque a maioria das meninas que vem, num é, num curte mulher lá fora, aí chega aqui dentro é tipo uma distração aí vai. Nem gosto muito disso não, sei lá, acho que você tem que ser o que você é né?!

P – Você acha que pelo fato de ser lésbica, isso provoca algum tipo de preconceito aqui?

A12 (PE) – É tranquilo [...] comigo nunca, não que eu tenha percebido já.

P – Tu soubeste, assim, de algum caso, de alguma relação entre as meninas aqui... começarem a namorar... a ficar?

A9 (PA) – Já! Sempre tem.

P – Sempre tem... agora, no momento, tem? menina ficando?

A9 (PA) – Tem!

P – E aí, como é que funciona? As meninas respeitam?

A9 (PA) – Porque num pode, né? Porque... porque... o monitor também deixa sem sair se eles pegarem. Num pode!

P – Deixa sem sair?

A9 (PA) – Éé!

P – Não pode ter relações entre meninas?... Por que tu acha que num pode ter?

A9 (PA) – Num seei! Maas... é normal! Sempre tem... e como tem, né?!

P – Umhum... ee as outras meninas respeitam? Tem preconceito? Teem...

A9 (PA) – Nããõ! Todo mundo respeita. Eu respeito. Eu num fico cum mulher, entendeu? Mas eu respeito. Pra mim é normal.

P – E se alguma menina chegar sem saber que tu... tu curte menin... curte homem?

A9 (PA) – Vaai! Elas num são doidas. Eu dô um murro num...

P – É? Mas se ela nem... acabou de chegar... nem nem sabia!

A9 (PA) – Nããõ! Mas ela tem que primeiro saber, entendeu?!

Muitas delas faziam questão de pontuar que se relacionavam com meninas apenas “ali dentro”:

P – E menina? Tu já chegou a namorar com menina?

A4 (PE) – Já fiquei.

P – Lá fora ou aqui?

A4 (PE) – Aqui.

P – E lá fora não? nunca teve lá fora?

A4 (PE) – Nunca. Eu só fiquei aqui por ficar mermo porque eu tenho nojo de mulé, eu tinha né?

P – Por que então tu ficou com ela?

A4 (PE) – Só pra passar o tempo mermo, porque senão a pessoa endoida aqui dentro. Mas faz sete meses que eu tô com ela. Mas ela é muito safada.

P – Era tu e mais outras? ou não, só tu que ela ficava?

A4 (PE) – Não ela assim, no tempo em que eu deixei ela, ela tinha ficado com Q, aí quando foi cum o tempo ela ficou cum T. essa T. era mulé dela primeiro, aí quando eu cheguei aí eu nem sonhava que ia fica com mulá, aí quando foi três dia eu comecei a ficar com ela.

P – Só três dias?

A4 (PE) – É já deu assim uma piração só.

A4 (PE) – Ela fica com ciúme num pode uma mulher ou um homi olhar pra mim.

P – Mas se tivesse menino aqui também tu acha que preferia ficar com menino ou com menina?

A4 (PE) – Não, cum menino. Com menina é só por passatempo.

P – Tu acha que quando tu sair daqui tu vai continuar ficando com mulher ou não?

A4 (PE) – Não, eu só fico aqui pro tempo passar mermo.

P – Mas tu gosta de “S”?

A4 (PE) – Gosto dela num vou mintir, ela foi o primeiro boy.

P – Você namora?

M8 (DF) – Sim, eu tenho um namorado lá fora, mas aqui tem outras coisas também.

P – Como assim?

M8 (DF) – Eu tenho um namorado lá fora, mas aqui também.

M8 (DF) – Aqui eu tenho namorada.

M3 (DF) – Eu já namorei com meninas. Uai... fazer o que. Eu já me envolvi com meninas. P – E você teve liberdade de conversar isso com os técnicos, com os funcionários, com as tuas colegas?

M3 (DF) – Minhas colega sabe, né. Mas os funcionário não, mulher, ninguém aqui aceita. A maioria das meninas aqui é lésbica. É normal ser lésbica aqui dentro, é tudo normal.

P – Tem muito caso assim de menina que se relaciona com a outra e tal?

A12 (PA) – Teem! Maioria!

PF – A maioria?

A12 (PA) – Maioria.

PF – Agora, assim, tem tem um casal lá embaixo?

A12 (PA) – Teem. Algumas têm marido, tem namorado. Agora... quando nós chega aqui fica cas meninas... uma cá outra.

A1 (PA) – A menina quando chega ela é... a adolescente pergunta pra ela: ‘tu fica com menino?’, aí ela: ‘não, eu tenho marido!’ – a maioria tem marido – mas, quando cai aqui dentro, a medida que passar o tempo, aí elas ficam.

P – Ah! Tu acha então... quer dizer... assim, que esses relacionamentos não é que a menina se assuma homossexual e tal... é só porque tá carente e tal...?

A1 (PA) – É! Tá carente, aí, às vezes, a menina num tem ninguém; ning... nem a família vem visitar ela. É um modo de passar mais rápido os seus meses; os anos. Vai passando mais rápido; com mais distração.

P – E os maridos que ficaram lá fora?

A1 (PA) – Olha... eles não podem vir aqui; esse é um problema também, que... as meninas que são casada num podem... marido não pode vir aqui!

Os namoros ou relações entre as adolescentes não é autorizado nos espaços da unidade, embora todos os funcionários saibam que ocorre e, de alguma forma, tolerem:

A gente não tinha como perceber que ela também se envolvesse com mulher. Mas a gente já percebeu que é sim, apesar de ser coisa de momento, porque tenho certeza que lá fora ela não se envolverá com mulher [...] mas é generalizado. É a necessidade de você ter alguém do seu lado. É mais a carência. A questão da vaidade, tem muito isso de alguém olhar para elas, serem vistas [...] apesar de ser mais a carência (F3 – PE)

Essa questão da homossexualidade pontual é muito diferente aqui nas meninas [...] Eu acredito que 70% delas muitas têm marido lá fora e quanto entram eu acredito que seja por carência afetiva faz com que a pessoa mude, é um olhar que eu tenho [...] e para elas isso é muito natural. Como, durante a semana elas são homossexuais e num dia só, o da visita que o marido vem, ela tá com o marido?! (F8 – PE)

F (SP) – Na verdade é uma fala muito engraçada a gente falar que tem relacionamentos aqui dentro da casa porque dá impressão que a casa é uma balburdia e que tudo é possível... Então acho que é legal a gente pontuar, né?! Na verdade não é que pode haver relacionamento. Mas o perfil das adolescentes é transgredir regras e elas estão aqui para isso. O papel da gente enquanto funcionária é tentar coibir isso e orientar... Que isso aqui dentro não é bacanal. Que a gente tá respeitando as escolhas delas, mas é uma escolha para ser exercida lá fora, né?! Então elas podem exercitar.

Porém, existiram relatos de discriminações, especialmente por parte dos agentes.

P – E você acha que essas meninas são discriminadas pelas outras, ou não?

A1 (PE) – Acho que não. Tem umas que vêm pra cá e fala que não fica, e acaba ficando.

P – Você acha que elas são discriminadas pelas demais meninas?

A12 (SP) – Não. Sabe, só fala assim “Sapatão é tudo do demônio”.

P – Quem fala isso?

A12 (SP) – As funcionária.

P – As funcionárias falam?

A12 (SP) – Fala: “Sapatão do caralho!”

P – Funcionário, homem ou mulher?

A12 (SP) – Homem.

Tem-se que as relações homossexuais são proibidas em algumas unidades, ainda que elas aconteçam de forma escondida como relatado na experiência de A3 (RS), ao falar que “não pode, mas escondido ficava de beijo né”.

P – Você já soube de algum caso entre as meninas daqui? Algum namoro...

A7 (SP) – Ah, muitos.

P – As meninas que são lésbicas ficam no mesmo lugar que as demais?

A7 (SP) – Ficam, porque aqui é difícil quem não beija mulher.

Em São Paulo, uma das entrevistadas, que nunca tinha tido relações com outras mulheres, mencionou que, no caminho para a Fundação, os policiais a aterrorizaram dizendo que, uma vez internada, ela seria obrigada a ficar com outras meninas. Logo quando chegou, disse que várias das internas olhavam para ela demonstrando interesse, “xavecando”. Apavorada,

perguntou a uma adolescente se seria obrigada a beijá-la. A adolescente respondeu: “Tá louca? Aqui ninguém obriga ninguém a nada não, você só fica se quiser” (A15 – SP).

A “tolerância” encontra diferentes níveis nas unidades visitadas. Em Porto Alegre, existe proibição expressa às relações homoafetivas entre as adolescentes e a vigilância é bem mais intensa que em outros locais:

[...] não pode ter convívio, não pode ter afinidade [...] apertar a mão já pode dar CAD, mostra que tu já tá te envolvendo (A5 – RS)

[...] não pode se tocar, não pode sentar perto uma da outra, não pode encostar no cabelo, não pode nada, muito menos namorar né (risos).

[P] mas tipo nem então sentar perto né, nada assim você vai testar, nada?

A2 (RS) – Não, abraço nada, não pode cumprimento assim, não pode nada.

Falando sobre isso, um dos funcionários, inclusive, relatou a questão homossexual de uma das adolescentes no PIA da seguinte maneira:

F2 – Busca ser provocadora ao se comunicar com a mãe, e neste sentido parecem se situar algumas de suas verbalizações para a genitora, ao dizer que gostaria de cortar os cabelos bem curtos como de um menino e que gosta de se relacionar com meninas.

O trecho demonstra a incapacidade dos técnicos em lidar com essa questão. Em vez de problematizar e trabalhar a questão com a adolescente, eles simplesmente disseram que ela gostaria de provocar sua genitora.

Em São Paulo, também se verifica essa vigilância:

P – Quais são essas normas?

A7 (SP) – Ah, não pode ter sapataria, respeito a funcionário, na hora de comer, ficar em silêncio...

A4 (SP) – Fica todo mundo junto e misturado. Os funcionários ficam dizendo que não pode conversar, porque é sapataria, não pode pegar na mão dessa menina, porque é sapataria... não pode conversar, uma assim na frente da outra.

P – Não pode conversar?

A4 (SP) – Não, porque eles dizem que é sapataria.

P – Mas quem fala isso? Os funcionários?

A4 (SP) – Isso. Tem que ficar do lado dela conversando.

A15 (SP) – Lá na Mooca, se eu falar pra senhora que eu ficava com mulher, nossa, eu ia ficar um ano por causa do b.o., imagina se eu falasse que tinha sapataria... eu mofava, por dois anos.

P – E como são as regras de disciplina aqui dentro?

A15 (SP) – Sem ficar com toques físicos né, pra não ter sapataria...

No Pará, adolescentes entrevistadas afirmaram ter conhecimento da proibição do namoro e de suas sanções: as meninas que namoram são separadas, tanto de quarto, quanto de grupo de recreação, e os familiares responsáveis pelas adolescentes, sem a presença

e ciência delas, são informados do relacionamento; fato que, segundo elas, pode causar problemas com a família, já que muitas jamais tinham conversado sobre isso.

P – E, assim, as meninas que... que curtem, elas ficam no mesmo lugar das que não curtem? Como é que é?

A12 (PA) – Não! São todos misturados, aí... isso a gente já num pode fazer, né? Eee... Eles num vão saber se as menina tá namorando, nada! Aí quando eles percebe que as menina tão... namorano, se elas tão no mesmo QC⁴⁴ aí eles separam.

P – Entendi! E é... fácil de de de de manter uma relação sem que o pessoal saiba e tal...? JP A12 (PA) – Não! Eles descubre porque uma que chama de amor pra' outra, carinho, atenção, aí eles percebe nisso, entendeu? Aí separa as menina. Mudam de recreação. Eles evitam delas ficarem junta, entendeu?

P – Humm... [...] E, por exemplo, se o pessoal descobrir aqui em cima, vão contar para a família, ligar?

A12 (PA) – Contam! Eles contam pra família.

P – Como é que é?

A12 (PA) – Eles contam... é porque a família fica sabendo de tudo que a menina faz aqui dentro, entendeu? Aí... às vezes a mãe num gosta... aí ficam cum eles, entendeu?

Em todas as unidades visitadas, foram encontradas adolescentes que se chamam de “boy”, por assumirem uma identidade masculina. Em São Paulo, no caso de elas terem relacionamentos, isso se chama de “sapataria”.

Em Pernambuco, a demarcação desses lugares ficou mais evidente que em outros locais, já que as meninas não utilizam uniformes. Os “boys” usam bermudas, camisas largas, tops apertados. As que não se apresentam como “boys”, estão, em geral, de shorts curtos, camisetas e maquiadas, com o corpo à mostra. Em uma ocasião, como se fosse proposital deixar claro os seus papéis, um dos “boys” repreendeu a adolescente por falar palavrão, dirigindo-se à pesquisadora: “eu como homem tenho que respeitar as moças”.

No entanto, em Pernambuco, a figura do “boy” não simboliza, segundo as adolescentes, nenhuma posição de vantagem ou de comando entre as adolescentes, nem mesmo para se isentar de realizar atividades domésticas de limpeza da unidade ou das roupas etc.:

P – E tem muita vantagem assim, de a pessoa ser boy aqui na casa?

A4 (PE) – Não.

P – É igual do mesmo jeito? as tias, as técnicas tratam do mesmo jeito?

A4 (PE) – É, do mermo jeito. Não, num mudam não.

P – E assim para fazer algum favor, ninguém faz favor mais porque é boy não?

A4 (PE) – Não. É tudo igual.

44 Quarto-cela.

No Pará, as adolescentes que adotavam uma identidade masculina manifestaram dificuldade em continuar a ser assim:

PF – Como é que? O que é que mudou?

A12 (PA) – É porque eu sou lésbica.

P – Umhum.

A12 (PA) – Eu me vestiaa como um... um homem; praticamente um homem, entendeu? Meu estilo de roupa era diferente do que eu visto aqui, mas agora eu já estou me acostumando já... eu vou fazer 6 meses aqui agora em abril... eu eu tô me acostuman... me acostumei já com a roupa daqui.

P – Mas por que que não pode usar as roupas que tu usava lá fora?

A12 (PA) – É porque são regras da casa [...].

P – E como é que tu se sente, assim, tendo que vestir outras roupas que não as tuas?

A12 (PA) – Me sinto meio constrangida, pelo... por num usar as coisas que usava lá e aqui já usar algo diferente, aí eu me sinto um pouco constrangida, mas eu já tô... como eu disse, eu já tô acostumada já.

A adolescente A1 (PA) não gosta dessa proibição e a percebe como um preconceito:

[...] eu eu creio que é, hum... no meu ponto de vista, eu creio que é por preconceito, pelo fato de... quando um monitor pega um adolescente se beijando eles falam que a gente desrespeitou a presença dele, sendo que a gente... a gente às vezes nem vê eles entrando.

A adolescente complementa, ainda, que com alguns monitores⁴⁵ o preconceito é ainda maior:

A1 (PA) – Tem monitor que respeita aaa... opção sexual da adolescente; tem monitor que já não respeita; que já fala!; perde recreação por causa de certas coisas. Implica! Implica com a adolescente.

Dentro de São Paulo, as “meninas-menino” ou “machinho”⁴⁶ são rapidamente visualizadas, pois seus cortes de cabelo, as roupas largas e as expressões corporais lembram as representações sociais masculinas. Segundo funcionários, boa parte dessas adolescentes chega à unidade com identidade de gênero feminino, com cabelos longos e vestes femininas, por exemplo. Mas, ao longo da internação, pedem para cortar o cabelo bem curto.

Entretanto, o desejo por ter cabelo curto só pode ser concretizado com autorização da família, que deve ser informada antes e concordar expressamente com o corte. Segundo uma funcionária da equipe técnica de uma das unidades, as meninas se influenciam muito por outras que já têm o cabelo mais curto e passam a ter a repentina vontade de seguirem esse mesmo modelo.

P – Uma curiosidade [nome da funcionária] as que pedem para cortar o cabelo bem curto já desenvolveram alguma relação homoafetiva com alguma menina, ou talvez ela também procura adotar o estereótipo masculino por... De repente, alguma posição de liderança?

45 No Pará, os monitores são os agentes socioeducativos.

46 Expressões usadas por funcionários para se referir às meninas que aparentam ter identidade de gênero masculina.

F – Por incrível que pareça a liderança não está ligada com a questão do gênero, ou das escolhas... Os dos... dos biotipos, não sei. Não tá ligada! Na verdade ela tá ligada à uma questão de escolhas, de afinidades de relação. Muitas vezes muitas delas fazem isso como uma forma de sobreviver. Sobreviver em que sentido? À pressão institucional. Então, óh... eu vou me apresentar como feminina porque eu vou parecer mais forte, eu vou conseguir passar por isso...

P – Como feminina ou como masculina?

F – Como masculina! Algumas delas.

Para eles isso não seria algo genuíno ou verdadeiro porque não fariam isso se estivessem fora da unidade, então é a família que deve decidir sobre a validade ou não dessa vontade.

Então, por exemplo, se tem uma menina que entrou menininha com cabelo cumprido e aí ela quer curto, quer raspar para mostrar uma escolha, ela não vai raspar se não tiver autorização da família dela. Entendeu? Por quê? Porque a gente tenta trabalhar a questão de individualidade. [...] Mas a individualidade... A gente também tem regras e normas, não dá pra gente estar descartando... As duas coisas tem que andar juntas!

Da parte de funcionários(as), há uma preocupação de readaptação dessas meninas no momento em que elas saírem da unidade com cabelo curto. Da parte das meninas, elas parecem dar pouca importância às identidades de gênero na unidade. Foi perguntado se há alguma ligação dessa identidade masculina com a possibilidade de construir liderança lá dentro, e funcionários e adolescentes responderam que não. Há, contudo, algumas disputas entre as “menina-menina” pelas “menina-menino”.

P – Por que vocês brigaram?

A7 (SP) – Por causa de sapataria. Eu tava namorando uma menina aí ela ficou olhando pra menina e eu fiquei com ciúmes.

P – Vocês brigam entre si?

A7 (SP) – Sim. É cobra comendo cobra. É tudo por causa da sapataria.

P – Aí agora vocês acabaram né?

A4 (PE) – Foi hoje.

P – Hoje? foi mermo? e o que foi que aconteceu?

A4 (PE) – Porque ela, foi porque foi assim, o coronel, gosto nem de falar que eu fico sorrindo o coronel tirou ela desse negócio que a gente foi que eu esqueci, do coral

P – Sim por quê?

A4 (PE) – Porque ela briga mutxo quando ela sai comigo.

P – Por que vocês brigam?

A4 (PE) – É ela fica com ciúme, num pode uma mulher ou um homi olhar pra mim aqui, em qualquer lugar.

Esse jogo de sedução é o idêntico ao jogo reproduzido entre homens e mulheres em que a valorização da adolescente passaria pelo ato de conquistar a adolescente “sapatão”. A conquista, segundo uma das psicólogas, muitas vezes parava por ali. Isso porque as adolescentes que se reconhecem com a identidade de gênero feminina consideravam, no

ato de sedução, as “sapatões” como meninos e quando tentavam ir mais adiante do que o beijo, elas diziam ter repulsa pelo corpo da outra adolescente, que era idêntico ao seu.

Na unidade Parada de Taipas, por exemplo, há o caso de duas meninas que já namoravam antes de entrar na unidade, e “caíram pelo mesmo B.O.”⁴⁷.

P – Como que você conheceu essa menina, foi pela sua namorada?

A14 (SP) – Eu era de um abrigo, e a X era de outro. E ela era desse abrigo. E quando eu ia lá, às vezes as meninas tava lá na porta, então a gente começava a conversar... [...]

P – Mas você podia falar com a... Sua namorada é a X? Você podia falar com a X?

A14 (SP) – Posso, normal. Todo mundo sabe que a gente namora...

Essas, no entanto, não enxergavam sua relação como se enquadrando na categoria “sapataria” e se referiam a ela como uma “pegação”, algo nada sério. Perguntou-se às duas, separadamente, se elas se envolviam fisicamente lá dentro e ambas disseram que não, que apenas trocavam afeto como amigas. Nas palavras de uma delas:

A14 (SP) – Querendo ou não entra aqui, todas as meninas é raro uma menina que realmente nunca ficou com uma menina. Eu acho que é mais por carência. Quem já era lá de fora é normal. Tipo eu e a X é o único casal que veio de lá de fora.

Para boa parte dos funcionários, as relações entre meninas nas unidades e mesmo a identidade de gênero masculina são temporárias e estão relacionadas à carência das adolescentes ou necessidade de se destacar naquele ambiente. Assim, eles consideram que as adolescentes “estão lésbicas, mas não são”⁴⁸, e usam exemplos de algumas adolescentes que ligaram meses após sair da unidade e relataram ter matrimônio e filiação.

F (SP) – Então existe isso. Tem muitas delas que entraram aqui, meninhas e aqui dentro tentavam se relacionar ou assumiam que tinham um relacionamento afetivo com meninas, mas aí depois que saíram já engravidaram e casaram. Tem filhos! [...]

Para funcionários, parece haver a ideia de que a internação suspende as escolhas das meninas e que qualquer decisão tomada ali dentro não é a real decisão que tomariam caso não estivessem internadas.

F (SP) – Na verdade o ambiente institucional, não é ele que faz a escolha das meninas, ele pode estar despertando algumas coisas, mas não é aqui dentro o momento. Por exemplo, de repente aqui dentro uma menina descobre o evangelho aqui dentro, começa a participar de cultos religiosos e quer se batizar. Mas, não é o lugar aqui dentro, pra ela se batizar. Ela tem que se batizar lá fora! Lá fora é que ela vai fazer de fato as escolhas dela. As escolhas não têm que estar vinculadas à uma instituição. As escolhas são para a vida! Então, por exemplo, se ela gosta de meninas, né, ela pode até ter despertado

47 Expressão utilizada por funcionários para se referirem ao caso em que duas adolescentes receberam medidas socioeducativas pela mesma ocorrência policial.

48 Afirmação que apareceu em todas as falas de funcionários da unidade Parada de Taipas, quando perguntados sobre a existência de relações afetivo-sexuais entre as adolescentes.

isso aqui dentro, mas é lá fora que ela vai ter direito à escolha, a vida dela, se é realmente o que ela quer pra vida dela.

Em Porto Alegre, onde o tabu sobre sexualidade pareceu mais evidente, ao mencionarmos o tema da educação sexual, as adolescentes falaram que não existe este diálogo, ainda que a maioria delas já tenha tido alguma forma de relação sexual. A jovem A5 diz que “não falam sobre o assuntos sexuais, não pode”. No caso específico dessa adolescente, seria bem importante que tivesse havido algum diálogo, já que uma adolescente relatou ter tido “relação sexual chapada e bêbada”, quando saiu no final de semana.

Outras duas adolescentes, A1 e A3, também falaram de abusos sexuais sofridos, uma pelo tio e outra pelo padrasto, mas não relataram um trabalho da equipe técnica em relação aos acontecimentos.

Curioso notar, por fim, que a noção de “figura paterna” é muito comum nas interpretações dos funcionários sobre a vida desviante das meninas. Segundo o funcionário F5, da Chiquinha Gonzaga, ao ser questionado sobre a presença de homens na unidade, ele disse que muitas meninas não têm pai ou, se têm, possuem problemas com eles. Esses problemas seriam ligados a alcoolismo, violência doméstica, ou abandono. Disso decorre que a elas teria faltado uma boa representação de autoridade masculina, algo que elas encontrariam ali.

Já o funcionário F6, da casa Parada de Taipas, foi mais cuidadoso com esse discurso, ao dizer que a presença de homens na unidade se justifica porque elas podem entrar em contato com outro tipo de masculinidade que não é aquela opressora que elas encontram lá fora, mas uma que também tem papel de cuidado, já que, entre algumas adolescentes e funcionários, há vínculos de amizade.

Ainda em São Paulo funcionários homens e mulheres são chamados de senhor e senhora, respectivamente. Nos casos em que as adolescentes desenvolvem algum tipo de afinidade, as adolescentes podem chamá-los de mãe/mãezinha, vó e vô. Entre os funcionários que ocupam o cargo de agente de apoio, há certa divisão do trabalho, em que as funcionárias do sexo feminino são geralmente responsáveis pelas tarefas de cuidado e orientação, e os agentes de apoio masculinos cumprem o papel de vigilância do lugar. No caso do Rio Grande do Sul, assim como em Pernambuco, as meninas devem chamar os funcionários de “tio” e “tia”, inclusive a diretora da unidade.

No Distrito Federal, os funcionários homens apenas fazem escolta nas atividades de esportes e lazer fora dos pavilhões onde ficam os quartos das adolescentes.

Por fim, essa ideia de que a sexualidade deve ficar suspensa é a mesma que perpassa no discurso institucional para tratar os casos de adolescentes com identidade de gênero masculina. Assim que, apesar de terem seu sexo biológico identificado pela classe médica como feminino, elas não se identificam com o corpo e se auto identificam como pertencentes ao gênero oposto⁴⁹.

A disciplina imposta, direta e indiretamente, anula o que pode ser externalizado da subjetividade das adolescentes. As personalidades, os questionamentos, as vontades, de certa forma, permanecem, mas não podem ser expostos. Sequer a roupa dada pela Unidade pode ser minimamente adaptada em praticamente todas as unidades, exceto no caso de Pernambuco.

Em São Paulo e no Pará, as músicas que a maioria das meninas mencionou gostar, como rap e funk, também são proibidas. O que é diferente em Pernambuco, onde todas as músicas, marcadamente desejadas pela maioria, em estilo brega, são autorizadas.

As cartas trocadas com familiares e amigos são todas lidas. Não há qualquer espaço para guardar suas próprias coisas, pois, afinal, não há “suas coisas”, exceto em Pernambuco, em velhos e pequenos armários, cujas chaves são providenciadas pelas famílias das adolescentes, guardam poucas coisas.

Algumas mencionaram que sequer se olham no espelho, por preferirem não ver o estado de sua pele, seu cabelo e seu rosto sem os cuidados desejados.

O contato com o “mundão” e, de certa forma, com as suas características anteriores à internação, reduz-se às visitas e aos telefonemas para familiares, que às vezes são permitidos.

B. O trabalho com adolescentes do sexo feminino

Em geral, todos os funcionários declararam que existem diferenças entre trabalhar com adolescentes do sexo feminino e adolescentes do sexo masculino, inclusive muitos já tinham tido a experiência de trabalhar com ambos os gêneros, na mesma situação de privação de liberdade, possibilitando uma percepção mais acurada dessas diferenças. Interessante é ver sendo reproduzidos estereótipos comuns da mulher desviante: dissimuladas, passionais e frágeis, características que a própria criminologia feminista identificou nos estudos criminológicos elaborados por homens, sobre homens e para homens.

⁴⁹ Identidade de gênero e orientação sexual são categorias que designam condições diferentes. Enquanto a primeira geralmente se refere à auto identificação entre o gênero masculino e feminino – podendo ainda não se identificar com nenhum desses como as pessoas trans* –, a segunda se refere à possibilidade de exercício da sexualidade com outra pessoa, podendo ser homossexual, bissexual, heterossexual ou mesmo assexual.

Existe a percepção, por parte dos funcionários, de que as adolescentes têm um histórico de maior vulnerabilidade do que os adolescentes do sexo masculino. Elas, com maior frequência, são vítimas de todos os tipos de violência – física, doméstica, sexual.

É totalmente diferente dos meninos em comparação. Trabalhar com mulher é assim, as meninas, elas estão numa condição muito mais desfavorável do que os menino [...] Boa parte delas sofreu violência de toda ordem, boa parte na minha pesquisa, na ocasião, era assim 80%. Violência doméstica, violência de rua, violência sexual [...] As meninas eram mais discriminadas até dentro da própria fundação (FEMININO F3 – SP).

[...] infelizmente, saí marcada por uma fala De uma funcionária dita durante a reunião: 'Nós esperamos receber adolescentes "Maria Mãe de Deus", mas elas estão mais para "Maria Madalena" com modelos dicotômicos que perpassam gerações. (Diário de campo – pesquisadora DF)

Chama a atenção a observação de que as Unidades de Internação, muitas vezes, reproduzem no seu funcionamento essa diferença no tratamento entre adolescentes do sexo masculino e feminino, de forma desfavorável a elas, seja nas atividades oferecidas, no número e localização das Unidades, na falta de visitas íntimas.

Um ponto em comum nos relatos, presentes em todas as regiões, é a percepção de que as adolescentes expressam mais os seus sentimentos, são mais emotivas e afetivas e formam uma rede de relacionamentos mais complexa entre elas (mesmo que em alguns casos isso não seja permitido pelos técnicos) e em relação aos funcionários. Dessa forma, o atendimento e o trabalho com as adolescentes seria mais complexo, demandando mais dos profissionais que além do trabalho técnico, precisam lidar com todas essas emoções e sentimentos.

E a menina, não, né, acho que tem suas peculiaridades, elas já conversam mais, elas já trazem mais, algumas tem interesse de pensar alguns de seus conflitos, né, além da medida socioeducativa, então é muito mais detalhado (FEMININO RS – F2).

As meninas elas têm um problema, problemas assim eu digo que são problemas muito mais psicológicos do que mesmo de violência, de histórico de criminalidade delas. Elas têm os problemas delas com os namorados, com as meninas que estão com elas ali, são problemas de convivência que eu acho que são muito mais desafiadores com as meninas do que com os meninos (FEMININO, BSB – F2).

Um contraponto frequente nos relatos das diferenças entre o trabalho com os adolescentes de gêneros distintos é que, apesar de mais violentos, os adolescentes seriam mais respeitosos e fáceis de lidar no dia a dia, por serem mais objetivos e menos emocionais. Enquanto as adolescentes são menos violentas, mais abertas, afetuosas, porém mais contestadoras, até desrespeitosas e, no dia a dia, mais difíceis de trabalhar.

F1 – SP: Aqui em São Paulo que é a UIP. As meninas elas são, é... Desconfiadas na provisória, porque, assim, eu acho que essa questão de: "ai, de... não, eu vou contar um caso pra advoga e ela vai falar pra o juiz e aí minha situação vai piorar..." Então nessa questão de desconfiança... Mesmo com a parte jurídica mesmo, defensor público... Elas são assim! Os meninos não. Eles são mais... É assim: "ó, aconteceram várias coisas... é, o que é que eu vou fazer? Aconteceu isso, isso e isso..." Em compensação

na internação as meninas elas são muito mais afetivas. Eu vou atender as meninas elas já chegam chorando. “Senhora, você não me chamou a semana passada... Eu achei que eu não tava de conclusivo” Então é diferente a parte emocional, assim.

F9 (PE) – Os meninos respeitam mais os técnicos, eles têm mais respeito, eu vejo isso pelas audiências quando a gente vai, porque menino no corredor eles quando olham pro técnico, eles num olham diretamente pra gente, eles baixam a cabeça, olham pra parede, se você pedir pra ele olhar ele olha, as meninas não, enfrentam, vão, batem de corpo com você, elas não respeitam ninguém. Elas chamam quando elas querem chamar palavrão elas chamam, os meninos não, apesar de ter uma regra entre elas que não pode desrespeitar os técnicos e os agentes e a direção, mas todas desrespeitam quando estão estressadas, todas sem exceção. Muito raro uma adolescente não, quando tá estressada não chamar palavrão os meninos eles têm um maior respeito pelos técnicos, isso aí, sem sombra de dúvida é bem diferente. (FEMININO)

F10 (PE) – Num é assim querendo botar defeito não, mas assim pra mim como os menino foi melhor porque, não butando as menina pra trás, não é falando delas, mas é porque eles respeitam mais, eles respeitavam mais, obedece. (FEMININO)

F7 (PE) – Os meninos respeita mais a gente né? quando a gente fala eles respeitam mais, as meninas num respeita, elas fala alto grita e a gente tem que: falar com elas maleável né? pode esquentar a cabeça com elas de jeito nenhum. Com menino não, atende mais a gente os ômi (MASCULINO)

Sendo assim, o desafio central para os funcionários no trabalho com os adolescentes é a questão da segurança:

Assim, a questão de periculosidade eu vejo que elas é reduzida, comparada aos meninos, as meninas não. Porque, por exemplo, os meninos qualquer pedaço de ferro, qualquer coisa que eles encontram, eles vão usar para fazer uma arma ou contra a gente, contra o colega dele ou contra eles mesmos. As meninas não, elas, por exemplo, a gente teve casos aqui de meninos que depredaram a unidade para tirar ferro, e tal, no quarto das meninas você não vê isso, elas não fazem depredação, no máximo uma pichação. Elas não têm essa periculosidade toda (FEMININO BSB 1).

Apesar de serem mais violentos, seriam mais respeitosos e mais fáceis de lidar no dia a dia, conforme exposto acima:

A experiência que eu tenho com os dois gêneros eu posso fazer um paralelo muito mais tranquilo trabalhar com menino, embora as infrações sejam assim né, sejam denotadas mais graves do que elas em alguns momentos mas assim, é bem mais tranquilo; eles são muito mais respeitosos (FEMININO PE 1).

Os adolescentes são ainda menos emotivos, mais objetivos no seu trato com o corpo técnico:

E o menino, percebendo por essa minha experiência, ele é mais direto, assim, ele chega no atendimento e ele quer saber da audiência dele, ele quer saber da ligação dele, da visita dele e pronto, né? (FEMININO RS2).

As adolescentes, apesar de menos violentas, são mais contestadoras. Segundo os entrevistados, têm dificuldade de aceitar a hierarquia que lhes é imposta na unidade e, com mais frequência que os adolescentes, adotam uma postura de insubordinação em relação ao corpo técnico.

Tipo, o material de risco que é o grande diferencial; tem a questão do gênero, o fato das meninas não terem o mesmo tipo de relação que os meninos têm com a gente – porque eles têm uma certa, talvez seja exagero a palavra idolatria, mas tem aquela coisa da “dona”, de te preservar, e as meninas não têm isso, elas batem de frente contigo, elas questionam tudo. Elas são mais cansativas, assim, nesse sentido de contestar. Os meninos contestam, se eles têm uma recusa não tem essa de ficar, eles têm uma liderança, o que é mais... os guris funcionam em pirâmide, eu tenha essa filosofia que o guris funcionam em pirâmide e as gurias funcionam em círculo, as coisas giram entre elas, elas não conseguem fazer uma liderança. Esse é o desafio (FEMININO RS – F1).

As meninas têm um negócio interessante que é a questão do, da liberação da saída um, assim, por exemplo, de uma saída especial, pra elas é mais complicado elas terem ou de elas terem uma saída sistemática do que os meninos, por causa da questão do comportamento, desacato com os agentes é muito maior, essa questão de briga entre elas, desacato com os agentes, com os enfermeiros [...] Elas são desrespeitosas, bastante, elas peitam a gente (FEMININO, BSB – F1).

Para algumas funcionárias, esse comportamento mais contestador das adolescentes seria decorrente de uma necessidade de disputa que, para elas, é inerente ao gênero feminino, demonstrando mais uma vez coadunarem com um sistema patriarcal que enxerga na mulher algumas características pejorativas. Uma disputa desencadeada pela vaidade, pela inveja que essas garotas sentem das mulheres que trabalham com elas, que estariam em outro patamar, por poderem se vestir de uma forma melhor e por andarem mais arrumadas.

Embora as infrações sejam assim né, sejam denotadas mais graves do que elas [...] em alguns momentos mas assim:: é bem mais tranquilo. Eles são muito mais respeitosos, muito mais respeitosos [...] não tem essa situação, porque assim elas entendem veem a gente como mulher que disputa, né? mulher com mulher é uma coisa meio complexa, né? [...] eu acho que assim: como mulheres, só com mulheres eu não vejo isso com os meninos, entendesse? Eu não consigo ver isso com os meninos, mas eu percebo com as meninas. [...] Elas tão numa situação inferior a nossa, né? Se a gente levar em consideração, então assim elas gostam muito elas costumam falar quando gente vem buscar para uma intervenção: ah, tu vai embora? tu vai embora? Ah porque tu tem uma roupa assim? Eu vejo isso que elas tão numa situação diferenciada da gente, inferiorizada e não podem ter o que a gente tem ou a vida que a gente vive (FEMININO PE – F4).

De acordo com os funcionários do gênero masculino, no que concerne à sua relação com as internas, as adolescentes costumam adotar, em um primeiro momento, um comportamento de maior desconfiança, decorrente das experiências anteriores destas com as figuras masculinas, que, muitas vezes, é a figura do agressor.

Agora com relação a esse universo feminino é evidentemente diferente. O que chocou no princípio é, foi a carência, né, a falta delas compreenderem nessa figura do homem que necessariamente não é sempre violento, não é sempre o agressor, e elas tiveram não resistência a mim, mas eu senti isso, essa dificuldade que elas têm em relação a esse universo masculino (MASCULINO SP1).

Uma adolescente no Distrito Federal abordou esse tema e interpretou por qual motivo os funcionários costumam relatar dificuldade em trabalhar com elas:

A8 – Ninguém gosta do nosso módulo. Ninguém gosta de trabalhar aqui. Porque os meninos abaixam a cabeça. Os meninos apanham calado. As meninas não apanham calada, entendeu? Por isso que eles não gostam de trabalhar com a gente.

De acordo com os entrevistados, as adolescentes apresentam, em geral, um comportamento mais aberto sobre os seus sentimentos, ou seja, expressam mais o que sentem. Essa maior abertura das adolescentes é vista como uma possibilidade para se trabalhar de forma mais profunda as questões mais pessoais. Além disso, os relacionamentos estabelecidos entre as adolescentes e os funcionários seriam mais afetuosos, quando comparados com o dos adolescentes do sexo masculino, que teriam uma postura mais objetiva.

O trabalho com a menina é mais, ahn, detalhado, assim, me parece, sabe? Eu tenho um comparativo com esses seis meses que eu trabalhei no Carlos Santos, né? E o menino, percebendo por essa minha experiência, ele é mais direto, assim. Ele chega no atendimento e ele quer saber da audiência dele, ele quer saber da ligação dele, da visita dele e pronto, né? Não me pareceu ainda mais da internação provisória, pode ser que nas outras casas seja diferente. Mas não me pareceu assim muito aberto pra tratar mais, pra falar mais, pra explorar mais, sobre si, sobre as questões, né? E a menina não, né? E a menina, não, né, acho que tem suas peculiaridades, elas já conversam mais, elas já trazem mais, algumas tem interesse de pensar alguns de seus conflitos, né, além da medida socioeducativa, então é muito mais detalhado (FEMININO RS – F2).

Em compensação na internação as meninas elas são muito mais afetivas. Eu vou atender as meninas elas já chegam chorando. “Senhora, você não me chamou a semana passada... Eu achei que eu não tava de conclusivo” Então é diferente a parte emocional, assim (FEMININO SP – F2).

Interessante que, em relação à orientação sexual, apareceram falas no sentido de que as meninas são mais tolerantes:

F – Outro fator é que as meninas não têm preconceito quanto a questão de gênero. Se ela gosta de menino, gosta de menina, e não tem preconceito. Com menino não. Num centro masculino um menino que gosta de menino, ele necessariamente vai ser agredido se os outros meninos descobrirem. (SP – FEMININO)

Os funcionários ainda comentam que as meninas são mais passionais, lidam com as situações do dia a dia de forma explosiva:

Os meninos, eles resolvem as diferenças deles de maneira mais fácil, as meninas elas são mais, não sei se é mais passionais, esse é o grande problema, assim a grande diferença que eu vi, percebi de diferença. [...] Mas o trabalho social que a gente faz aqui é esse, lá a gente conversava muito com os meninos, conversava, tentava aconselhar, conversava com as famílias quando elas iam nas visitas. Com as meninas, além de tudo isso, a gente tem que solucionar pequenos problemas do dia a dia. [...] O apoio que a gente tem mesmo é das experiências nossas aqui e de um apoio assim, se a gente precisa de uma decisão prática que a gente não pode tomar aqui em consenso entre nós, aí já é da direção da unidade, aí a gente segue as regras, mas para a resolução de conflitos mesmo é aquilo que a gente se preparou para trabalhar aqui, estudou, da vivência da gente mesmo, porque capacitação eu devo dizer que o governo e a estrutura que a gente trabalha hoje não oferece essa capacitação, nem para área de segurança, nem para a área social (FEMININO, BSB – F2).

F – As meninas são extremamente afetivas e elas gostam de colocar essa afetividade em prática. Isso quer dizer que se ela gosta de você, ela gosta, ela vai te abraçar, vai te mandar beijo, e isso não tem a ver com a expressão sexual. [...] Em contrapartida o menino não. Ele tem uma questão de respeito de limite de espaço. Ele é mais individualista, ele... Como posso dizer... Menino é mais machista. Literalmente, pois ele não pode expressar os sentimentos dele. Então, por exemplo, se ele tem uma dificuldade e ele quer chorar, ela vai segurar. [...] Se elas não gostam de você também expressão muito bem. Elas grudam no seu cabelo, ela é agressiva, ela xinga, ela ofende. Então, por exemplo, de repente o funcionário disse que

ela não pode entrar naquele local [...] ela fala que vai entrar de qualquer jeito e que não tem homem que vai fazer ela, tirar ela dali. Então o funcionário vai tirar ela dali, daquele espaço. Então ela agride verbalmente você. Você é um “grogj”... E ela mexe com os conteúdos das pessoas. Entendeu?! Então ela ofende, agride, ou vai direto e puxa o cabelo e arranha... Então é muito mais extremo as emoções.

Falta suporte psicológico para nós mesmos, uma supervisão e um acompanhamento para essas situações que a gente tem de dificuldade, de crise. É difícil lidar com tantas emoções, a menina te traz, te exige muito mais nesse sentido, porque as mazelas são muito mais intensas, piores, parecem que tudo é em grau muito mais intenso, parece não é, com a experiência que eu tenho, tenho ao mesmo tempo de menino e menina, os meninos quando eles se sentem mal, eles geralmente explodem, eles se colocam, a mulher ela sofre muito mais, ela carrega esse sofrimento, joga com esse sentimento... porque ela se utiliza dessa miséria da vida dela para jogar com você e você precisa voltar para ela com o que ela já conquistou (FEMININO SP – F3).

Eu acho que nós, que trabalhamos aqui, os profissionais, nós precisamos tá bastante atualizados, né, estar com a nossa vida pessoal com uma boa qualidade de vida. De maneira que a gente possa chegar aqui e suportar que a adolescente vai projetar na gente um monte de dificuldade sem que isso mexa com a gente, de maneira que a gente retorne para a adolescente isso tudo que ela depositou na gente, devolva pra ela e deixe ela desorganizada, eu acho que assim, capacitações, né, de boa qualidade, né? Não capacitações para cumprir porque se pede, mas capacitações que de fato ajudem com que a gente, todos que trabalham aqui entendam o que que é a adolescência, como é que funciona, que as pessoas pudessem ter, então, essa qualidade de vida, para identificar as suas dificuldades e ver até que ponto não são as suas dificuldades que estão interferindo ali naquela relação (FEMININO RS – F4).

Apesar de o trabalho com os adolescentes, em praticamente todas as falas, ter sido ressaltado como mais fácil do que com elas, em termos de segurança, consideram ser mais fácil trabalhar com as meninas. Segundo eles, em unidades de meninos o clima de tensão é bem maior entre os adolescentes e os funcionários, e as ameaças por parte dos adolescentes são constantes.

F – Quando é uma situação de briga entre dois meninos, e é uma casa masculina, vira coisa de gangue. Quando é uma casa feminina e duas meninas brigam, as outras dão dois berrinhos e acabou. Então, apesar delas serem muito próximas umas das outras, elas não fazem blocos para briga. (SP – F)

As meninas também entendem haver diferenças entre unidades femininas e masculinas. Em São Paulo, a maior parte delas disse que se a unidade fosse de meninos elas imaginariam que seria diferente: haveria menos brigas entre elas, haveria mais “postura” e menos abusos violentos por parte dos funcionários, e aqui reside a reclamação de que meninas são “mal-educadas” e “faltam com respeito”.

Disseram ainda que haveria mais higiene, e muitas utilizaram o termo “porquice” para caracterizar que a menina seria mais “suja” que o menino, principalmente, relacionando essa “sujeira” com a menstruação.

P – E se aqui fosse uma instituição de meninos, o que você acha que seria diferente?

A7 (SP) – Tudo. Menino tem proceder, as meninas não. É tudo bagunçado.

P – Queria saber a diferença...

A7 (SP) – Porque os meninos têm higiene, as meninas não. E ó que é mulher. Os meninos respeitam o outro, as meninas não respeita. Na hora de dormir, os meninos respeita, faz um silêncio, as meninas não faz. Tudo as meninas querem bagunçar. Na quadra uma quer pegar a outra. Na dos meninos não tem essa.

P – Se aqui fosse uma instituição de meninos ao invés de meninas, o que você acha que seria diferente?

A2 (SP) – Tudo.

P – Tudo?

A2 (SP) – Tudo.

P – Me fala um pouquinho

A2 (SP) – Ah ia ter mais disciplina eu acho né? Ia ser mais diferente, tudo diferente. Porque aqui tem umas lancheiras sabe? Uns negócios muito diferente.

P – Como assim?

A2 (SP) – É porque todo mundo fala né que na de menino é mais limpo, é mais respeito, eles não saem xingando, nada disso e aqui já é assim: é desrespeito total, é muita gíria e nos menino não é assim né? Todo mundo fala né? Que não é assim.

P – Uhum...

A2 (SP) – Aqui todo mundo xinga, todo mundo fala, responde, tem as porquices das menina ali né?

P – Que porquices? Me conta.

A2 (SP) – Um as nojeiras das meninas, deixar coisa aberta no banheiro.

P – Ah tá.

A2 (SP) – Essas porquices delas.

P – Você acha que só isso seria diferente?

A2 (SP) – Só. Eu acho que eles iam trata diferente também né? Nós eles não ia ser tão rígido assim eles ia conversa...

P – Você acha que com os meninos eles são menos rígidos?

A2 (SP) – São.

O curioso é que as adolescentes nunca passaram por uma unidade de internação masculina para saber a diferença.

No Distrito Federal, o discurso das adolescentes foi um pouco diferente. Ao falarem das possíveis diferenças entre unidades femininas e masculinas, ressaltaram a desigualdade de tratamento que, segundo elas, é marcante. A Unidade de Santa Maria é mista, a única nesta condição visitada durante a pesquisa. Não conversamos com os meninos e não acompanhamos o modo de cumprimento da medida socioeducativa por parte deles. Porém, na fala das garotas, há constantemente uma reclamação sobre a desigualdade de tratamento entre elas e eles. Todas, praticamente, falam que os meninos têm mais regalias, que têm mais direitos, que fazem o que querem. Evidentemente, essa é uma percepção construída a partir de suas trajetórias dentro da unidade, suas vivências e de suas observações.

Para as meninas, os rapazes têm direito à visita íntima, têm mais opções de lazer, porque vão mais à quadra poliesportiva, podem vestir roupas coloridas – ao passo que elas somente utilizam vestimentas brancas –, recebem com mais frequência benefícios como saída temporária etc.

Em dezembro de 2013, por exemplo, eclodiu um movimento das meninas, ao qual todas referiram e, segundo elas, a causa era exatamente o fato de a juíza ter concedido o benefício de saída de natal para vários meninos e negado a todas as meninas. Na fala das adolescentes, isso aparece:

A7 (DF) – [...] todo mundo tava preso dia de natal [...] aí não chegou autorização de saída pras meninas, a juíza só tinha chamado os meninos pra audiência e nenhuma menina foi chamada. Aí a gente se revoltou.

A1 (DF) – Porque, na verdade, a gente tá num lugar, que tipo, a gente se sente um peixe fora da água, porque é uma unidade masculina, entendeu? Fica mais difícil pra gente. O certo era ter uma unidade só para mulheres, entendeu? Porque aqui a gente não tem direito nenhum. Tudo é eles. Como é que eu vou dizer... tipo, os meninos tão na vantagem, eles estão em primeiro lugar. Eles podem receber as mulheres, a gente não pode. Eles podem visitar os familiares, a gente não pode. A gente não tem direito de estudar com eles. Como é que vai ressocializar separando menino de menina? Só que lá fora tá todo mundo junto.

Em todas as unidades visitadas as adolescentes são corresponsáveis pela realização das tarefas de limpeza, alimentação e outras que ordinariamente são consideradas como domésticas. Cada adolescente costuma integrar uma equipe nas tarefas durante a semana e sabe qual é o seu dia a partir do quadro organizado pela equipe técnica e disponibilizado para elas.

Em Pernambuco, as adolescentes costumavam dizer, ao mencionar unidade masculina, que se “lá não fizesse, botava a casa pra baixo, aqui não! Queima logo o colchão. As meninas não fazem nada!” (A13 – PE)

É interessante mencionar que, um dia após a entrevista em que a adolescente reclamava a falta de visita íntima, comparando com a unidade masculina, ela mesma iniciou um movimento na unidade e queimou colchões, reclamando sobre a superlotação.

9

Como os funcionários veem as meninas?

As adolescentes, segundo os funcionários das unidades, possuem os mais variados perfis, classes sociais, graus de instrução e estruturas familiares, mas todas apresentariam algum grau de fragilidade. Além disso, apesar de toda essa diversidade, para os funcionários, a maior parte das meninas vêm de lugares de grande vulnerabilidade, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto da estrutura familiar. Todo esse contexto faz com que grande parte desses funcionários considere-as também como vítimas da sociedade.

[...] porque nós temos aqui de todos os tipos de pessoas, todos. Pessoas que vieram de famílias com condições financeiras, pessoas que num tinham a menor condição financeira, miseráveis que se alimentam porque tão aqui, porque se voltar pra rua não tem nem o que comer. Assim, então assim, há uma complexidade de personalidades aqui, mas todas elas têm algum nível de fragilidade [...] algumas que são vítimas da própria sociedade, do próprio contexto (MASCULINO F5 – PE).

A carência das adolescentes não se restringe às questões socioeconômicas. Segundo os funcionários, elas sofrem também pela carência emocional. Um dado observado por eles é o número muito menor de visitas recebidas pelas internas, quando comparadas aos adolescentes das unidades de internação masculina, revelando um apoio menor das famílias para as adolescentes durante a internação.

Ah, é uma carência muito grande. Carência... Familiar, é uma carência emocional... Essa questão de muitas vezes, né? Isso você pode perceber até entre as próprias meninas mesmo, a questão da homossexualidade nos centros. É uma coisa que é... Elas lidam de forma mais tranquila que os meninos. Os meninos não aceitam de jeito nenhum. A própria carência afetiva que as meninas tem, né? E assim, eu acho que por conta disso, tem algumas meninas que até dá a impressão que elas não querem sair, porque se elas saírem, elas sabem que quando elas saírem elas vão ter um mundo diferente do que é a fundação. O mundo lá fora. Às vezes vão voltar pra o mesmo lugar que tava, com as mesmas pessoas que estavam e tem menina que fala assim "Ah, eu não sei se vou conseguir me segurar...!" (FEMININO SP).

Eu até, uma coisa que eu me surpreendo até hoje, como elas recebem pouca visita, né, e os meninos era assim muita visita, né que vinha, tal. Então assim, mas assim, quando vem é muito mais mãe mesmo, né, do que pai, minoria que tem pai, quando tem pai (FEMININO SP).

A influência desse fator ambiental, ou seja, do local de origem dessas adolescentes, é relatada em várias entrevistas e, além das vulnerabilidades socioeconômicas, os funcionários observam que elas sofrem com uma falta de referências positiva e assumem como referência pessoas que estão envolvidas com atividades ilícitas, seguindo-as nesse caminho.

Eu acho que uma parte importante que determinou o ingresso delas aqui, não de todas, mas de uma parte significativa, foram os recursos da comunidade insuficientes para a juventude, entendeu? Então assim, ao invés de elas terem uma liderança interessante que pudesse conversar, botar argumentos, se comunicar, não tem isso. Os recursos que existem eles são muito pouco capacitados para se comunicar com o adolescente. E aí quem sobra são as pessoas da comunidade, que em geral é uma comunidade bem pobre. E aí são referências de pessoas que tem algum envolvimento com ilícito, né? E uso de drogas como uma forma de alívio (FEMININO RS).

Aliada a essa falta de referências positivas, outro aspecto pontuado pelos funcionários e que pode ser considerado como um resultado de todos os anteriores é a baixa autoestima dessas adolescentes.

Cada uma que entra, entra porque a autoestima está lá embaixo, ela não se acha capaz de fazer nada melhor do que aquilo que estava na mão para ela fazer. Então o meu trabalho é tentar resgatar essa pessoa, quem eu sou, num pouco tempo que a gente tem, sem a intenção de tentar mudar ninguém, a gente não muda ninguém, você sabe disso. A minha ideia é tentar descobrir aonde está o ponto de estrangulamento, a vulnerabilidade maior e ajudar ela a perceber isso e se sentir um pouco mais segura de si, pra dizer não para o crime, não para as tragédias pessoais, não se deixar levar (FEMININO SP).

Além disso, para alguns funcionários, essas adolescentes têm uma inversão de valores, no sentido de que muitas vezes cometeram o ato infracional motivadas pelo desejo de possuir bens materiais, ou seja, pelo consumismo. A prática de atos ilícitos seria o meio mais rápido para conseguir realizar os seus desejos de consumo. Ao mesmo tempo, os trabalhos formais para os quais elas estariam qualificadas e que poderiam ser uma alternativa para conseguirem o que querem, são pouco atrativos para as adolescentes, visto que o retorno financeiro é muito menor e demanda um esforço maior da parte delas.

Os valores delas, a continuação. Elas têm valores muito invertidos. E não é uma questão de certo, é de saber que tá fazendo errado. Eu acho que é isso que faz com que poucos socioeducadores reconheçam. Enquanto tu ficar na tecla de que a guria é do mal, e que tu não entender que os valores delas são

esses, tu não vai... A dificuldade é essa, por exemplo, já aconteceu várias vezes, eu pegar a guria pelo braço, “vamos largar currículo e vamos atrás de emprego pra ti numa agência de emprego”, aí a menina descobre que ela vai trabalhar todo o mês inteiro e vai ganhar seiscentos e cinquenta reais, ela não quer, porque ela sabe que duas semanas, uma semana de tráfico ela tira mais do que isso. Então, a dificuldade é a inversão de valores (FEMININO, RS).

Apesar de estarem em uma situação de internação, muitos funcionários declararam que as adolescentes não são, em sua maioria, violentas e, da forma como eles relatam, o envolvimento com a prática do ato ilícito seria circunstancial, agiriam muitas vezes influenciadas por seus companheiros.

A maioria das meninas não é envolvida no crime, a maioria é meio laranja, entrou por causa do namorado, entrou porque dava dinheiro em muito interior aqui. Então assim elas falam, via as moças na porta buscar de carro, as meninas andavam com as roupas super bonitas, daí elas me convidaram e eu fui por que eu queria as mesmas coisas. A maioria é por consumismo, o desejo de ter coisas (FEMININO, SP – F2).

As meninas o que a gente percebe é elas são usadas, ela quase nunca vem sozinha, quase nunca elas estão no B.O. sozinhas, elas quase sempre estão acompanhadas por um maior ou com um namorado, muitas são com o namorado, pelas próprias pessoas da família às vezes, já têm outras pessoas que estão complicadas com o tráfico (FEMININO, SP-F4).

Existe ainda o relato de adolescentes que são dependentes químicas e outras que sofrem com transtornos psiquiátricos, mas, segundo os entrevistados, essas seriam minoria. Algumas unidades contam com médicos psiquiatras para prestar atendimento às adolescentes, mas em outros locais, elas são encaminhadas aos serviços públicos disponíveis no município.

Na verdade assim, o que eu posso perceber bastante é que a gente tem um problema de base estrutural mesmo. É um pouco óbvio isso que eu vou dizer, mas os meninos que eu atendo... Tem pessoas que falam assim: “ai, mas...” porque eles são ruins. Não é essa a questão! Você tem um ou outro que tem uma é... problema de, assim, psicopatia, algumas questões, mas são um número muito reduzido. A grande maioria deles é questão da própria adolescência e do meio em que vive (FEMININO SP-F2).

Tem muita guria com uma psicopatia grave que são meio positivas dentro da, ahn, institucionalmente assim. São as mais organizadas, são as mais perfeccionistas. [As de desvio de conduta, elas têm, tu diz que separou as do tráfico, as de desvio de conduta e as do crack. As de desvio de conduta são as que têm alguma psicopatia?] É, normalmente elas têm um traço de bipolaridade mais claro, a gente já teve gurias com traços esquizofrênicos, são meninas assim... não que necessariamente elas vão ser mais frias, elas têm uma, eu não sei se o termo certo seria uma psicose ou traços psicóticos, mas a olhos vistos, assim, a postura delas (FEMININO RS-F1).

Chama a atenção na fala dos funcionários o fato de eles sempre se referirem às internas como meninas, apesar de elas, por uma questão etária, não serem mais consideradas crianças. Esse tratamento revela um pouco essa visão de que as internas, do ponto de vista da maturidade emocional, na visão deles, estão muito infantilizadas.

São crianças, às vezes assim com picos de ingenuidade com relação às falas e solicitações, são meninas que vivem, elas são presas e condicionadas não à grade e à prisão, mas ao sistema. São meninas presas a essa questão do consumismo [...] A diferença é a base, são meninas que esse histórico de violência e de ser fora da lei é comum, né que também é uma descrição, elas vêm desse meio (MASCULINO SP –1).

Sendo assim, o que podemos depreender é que, para os funcionários, as internas são crianças, com graus de fragilidade diversos, com repercussões na sua autoestima. São vítimas de um contexto social, econômico, familiar, que as levou a cometer o ato infracional. Nesse sentido, na visão dos funcionários, a prática do ato não resulta da personalidade violenta dessas adolescentes, mas de circunstâncias externas que se fossem diferentes, melhores, elas provavelmente não teriam transgredido a lei. Ainda dentro desse raciocínio, como veremos mais à frente, uma das grandes dificuldades apontadas por eles, para a ressocialização das internas, é o fato de, após o cumprimento da medida, elas voltarem para a mesma situação anterior, ou seja, para contextos sociais vulneráveis.

10

A percepção da medida pelas adolescentes e pelos funcionários

As adolescentes identificam a medida socioeducativa como uma punição e, inclusive, referem-se muitas vezes às unidades como “cadeia” ou “prisão”; falam ainda em “tirar a pena” ou “ficar no tranca”.

A11 (DF) – Segura eu me sinto porque nós tá na prisão, né? Aqui é segurança máxima. [...] Acha que a internação é melhor? Acha que a pessoa vai sair melhor daqui? Mas não, a pessoa sai mais revoltada daqui. Porque não tem atividade, não tem coisa pra ocupar a mente. Acha que vai ocupar a gente aqui dentro trancada, (inaudível), escutando desaforo de agente, vai melhor nossa situação? Vai piorar. [...] Tendo estudo, tendo curso, tendo essas coisas a gente vai se soltando, aí se interessa

Aliás, também os funcionários, vez por outra, falam de prisão ou simplesmente externam opiniões como: “aqui não deixa de ser um pouco do sistema prisional” (F5 – PE)

A percepção punitiva é materializada na fixação da ideia de sair da unidade. Por essa razão, elas acompanham as datas exatas de entrega de relatórios, ficam ansiosas e estressadas com a demora do retorno. Referindo-se às férias da magistrada uma adolescente frisa:

A11 (PE) – aAí tava esperando ela chegar, aí ela chegou agora dia 6. Aí desceram meu relatório no dia 6. Aí ficou quantos dias? Ficou se, seis dia pra depois fazer meu relatório, seis dias depois do meu relatório pra fazer, aí depois fizeram, aí no dia 6 que eu tô esperando resposta, já faz quatro dia.

Compreendem, no geral, que a medida não muda a vida delas ou das demais adolescentes:

A12 (PE): [...] aqui dentro não ajuda a mudar ninguém porque mistura as meninas não querem mudar (aí vai um) você fica pior e ainda por cima quando sai não tem sua família não tem aquela estrutura pra tentar você sai e não tem (estudo) enfim (incompreensível) sei lá eu acho que isso aqui não adianta de nada não... Mas pra sociedade deve adiantá, porque tira aquela pessoa que fez uma infração né? e bota aqui tira por um momento de lá do meio deles de crescer num, não adianta não.

Muitas vezes, entendem que a medida que receberam é justa, embora rechacem efeitos positivos da internação:

P – Você acha que foi justo você ter vindo pra cá?

A1 (DF) – É, por um lado eu acho que eu procurei.

P – Você sabia o que estava fazendo?

A1 (DF) – Não, eu sabia que era errado, mas não tinha maturidade, consciência. Eu tenho refletido bastante sobre isso.

P – E você acha que essa medida está sendo adequada, ela está sendo boa pra você?

A1 (DF) – Não. Porque eu não posso me ressocializar, não posso fazer atividades, não tem atividade nenhuma aqui.. como a pessoa vai ressocializar trancada dentro de um quarto? Como vai ressocializar separando homem de mulher? Lá fora a gente vai ver homem.

Os funcionários têm opiniões diversas a respeito da medida. Foi observado que nos locais onde as unidades são mais estruturadas, nas quais existem mais recursos, as limitações apontadas pelos profissionais, na maior parte, são exteriores à medida. Por outro lado, nos locais com menos recursos estruturais e de atividades socioeducativas, ainda existe uma reivindicação para melhorar a assistência dada às adolescentes durante a internação.

No segundo grupo de funcionários, que consideram a ineficácia da medida uma questão de falta de estrutura, destacam-se as críticas às condições das unidades:

Uma casa com estrutura, com quartos com, quartos que ofereçam condições de (incompreensível) pra essas meninas, não sejam lugares insalubres, feito vocês [...] vocês já visitaram lá, vocês já presenciaram, tu acha que a gente se sente bem ao entrar nos quartos lá embaixo? vendo o que a gente vê? a estrutura dos quartos [...] (FEMININO, PE – F2).

A gente não tem uma estrutura que a gente diga que é adequada, nem pra parte de segurança, nem pra parte social delas. A gente não tem um pátio externo que tem uma área coberta com bancos, ou a gente tem uma coisa toda fechada que é esse pátio que nós temos aqui que tem as mesas ou nós temos um pátios que é simplesmente um quadrado coberto com cercas que elas nem ficam lá. Então eu vejo que não foi estudado, analisado as necessidades do dia a dia, as necessidades de segurança e necessidades dela de convivência (FEMININO, BSB – F2).

Outro problema das unidades de internação é a localização das unidades. As unidades, na maioria dos estados, estavam localizadas longe dos municípios de origem das adolescentes. Essa situação, segundo eles, acaba dificultando a participação da família no processo de ressocialização, além de causar um sofrimento a mais nas internas que passam mais tempo sem receber a visita dos familiares.

Bom, eu acho que uma das dificuldades que eu acho que com o tempo isso também... a gente recebe algumas meninas do interior, né, e eu imagino que se elas tivessem unidades próximas a casa delas, realmente ao espaço, ao meio em que elas vivem, isso facilitaria mais, porque tem diferenças, né. Eu mesma que venho do interior, a gente sabe que é diferente. Então, só que assim, o serviços especializados nas cidades menores, eles são mais escassos, né, até mesmo as próprias unidades da fundação, né (FEMININO SP – F1).

A distância entre os familiares é marcante nos sentimentos, conforme verificado no tópico de visitas e que se resume no relato: “todo dia eu choro que eu sou muito apegada a minha mãe e a meus irmão” (A6 – PE).

Os profissionais indicaram ainda como limites da medida a falta de atividades. Em algumas unidades, as atividades estão mais bem organizadas, mas, em outras, as internas passam muito tempo ociosas, o que aumenta o estado de ansiedade delas.

Tudo, tudo, oficinas pra ocupar o tempo dessas meninas, pra que ressocialize: cursos profissionalizantes pra capacitá-las pra quando elas voltarem pro mundo externo, ter uma profissão, não precisam fazer nada de errado, não tem umas não têm nada o que fazer ficam estressadas ficam, a maioria ficam muito ansiosas pra saber o dia que vem o relatório o dia que vai o PIA a demora de chegar uma resposta, isso deixa elas muito agitadas (FEMININO PE – F2).

As atividades que são, que são ofertadas não contempla, não contemplam todas. Elas passam muito tempo, muito, muito, boa parte do tempo ociosas e, e a finalidade mesmo de curso, de cursos profissionalizantes: aperfeiçoamento profissional. Tem escola, mas só escola, aí é, é oferecido as oficinas, algumas vão pras oficinas, mas até a parte profissionalizante, é muito falha, ainda não contemplam todas. Às vezes são ofertadas aqui vagas, mas num tem clientela, ou porque a menina não tem escolarização, ou porque não tem idade (MASCULINO PE – F1).

É muito difícil, 20 meninas jovens ficarem o tempo inteiro dentro de uma ala de uma casa ou módulo como quiserem chamar, sem nenhuma atividade. A gente às vezes fica criando assim situações – Ah vamos limpar o quarto, ah vamos ficar mais tempo no pátio, no banho de sol, se não tiver uma atividade, como eles estão fazendo hoje, que elas estão se arrumando. Então, a gente tem que ficar se mobilizando para que elas não tenham essa desocupação completa, passar o dia inteiro dormindo porque até porque à noite elas vão tá com mais energia e vai ser uma situação mais complicada para nós, até porque à noite a Unidade tem menos gente (FEMININO, BSB – F2).

As meninas partilham um pouco dessa percepção:

A12 (PE) – [...] porque aqui eles dizem que é uma medida sócio educativa mai num é e todo mundo sabe disso [...] eles querem dizer, mas todo mundo aqui sabe que não é, até o presidente da FUNASE, todo mundo sabe que num é não é [...] eu acho que isso aqui é uma perda de tempo pelo menos pra algumas pessoas, pra meninas que não tem uma boa estrutura familiar que passa fome enfim, aqui é até um lugar bom, como se fosse um abrigo, mai pra quem não precisa disso aqui não TEM nada que faça você crescer. Tem menina que entra aqui cum: tráfico ou roubo... saí daqui quando volta volta com homicídio, com isso isso e aquilo. Não muda e a maioria que vai, volta.

A expressão de uma adolescente é enfática nesse sentido:

A12 (PE) – Você não vai mudar nada (até às vezes) você sai mais revoltado ainda pelo que passou aqui perdendo tempo da sua vida porque EU, meu Deus, dependendo da pessoa, a pessoa: não tinha, tava meio que vivia: à toa, via erra, vida errada e tudo mais, vem pra cá porque o Estatuto da Criança e do Adolescente fala que internação é a última medida a ser tomada e eu não vejo isso, eu vejo muita coisa aqui que diz no Estatuto que é pra ser e que aqui não é que eles não seguem e tipo se fosse uma pessoa que precisa que precisasse disso né? ainda ia mas eu não consigo entender porque que eu tô aqui.

Ainda no que diz respeito às atividades e aos cursos oferecidos, apesar de existir um Plano Individual de Acompanhamento, é difícil oferecer atividades/cursos de forma individualizada para as adolescentes, respeitando as suas aptidões e dificuldades. Muitas adolescentes acabam frequentando cursos para os quais não estão preparadas e acabam sem estímulo:

[...] eu questiono muito os cursos, os cursos dependem da adolescente, o problema é que quando se casa a parceria, se faz com volume, tem que fechar uma cota x, e tu acaba colocando adolescente que não tem a formação suficiente pra acompanhar aquele curso (FEMININO, RS – F4).

Outro ponto que chama a atenção em relação aos cursos e atividades oferecidas diz respeito à reprodução de estereótipos do que seriam profissões femininas e atividades femininas. É comum nas unidades ter o dia da beleza, no qual são oferecidos serviços de salão de beleza; os cursos oferecidos são de camareira, manicure, artesanato e muitos funcionários não conseguem ter um olhar crítico sobre o que é oferecido às adolescentes e, assim, perde-se a oportunidade de oferecer às internas capacitação em profissões que realmente dê a elas melhores chances no mercado de trabalho.

Então assim que elas recebem a medida e já sabem o que pode encaminhá-las, a gente coloca no curso, no Pronatec. Assim, depois que eu vim pra cá, nesses 10 meses, eu já tive curso de camareira, curso de maquiadora, cursos bons assim, Senac, curso de recepcionista (FEMININO, RS)

Eu penso assim que os cursos profissionalizantes deveriam ser mais eficazes. Por ser menina, por ser feminino, fica muito cozinha, unha, cabelo, cozinha, artes visuais. Eu sempre coloco assim: gente a mulher está hoje invadindo todas as profissões. Por que que essas meninas não podem sair daqui profissionalizadas com colocação de insulfilme e colocação de acessórios, textura de parede, o que os meninos fazem? Outras técnicas, outros trabalhos que dê respaldo para ela sair e falar eu sei fazer isso. Até mecânica mulher hoje em dia tem que estudar (FEMININO, SP – F4).

Algumas unidades têm de lidar ainda com a falta de pessoal, não permitindo que algumas atividades sejam realizadas pelas adolescentes em virtude da falta de um responsável para acompanhá-las ou, nos casos mais graves, que as adolescentes fiquem confinadas por falta de funcionários para monitorá-las.

Tem falta de pessoal grande, sim, as monitoras trabalham em uma monitora para um grupo de, não sei, de 10 adolescentes, por exemplo, né, e isso não é indicado, isso não pode acontecer porque o grupo de adolescentes que tem uma conduta, que tem, ahn, que tem uma tendência, a uma conduta antissocial, em grupo, elas acabam fortalecendo esses aspectos e pressionando a monitora ou, ahn, chamando a atenção para um lado para que a monitora não enxergue outro e isso faz com que hajam as injustiças institucionais, faz com que tudo isso que a gente pretende na teoria que aconteça, na prática não acontece porque um indivíduo sozinho não é capaz de dar conta de um grupo com uma boa qualidade de atendimento e de cuidado, então, né, existe uma insuficiência de pessoal, especialmente de socioeducadores assim, nos grupos, né, para que as meninas não tenham também que, eventualmente, ficar recolhidas em um dormitório porque não tem quem, aquela socioeducadora que tá ali, teve que se descolar para levar outra menina para o hospital então as meninas ficam nos seus dormitórios, fechadas, porque falta gente (FEMININO, RS – F4).

Além de todas essas dificuldades enfrentadas durante a internação, que impedem que a medida atinja o seu objetivo de ressocialização e façam com que a medida funcione apenas como punição para as adolescentes, existem desafios externos apontados pelos funcionários.

Um dos pontos pacíficos nos relatos dos profissionais é a importância do apoio da família para a ressocialização.

Depende muito da família. Porque as que saem com 18 anos, né, elas vão buscar alguma coisa pra o trabalho, continuar os estudos, já estão com autonomia, com uma visão diferente de mundo, agora as que saem de quatorze para dezesseis, dezessete anos, é difícil caminhar sozinha (FEMININO, SP – F4).

Em Pernambuco, a entrevista com uma das assistentes sociais da unidade, responsável pelas visitas domiciliares, apontou que, “se voltar para casa, há alguns meses volta para a Funase” (F2 – PE), isso porque:

F2(PE) – Bem, não sei se você chamaria de casa [...] um imóvel que tem apenas quatro cômodos, dentro de uma comunidade, sem estrutura nenhuma. A casa fica no fim do fim da favela, onde já não é nem mais comunidade. É mesmo no lugar que se torna uma favela. Onde a pessoa sofre todos os riscos. Quando a gente estava lá vários aviõzinhos passando pra saber o que a gente estava fazendo. Eu sozinha com o motorista. Nessas horas eu não vou de celular, deixo tudo no carro, vou só com papel e uma caneta. Mas você sabendo que eram aviõzinhos que estavam ali de olho e as informações passando por dentro da comunidade... quando a gente estava andando, um disse que iria “entrar com a senhora pra senhora não entrar só, porque aqui é muito pesado.

A falta de apoio e participação familiar é apontada, por muitos profissionais, como um empecilho aos objetivos da medida:

A família não participar, né, ela retornar pra um lugar, às vezes para municípios que não estão nem aí, não vão dar o apoio, não depende só a menina ter um trabalho e ter uma qualidade aqui dentro se quando ela sair, ela não conseguir uma vaga na escola, ela continuar no mesmo lugar, ela vai continuar no mesmo lugar, se a família não mudar a postura, se ela não tiver outra postura diante do grupo, é a interação. Falta de continuidade do trabalho quando a menina sai (FEMININO SP – F3).

Ainda existem os casos mais graves em que a família não só não apoia como está na raiz do problema, ou seja, foi em grande parte responsável pela escolha da adolescente.

Essas meninas são meninas de famílias vulnerabilizadas socialmente. Meninas de famílias fragilizadas com histórias de violência, violência de, de pais mães ou irmãos, com histórico de, histórico criminal, de antecedentes criminais... (FEMININO PE – F5).

Além dos problemas com a família, a ressocialização esbarra muitas vezes nas poucas oportunidades oferecidas no local de origem dessas adolescentes. Municípios que muitas vezes não têm a menor estrutura para possibilitar a continuação do trabalho após a saída da unidade.

Essa questão da parte da municipalização, oferecimento de emprego, uma questão de acompanhamento mesmo de estudo, ou mesmo um trabalho na rede pública, porque muitas escolas... A gente tem conhecimento disso, assim, porque os adolescentes, os pais, às vezes ligam e diz que não querem dar vaga, fala que não tem vaga em escola, porque veio da fundação. Então isso teria que ser muito mais trabalhado na parte de fora da fundação pra medida surtir um efeito muito maior (FEMININO, SP – F2).

As adolescentes precisam enfrentar ainda a discriminação por parte da sociedade, como também para serem inseridas nas políticas públicas.

Retorno para continuar os estudos. Têm muitas que saem e a gente fica sabendo que estão fora da escola que não conseguiu ainda entrar, voltar para a escola. [...] Porque é difícil lá fora, é difícil, existe o programa jovem aprendiz, que ele ganha o salário, que ele ganha o vale-transporte, que ele pode sair para uma profissão, só que quando você tira uma adolescente daqui e tenta colocar lá no jovem aprendiz, existe o preconceito, a discriminação, porque o grupo já está formado, o grupo já está fechado, porque as famílias já estão cadastradas pelo Cras.

Além de todas as dificuldades, os funcionários relataram ainda a falta de engajamento da própria adolescente na sua ressocialização, muitas vezes conceituado como falta de força de vontade para mudar. Assim, qualquer mudança acabaria dependendo muito do que eles indicam como “personalidade” da adolescente:

Não. Tem umas que consegue, mai a maioria, acho que fica na merma, sai daqui vai fazer alguma de novo. A criação que elas, a criação delas, né, com a família, acho que não tem jeito mais não (MASCULINO PE – F1).

Eu creio que sim. Umas não sei, elas têm os temperamento diferente uma da outra, não se todas vai, mas aqui ajudou muito elas (FEMININO, PE – F6).

Em parte eu acredito que sim, porque elas começam a pensar um pouco mais o que aconteceu. [...] Eu acho que esse tempo ele ajuda a pensar um pouco mais (FEMININO, BSB – F2).

De sair, até sai, entendeu, só que muitos casos elas voltam para o mesmo ambiente, é entendeu, e aí tem algumas meninas a gente tem notícias boas delas, entendeu, então sabe que deu certo, que não quis entrar, voltar pra essa vida como elas falam, outras vezes não, eu sempre espero uma reincidência, entendeu, não me sinto surpresa, alguns casos não, fico até decepcionada ou então é uma surpresa

desagradável, mas a maioria é, de acreditar eu acredito, não quer dizer que não vai acontecer, mas alguns casos a gente sabe que vai voltar (FEMININO, PA – F2).

Algumas, aí eu digo, depende muito da menina aqui. E aquela que tem um... um... um esforço individual dela, ela consegue voltar recuperada. Muitas chegam aqui com saúde fragilizada, má alimentação, aqui tem...bem ou má, mas nós temos alimentação, há um corpo de enfermagem, há uma equipe pronta, assim, pra ouvir, pra escutar as histórias, a, a orientar e fazer contato com família. Às vezes tem um problema que se resolve, então assim, aquela que demonstra uma vontade realmente de fazer diferente, faz, mas aquela que não, ela vai voltar igual ou pior pra sociedade. [...] porque pelo, pelo que é oferecido, é, fazer esse trabalho de mudança, é difícil, é um julgamento meu esse, assim de observador, porque, o que, como, da forma como é feito – num consegue. Acho que não consegue atingir alguém que tá fechado, só consegue aquele que está aberto (MASCULINO, PE – F2)

O grande obstáculo é a discriminação e a força de vontade delas (FEMININO, PA – F1).

Então assim, aquela que demonstra uma vontade realmente de fazer diferente faz, mas aquela que não, ela vai voltar igual ou pior pra sociedade (MASCULINO, PE – F5).

Apesar das dificuldades apontadas, muitos funcionários entendem que a medida é fundamental para modificar a trajetória das adolescentes⁵⁰:

Sim! Acredito que sim! Principalmente, porque tem também um trabalho com a questão familiar que eu já pontuei pra você. Essa questão de trazer às vezes a família, de conversar com a família, de tentar fazer com que tenha um novo vínculo entre as meninas e a família. Então, tem uma ou outra menina que volta, tem, mas tem muitas meninas que não retornaram pra fundação também por conta desse trabalho mesmo da unidade. Isso eu não falei pra você. A menina também tem uma questão pessoal dela de internalizar esses valores que são passados na medida que a gente na verdade... (FEMININA SP – F2).

Eu acredito que sim, no entanto eu sei da falta de estrutura lá fora, a resposta é difícil de dar porque sei que a resposta não depende só da gente. [...] Agora se eu acredito que faça alguma diferença, eu acredito pelo trabalho que eu realizo aqui dentro eu acredito. Já vi vários casos disso, tem meninas aqui assim, que de repente foram alfabetizadas aqui dentro, tem meninas que não tinham esse interesse pela escola e conseguem se destacar em relação às outras. Elas saem com tudo aqui para dar continuidade, mas elas resvalam numa realidade que eu também, vocês também conhecem. Quanto tempo demora para uma menina passar no dentista lá fora, viu é difícil falar, fazer um lanche na cozinha e tal, essas meninas será que todas elas têm essa oportunidade? Então aqui acaba sendo, que é uma medida socioeducativa, não deixa de ser uma casa, um lar que ela nunca teve, uma colônia de férias, um lugar que ela nunca viajou (MASCULINO, SP – F1).

Acredito até na, nenhuma guria entra e sai igual, modifica até na forma de pensar, assim. Então, talvez, a gente tem uma reincidência baixa, a gente tem uma reincidência alta só dos usuários de crack. Mas a gente não tem uma reincidência de meninas por outros atos, ou com atos que não sejam vinculados ao tráfico, assim, isso seria até interessante de se fazer uma pesquisa; a gente tem reincidência de gurias vinculadas ao tráfico ou a pequenos furtos pra manter o vício. Mesmo nessas, até na questão da higiene, do cuidado com o corpo, né, a questão de controle de natalidade, se tem uma certa modificação. E eu ainda acho que as faxinas, eu acho que a organização do quarto, acho que essa coisa delas dobrarem a roupa, delas terem tudo super asseado, super limpo. Eu acho que essa organização externa organiza muito elas internamente. Essa rotina delas terem horário pra dormir, pra acordar, num momento inicial faz muita diferença pra elas, principalmente pras usuárias de medicação, não

50 Para alguns tipos de questionamentos existem respostas que são socialmente desejáveis, ou seja, o respondente não se sente totalmente livre para emitir a sua opinião, não porque exista uma pressão do entrevistador, mas devido ao que o entrevistado considera como a resposta politicamente correta para o tema. Perguntarmos aos funcionários das Unidades se eles acreditam na capacidade da medida de interferir positivamente na trajetória das adolescentes é uma dessas perguntas. Implicitamente estamos questionando se eles acreditam no trabalho que desenvolvem e, de alguma forma, se esse trabalho está sendo bem feito, alcançando a sua finalidade.

necessariamente de drogas, mas as meninas que usam medicação – que as vezes a guria não usa mas ela é muito depressiva e usa uma medicação psicotrópica; então de ter os horários faz com que ela se organize até na questão da medicação assim, pra “vou fazer tal coisa antes que dê efeito” ou “vou estudar”, sabe, elas se organizam melhor pra vida. (FEMININO, RS – F1)

Acho que ele muda. Eu acho que ele oferece outros, ele oferece outras referências para elas pensarem. Oferece, ahn, eu acho que as adolescentes vivem aqui dentro uma organização que capacita elas para que, tão logo elas saiam daqui, elas manterem isso, pelo menos inicialmente, né. Acho que marca bastante na vida das adolescentes. Eu digo isso porque assim, é bem comum, ahn, quase toda semana tem alguma adolescente que já esteve aqui há três anos, ou há um ano, ou há sete anos que vem aqui pra dizer como ela tá, né, então eu acho que marca sim, que muda a vida. Não quer dizer que elas não vão voltar a cometer os mesmos atos infracionais, assim, mas acho que diminui a vulnerabilidade. Melhora os recursos pessoais delas (FEMININO, RS – F4).

muda totalmente porque elas, algumas já têm histórico de rua né tudinho mas a gente tem menina aqui dita normal que tem um envolvimento com a escola que faz um curso profissionalizante, a gente tem uma adolescente uma adolescente, não uma jovem que ela já fez 19 anos, que tá inclusive na outra casa que ela teve que trancar o curso superior de psicologia (FEMININO F4 – PE)

hUm... não como deveria, não como deveria, há muitas falhas.

P – e o que ?

F5 (PE) – é muito do espaço físico, as atividades que são ofertadas não contempla todas, elas passam muito tempo, muito, muito, boa parte do tempo ociosas e a finalidade mesmo de cursos profissionalizantes: aperfeiçoamento profissional...tem escola, mas só escola, aí é oferecido as oficinas, algumas vão pras oficinas, mas até a parte profissionalizante é muito falha ainda, não contemplam todas. Às vezes são ofertadas aqui vagas, mas num tem clientela ou porque a menina não tem escolarização ou porque não tem idade. E o espaço físico da casa não pra se fazer um trabalho mais, um lado mais humano, assim não tanto, mas de ter uma conversa melhor da psicologia, a psicologia podia atuar mais diretamente, mas não tem, a gente não tem o espaço, essa unidade não tem uma sala pra atendimento individual

Para esses funcionários, a medida é estruturante, por proporcionar, muitas vezes, tanto bens materiais, como oportunidades de ensino, de receber serviços de saúde, de ter um responsável, uma disciplina, que não tinham fora. A organização inerente ao funcionamento da unidade, a disciplina à qual são submetidas, os limites que existem, na visão deles, acabam proporcionando à adolescente uma organização interna que melhora os recursos pessoais delas, possibilitando que sigam outros caminhos.

Alguns, entretanto, encaram a medida de forma bastante cética e crítica:

[...] eu vim descobrir o que é socioeducativo, é: depósito. Assim, se o pessoal tá causando incômodo, pode deixar ele aqui nesse sistema aqui. Aí ninguém vê o que acontecendo aqui. (F5 – PE)

Muitas meninas veem a medida como forma de deteriorar suas imagens, seus hábitos e gostos anteriores, além de ser extremamente estressante:

[...] porque, oxe é muita gritaria é muita zoada, sei lá, quando eu, pronto, eu tô aqui sozinha agora, daqui a pouco eu começo a chorar, sem ninguém pra conversar (A10 – PE).

A12 (PE) – Nunca arrumei confusão, mas essa foi porque assim, aqui é complicado, aqui é muito estresse, mesmo você sem querer você se estressa. Conviver com pessoas que você não conhecia, aí vai muita zoada muita gente isso e aquilo você fica estressada.

A transformação individual de cada adolescente é expressada de diversas formas. Uma delas fala de esquecimento:

A10 (PE) – Oxi a pessoa se acorda de manhãzinha aqui eu já tô cansada parece, ô eu já esqueci de conta de fazer conta já tô esquecendo é de tudo [...]é: alguma coisa daqui porque eu num era assim.

P – Num era assim não, aí tu qué mais? tu esquece.

A10 (PE) – É esqueço e num me lembro mais.

P – E tu fica violenta? assim sei lá, querendo explodir com alguém?

A10 (PE) – NÃO eu fico batendo nos armário quando num acho, a porta já tá toda coisada, é um armário desse assim, aí ela fecha cá a chave eu pego e faço assim quando tô com raiva ela pega e enta todinha, eu fico agoniada, chega eu choro às vezes.

Sei lá, oxe quando eu boto as coisa na cabeça eu fico querendo quebrar tudo mai.

P – E tu era assim queria quebrar tudo antes de vir pra cá?

A10 (PE) – Não, porque a pessoa saía pra seu estudar escutava música e aqui não. A pessoa é capaz de endoidar mermo.

Um relato exemplifica:

A12 (PE) – [...] realmente atrapalhou minha vida mesmo. PAROU minha vida, num sei [...] eu tinha um relacionamento muito bom com meus amigos, com minha família, com minha namorada e isso aqui acabou tudo, tudo tudo atrapalhou mesmo minha vida, mexeu com tudo tudo [...] entrei em depressão e tudo mais por causa disso tava tomando remédio controlado e achei que nunca mais ia conseguir ser o que eu queria na minha vida por causa daquilo.

A3 (PE) – Lá na rua eu vestiaa... eu só andava de calça, de vestido, arrumada e aqui não. Aqui eu tô andando toda desarrumada. Andava de cabelo penteado e aqui eu tô andando toda desarrumada.

P – E por que tu acha que é assim?

A3 (PE) – Porque eu fico pensando na minha família, na minha mãe, na minha avó, no meu pai. Aí acaba numm... não tendo vontade nem de se arrumar... de se...

Com essa percepção, impõe-se uma reiteração normalizadora na fala das adolescentes acerca dos requisitos necessários para ter “um bom relatório”, como narram. Todas elas afirmam que, para sair da unidade, precisam expressar comportamentos específicos, esperados pela equipe técnica, ainda que não seja essa a realidade íntima delas.

Um adolescente explica detalhes sobre o assunto:

A11 (PE) – Aí até hoje eu tô queta eee tem meu relatório aí eu queria que fosse uma LA porqueee... eu tô queta eu não tô baratinada (inaudível) que eu fico esculhambando com todo mundo, não sei quê. Eu não tô mais fazendo isso, eu tô queta mermo. Pianinho, pianinho. Meu relatório desceu e veio o documento que eu vou pegar mais três mês.

Recorrentemente, resumem os requisitos de saída a bom comportamento, frequência escolar e participação das atividades, além do respeito à equipe técnica.

P – Deixa eu te perguntar uma última coisa: vocês sabem assim em geral o que é que vocês precisam fazer pra: pra conseguirem ser liberadas?

A13 (PE) – Ficar com um bom comportamento, procurar respeitar. Ir pra escola, fazer curso e procurar participar de alguma das coisas que tem na unidade.

Uma adolescente afirma que, para sair, tem de “ter comportamento” e essa informação sobre a normalização é apontada pela mesma na afirmação reiterada de que o “Case fez dela uma pessoa melhor”.

Outra adolescente resume sobre o conteúdo do relatório:

A2 (PE) – Aí vem dizendo o comportamento da pessoa. E eu num sou mal comportada porque meu relatório do Cenip desceu limpo sem briga sem desrespeito sem nada comportada pode perguntar a todo mundo aqui.

A2 (PE) – Sou comportada, eu só fico dentro do quarto lendo a Bíblia ou se não escrevendo no caderno que a gente ganha, aí a gente fica escrevendo lá, aí pronto dependendo do comportamento ela vê que a pessoa é comportada que tá se esforçando pra mudar aí ela vai da um LA ou manda pra semi.

Apesar de tudo, muitas adolescentes falam que a medida é justa para elas. São comuns frase do tipo: “eu mereço estar aqui”, “estou pagando pelo o que fiz”, “agora aprendi que fazia coisa errada”, “não vou repetir meus erros”, “se não viesse para cá, nunca teria aprendido a lição”. Em São Paulo uma adolescente declarou:

P – Tá. Você acha que essa medida de internação é justa ou injusta? Vai ficar entre a gente.

A2 (SP) – Eu acho que é justa.

P – Você acha que é justa? Por que você acha?

A2 (SP) – Ah, porque... num sei... porque nós procurou, né?

P – E você acha que essa medida de internação é justa ou é injusta?

A5(SP) – Não, não vou falar que é injusta porque eu acho que até, acho que tá me ensinando. Tá me ajudando.

P – E você acha justo essa medida de internação?

A12 (SP) – Acho bom, ao invés de ficar usando droga.

P – E você acha que essa medida de internação é justa, adequada ou não?

A12 (SP) – E, eu mudei muito senhora.

P – Você mudou muito?

A12 (SP) – Mudei. Eu não penso mais sair daqui e roubar, usar droga. Não penso não.

P – É.

A12 (SP) – Penso em mudar de vida.

No caso das meninas do Pami, esse discurso é ainda mais radical: “se não viesse para cá, nunca daria valor ao meu filho”, “agora posso sair daqui e cuidar do meu filho”, “o que eu quero é poder cuidar do meu filho e nunca mais fazer coisa errada”.

F – Mas a gente, no fundo, eu e a [...], a gente tinha aquela coisa: “ai, mas eu acho que num...” né? Porque, assim, ela gostava de rua, entendeu? Ela gostava daquela, né? E a gente sempre continuou acreditando, né? (eu num, eu num perco essa questão), que o filho modifica. E tem muitas que modificam sim. Né?

P – O que você quer fazer quando sair daqui?

A10 (SP) – Ah, a primeira coisa é terminar meus estudos, cuidar da minha filha que vai nascer...

P – E como você se considera, assim... Como que você acha que você é?

A11 (SP) – Eu sou... Hoje ou... Como assim? Não entendi!

P – Tipo: “Ah, eu sou uma pessoa ansiosa, nervosa, tranquila...”.

A11 (SP) – Não! Antigamente eu era muito nervosa, nossa senhora! Hoje pela minha filha e por mim eu tô disposta a mudar. Mudei bastante, nossa. [...]

P – O que mais que mudou?

A11 (SP) – O que mais mudou? Ai, eu mudei, né, também? Não sou mais a Júlia de antes. Eu acho que eu mudei, assim, pra melhor, sabe? [...]

P – Certo! O que você acha daqui da unidade?

A11 (SP) – Ah, pra mim no começo, ah eu pensava “ai, meu Deus do céu, quando que eu vou embora, né?” Mas depois que eu comecei ver, analisar tudo, né? Como minha vida tava antes, comecei a ver o meu passado, tudo. Minha filha também... Consequências dos meus erros minha filha nasceu com problemas, tudo, né?

A4 (DF) – Quando eu sair daqui eu quero fazer um curso, arrumar um trabalho, ajudar minha família, dar tudo que eu não pude dar ainda nesse tempo, ne? Até agora, só decepção... Nossa, eu penso em fazer tanta coisa...

P – Você acha que ganhou alguma coisa vindo para cá?

A8 (DF) – Ganhei experiência e muita lição eu acho. Porque as coisas mais simples que a gente tinha lá fora e a gente não tava nem aí hoje você dá tanto valor. Aqui as meninas sente falta até de olhar pro céu. Nosso banho de sol aqui é fechado.

Como se percebeu, durante todo o relatório, a equipe deixou que as meninas e os funcionários falassem, e em nenhum momento houve a interpretação pessoal do pesquisador sobre o que foi dito. No entanto, as escolhas foram feitas à medida que as falas foram recortadas e as temáticas apresentadas. Porém o principal objetivo dessas seleções foi retratar ao leitor as perspectivas encontradas nos estados, indicando os pontos de encontro e desencontro a partir da realidade de cada unidade.

Porém o fechamento do relatório neste item reforça a percepção já indicada na apresentação de que a medida socioeducativa de internação não cumpre as suas funções declaradas no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, pelo contrário, replica todas as mazelas do sistema punitivo brasileiro.

Conclusão

A realização da pesquisa em regiões tão diferentes aponta que cada unidade de internação guarda uma particularidade e uma singularidade que as torna únicas em termos de experiência para as adolescentes, para a equipe técnica e para as pesquisadoras. Neste relatório, bastante extenso em razão da natureza da pesquisa – eminentemente qualitativa –, procuramos apresentar um pouco da realidade de cada unidade visitada, privilegiando o olhar daqueles que estão diretamente envolvidos com o processo de internação: adolescentes e membros da equipe técnica.

Quando sabemos que as pesquisas e literatura sobre o cárcere feminino somente se tornaram mais numerosos, ainda que essa realidade permaneça pouco estudada, nos últimos anos no Brasil, concluímos esta pesquisa com a certeza de que, no que toca a essas adolescentes, a escassez é generalizada. Sabemos pouco ou quase nada de quem elas são porque não há sistema de informação nacional – o Sipiá-Sinase, um Sistema de Informação em rede de abrangência nacional para a formação de um banco de dados único, ainda é uma experiência em curso –, sabemos pouco porque os relatórios sobre sistema socioeducativo costumam não particularizar a experiência delas e, por fim, porque as pesquisas acadêmicas ainda são bastante centradas nos adolescentes em conflito com a lei, proporcionando pouco recorte de gênero.

Este relatório, fruto de uma pesquisa que já demonstra o esforço do Conselho Nacional de Justiça em retirar essas adolescentes do anonimato, pretendeu apresentar, então, um pouco do que se passa na vida dessas adolescentes – invisíveis, vulneráveis e desconhecidas – quando começam a cumprir medida socioeducativa de internação em unidades brasileiras e, ao mesmo tempo, a percepção daqueles que com elas trabalham.

Alguns pontos podem aqui ser retomados, seja em razão de sua relevância, seja porque apontam para novas agendas de pesquisa acerca da temática:

- a) Os dados socioeconômicos das adolescentes levantados na pesquisa reforçam o relatório do Panorama ao Jovem, publicado pelo CNJ em 2012, e evidenciam que, assim como ocorre no sistema penal, o sistema juvenil opera com um padrão de seleção de adolescentes pobres, majoritariamente negras e moradoras de bairros periféricos (das grandes e pequenas cidades). A ausência de dados seguros de âmbito nacional, como já mencionado, é um verdadeiro empecilho à formulação e execução de políticas públicas voltadas especificamente para o tema.
- b) Os atos infracionais que desencadeiam o maior número de internações são homicídio, roubo e tráfico de drogas.
- c) Em São Paulo, registra-se um percentual de medida aplicada para o caso de tráfico de drogas que chega a mais de 70%.
- d) A grande maioria das adolescentes internadas não possuía passagens anteriores em unidades de internação. Tal padrão, contudo, não se aplica às adolescentes apreendidas com drogas, merecendo estudos específicos o padrão de seleção dessas adolescentes (pobres, portando pequena quantidade de droga e já bastante visibilizadas por agentes da polícia). No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, todos os casos de reincidência de adolescentes que estavam internadas no momento da pesquisa se deram pelo ato infracional análogo ao crime de tráfico de substância entorpecente.
- e) Muitas adolescentes relataram não receber visitas de seus familiares em razão de as unidades se situarem em cidades distantes das de seus familiares.
- f) A continuidade da vida escolar da adolescente na unidade é missão praticamente impossível, porque nenhum dos centros visitados possui estrutura para manter a adolescente no exato estágio escolar em que se encontrava quando frequentou a

escola pela última vez, à exceção do Rio Grande do Sul, cuja realidade estrutural é diferenciada em relação aos outros estados do País.

- g) Boa parte das adolescentes aponta para o desejo de exercer profissões que exigem nível superior (engenharia, direito, odontologia etc.).
- h) A capacitação para o trabalho envolve, quase sempre, a promoção de atividades como curso de cabeleireiro, lavagem de roupas e artesanato, quase todas voltadas ao padrão tradicional de “atividades femininas” e iminentemente mercadológicas que apenas pensam na juventude como mão de obra, não apostando nas capacidades criativas, no protagonismo juvenil, questões próprias e essenciais da fase peculiar de desenvolvimento. Tais atividades não se mostram atrativas para as adolescentes. Acabam funcionando como um “passatempo”.
- i) Observa-se, de um modo geral, em todas as cidades, enorme dificuldade em se concretizar uma rede de atendimento às adolescentes, mormente no que toca ao apoio psicológico e psiquiátrico, de modo que muitas adolescentes com transtornos e sofrimentos mentais administrados com remédios diários não recebem atenção específica; além do quadro da medicação preventiva e compulsória, para se evitarem nervosismos e ansiedades das adolescentes.
- j) A estrutura física do Cesef no Pará é, sem dúvidas, a mais periclitante de todas aquelas visitadas, possuindo banheiros improvisados, com péssimo sistema de esgoto, situados no interior dos quartos das adolescentes, gerando, por vezes, a situação de seus colchões serem atingidos por dejetos.
- k) A estrutura física da Unidade de Internação de Santa Maria, no Distrito Federal, é a mais nova de todas as visitadas e a que adota padrão arquitetônico e estrutural mais semelhante a um presídio, com pavilhões, segurança ostensiva e regime de contenção baseado no confinamento das adolescentes durante todo o dia em seus quartos. As saídas são pontuais para banho de sol, atividades esportivas, de lazer e escolares.
- l) A revista íntima de familiares das adolescentes é fato marcante em suas falas, de modo que muitas delas relatam preferir não serem visitadas a terem seus familiares – sobretudo mães – submetidos à referida revista, ainda que no Rio Grande do Sul o nome dado às revistas seja de “revista humanizada”.

- m) Ainda há relatos por parte de adolescentes de todas as regiões do País de maus-tratos, perpetrados principalmente na aplicação de sanções disciplinares de isolamento.
- n) A única unidade visitada que possuía estrutura específica para receber crianças das mais diversas idades é a Chiquinha Gonzaga, em São Paulo, onde o Pami proporciona a convivência da mãe e do(a) filho(a) por todo o tempo de duração da internação. No Rio Grande do Sul, há berçário e brinquedoteca. A temática da maternidade entre presas está entre as clássicas questões do “cárcere feminino” e, se por um lado aponta para a dificuldade de proporcionar o exercício desse direito, parece novamente reforçar a ideia de que cuidar do filho é uma questão de mulheres, já que em unidades masculinas a ausência de estrutura para receber crianças deve ser uma constante.
- o) Em nenhuma das unidades visitadas as adolescentes estavam autorizadas a receber visita íntima. Entretanto, muitas delas possuíam companheiros(as), namorados(as), por vezes já moravam com eles(as) ou mesmo tinham filhos, representando uma violação ao direito à sexualidade.
- p) O relacionamento homoafetivo no interior das unidades é bastante comum, embora proibido e passível de sanções disciplinares. Do ponto de vista da sexualidade e da identidade de gênero, ainda há muito a ser explorado no que toca a fenômenos como a homoafetividade transitória, a heteroafetividade compulsória, as disputas entre as adolescentes pelas chamadas “meninas-menino” e como a institucionalização nessas unidades moldam esses fenômenos.
- q) Nas unidades de São Paulo e do Distrito Federal as adolescentes utilizam uniformes. Em São Paulo, há relatos de que as roupas possuem numeração praticamente única, de modo que o ajuste delas ao corpo das adolescentes é vedado. As suas subjetividades e identidades precisam ser deixadas fora da unidade. O uso de espelhos somente é permitido no Rio Grande do Sul. Nas demais unidades, tais instrumentos são vedados, alegando-se que podem ser perigosos para as adolescentes.
- r) Os funcionários que integram as equipes das unidades de internação relatam enorme dificuldade em lidar com as adolescentes, as quais, segundo a maioria deles, são mais difíceis que os meninos, mais impulsivas e mais emotivas.
- s) Poucos funcionários acreditam na possibilidade de a passagem pelo sistema infracional ser determinante para a mudança de trajetória das adolescentes.

- t) A enorme maioria dos funcionários entrevistados relata que as unidades não possuem estrutura ideal para promover o atendimento socioeducativo, à exceção dos funcionários no Rio Grande do Sul que creditam à unidade potencialidades socioeducativa.
- u) Existe uma queixa generalizada por parte das adolescentes em relação ao direito de defesa que, segundo elas, não foi exercido de modo satisfatório no curso do processo; muitas relatam não conhecer a sua real situação jurídica e demonstram enorme ansiedade com a possibilidade de saída.

Assim, após todos os levantamentos apresentados, percebe-se que as medidas socioeducativas de internação para adolescente do sexo feminino, nos estados pesquisados não cumprem os preceitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e que, na prática, reproduzem as problemáticas do sistema prisional (seletividade e estigmatização) não somente por violações aos direitos fundamentais da pessoa privada de liberdade, mas porque é em si uma ramificação do sistema penal, como um subsistema paralelo.

Dadas as violações de direitos fundamentais e a presença de adolescentes internadas por causas que não são passíveis de privação de liberdade, o que se necessita é o estímulo à cultura do manejo de outras medidas socioeducativas, evitando-se que o encarceramento colonize o sistema de responsabilização juvenil, processo que já se encontra em vias de solidificação. Manter os esforços no processo de encarceramento como a principal forma de responsabilização juvenil é ir de encontro não somente aos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas à primeira orientação das Regras de Riad: “O sistema de justiça da infância e da juventude deverá respeitar os direitos e a segurança dos jovens e fomentar seu bem-estar físico e mental. Não deveria ser economizado esforço para abolir, na medida do possível, a prisão de jovens” (RIAD, 1990).

Por fim, percebeu-se que todos os estados investigados realizam, na execução das medidas socioeducativas de internação, graus de violações aos direitos humanos da criança e do adolescente, desde as deficitárias estruturas físicas, à ausência da visita íntima, passando por sérios problemas referentes à escolarização, ao disciplinamento interno da unidade, higiene, saúde e maternidade, as quais, além de não corresponderem às mínimas exigências de proteção integral, não estão preparadas para lidar com questões de gênero que circundam adolescentes do sexo feminino.

A ausência de atividades pedagógicas em alguns estados, o extremo rigor em outros, a reunião de diferentes faixas etárias e graus escolares nas mesmas salas, a inexistência de atividades culturais e esportivas reforçam o processo de institucionalização das

adolescentes de uma maneira paradoxal, porque, ao tempo que se justifica a internação para socioeducá-las, impede-as de usufruir as parcas oportunidades dessas questões que teriam na vida pública.

Por outro lado, pode-se dizer que a equipe de funcionários, desde os agentes socioeducativos até a equipe técnica, não têm preparação e/ou suporte estatal necessário e suficiente para lidar com os conflitos da adolescência, as questões específicas de gênero e tão somente usam da técnica do disciplinamento, da ameaça e da violência como as formas prementes de gestão de conflitos da unidade.

O Estado, no exercício da proteção e direitos, falha na consagração dos direitos mínimos à cidadania e na execução das medidas socioeducativas, faz das unidades de internação depósitos de contenção de adolescentes demonizadas em suas trajetórias, rotuladas como incapazes de viver socialmente. Sob esse prisma, a medida socioeducativa de internação tem o mesmo sentido da prisão: castigo.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Sequência**, Florianópolis, ano XXV, n. 50, p. 71-102, julho, 2005.
- BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação**. Programa Justiça ao Jovem. Brasília: CNJ, 2012.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei** – 2010. Brasília, 2011.
- BRITO, Eleonora Zicari Costa de. Justiça e gênero: uma história da justiça de menores em Brasília (1960-1990). Brasília: Editora UnB/Finatec, 2007.
- COLARES, Leni Beatriz Correia; CHIES, Luiz Antônio Bogo. Mulheres nas so(m)bras: Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos masculinamente mistos. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 18, n. 2, p. 352, maio-agosto, 2010.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília: Governo do Brasil, 1991.
- ELIZALDE, Silvia. La identidad imperiosamente: pánico sexual y estrategias de vigilancia institucional hacia jóvenes mujeres y trans. In: ____ (Org.) **Jóvenes en cuestión: configuraciones de género y sexualidad en la cultura**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2011.
- FACHINETTO, Rochele Fellini. **A “casa de bonecas”**: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento socioeducativo feminina do RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- FUNASE. Portaria Conjunta SAD/FUNASE n. 02, de 8 de janeiro de 2013. Edital Seleção Simplificada. Disponível em: <http://www.upenet.com.br/concursos/funase_sel/arquivos/EDITAL%20FUNASE%20-%2003.01.2013.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2014.
- GARCIA MÉNDEZ, Emílio. Pedagogia da Presença. In: COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília: Governo do Brasil, 1992.
- HAGUETE, Teresa Maria F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. Da mulher honesta à lei com nome de mulher: o lugar do feminismo na legislação penal brasileira. **Revista Videre**, Dourados, ano II, n. 3, p. 137-159, jan./jun., 2010.
- SOARES, Bárbara M.; ILGENFRITZ, Iara. Prisioneiras: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SPINOZA, Olga. A mulher encarcerada em face do poder punitivo. São Paulo: Ibccrim, 2004.

